

**UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS - UNISINOS
UNIDADE ACADÊMICA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
NÍVEL MESTRADO**

NORTON NEVES

**“Não o querem pela razão da cor que tísna sua pelle”:
Masculinidades, racialização e conflitos interétnicos em uma região de
imigração italiana (Caxias do Sul/RS, 1899-1910)**

São Leopoldo

2021

Norton Neves

“Não o querem pela razão da cor que tigna sua pelle”:
Masculinidades, racialização e conflitos interétnicos em uma região
de imigração italiana (Caxias do Sul/RS, 1899-1910)

Dissertação apresentada como requisito
parcial para obtenção do título de
Mestre em História, pelo Programa de
Pós-Graduação em História da
Universidade do Vale do Rio dos Sinos
– UNISINOS.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Maíra Ines Vendrame

Coorientador: Prof. Dr. Paulo Staudt Moreira

São Leopoldo
2021

N518n Neves, Norton.
 “Não o querem pela razão da cor que tisa sua pelle” :
 masculinidades, racialização e conflitos interétnicos em uma
 região de imigração italiana (Caxias do Sul/RS, 1899-1910)
 / Norton Neves. – 2021.
 189 f. : il. ; 30 cm.

 Dissertação (mestrado) – Universidade do Vale do Rio dos
 Sinos, Programa de Pós-Graduação em História, 2021.

 “Orientadora: Prof.^a Dr.^a Máira Ines Vendrame
 Coorientador: Prof. Dr. Paulo Staudt Moreira.”

 1. Masculinidades. 2. Honra. 3. Racialização. 4. Conflitos
 interétnicos. 5. Caxias do Sul (RS). I. Título.

CDU 981.652

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Bibliotecária: Amanda Schuster – CRB 10/2517)

Norton Neves

“Não o querem pela razão da cor que tisa sua pelle”:
Masculinidades, racialização e conflitos interétnicos em uma região
de imigração italiana (Caxias do Sul/RS, 1899-1910)

Dissertação apresentada como
requisito parcial para obtenção do
título de Mestre em História, pelo
Programa de Pós-Graduação em
História da Universidade do Vale do
Rio dos Sinos - UNISINOS

Aprovado em (dia) (mês) (ano)

BANCA EXAMINADORA

Componente da Banca Examinadora – Instituição a que pertence

Componente da Banca Examinadora – Instituição a que pertence

Componente da Banca Examinadora – Instituição a que pertence

AGRADECIMENTOS À CAPES

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES).

AGRADECIMENTOS

Começo estes agradecimentos relatando um curioso fato a se saber. Mesmo antes de começar a minha jornada universitária, no campo da História, já havia tomado a decisão de ingressar no mestrado e no universo da pós-graduação. Portanto, mesmo antes de iniciar a minha trajetória no nível superior, primórdios de 2013, já havia iniciado meu longo percurso que agora se encerra. Não acredito, entretanto, que tal caminho tenha se fechado, sendo selado misticamente como a magia das histórias e fábulas as quais aprendi, desde tão cedo, a amar ver, ler e reler. Afinal, creio que nada se perca ou seja impossível e que, mesmo as oportunidades que hoje me parecem mais nubladas e obscurecidas podem, em um futuro não tão distante, se tornar mais nítidas e certas. Então, posso afirmar que o que se finaliza aqui, faz parte de uma longa etapa que ainda pode persistir e permanecer viva através da insistência e apoio de todos aqueles que me cercam, bem como de mim mesmo.

Muitas e muitos dos que me acompanhavam em minha jornada inesperada em 2013, bem como tantas outras e outros que se mantiveram ao meu lado, podem não estar mais diretamente em minha vida, mas creio que seria um desserviço não os agradecer nesse momento, mesmo que, por seu grande contingente de membros, permaneçam inominados. Diversas pessoas fizeram parte desse universo, nada particular, que foram as minhas vivências e experiências dentro do ambiente universitário e acadêmico. Aos que contribuíram diretamente para o meu crescimento como ser humano ou como profissional, ou que tenham servido como barreiras ou desafios, como lições de vida, entre outros, sintam-se agradecidos, pois o escopo que me torna quem sou hoje é como é porque vocês fizeram parte de minha realidade.

A minha orientadora, Maíra Ines Vendrame, que desenvolveu diversos papéis até aqui, não sendo, em muitos momentos, apenas uma orientadora de trabalho de conclusão de curso e dissertação de mestrado, mas uma mãe acadêmica, que me forneceu seu apoio e amparo, me guiando e incentivando mesmo nos momentos mais difíceis. Foram várias as tardes e noites em que conversamos sobre imigração, racismo, conflitos interétnicos, violência contra a mulher, entre tantos outros temas que nos são caros e ajudaram, de diversas formas, na construção deste trabalho. Ter alguém para me orientar se provou

essencial no decorrer de minha pesquisa e escrita o que, por si só, também prova a importância do trabalho de professoras e professores. Certamente, até o café, que hoje também tomo com pouco açúcar, foi um legado passado adiante por minha orientadora. Lhe agradeço por tudo, e isso inclui, entre tantas outras coisas, as indicações de artigos, livros, dissertações, teses, filmes e revistas.

Ao meu coorientador Paulo Roberto Staudt Moreira deixo as seguintes palavras: o apreço Internacional pela História sempre será o mais importante em nossas vidas, estado, país e mundo, o maior de todos, o campeão. Alfinetadas à parte, não seria possível finalizar este trabalho sem recordar de todo o apoio e carinho que o senhor teve com a minha pessoa. O senhor esteve lá quando precisei desabafar sobre questões diversas, também esteve lá quando precisei de reuniões de emergência, por me ver perdido e sem conseguir produzir nada em alguns momentos. Agradeço, inteiramente, toda a força que me forneceu e, assim como a professora Maíra, por ter me indicado os mais importantes e variados títulos para leitura, desde artigos, até teses das mais diversas áreas das ciências humanas. Certamente, se a professora Maíra foi minha mãe universitária, o senhor foi meu pai.

Aos meus amigos e amigas um super obrigado, em especial por aturar aquele que escreve estas palavras. Sei que nem sempre sou a pessoa mais fácil do mundo para se ter por perto. Sei também que sou teimoso, e tanto quanto brinco, também brigo e incomodo, mas faço tudo isso por ter grande carinho e muito amor por cada um de vocês: Uilinton Luciano, Guilherme Dias, Guilherme Petro, Francine Souza, João Santos, Marina da Rocha, Ketlin Wons, Karina Schmitz, entre tantos outros nomes que poderiam ser aqui citados. Todos vocês compõem uma parte importante e indivisível de minha vida, vocês que me acompanharam em alguns momentos ou em toda essa jornada, que estiveram lá para fazermos os churrascos; jogar vídeo game, Magic e RPG; falar besteiras; debater sobre questões sociais importantes; trazer suas experiências empíricas; me alegrar e fazer sorrir, me preocupar e fazer chorar, que me confrontaram quando foi preciso, ou nos momentos em que vocês achavam necessário que eu me transformasse, enquanto eu os transformava. Muito obrigado, por tudo, por cada momento vivenciado ao lado de todos vocês, mesmo ao lado daqueles para os quais não teria páginas do Word suficientes para citar os nomes, nesse momento.

A minha família devo muitos obrigados e desejo começar agradecendo ao meu tio, Valdir Pereira Neves, que me deu todo o apoio para dar um importante passo em minha independência de vida. Ajudou meus pais, a mim e aos meus irmãos de modo que jamais imaginei ser possível ou esperado. O senhor é um homem que me serviu e serve como exemplo por diversos e importantes fatores. Por isso, e por tudo o que fez e tem feito, o meu mais sincero obrigado. A minha tia que, sem dúvida alguma, sempre foi uma segunda mãe para mim, minha irmã e irmão. Sim, sempre fui rodeado de pais e mães “extras”, um privilégio de que sempre irei me gabar e para todo o sempre irei agradecer. A senhora foi uma heroína e suportou muito mais do que deveria em diversos momentos. Soube escutar e se posicionar com classe e respeito e, tanto quanto o tio, serviu e serve como exemplo de que o amor e a família podem ser mais fortes que tudo.

Aos meus irmãos, Luana Neves que sempre buscou, mesmo que de forma deveras insistente e cansativa, me incentivar a melhorar intelectualmente e me tornar cada vez mais independente, seja como pessoa ou como profissional, meu obrigado. Saibas que sei que tu sempre estiveste ao meu lado, do teu jeito meio chato, mas com o toque de carinho que só uma irmã poderia passar e ter. Sempre me apoiou da melhor forma que conseguiu, me questionando sobre coisas importantes que, muitas vezes, devido à correria, nem mesmo eu lembraria, se não fosse por você. Por ser um exemplo de luta e superação que, mesmo após estar formada em Direito e se ver concursada na área, além de lutar contra injustiças, segue batalhando em busca de dar um novo passo ao visar se tornar juíza. Desafio que tenho absoluta certeza que irá se concretizar, pois tu tens toda a força de vontade e talento mais do que necessários para tal.

Ao meu irmão mais novo, Nathan Neves, que lutou contra formas de ódio e preconceitos, os quais eu apenas posso problematizar e auxiliar a combater. Tu buscaste tua independência, também do teu jeito, se tornou um homem que, desde criança, sempre soube ver o que tem de melhor nas pessoas, e encontrou na força de um sorriso combater os momentos mais difíceis que já te vi passando. Saibas que tua caminhada dentro da engenharia, ou em qualquer área que tu desejares te formar, será agraciada com um grande profissional, mais do que isso, com um grande homem e ser humano. Pois, tu sempre soubeste valorizar aqueles que estavam ao teu lado e aquilo que precisava fazer.

Desejo que saibas que sempre estarei aqui por você, do mesmo modo que estou e estarei aqui pela nossa irmã.

Por último, mas sem dúvida não menos importante, agradeço ao meu pai e mãe, que foram as mais importantes bases daquilo que se constitui por minha vida e como, de fato, ela é. Meu pai, o arquiteto Valmir Pereira Neves, um homem que sempre se mostrou mais calado do que a maioria, mas sempre soube falar o que era necessário, quando necessário. Vejo que o senhor aguentou certas provações, muitas delas, calado, pois buscou suportar sozinho o peso que a vida lhe atribuiu. Eu tentei, do meu jeito um tanto torto e errado, lhe dar o orgulho que todo o filho deseja fornecer ao seu pai, mas sei que nem sempre foi possível. Mesmo assim, o senhor sempre me orientou a estudar, a ler, a me interessar, nunca dizendo uma única vez que eu não seria capaz ou que não poderia buscar o que desejo. Ao contrário, o senhor me apoiou mais do que imagina, não apenas em suas poucas palavras, mas em seus olhares, gestos, cuidados e companhia, quando, por exemplo, me buscava nos treinos de artes marciais nos finais dos sábados à tarde, algo que para sempre irei me recordar. Agradeço por todo o exemplo e incentivo acadêmico, pelos abraços e palavras de carinho, por me vigiar e puxar a orelha quando necessário e, sem sombra de dúvidas, por todo amor. Minha mãe, Simone Neves, atualmente aposentada pela prefeitura municipal de Canoas, sempre foi a pessoa que deteve a maior parte do meu carinho e amor. Mesmo que, em alguns momentos, brigamos, por ambos sermos geniosos, sempre estivemos lá para nos abraçar apertado, falar que amamos um ao outro e voltar a nos incomodar mais um pouquinho. A senhora foi e é o mais importante alicerce em minha vida, inspirou o que há de melhor em mim e, portanto, a ser a melhor versão de mim mesmo, algo que seria impossível sem a sua presença. Sempre vi que, assim como muitas das pessoas importantes em minha vida, a senhora suportou tudo, seja pela família, pelos amigos e amigas, colegas de trabalho, mas sempre lutou, jamais desistiu, e sempre fez isso pensando mais em quem está ao seu lado do que em si mesma. Alguns diriam que isso é um erro, mas eu não vejo assim, vejo como mais um dos milhares de exemplos e ensinamentos que me entregou com todo o seu amor, todo o seu carinho, que sempre despejou sobre mim e meus irmãos. Não existem palavras que poderiam expressar o meu amor por ti e meu orgulho de ser teu filho, bem como do pai.

Por toda a paciência, cuidado, apoio e carinho, meu muito obrigado a todos vocês, mesmo aqueles que não foram referenciados ou não estiveram presentes em minha vida até então. Agradeço, ainda, àqueles que um dia irão se deparar com essas palavras, ao tempo que estão dispendo para ler esse humilde “relato”. Agradeço por tudo, por tudo e mais um pouco. A todos, muito obrigado, e que a luta, assim como a ciência e a curiosidade, jamais acabe, enquanto tivermos motivos para nos revoltar e causas a defender.

Norton Neves

Uma tarde fria de inverno de junho de 2021...

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo compreender aspectos relativos ao exercício das masculinidades, honra e racialização através das situações de conflitos interétnicos entre homens negros e brancos que viviam em Caxias do Sul, região de colonização italiana, localizada na parte nordeste do Rio Grande do Sul. Busca-se, assim, apresentar uma contribuição para o campo da imigração, pós-abolição e gênero. O marco cronológico desta pesquisa são os anos de 1899 a 1910. Além dos processos-crime, todos pertencentes a Comarca de Caxias do Sul e referentes ao mencionado período, foram utilizadas reportagens de três periódicos caxiense. A partir das fontes, procura-se analisar questões relacionadas ao contato entre imigrantes e negros numa região marcada pela colonização europeia da segunda metade do século XIX. Para tanto, buscou-se vincular, a pesquisa aqui apresentada, a sugestões metodológicas advindas da micro-história. Entendeu-se, através da análise das fontes, que as relações interétnicas eram permeadas pelos *ritus* masculinos que visavam o domínio dos espaços de socialização e trabalho, onde ocorreria a defesa das fronteiras étnicas e a hegemonia das masculinidades de imigrantes italianos e seus descendentes.

Palavras-chave: Masculinidades. Honra. Racialização. Conflitos interétnicos. Caxias do Sul.

ABSTRACT

The aim of this work is to understand the aspects of masculinity, honor and racialization within the interethnic conflicts between white and black people in Caxias do Sul, a city in the Northeastern region of Rio Grande do Sul that has been inhabited by Italian immigrants. With this thesis, my objective is to present a contribution to studies of the post-abolishment period, immigration and gender. The time frame considered for the research is from 1899 to 1910. The news articles of three different newspapers from Caxias do Sul have been used as a source of information for the analysis, in addition to criminal procedure documents from that period, all of which belong to the Comarca of Caxias do Sul. This study intends to verify issues that come as a result of the relations between Italian immigrants and black people in a region that is characterized by the European colonization during the nineteenth century. In order to do so, it was necessary to use a methodological process that originates from Microhistory. With the analysis of the texts, I could conclude that the interethnic relations were shaped by masculine rites that aimed to domain the spaces of socialization and work. In those spaces, was a defense of ethnic borders as well as the hegemonic masculinity of Italian immigrants.

Key-words: Masculinities. Honor. Racialization. Interethnic conflicts. Caxias do Sul.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa da localização de Caxias do Sul na Serra Gaúcha.....	46
Figura 2 – Doutor Manoel da Motta Monteiro Lopes.....	86
Figura 3 – Hégésippe Jean Légitimus.....	87
Figura 4 – Doutor Manoel da Motta Monteiro Lopes.....	94

LISTA DE SIGLAS

APERS	Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul
PRP	Partido Republicano Paulista
PRR	Partido Republicano Rio-Grandense

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	17
2 REPRESENTAÇÕES DE UMA SOCIEDADE – MASCULIDADES E RACIALIZAÇÃO NOS JORNAIS DE CAXIAS DO SUL.....	43
2.1 Honra, masculinidades e gênero nos jornais de Caxias do Sul – O ser homem em uma sociedade pautada na virilidade e violência	50
2.2 O trabalho e a honra – O caso Longaretti e o trabalho como mestre do caráter prático	63
2.3 Adaptações narrativas – Racialização e resistências	70
3 ESPELHOS PARA SE INTERPRETAR A SOCIEDADE – CAXIAS DO SUL E OS PROCESSOS-CRIME COMO FONTES PRIMÁRIAS	98
3.1 “Como é isto que os brasileiros podem andar armados e os italianos não!”. Ferrugem, espada e pedra	102
3.2 “Brasileiro misturado com sangue italiano devia se matar”: fronteiras étnicas, degeneração e heteronormatividade.....	129
3.3 “O receio de Maria Antônia Alves em declarar todas as minudências do crime”: o enforcamento de um preto na beira da estrada	148
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	163
LISTA DE FONTES.....	167
REFERÊNCIAS.....	169
ANEXO A – JORNAL GAZETA COLONIAL DE 27 DE MARÇO	181
ANEXO B – JORNAL GAZETA COLONIAL DE 24 DE ABRIL	182
ANEXO C – JORNAL O COSMOPOLITA DE 19 DE OUTUBRO	183
ANEXO D – JORNAL CORREIO DO MUNICÍPIO DE 4 DE FEVEREIRO	184
ANEXO E – PROCESSO MOCELIN.....	185
ANEXO F – PROCESSO MOCELIN.....	186
ANEXO G – PROCESSO IRMÃOS PETERLINI.....	187
ANEXO H – PROCESSO IRMÃOS PETERLINI.....	188

1. INTRODUÇÃO

Na noite do dia 12 de junho de 1905, Hilário Lopes Ferrugem foi alvo de um ataque proveniente de imigrantes italianos.¹ O “negro” Hilário se encontrava em Caxias do Sul como camarada de “[...] uma autoridade policial de Cima da Serra” (APERS, 1905), o delegado de polícia de São Francisco de Cima da Serra, o qual sempre o acompanhava e protegia.² (APERS, 1905). Por esse motivo, ele estava armado de espada, uma das razões que o levou a ser insultado e ferido por alguns italianos.

Nosso personagem, encontrado nos processos criminais do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS), não era especial, mas sim um homem negro que sentiu na pele o que era viver em uma sociedade pautada pela hierarquia racial e na crença da superioridade branca do europeu. Entretanto, acreditamos ser significativo o caso de Hilário e a forma como ele acabou por reagir. Consideramos os processos-crime fontes essenciais para compreendermos as identidades raciais e sexuais (principalmente as masculinidades) de negros e brancos, foco de análise dessa pesquisa. Da mesma forma, o caso de Hilário aponta algumas das violências que poderiam ocorrer nas relações interétnicas no pós-abolição, e de que modo estas poderiam estar racialmente hierarquizadas e racializadas.³

Desse modo, ao escolhermos processos-crime como o de Hilário, temos como objetivo entender o que ele poderia nos revelar sobre masculinidades, honra e racialização⁴. Através de casos semelhantes, também buscaremos interpretar como as relações interétnicas impactaram na construção das masculinidades em uma região de imigração italiana no período do pós-abolição.

¹ Ferrugem tinha trinta anos de idade, era solteiro, ignorava seus pais, era brasileiro e *camarada* do delegado de polícia de São Francisco de Cima da Serra.

² APERS. Poder Judiciário. Cível e Crime. Processo-crime da comarca de Caxias do Sul – Cível e crime, nº 1130, maço 40, 1905. As zonas de imigração italiana, ou as principais colônias que foram fundadas no Rio Grande do Sul são, respectivamente: Conde d’Eu, Dona Isabel, Caxias do Sul e Silveira Martins. As três primeiras colônias foram fundadas na região da Serra Gaúcha. Posteriormente, um quarto núcleo de colonização italiana foi fundado no centro do território sul-rio-grandense, formando, assim, a Colônia Silveira Martins. Apresentaremos mais sobre a localidade estudada para a construção dessa dissertação nos próximos capítulos.

³ Sobre o que se entende como pós-abolição na atualidade, ver: RIOS, Ana Maria; MATTOS, Hebe Maria. O pós-abolição como problema histórico: balanços e perspectivas. *Topoi*. V. 5, n. 8, jan.-jun. 2004, pp. 170-198.

⁴ Temos plena consciência de que estamos manejando vários conceitos importantes – como racialização, masculinidades -, mas optamos por tratá-los com mais profundidade quando eles efetivamente forem usados no entendimento das fontes primárias.

Além disso, analisaremos casos particulares que indicam as relações diversas entre mulheres e homens e formas de violência que poderiam ser geradas a partir desses contatos.

Acreditamos que os agentes, aqui apresentados, estão em constante mutação e interação com o todo que os cerca, tendo, inclusive, essa interação como responsável por contínuas mudanças. Logo, não acreditamos ser possível estudarmos satisfatoriamente as masculinidades e a racialização sem nos aventurarmos em um amplo conjunto de fontes do período. Assim, nos propomos a desbravar estas e outras questões tendo como objetivo melhor compreender aspectos de masculinidade, honra e virilidade para os homens negros e brancos que viviam na Serra Gaúcha do pós-abolição.

Portanto, entendemos que nosso trabalho está repleto de desafios, pois buscamos apresentar uma contribuição para as pesquisas e discussões dos campos de estudo da imigração, pós-abolição e gênero. O marco cronológico de nossa pesquisa – 1899 a 1910 - se relaciona com o crescimento dos núcleos populacionais de imigrantes europeus na Serra Gaúcha e com a datação das fontes judiciárias por nós encontradas até o momento. Buscamos, ainda, problematizar as questões pertinentes à Primeira República (1889-1930), período este que foi, em nosso estado, conturbado e trouxe cenários únicos para os nacionais negros e imigrantes italianos, muitos dos quais buscaremos apresentar dentro das relações interétnicas que serão apresentadas em nosso trabalho. (FAUSTO, 2006). Nesse sentido, assumimos a arbitrariedade desse recorte, o qual consideramos adequado para as nossas pretensões de pesquisa.⁵

O espaço geográfico em que centramos nossa pesquisa é Caxias do Sul, uma região pluriétnica, mas que apresenta um grande contingente de imigrantes italianos já que se trata de uma das zonas demarcadas para os projetos governamentais de imigração europeia. Ao selecionar esta região, nos interessa

⁵ As fontes nos desviaram inadvertidamente do imediato pós 1888, mas alguns casos delituosos abordados irão tangenciar estes primeiros anos de fim da escravidão. Acreditamos que as pesquisas relacionadas a esse período do fim do escravismo no Brasil, já apresentem um significativo número de trabalhos que contribuam para a análise daquele momento. Diversas pesquisas acadêmicas tiveram como foco os primeiros anos do pós-abolição, tantos outros apresentaram resquícios das mudanças sociais provenientes da Lei Aurea ou do que poderíamos chamar da época pré-abolição. Iremos apresentar alguns dos trabalhos mais relevantes ligados ao pré e pós-abolição nas próximas páginas desta introdução.

compreender como o indivíduo negro se adaptou a esse espaço predominantemente de imigrantes italianos. Em decorrência, a partir das fontes selecionadas, poderemos compreender como esse contato interétnico influenciou na construção das masculinidades dos referidos grupos. Sendo assim, se faz possível comparar as formas como as masculinidades eram expostas e entravam em conflito, bem como de que modo elas eram interpretadas pelos homens que viviam nessa localidade. Também será possível observar as estratégias que os imigrantes e seus descendentes utilizavam ao encontrar essa pluralidade étnica onde viviam. Assim, acreditamos que os conflitos eram constantes na vida dos homens em Caxias, pois os diversos grupos étnicos buscavam domínio na região.

Analisar as masculinidades e as formas de racialização que eram empregadas nesse local pode fornecer, à historiografia, uma nova perspectiva sobre os encontros entre o imigrante italiano e o indivíduo negro de Caxias do Sul. Buscamos, assim, lutar contra o processo de (in)visibilidade da população negra, ainda hoje perceptível nas identidades municipais da Serra Gaúcha, bem como compreender quais as formas que os italianos encontravam para solidificar a sua afirmação social baseada em uma masculinidade branca. Desse modo, tanto o conflito quanto a imposição masculina, dentro das relações interétnicas e de gênero, são entendidos para além da violência, pois dizem respeito às estratégias sociais de controle e enquadramento daqueles que estão sujeitos a ela.⁶

Na presente dissertação, utilizamos um grupo variado de fontes. A partir dos processos criminais, faremos uma análise qualitativa de um número reduzido de casos. Desse modo, ao todo, iremos trabalhar com três processos distintos, selecionados no APERS, para a formulação de nosso último capítulo.

⁶ O uso da violência física como uma maneira de reforçar diferenciações, hierarquias e estabelecer controle social por parte dos imigrantes italianos em relação aos nacionais que viviam nas regiões de colonização europeia do Rio Grande do Sul, é um aspecto analisado nos seguintes trabalhos: VENDRAME, Maíra. O poder na aldeia: VENDRAME, M. I. *O poder na aldeia: Redes sociais, honra familiar e práticas de justiça entre os camponeses italianos (Brasil-Itália)*. São Leopoldo: OIKOS, vol. 1, 2016. VENDRAME, M. I. *Poder local e violência: imigrantes e nacionais nos núcleos coloniais do Sul do Brasil*. **História: Debates e Tendências**, Passo Fundo, v. 14, n. 1, p. 63-76, jan./jun. 2014. Disponível em: <file:///C:/Users/Sistema/Downloads/4165-14177-2-PB.pdf>. Acesso em: 16 ago. 2020. Ver também: CARVALHO, Daniela Vallandro de. **Entre a Solidariedade e a Animosidade**. As relações interétnicas populares (Santa Maria - 1885/1915). Dissertação (Mestrado em história) – São Leopoldo, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2005.

O marco cronológico de nosso trabalho é demarcado, fundamentalmente, pelas próprias fontes que manejamos. Entretanto, tal demarcação temporal nos pareceu adequada, já que abarca um período imediato aos pós 1888 (abolição) e 1889 (Proclamação da República) e se afasta (mesmo que ainda sentindo os fortes efeitos) da Guerra Civil Federalista de 1893 a 1895.

Além dos processos-crime, sediados no APERS, utilizaremos como fontes as publicações dos jornais *Correio do Município*, *Gazeta Colonial* e *O Cosmopolita*⁷. Através desses periódicos, buscaremos mostrar um pouco dos possíveis cenários sociais da realidade caxiense, assim como as imagens dos indivíduos negros e italianos representadas dentro da imprensa que circulava na região.

Apresentamos esses primeiros parágrafos como um pequeno prólogo de nosso trabalho, tendo como intuito situar nossas leitoras e leitores. Nas próximas páginas, discutiremos os conceitos que auxiliaram a pensar e problematizar as questões centrais da presente dissertação, bem como apresentaremos uma revisão bibliográfica, que não esgotará a historiografia a ser usada ao longo de nossa pesquisa.

Como encontrar, em nossas pesquisas, dados que nos auxiliem a compreender as relações interétnicas dos anos finais do século XIX e começo do século XX? Para além disso, como utilizar tais vestígios históricos para problematizar as questões raciais e as masculinidades desse período? Ao nos aventurarmos por leituras bibliográficas diversas e ao buscar fontes em lugares diferentes da memória, procuramos contribuir para as discussões que permeiam essas temáticas tão delicadas e repletas de desafios.

Entender raça e racialização é um processo complexo. O conceito de raça foi moldado através do tempo, tendo cada sociedade o adaptado a sua realidade. A raça, como nos mostra Marcus Rosa (2019), não era novidade no século XIX. Segundo o autor, já em meados de 1712, esse conceito era explorado e servia como definição depreciativa para adjetivar judeus e mouros. Longe de estarem ligados a racialização elencada aos escravizados do Brasil colonial e aos libertos e seus descendentes do período pós-colonial, estes grupos, judeus e mouros,

⁷ Apresentaremos os três periódicos referidos no primeiro capítulo desta dissertação.

eram estigmatizados por serem considerados impuros dentro de uma sociedade europeia cristã.⁸

Durante o século XIX uma nova definição de raça surgiu, ela não estava mais vinculada à religião, mas sim à ciência do período. Essa nova conceitualização ligaria a inferiorização racial a grupos específicos, sempre colocando como ápice evolutivo o homem caucasiano, branco e europeu. Não é surpresa que as sociedades e raças consideradas inferiores fossem aquelas que passavam por processos de colonização e escravidão. Logo, as diversas formas de violências que africanos e indígenas sofreram eram estratégias propagadas por povos que buscavam dominar novos territórios e populações, os quais usavam como pretexto, para seu domínio, a superioridade racial do europeu.

Ao tratarmos sobre imigração, fica evidenciado que a crença racial, propagada durante o século XIX, foi um dos fatores que propiciou o incentivo para a imigração europeia e para a ocupação das terras devolutas demarcadas para se tornarem núcleos coloniais. Portanto, a ideia de raça era uma “[...] poderosa construção cultural” (ROSA, 2019, p. 28), e não tão científica, como era difundido no mencionado período. Atuaremos com a racialização⁹ segundo o proposto por Magna Magalhães (2010), que afirma que o conceito indica para as questões físicas e as crenças e costumes racistas provenientes de uma sociedade escravista. Portanto, a racialização age de forma a solidificar certos estereótipos sobre a população negra. Para atuarmos com o complexo conceito de racialização, também procuramos suportes em outros trabalhos, como o elaborado por Fernanda Oliveira da Silva (2017).

O caso de Hilário Lopes Ferrugem, apresentado no primeiro parágrafo da presente introdução, será analisado com profundidade no último capítulo da presente dissertação. Porém, destacamos uma questão que o episódio deste

⁸ A respeito, ver também: BETHENCOURT, Francisco. *Racismos*. Das Cruzadas ao Século XIX. Temas e Debates – Círculo de Leitores, Lisboa, 2015; FASSIN, Didier. Nem raça, nem racismo: O que racializar significa. In: SCHWARCZ, Lilia M.; MACHADO, Maria Helena P. T. *Emancipação, Inclusão e Exclusão*. Desafios do Passado e do Presente. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 2018; LARA, Silvia. *Fragmentos setecentistas: escravidão, cultura e poder na América Portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007; SCHWARCZ, Lilia; MACHADO, Maria Helena. Abolições: A construção dos conceitos de liberdade, raça e tutela nas Américas. In: SCHWARCZ, Lilia M.; MACHADO, Maria Helena P. T. *Emancipação, Inclusão e Exclusão*. Desafios do Passado e do Presente. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 2018.

⁹ Aprofundaremos essas discussões e o conceito racialização ao trabalharmos com as fontes que nos possibilitem explorarmos essa temática.

conflito sugeriu pensar: o que significava, na visão de imigrantes italianos, ver um homem negro andar armado em um espaço público de sociabilidade, no centro do município de Caxias? Essa é uma questão chave, pois uma de nossas hipóteses aponta que a lógica do pensamento escravista ainda se fazia presente no período. Assim sendo, estamos de acordo com o proposto por Silvia Lara (1998), quando a autora aponta que se buscava condicionar e limitar a liberdade e os direitos civis dos antigos cativos, os quais eram percebidos, pelos velhos proprietários, como motivo de desordem social.

Como um negro era percebido pelos imigrantes por estar exercendo a função de proteger e assessorar uma autoridade policial? Afinal, pela lógica da época, eram os imigrantes europeus conhecidos como o grupo que forneceria os meios necessários para transformar o Brasil e Rio Grande do Sul em locais desenvolvidos e modernos, tendo como exemplo as nações europeias e os EUA.

Como afirma Boris Fausto (2006), devemos nos atentar para o fato de que o período do pós-abolição trouxe mudanças significativas para a sociedade brasileira, entre elas, a possibilidade de os libertos buscarem ocupar posições diversas dentro do mercado de trabalho que necessitava de mão de obra livre. Abalos na sociedade brasileira, provindos de mudanças drásticas dentro da realidade vivida pela população nacional até então, já eram sentidos desde 1870, quando a crise do segundo reinado começou a pesar dentro das estruturas sociais e intensificou uma cisão dos poderes da sociedade imperial. Assim, parte da hierarquia presente na sociedade pré-abolição estava desmoronando devido aos atritos entre o governo imperial, o Exército e a Igreja, bem como pelo desgaste provindo do desafio de lidar com o fim do escravismo e do controle dos cativos que estavam gradualmente se libertando.

Ainda segundo Fausto (2006), existiria receio, por parte das elites nacionais, de que revoltas provindas do cativo pudessem garantir a liberdade aos escravizados o que, se bem-sucedida, usurparia das mãos dos antigos escravocratas muito de seu poder social. Essa perda se daria tanto no âmbito financeiro, por verem a sua mão de obra cativa romper com um sistema de exploração que perdurava por quase quatro séculos, quanto social, pois iria apresentar uma nova realidade, onde um grupo composto por nacionais negros e africanos libertos teriam tomado, através de uma revolução, grande parte do poder dentro do território brasileiro. Portanto, para o referido autor, fica claro que,

“O encaminhamento da questão servil, mesmo ferindo interesses econômicos importantes, era visto como um mal menor diante desse problema e do risco potencial de revoltas de escravos”. (FAUSTO, 2006, p. 218).

Assim, a classe dominante entendia que a liberdade dos cativos deveria ser advinda, mesmo que aparentemente, da sua generosidade, pois se esperava que essa seria recompensada com obediência. Em contrapartida, ceder a liberdade através de leis, como a do Ventre Livre (1871), poderia ser interpretada pelos cativos como um direito e, portanto, poderia, segundo as elites do período, levar o país à guerra.

Somente em 1880 o movimento abolicionista ganhou força, ao espalhar sua propaganda através de jornais e ao criar associações.¹⁰ Entretanto, esse primeiro avanço acabou perdendo ímpeto rapidamente, só sendo revigorado entre 1885 e 1888. Isso se deu, em parte, pela grande fuga de cativos que se dava nas fazendas paulistas. Essas ações eram apoiadas pelo movimento abolicionista que, em São Paulo, mantinha Santos como um centro que abrigava boa parte dos negros que haviam fugido do sistema escravista. Em 13 de maio de 1888, era assinada, pela Princesa Isabel, a lei que abolia a escravatura no Brasil. Entretanto, os cativos encontraram realidades diferentes de acordo com a região onde se encontravam no país. No Rio Grande do Sul, se estabeleceu ideologicamente a substituição do escravizado pela mão de obra livre dos imigrantes europeus, principalmente alemães, italianos e poloneses, entre outros. O que acabou por gerar uma forte exclusão social dos nacionais negros dentro de nosso estado. (FAUSTO, 2006).

Do mesmo modo, esse movimento que privilegiava os imigrantes em detrimento dos nacionais, ajudava, em alguma medida, a fomentar ideias racializadas, onde era defendida a supremacia do branco frente ao negro, garantindo, assim, a solidificação da crença na superioridade racial de um grupo sobre o outro, promovendo, desse modo, a (in)visibilidade de parte da população. (LEITE, 1996).

Fausto (2006) também afirma que durante a Primeira República vários grupos disputavam o poder e entendiam de forma própria como organizar o país. No Rio Grande do Sul, os republicanos gaúchos eram positivistas, o que os

¹⁰ Ver mais em: MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. Os Cativos e os Homens de Bem - Experiências Negras no Espaço urbano. Porto Alegre: Edições EST, 2003.

colocava em coalisão com o Partido Liberal. O estado também se apresentava como a região politicamente mais instável nos primeiros anos da República. De um lado, estavam os positivistas do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR), do outro, os liberais que fundariam, em março de 1892, o Partido Federalista. Os federalistas eram compostos pela elite política que estava intimamente ligada ao antigo Império, enquanto os republicanos eram, em sua maioria, membros da população litorânea e da serra, logo, muitos imigrantes tiveram contato com a propaganda do PRR com maior frequência.

As desavenças políticas entre os dois grupos deflagraram uma guerra cível conhecida como Revolução Federalista, que iniciou em fevereiro de 1893, tendo terminado apenas em 1895. A grande violência resultante desse conflito foi uma de suas marcas. Mesmo após se renderem, muitos dos prisioneiros acabaram sendo degolados por seus adversários. Como sabemos, homens negros haviam participado da Revolução Federalista e muitos destes indivíduos poderiam se apoiar no passado que os ligava a esse conflito. Assim, ter participado da guerra poderia ser visto como um meio de ascensão social por parte dos homens negros, ou talvez poderiam usar de seu legado como soldado para exigir a honra e respeito em determinados espaços sociais. (VENDRAME, 2020).

Isso exposto, ponderamos que, talvez, fosse possível que para os homens negros, das primeiras décadas do pós-abolição, atuar em posições que deveriam lhes garantir certo controle e *status* era uma forma de buscar sobreviver em uma sociedade racializada. Em sua tese, Cláudia Mauch (2011) apresenta casos de homens negros que faziam parte da polícia em Porto Alegre, nos fins do século XIX e começo do século XX. Segundo a autora, esses homens buscavam, através da farda, encontrar espaço na sociedade, enfrentando a discriminação racial¹¹ que lhes era imposta, ao se ampararem no poder conferido pela sua função.

Seria plausível supor que homens negros, como Hilário, também buscassem tal investidura de poder através do trabalho que exerciam. Por exemplo, os negros que ocupavam cargos na polícia em Porto Alegre buscavam uma visibilidade, uma posição, certo reconhecimento e honra, ao usar a farda

¹¹ Para Domingues (2004), a discriminação racial é “[...] um processo de marginalização social, político, cultural e racial imposta ao negro”. (DOMINGUES, 2004, p. 134).

como um escudo. Acreditamos que tal forma de agir e pensar não estava restrita aos negros que trabalhavam exclusivamente nas forças policiais.¹²

E como apontado Karl Monsma (2016) e Maíra Vendrame (2016), imigrantes italianos buscavam responder com violência as afrontas a sua honra, mesmo por parte de autoridades ou daqueles que as representavam. Acreditamos que a honra estava intimamente ligada às masculinidades e virilidades dos grupos aqui estudados. Portanto, não se intimidar frente às autoridades do Estado e burlar o controle estatal, que buscava se afirmar na Serra Gaúcha e interior do estado, poderia ser uma prática corriqueira. Do mesmo modo, seria plausível crer que imigrantes italianos não se deixariam afrontar por homens negros, sejam eles protetores e camaradas de autoridades policiais ou não.

Para Maria Cunha (2019), o imigrante entendia a posição em que se enquadrava socialmente, o discurso do imigrante laborioso fazia parte da realidade propagada não apenas pelas elites, mas pelos italianos que viviam na Serra Gaúcha. Entender e fazer uso dessas vantagens raciais, dentro do Estado, foi crucial e forneceu possibilidades, ou privilégios, aos imigrantes. Ainda, de acordo com a referida autora, a imigração, “[...] era entendida como branqueamento, manter a diferença entre os trabalhadores era funcional para os brancos, a fim de lhes garantir vantagens no mercado de trabalho e na vida social”. (CUNHA, 2019, p. 17).

Logo, podemos concluir que a imigração era entendida, pelas elites nacionais, entre outros fatores¹³, como uma estratégia para o embranquecimento da população brasileira. Na citação de Cunha (2019), podemos observar o poder da branquitude e seu peso social. Os brancos compreendiam, até certo ponto, as vantagens sociais que possuíam devido a sua condição. Esses privilégios eram revertidos em diversos aspectos no dia a dia, não abarcando apenas o mercado de trabalho, mas a vida como um todo. Em alguns casos, tais privilégios

¹² Ver por exemplo: NASCIMENTO, Álvaro Pereira. Recrutamento para a Marinha Brasileira. República, cor e cidadania. In: Miquéias H Mugge e Adriano Comissoli. (Org.). *Homens e armas. Recrutamento militar no Brasil -- Século XIX*. São Leopoldo: Oikos, 2011, v., p. 235-256.

¹³ Dentre os principais objetivos da imigração podemos apontar a substituição da mão de obra escrava pela livre; ocupação e proteção do território; formação da pequena propriedade e uma classe intermediária entre os explorados e exploradores, mas é importante frisar que a imigração também tinha como foco o embranquecimento populacional. (MONSMA, 2016; VENDRAME, 2016).

forneciam zonas de escape para que imigrantes italianos não fossem presos ou condenados por crimes violentos. (VENDRAME, 2014; 2016). Levando em conta esses aspectos, entendemos a branquitude, nesse trabalho, como uma estrutura de poder dominado por pessoas brancas que moldam a sociedade através de sua visão étnica. Assim, a branquitude acabará por tingir as relações interétnicas com a racialização e o racismo.¹⁴

Como afirma Ilka Leite (1996), em contrapartida a esse cenário de privilégios branco, os negros estavam localizados à margem de uma sociedade racialmente hierarquizada, quadro ainda recorrente atualmente. Segundo a mesma autora, no século XX, o negro passou a fazer parte da identidade nacional em construção, ajudando a fomentar o que viemos a conhecer como cultura brasileira. Durante esse mesmo período, no Sul do Brasil, os negros foram excluídos da identidade regional. Isso ajuda a entender a afirmação de Rosa (2019) em relação ao desconhecimento dos brasileiros de outras regiões do país no que diz respeito à diversidade étnica do Rio Grande do Sul. Em suas palavras: “E lá tem negros? Na capital do Rio Grande do Sul? É o que deve estar se perguntando a leitora e o leitor depois de passar os olhos sobre o título deste livro sobre racismo em Porto Alegre”. (ROSA, 2019, p. 19).¹⁵

Entender os motivos desta surpresa, em relação a grande variedade étnica e racial do estado do Rio Grande do Sul, pode ser explicado pelas pesquisadoras e pesquisadores que analisam o período do pós-abolição. Alguns destes (as) pesquisadores (as) criticam a academia e seus membros por não valorizarem, adequadamente, as reflexões propostas por essas pesquisas e não as englobarem em suas análises. Esse é o caso de Álvaro Nascimento (2016), que afirmou: “Ao abster-se do debate, o historiador faz justamente o contrário: não contribui para o combate ao racismo e reproduz as mesmas lacunas

¹⁴ Sobre branquitude, ver: Lourenço Cardoso. *O branco ante a rebeldia do desejo*. Um estudo sobre branquitude no Brasil. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Araraquara, Unesp, 2014; Lia Vainer Schucman. *Entre o “encardido”, o “branco” e o “branquíssimo”*. Raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana. Tese (Doutorado em Psicologia) - USP, São Paulo, 2012; Lia Vainer Schucman & Felipe Luis Fachim. A cor de Amanda: identificações familiares, mestiçagem e classificações raciais brasileiras. *Interfaces Brasil/Canadá*. Florianópolis/Pelotas/São Paulo, v. 16, n. 3, 2016, p. 182-205.

¹⁵ A respeito, ver: OLIVEN, Rubem George. *A parte e o todo*. A diversidade cultural no Brasil-nação. Petrópolis: Vozes, 2006; SALAINI, Cristian Jobi. *“Nossos heróis não morreram”*. Um estudo antropológico sobre formas de “ser negro” e de “ser gaúcho” no estado do Rio Grande do Sul. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2006.

deixadas por autores no passado, recente ou não”. (NASCIMENTO, 2016, p. 610). O mesmo autor aponta que a ausência da compreensão por parte de pós-graduandos em relação às tensões¹⁶ existentes numa sociedade em transformação, acaba por reafirmar uma história única que sempre é repetida e pouco problematizada. Essa repetição está,

[...] marcada pela superioridade cultural e racial dos imigrantes que se avolumaram no Sudeste e Sul do país no fim da escravidão. Retira-nos o conhecimento de uma sociedade cuja diversidade racial era imensa, reduzindo-a à branquidade e à mestiçagem (Sovik, 2004: 376), estando a primeira nos melhores ofícios e posições e a segunda nos limites da pobreza e da sujeição. Impede-nos, ainda, a compreensão dos males provocados pelo racismo para a sobrevivência e ascensão socioeconômica da população negra e indígena do século XIX até os dias atuais. (NASCIMENTO, 2016, p. 610).

Apontar tal aspecto é de grande valia, pois serve como justificativa para a formulação de nossa dissertação. Como é possível observar, nas palavras de Nascimento (2016), a forma de enxergar os estados do Sul do Brasil não é uma exclusividade daqueles que não atuam na academia. É em prol de combater essa (in)visibilidade propagada contra os indivíduos negros, de nosso estado, que escrevemos. Assim como, é em busca de uma maior compreensão sobre as masculinidades negra e branca, dos fins do século XIX e princípios do século XX, que nos aventuramos em nossa pesquisa.

Entendemos a (in)visibilidade racial de acordo com o proposto por Magalhães (2010)¹⁷, onde ela é percebida como um processo complexo que atua socialmente de modo a excluir parte da população. É impossível banir o negro completamente da sociedade, assim, se criam diversos mecanismos para promover sua (in)visibilidade. O objetivo dessa prática não torna o negro

¹⁶ Nascimento (2016) se refere as tensões violentas que geravam desacordos e conflitos na sociedade brasileira nos anos que precediam a Lei Áurea. Do mesmo modo, essas tensões dizem respeito a como teria sido complexo a transformação de uma sociedade que, primariamente, agia e pensava como escravista, mas que agora deveria compreender e se adaptar ao trabalho assalariado, tendo negras e negros, agora livres, exercendo atividades diversas e competindo em um mercado de trabalho em formação.

¹⁷ Magalhães (2010) usa da pesquisa proposta por Leite (1996) para apresentar e entender a invisibilidade propagada sobre a população negra. Seu trabalho consiste em analisar a fundação e trajetória de um clube negro em Novo Hamburgo, fundado em 1922. Entre outros lócus, a autora buscou entender como o associativismo negro se constitui um dos principais meios para combater a desigualdade e exclusão social em uma região etnicamente composta por teuto-brasileiros. OLIVEN, Ruben George. A invisibilidade social e simbólica do negro no Rio Grande do Sul. In: LEITE, Ilka Boaventura (Org.). Negros no sul do Brasil: invisibilidade e territorialidade. Ilha de Santa Caratina: Letras Contemporâneas, 1996, p. 17-31.

invisível, mas procura reafirmar a sua não existência nos diversos âmbitos da vida social.

Usamos a expressão (in)visibilidade, pois uma de nossas hipóteses é a de que o negro, do período estudado, se tornaria juridicamente visível no momento em que transgredia as normativas da sociedade em que se encontrava. Segundo Magalhães (2010), ao transgredirem a lei, a (in)visibilidade do negro era dissipada. Algo que pode ser muito plausível de encontrarmos nas relações interétnicas que analisaremos. Nesse sentido, a visibilidade serviria como um escoadouro do errôneo, que era acionado sempre que um negro representasse uma ameaça ao grupo hegemônico ou agisse de modo a transgredir as normas sociais. Do mesmo modo, entendemos que a visibilidade do negro ocorria quando este buscava ressaltar sua masculinidade e honra, algo que poderia colocar em choque a hierarquia masculina, pautada na branquitude, afrontando, assim, homens brancos, sejam eles imigrantes ou não.

Desse modo, quando, no processo-crime em que Hilário foi agredido, o réu, o ourives Pedro Mocelin, afirma que: “[...] viu um **negro** entrar de **espada na mão** [...]”¹⁸ (APERS, 1905, grifo nosso) encontramos os primeiros resquícios da demarcação racial no documento, bem como as prováveis identidades masculinas que ali se confrontavam e seus embates. Nesse momento, Hilário estava sendo demarcado ao perder sua (in)visibilidade, ganhando visibilidade ao transgredir as normativas daquele espaço. Hilário, transfigurou-se no que Becker (2008) aponta como *outsider*. Em Becker (2008), encontramos aspectos sociológicos que nos auxiliam a compreender melhor a relação entre homens italianos e negros que coexistiam no mesmo espaço, nos finais do século XIX e princípios do século XX. O conceito de *outsiders* é facilmente observável nos momentos de embates protagonizados por essas duas etnias, em Caxias do Sul. Como informado por Becker (2008), o *outsider* consiste na rotulação do outro, daquele que é visto como diferente ou desviante da regra imposta por um grupo social, seja essa uma classe, gênero ou, como nesse caso, uma etnia. (BECKER, 2008).

Também é importante referenciar Fredrik Barth (2000), pois o autor introduz a ideia de que mesmo que as fronteiras étnicas possam ser

¹⁸ APERS. Poder Judiciário. Cível e Crime. Processo-crime da comarca de Caxias do Sul – Cível e crime, nº 1130, maço 40, 1905.

atravessadas por uma gama de forasteiros (*outsiders*) elas ainda permanecem existindo. Logo, quando Hilário circula em um local etnicamente demarcado pela superioridade numérica italiana, ele está exposto as normativas sociais que ali são exercidas, bem como a seus julgamentos. Portanto, as diferenças e conflitos existentes entre as categorias étnicas não ficam associadas a mobilidade entre essas fronteiras, mas sim aos processos de exclusão e incorporação, onde as distinções entre os grupos étnicos são mantidas.

Ainda, para Barth (2000), o isolamento social e geográfico não explica, de forma satisfatória, a manutenção da diversidade social existente nos grupos étnicos. Desse modo, entende-se que os grupos étnicos não estão isolados, mas em constante interação, como visto no caso de Hilário e Mocelin. Logo, não seria correto afirmar que certos grupos étnicos possuem qualidades, estruturas e funções únicas e indistinguíveis, pois acabam, em alguma medida, complementando e assimilando aspectos culturais, primariamente, distintos dos seus ao entrarem em contato com outras etnias.

Entendemos que o choque, entre membros de um mesmo grupo étnico ou etnicamente distintos, acaba por gerar a estigmatização. Para Barth (2000), isso ocorre nos momentos de interação, onde encontramos e reconhecemos as compreensões compartilhadas entre membros do mesmo grupo,

Por outro lado, a dicotomização que considera os outros como estranhos, ou seja, membros de outro grupo étnico, implica o reconhecimento de limitações quanto às formas de compreensão compartilhadas, de diferenças nos critérios para julgamento de valor e de performance, bem como uma restrição da interação àqueles setores em que se pressupõe haver compreensão comum e interesses mútuos. (BARTH, 2000, p. 34).

Acreditamos que essa dicotomização poderia acarretar em diferentes formas de se expressar e compreender as masculinidades do período estudado. Ao trabalharmos as masculinidades, temos por objetivo entender como as identidades masculinas eram expostas nos episódios que iremos estudar, e como são percebidas nas ritualizações dos crimes entre indivíduos negros e imigrantes italianos. Assim, procuraremos problematizar os desdobramentos de casos como o de Hilário Lopes Ferrugem e Pedro Mocelin, entre outros, também tendo como suporte as palavras de Pierre Bourdieu (1999), em seu livro, *Dominação Masculina*. Bourdieu (1999) apresenta, em grande parte do trabalho

citado, as diversas formas de violência e dominação que as mulheres têm enfrentado. Entretanto, seu livro também nos apresenta aspectos das masculinidades, virilidade e cólera que estão intimamente ligados as formas de agir entre os homens. Seja em sua postura, modo de falar, gestos ou agressividade, para Bourdieu (1999) todos esses aspectos são maneiras de se expressar e defender a virilidade masculina.

Para nossa pesquisa, desejamos entender, através do que está elucidado por Pierre Bourdieu (1999), as masculinidades em seu ponto mais crítico e violento. Entretanto, não defendemos que as masculinidades dos fins do século XIX e começo do século XX eram apenas expressões de violência e controle sobre o feminino ou sobre si mesmos. Mas buscamos interpretar e apresentar aquilo que é possível através de nossas fontes, entre elas, os processos criminais. Assim sendo, usaremos dos embates protagonizados e de seus autores para melhor compreendermos o universo em que eles estão inseridos e a maneira como buscaram defender a honra e as masculinidades. Elencamos o conceito de honra, pois ele aparece ligado ao universo masculino, sendo entendido como sinônimo de valentia, bravura, coragem e virilidade.

Ao pesquisar um grande e variado número de fontes, Vendrame (2016) também procurou compreender o sentido da honra para os imigrantes italianos e suas famílias. Tendo como foco o imigrante italiano e suas diversas estratégias para sobreviver no Novo Mundo, a autora percebeu que indivíduos considerados menos honrados tinham sua área de atuação social limitada dentro da comunidade em que viviam. Assim, os campos relacionais eram fundamentais para os sujeitos no momento de proteger sua honra. O imigrante italiano, que tinha sua honra ofendida, buscava prontamente uma reparação da mesma. Caso contrário, estaria sujeito a sanções que poderiam o tornar um pária entre seu grupo. Em outra pesquisa, Vendrame (2014) também constatou que a reparação da honra se tornava ainda mais urgente e violenta caso a desonra ocorresse publicamente e partisse de um nacional. A reparação da honra, no universo colonial em que viviam os imigrantes italianos, serviria para fornecer uma manutenção social e familiar. Nesse sentido, ao buscarem reparar a honra ofendida agiam em prol de defender o nome da família.

Pesquisas como as de Vendrame (2016; 2014) servem como base para entendermos as diversas formas de relações e violências que poderiam ser

geradas através do embate entre imigrantes italianos e nacionais negros. Do mesmo modo, ajudam a compreender como a honra e a virilidade se faziam presentes no cotidiano e pesavam nas relações e escolhas dos agentes que encontramos em nossas fontes. Assim, trabalhos como os mencionados podem auxiliar a interpretar como as masculinidades poderiam ser vivenciadas, diferentemente, para homens negros e brancos.

Nas pesquisas de Vendrame (2007; 2016) encontramos, ainda, análises que se opõem a certas idealizações sobre a vida nas regiões de coloniais presentes na historiografia tradicional. (GOULART, 1978; MANFROI, 1975). Vendrame (2016) analisa as diferentes formas de punições que imigrantes italianos praticavam contra outros grupos étnicos, assim como as reparações que ocorriam dentro do próprio grupo. Utilizando um vasto e diversificado grupo de fontes, Vendrame (2016) também apresentou como eram escolhidas e adaptadas as estratégias utilizadas pelos italianos para imigrar e sobreviver no Novo Mundo.

Outro autor que realizou pesquisas sobre as relações interétnicas entre imigrantes italianos e indivíduos negros foi Monsma (2016). Seus estudos apresentam uma relevante contribuição para que possamos compreender mais das mudanças ocorridas nas fazendas paulistas no período do pós-abolição. A pesquisa referida retrata como poderiam ocorrer as relações entre homens negros e imigrantes italianos, grupo de trabalhadores que passou a ser a preferência dos fazendeiros paulistas¹⁹.

¹⁹ Enquanto, no Rio Grande do Sul, se buscava grupos de imigrantes europeus para defender e ocupar o território, branquear a população, criar uma classe média, entre outros fatores já listados anteriormente, em São Paulo, o imigrante italiano encontrou uma realidade distinta denominada como contrato de parceria. Para Rodrigo Calsani (2010) os contratos de parceria eram firmados com imigrantes que buscavam vir para o Brasil participar do processo de colonização, mas por possuírem poucas condições de custear a viagem recebiam auxílio de fazendeiros e/ou políticos que pagavam metade das despesas com a viagem. Em troca esses imigrantes italianos deveriam trabalhar por um longo período na fazenda de seus *benfeitores*, esse sistema foi muito utilizado nos cafezais paulistas. “[...] um contrato de no mínimo cinco anos com cláusula de ressarcimento, caso o colono resolvesse deixar seu trabalho [...]”. (CALSANI, 2010, p. 29). Na prática esses contratos acabavam por escravizar o imigrante e sua família que chegava ao cafezal. Tudo era contabilizado em favor do dono da terra e virava uma dívida que nunca iria acabar. Desde a terra para o plantio até a enxada para se trabalhar, o imigrante deveria arcar com todas as despesas. Em muitos locais o pagamento oferecido aos imigrantes pelo seu trabalho nas fazendas paulistas era feito em créditos que só poderiam ser gastos na venda dos senhores de engenho que eram donos das plantações de café. Desse modo, o imigrante se tornava completamente dependente do serviço que prestava para esses barões do café, se tornando o *novo escravizado*, preso a um contrato desumano.

Na pesquisa realizada por Monsma (2016), a análise é focada em estudar o papel do imigrante italiano dentro dos cafezais paulistas das últimas décadas do século XIX e os primeiros anos do século XX. Seu foco de pesquisa centrou-se em elucidar como se deu o processo de substituição do negro por esses imigrantes que buscavam encontrar terras próprias para colonizar, mas acabaram por servir aos barões do café, como um novo escravizado através do contrato de parcerias. Monsma (2016) deteve-se em apreender as diversas relações interétnicas que surgiam através desse cenário que desfavorecia o nacional negro em prol do imigrante europeu. Desse modo, Monsma (2016) serviu como bússola do olhar de italianos no que diz respeito aos negros.

Ao analisar documentos como inquéritos policiais, Monsma (2016) apontou que a relação entre homens negros e italianos poderia se consolidar através de estranhamento, insegurança e violência. Isso ocorria porque os italianos temiam ser nivelados com a população negra, o que os levava a reivindicar superioridade sobre a mesma. Em contrapartida, os negros buscavam um tratamento mais digno e respeitoso, não adotando posturas humildes ao interagir com os italianos, o que era suficiente para gerar conflitos violentos. Desse modo, o referido estudo auxilia a entendermos mais sobre as masculinidades e honra, assim como as formas diversas que nacionais negros e imigrantes italianos as compreendiam e expressavam.

Acreditamos que a honra, e os diversos modos de empregá-la, detém um papel-chave para entendermos as diversas expressões de masculinidades. Levantamos essa hipótese ao vermos episódios estudados por Monsma (2016) e Vendrame (2014), onde, geralmente, homens negros acabavam sendo atacados por grupos de italianos, mas nunca por um único indivíduo. Logo, não vemos a honra ser entendida pelos italianos do mesmo modo que era interpretada durante as práticas de duelos dos séculos passados, onde os oponentes deveriam lutar em condições iguais. (THOMPSON FLORES, 2012). No entanto, como é possível perceber, Monsma (2016) e Vendrame (2016) trazem questões que auxiliam no desenvolvimento da presente dissertação, pois ajudam a compreender as relações interétnicas entre negros e italianos no período do pós-abolição²⁰.

²⁰ Outros trabalhos, como *Italianidade no Brasil Meridional: a construção da identidade étnica na região de Santa Maria – RS*, de Maria Catarina Chitolina Zanini (2020), também devem ser

Sobre a questão das masculinidades, é necessário destacar que elas são definidas por diversas variáveis sociais, que devem ser identificadas no momento da interação dos indivíduos. Elas também são distintas dentro do tempo e da forma de as expressar e compreender, bem como também mudam de cultura para cultura. Assim sendo, como afirmou Michael Kimmel (1998), as masculinidades,

[...] variam em diferentes períodos históricos, variam entre homens em meio a uma só cultura e variam no curso de uma vida. Isto significa que não podemos falar de masculinidade como se fosse uma essência constante e universal, mas sim como um conjunto de significados e comportamentos fluidos e em constante mudança. Neste sentido, devemos falar de masculinidades, reconhecendo as diferentes definições de hombridade que construímos. Ao usar o termo no plural, nós reconhecemos que masculinidade significa diferentes coisas para diferentes grupos de homens em diferentes momentos. (KIMMEL, 1998, p. 106).

Logo, segundo as palavras de Kimmel (1998), podemos entender que a masculinidade teria um papel distinto para negros e brancos, nacionais e imigrantes. Desse modo, devemos procurar entender como ela era compreendida, acionada e afetada dentro das relações entre indivíduos negros e os imigrantes italianos.

Outros importantes autores e autoras que trabalham com as questões pertinentes as masculinidades também são caros a nossa pesquisa. Entre tais, devemos citar o trabalho de Robert Muchembled (2012), que pesquisou a importância da violência masculina dentro do período da Idade Média e Moderna, em diversas regiões do globo. Para Muchembled (2012), a violência masculina sempre foi uma realidade que fazia parte do social e do homem. Analisando fontes de diversos períodos e localidades, o autor compreendeu que a violência seria natural a figura masculina, logo, a pesquisa de Muchembled (2012) possibilita ligar os aspectos de masculinidades que são empregados por Bourdieu (1999) e que são encontrados em nossas fontes.

Deivy Carneiro (2018), estudando a injúria e suas mais variadas formas de a interpretar e expor, também auxilia a entender o papel da honra e masculinidades nos espaços de socialização. Já Raewyn Connell (1995) é um

referenciados, mesmo que, nesse momento, optemos por uma seleção bibliográfica diferente para atuarmos sobre o viés da imigração italiana e as identidades étnicas dos italianos nas regiões de colonização.

dos expoentes das questões que lidam com as masculinidades. Sua pesquisa atua com um dos principais conceitos que utilizaremos em nosso último capítulo, as masculinidades hegemônicas. Para Connell (1995), as masculinidades estão em constante conflito, em busca de hegemonia dentro do espaço em que se encontram. Desse modo, Connell (1995) apresenta que a hegemonia está intimamente ligada às questões de violência, portanto, a virilidade estaria vinculada a uma fragilidade e contínua defesa frente as diversas masculinidades que buscavam combater e assumir o lugar da masculinidade hegemônica.

Por último, mas não menos importante, utilizaremos o trabalho desenvolvido por Sueann Caulfield (2000) em que, para a autora, a honra de homens e mulheres estariam, em medidas distintas, vinculadas às questões sexuais e a sua dominância, sendo a subserviência aferida ao papel da mulher.

Tendo observado os aspectos iniciais, que servem como base para nossa análise e escrita, procuraremos agora apresentar um pouco sobre raça-gênero. Assim sendo, faremos uso das palavras de autoras que trabalharam com a ideia de interseccionalidade. Considera-se esse conceito relevante para enxergar aspectos que consideramos importantes de serem problematizados nas fontes que iremos analisar. Segundo bell hooks (2019), feminista negra que luta contra o racismo e o machismo, há uma intersecção das diversas opressões, entre elas, de gênero, orientação sexual, raça e classe social; para a autora, não há uma hierarquia entre elas. bell hooks (2019) aborda a masculinidade negra na atualidade, mostrando como esta é vivenciada. Um dos pontos que mais nos interessa, nos estudos de bell hooks, diz respeito aos ideais normativos de uma masculinidade patriarcal, onde as mulheres estariam sob o controle do masculino. Contudo, essa versão do ideário masculino acaba por excluir outras formas de masculinidades, entre elas, as que levam em consideração as críticas feministas sobre as opressões sofridas por mulheres.

Buscamos, nesse trabalho, corroborar com as palavras de bell hooks (2019) no que tange às diversas formas de masculinidades existentes, sejam as de nosso período ou de épocas passadas. Portanto, acreditamos que os homens negros e brancos buscavam diversas formas de expressar e entender a masculinidade, seja através de comportamentos violentos, de opressão ou não.

Outra autora, de grande importância, que atua em suas pesquisas através da interseccionalidade é Marina Haack (2019). Foi em sua dissertação que

conhecemos bell hooks e agradecemos por poder acompanhar a análise sobre a subalternização da masculinidade dos homens negros na sociedade escravista e as relações entre cativos. A aguçada crítica de seu trabalho nos mostra que os homens negros escravizados não se enquadravam no ideal patriarcal de masculinidade, o que “[...] faz com que tenhamos uma visão incompleta de como esses indivíduos viam a si mesmos e interagem com os seus”. (HAACK, 2019, p. 211). Logo, para Haack (2019), os cativos não estavam emasculados, como muitas pesquisadoras e pesquisadores apontavam, tendo sua masculinidade desvirilizada, o que os colocaria no mesmo patamar e papel que a mulher negra e cativa, mas sim tinham sua masculinidade subalternizada. Entretanto, ainda eram homens, e não sofriam das mesmas atrocidades que as mulheres negras e cativas estavam mais sujeitas a sofrer, como o estupro. (HAACK, 2019).

Haack (2019) também utilizou de processos criminais como fonte primária, e buscou compreender como se dava a ritualização do crime entre cativos e cativas que estavam afetivamente envolvidos. A autora constatou, então, que, mesmo tendo sua masculinidade subalternizada, o homem negro e cativo buscava exercer controle sobre os relacionamentos sexo-afetivos de sua parceira. Nos processos-crime, observou que muitos dentre esses indivíduos estavam dispostos a recorrer a injúrias e violências físicas, se necessário, para defender sua honra e virilidade. Isso se dava, pois, ao estarem ligadas às atividades de rua, mulheres negras, do período estudado pela autora, tinham maior liberdade para agenciar e escolher seus parceiros. Assim, buscavam se relacionar com aqueles que, de alguma forma, pudessem lhes favorecer e agradar, algo que nem sempre era aceito, ocasionando, assim, formas diversas de violência aos quais tais mulheres poderiam sofrer. (HAACK, 2019). Para nós, é importante compreendermos que a masculinidade do homem negro, do período da escravidão, não estava emasculada, e buscava, sim, exercer controle sobre a mulher negra, mesmo que essa estivesse na mesma condição jurídica que os demais cativos. Contudo, nessa dissertação, buscamos entender como se davam os aspectos de masculinidade, honra e virilidade para o homem negro que vivia na Serra Gaúcha do pós-abolição. Os trabalhos de bell hooks (2019) e Haack (2019) fornecem indicações para pensarmos sobre a complexa tarefa de entender a relação entre os aspectos mencionados acima.

Através de Maria Rita²¹ e outras mulheres, Bruna dos Santos (2019) também trabalhou com questões de extrema complexidade ao atuar usando a interseccionalidade como sua principal ferramenta de pesquisa. Ao tratar sobre os diversos caminhos que se cruzam e se chocam com o corpo da mulher negra, a referida autora analisa como as características de raça-gênero estavam ligadas e traziam um grande peso para as relações entre cativos e senhores de escravizados.

Como Santos (2019), acreditamos que a interseccionalidade é uma ferramenta maleável, portanto, buscaremos adaptá-la a nossa análise, a adequando para problematizar os eixos de dominação e opressão nas relações entre homens negros e brancos. O conceito de interseccionalidade ajuda a analisar os homens negros e brancos nas mais variadas formas de interação. Assim sendo, procuraremos entender os sujeitos em suas interações, levando em conta a intersecção entre questões de gênero, raça e grupo social ao qual cada um pertence. A ideia, portanto, é compreender a maneira como os indivíduos entendiam e lidavam com o mundo através de seus próprios paradigmas e crenças, através de formas próprias de compreender a virilidade, honra e o que compunha ser homem. Se faz também necessário elucidar de que maneira questões de raça, racialização e masculinidades estavam presentes nas relações interétnicas entre homens negros e brancos no recorte espacial da presente pesquisa.

Diversos são os trabalhos desenvolvidos sobre Caxias do Sul. Portanto, podemos nos apoiar em vários artigos, dissertações e teses que têm essa região serrana como foco. Certamente, alguns destes trabalhos receberam mais atenção que outros, entre eles, os da historiografia tradicional desenvolvida a partir do centenário da imigração italiana, em 1975, no Rio Grande do Sul. Esta, por sua vez, apresentava fortes passagens sobre a trajetória de imigrantes italianos até o Brasil, focando nas duras realidades de sua terra natal que passava por um processo de unificação tardia e expropriava terras de famílias camponesas.

²¹ Processo-crime da comarca de Rio Pardo – Cível e crime, nº 29, maço 1, estante 50, 1905. “Conheci pelo nome de Maria Rita a mulher mina-nagô, que fez a imposta e certamente traumática travessia atlântica, para ser escravizada no Brasil”. (SANTOS, 2019, p. 33).

Olívio Manfroi (1975), um dos mais famosos autores sobre imigração italiana no Rio Grande do Sul, do referido período, apresentava o italiano como um imigrante ordeiro, que estava fortemente doutrinado pela religião e mantinha atenção especial aos cuidados da família e da terra. Em se tratando, especificamente, de Caxias do Sul, Manfroi (1975) indicou como a mais importante das colônias, usando como prova, para tal afirmação, o rápido desenvolvimento econômico e crescimento da região, que logo buscou sua emancipação, em 20 de junho de 1890. Defendeu que Caxias era um dos alicerces da imigração italiana no Brasil, pois a cidade representava e unificava o que há de mais importante para a comunidade italiana: união, religião e prosperidade.

Outro importante autor do centenário da imigração italiana, que tratou de Caxias, foi Thales de Azevedo (1975), que esteve visitando a cidade entre os anos de 1955 e 1973. Neste período, buscou estudar a cidade caxiense para produzir e publicar sua pesquisa no livro *Italianos e Gaúchos* (1975). O autor apresentou muito do que escritores como Olívio Manfroi (1975) já haviam introduzido em seu trabalho. Entretanto, também apresentou que Caxias era composta por uma diversidade maior de grupos étnicos, deixando claro que não apenas os imigrantes italianos e seus descendentes ocupavam a região e auxiliaram em seu desenvolvimento.

A colônia Caxias começou a ser ocupada por italianos, oficialmente, em 1875. Os autores acima referenciados, bem como outros importantes escritores e escritoras da historiografia tradicional, tais como Jorge Salis Goulart (1978) e Loraine Slomp Giron (1977) concordavam que a ocupação do lugar representava um desafio para todos que para lá se destinavam. Recorrentes foram os relatos de imigrantes italianos que informavam a dificuldade do trajeto até as respectivas colônias.

De acordo com Clici Klein (1984), apesar de as origens étnicas da população da colônia Caxias terem sido predominantemente europeias e italianas, os imigrantes não foram os únicos a se instalar no lugar. Antes dos italianos, alemães, franceses e espanhóis, se fixaram naquele espaço indivíduos de origem luso-brasileira.

Essa pluralidade étnica nos é muito cara, pois foi tal diversidade que permitiu os encontros entre os diversos grupos que habitavam a região. Fabrício

Gomes (2008) afirmou que esses encontros se davam em locais diversos, como a sede da colônia, sendo ali onde “[...] acontecem os contatos mais rotineiros. Lá estão as igrejas, as casas comerciais, a administração. (GOMES, 2008, p. 28). Sendo esses espaços utilizados para “[...] a ostentação dos símbolos étnicos indumentários e dos sinais de prosperidade”. (AZEVEDO, 1975, p. 181).

A colônia Caxias teve forte intensificação no comércio em 1878, quando ocorreu aumento da produção das safras provindas das atividades agrícolas. Inicialmente, os produtos eram apenas comercializados dentro da própria região, mas, como afirmou Sandra Pesavento (1983), logo passariam a vender o excedente para o mercado regional e nacional. O aumento da importância da região acabou por trazer mudanças para o espaço urbano da colônia. Segundo Giron e Heloísa Bergamaschi (2001), o local passou a sediar casas comerciais, casas de pasto, botequins, oficinas e hotéis. Com esse avanço a colônia passou a receber diversos comerciantes de outras regiões, muitos dos quais vinham comercializar a venda de carnes. A união do rápido desenvolvimento da região somados ao aumento populacional e de transeuntes que vinham até Caxias para comercializar seus produtos, incentivou que, aos poucos, os problemas de mobilidade e isolamento da colônia fossem sanados. Afinal, as melhorias das estradas eram um elemento natural para o desenvolvimento contínuo da região.

Portanto, podemos perceber que, seja em seus primeiros dias, ou no posterior avanço e crescimento da colônia e futura cidade, Caxias do Sul sempre manteve um ambiente repleto de diversas etnias. A cidade caxiense mantinha espaços diversos de socialização onde esses grupos étnicos entravam em contato direto, cruzando as mais diversas fronteiras étnicas que poderiam ser impostas por quaisquer dos elementos que ali viviam ou estavam de passagem pela região da Serra Gaúcha. Assim, estudarmos Caxias do Sul e as relações interétnicas presentes no referido espaço diz respeito ao que Gomes (2008, p. 31-32) apontou como ter consciência e se atentar a diferença que uniu os que, “[...] suspostamente, possuíam a mesma origem/costumes e excluiu, conseqüentemente, os *outros*”. Essas diferenças eram identificadas de modos distintos, e tais diferenciadores serviriam para exclusão e sujeição de certos grupos, entre eles, os de nacionais negros.

Assim, mesmo aspectos que poderiam oferecer simetria também estavam sujeitos a desqualificar os *outsiders* dentro das colônias italianas como Caxias

do Sul, entre tais aspectos, até a religião cristã, compartilhada por italianos e nacionais, acionava a diferenciação e conflito. Pois, a forma como a religião era entendida e praticada, pelos diferentes grupos étnicos, também gerava antagonismo.

A fim de responder os objetivos deste trabalho buscaremos nos aproximar do método desenvolvido e apresentado pelos historiadores italianos no final da década de 70, na revista *Quaderni Storici*. A micro-história, desenvolvida por Giovanni Levi, Carlo Ginzburg, Edoardo Grendi e Carlo Poni, tem sua origem, segundo Levi (2016), diretamente ligada às questões políticas vividas na época. As tensões políticas²², as fragilidades das forças progressistas italianas e a crítica a maneira de pensar determinados temas, fez com que elaborassem um novo modelo para incluir na análise outros grupos e perspectivas que trouxessem a complexidade de determinados movimentos históricos. Alterando o foco de análise, a micro-história buscava interpretar a sociedade e seus agentes através daqueles que quase não eram contemplados nas pesquisas acadêmicas.

Para Levi (2016), a micro-história propunha fazer ressurgir as complexidades nas formas de pesquisa dentro de uma historiografia estagnada pelos seus próprios métodos e crenças. Mais do que para contar a história pela perspectiva das camadas mais baixas da sociedade, Levi (2016) argumenta que,

A micro-história nascia, pelo menos em minha opinião, da necessidade de recuperar a complexidade da análise, da renúncia às leituras esquemáticas e gerais para poder observar realmente como se originavam comportamentos, escolhas e solidariedades. (LEVI, 2016, p. 21).

Desse modo, nasceu o que veio a ser conhecido como a redução da escala de observação, delimitando a pesquisa a um acontecimento, indivíduo ou grupo e densificando a análise pelo cruzamento de fontes variadas. Levi (2015),

²² “Eram anos de cansaço da esquerda italiana, no qual muitas tensões e muitos acontecimentos misteriosos nunca foram resolvidos: entre a restauração conservadora depois do outono quente e o ano de 1968, houve atentados terroristas e derrotas do movimento sindical e das suas instâncias de conselho. Esse momento colocou em evidência a fragilidade das forças progressistas na Itália e os limites e a inércia da sua análise política. Filha de uma longa tradição operária, a esquerda italiana ficara confinada em uma imagem estática da estrutura social e se adequara a uma ideia de automatismo, conforme o pertencimento de classe, das escolhas políticas e ideológicas”. (LEVI, 2016, p. 20-21).

ainda argumenta que a micro-história está ligada ao estudo do particular, mas ao contrário do que muitos pensam, ela não trabalha estudando coisas pequenas, e sim “[...] coisas grandes através do microscópio”. (LEVI, 2015, p. 247). Assim, ao se privilegiar o micro e o particular como esferas de análise, busca-se encontrar questões que não estão evidentes em escalas amplas. Desse modo, trabalha-se para,

[...] buscar perguntas gerais que valham para as situações das quais saímos, porém que possam valer em outras situações como perguntas, não como respostas, voltando na sequência aos particulares. Mas somente no sentido de que os particulares são infinitos. (LEVI, 2015, p. 247).

Desse modo, segundo Levi (2015), a micro-história se configura na metodologia que trabalha com as perguntas gerais, mas também com os acontecimentos locais e específicos,

[...] locais não no sentido de localidade, mas específicos, sendo que cada situação é diferente. Devemos ver o particular, não para falar do local, mas para encontrar perguntas gerais que permitam realizar infinitas contestações. (LEVI, 2015, p. 247).

Assim, buscaremos interpretar nossas fontes nos aproveitando do aparato oferecido pela micro-história. Logo, buscaremos enquadrar nossa problemática de pesquisa de modo que sirva de chave para gerar contestações em diferentes ambientes e conjunturas. Dessa forma, acreditamos que estudar as relações interétnicas diz respeito a observar além das trajetórias e modos de vida adotadas por imigrantes e indivíduos negros, mas compreender, ainda, como os costumes de uma sociedade colonial²³ sobreviveram em nosso estado, seja através da adaptabilidade às normas ou à imposição de seus costumes. Do mesmo modo, procuramos perceber através dos conflitos como os homens negros se comportavam e reagem numa sociedade baseada na branquitude.

Contudo, não temos como objetivo realizar um trabalho de micro-história, mas sim utilizar algumas sugestões metodológicas conferidas por seus principais

²³ Segundo Santos (2008, p. 5), o termo colono é uma identidade adquirida pelos imigrantes alemães e italianos ao chegarem ao Rio Grande do Sul, “[...] isto é, proprietários de uma fração de terra denominada *colônia*”. Para Seyferth (2006, p. 38), “No seu significado mais geral, a categoria colono é usada como sinônimo de agricultor de origem europeia, e sua gênese remonta ao processo histórico de colonização [...]. A categoria colono foi construída, historicamente como uma identidade coletiva com múltiplas dimensões sociais e étnicas”.

expoentes, como Levi, Grendi e Ginzburg. Assim, apenas faremos uso do que é mais apreciável para englobarmos em nossa forma de metodologia analítica, mantendo a maturidade de admitir nossas limitações. Logo, entendemos que os trabalhos e formas de pesquisas desenvolvidas por Levi e outras pesquisadoras e pesquisadores, que trabalham com essa metodologia, se fez possível em seu universo particular de tempo e recurso. Não dispomos de nenhuma dessas vantagens, seja devido ao curto tempo que temos para escrever uma dissertação ou aos recursos ínfimos de que o Estado nos fornece, não cuidando do seu próprio patrimônio cultural e científico ao apontar investimentos como gastos. Mas seguiremos nossa pesquisa e luta acreditando que essa singela escrita consiste em uma forma mais do que acadêmica de revolta, sendo assim, que seja um passo ativo no combate dos racismos em todas as suas formas, do machismo em todos os seus cantos, mesmo o mais familiar e pessoal, da homofobia, da xenofobia, assim como toda e qualquer forma de preconceito. Desse modo, corroboramos com Pablllo Vittar quando ela diz que: “[...] nem o **negro** vai voltar pra senzala, nem a **mulher** pra cozinha e nem o **gay** pro armário, meu amor!”. (VITTAR apud PITTY, 2018, grifo nosso).

Entendemos que a diversidade de fontes corrobora para a melhor formulação de uma pesquisa, pois ao se cruzarem, elas complementam e auxiliam nossa análise. Seja ao retificar nossas hipóteses e fontes iniciais, ou desmistificar nossas primeiras considerações sobre a pesquisa desenvolvida; matizar as fontes sempre é benéfico ao trabalho de pesquisar. Nesse sentido, procuramos, através dos jornais *Correio do Município*, *Gazeta Colonial* e *O Cosmopolita*, problematizar as masculinidades e questões raciais em nosso próximo capítulo. Para realizarmos essa pesquisa utilizamos da *Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional*, onde encontramos os três periódicos referidos para análise. Buscamos por ocorrências das palavras: negro(a), mulato(a), cabloco(a), mestiço(a), moreno(a), pardo(a), brasileiro e nacional. Também procuramos, no mesmo escopo temporal que abrange o período de circulação dos três periódicos, incidências dos termos: imigrantes, italiano e colono. Os resultados de tal análise serão apresentados nos próximos capítulos e os dados levantados servirão para problematizarmos algumas das questões pertinentes a essa pesquisa.

Ao trabalharmos com as fontes propostas, acreditamos que o mais caro a nossa pesquisa esteja ligado ao que Alexandre Avelar (2015) aponta como colisão entre o real e o fictício. Assim sendo, pretende-se estipular onde encontramos, nos processos-crime e jornais, as diversas realidades do período estudado, no que tange nossa problemática de pesquisa. Como essas narrativas podem ser utilizadas para se compreender as diversas identidades masculinas e a racialização nos conflitos entre negros, imigrantes italianos e seus descendentes? Essa é uma questão a ser trabalhada e respondida no decorrer da presente dissertação.

Apresentaremos agora um breve resumo dos capítulos que serão desenvolvidos. No primeiro capítulo, analisaremos reportagens presentes nos jornais *Correio do Município*, *Gazeta Colonial* e *O Cosmopolita*. Através destes periódicos, iremos apresentar aspectos sociais que transparecem nas reportagens selecionadas. Analisaremos casos que permitem refletir sobre masculinidades e a racialização dentro das relações interétnicas na Caxias do Sul dos finais do século XIX e começo do século XX. Para tanto, exploraremos um pouco das palavras jornalísticas dos três periódicos selecionados, dialogando de modo com que as reportagens e casos levantados sirvam de costura e palco para o capítulo final de nossa dissertação.

No segundo capítulo, analisaremos os crimes de injúria e violência física entre imigrantes italianos, seus descendentes e indivíduos negros que viviam em Caxias do Sul. Nosso objetivo é entender as diversas identificações que permeavam esses espaços e as tensões que eram exercidas em confrontos e disputas dentro das hierarquias masculinas. Assim sendo, abordaremos nossos principais conceitos aos exemplificá-los através dos processos criminais selecionados para tal. Desse modo, o capítulo irá tratar de uma análise qualitativa, onde se fará possível entender a ritualização das transgressões cometidas, sejam através de injúrias ou violências físicas, bem como os motivos que levavam as mesmas.

2 REPRESENTAÇÕES DE UMA SOCIEDADE – MASCULIDADES E RACIALIZAÇÃO NOS JORNAIS DE CAXIAS DO SUL

“Mesmo expondo-me ao ressentimento de meus irmãos de cor, direi que o negro não é um homem”. (FANON, 1952, p. 26, grifo nosso).

Como eram representadas as masculinidades e de que modo a racialização estava presente nos jornais que circulavam, na primeira década do século XX, em Caxias do Sul? Quais comportamentos ditavam socialmente como um homem honrado e viril deveria se portar? Os negros apareciam em tal fonte? Se sim, com que frequência? De que maneira? Essas são algumas das perguntas que buscaremos analisar neste capítulo. Para tanto, iremos fazer uso de textos diversos encontrados em três periódicos distintos, *Correio do Município*, *Gazeta Colonial* e *O Cosmopolita*, que circularam em Caxias do Sul.

Contudo, antes de adentrarmos as fontes mencionadas, procuraremos esclarecer a escolha dos referidos periódicos em detrimento de outros. Em pesquisa realizada na *Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional* foram localizados três jornais que circularam em Caxias do Sul no período de nosso interesse - *Correio do Município*, *Gazeta Colonial* e *O Cosmopolita*. Além desses, diversos outros periódicos tratavam de assuntos da referida municipalidade, porém eram escritos em língua italiana e não farão parte de nossa análise. São eles: *Città Di Caxias*, *Il Colono Italiano* e *La Libertà*.²⁴

Examinando exemplares dos jornais *O Brazil*, *A Encrenca*, entre outros, verificamos que eles não possuíam material condizente com o que nos propomos analisar e responder nesse capítulo, ou não correspondem ao mesmo escopo

²⁴ Em sua pesquisa, Gustavo Valduga (2007) utilizou-se dos jornais *La Libertà* e o *Il Colono Italiano*. *La Libertà* teve sua primeira publicação realizada em 13 de fevereiro de 1909. Acabou por ser adquirido por João Fronchetti, pároco de Conde d’Eu e seus dois sócios, Adolfo Morreau e João Carlotto. O periódico *Il Colono Italiano*, teve uma circulação curta entre janeiro de 1898 a agosto de 1898. Ambos os periódicos trabalhavam defendendo os interesses católicos de imigrantes italianos, que viviam na região, das autoridades locais. *Città di Caxias* foi fundado em 1º de janeiro de 1913. Era publicado semanalmente e teve um período de circulação mais longo, sendo impresso até 1922. Suas reportagens estavam voltadas ao desenvolvimento de Caxias do Sul e atualidades da Itália. Era dirigido por seu fundador, Ernesto Scorza, entretanto, seu proprietário era Emilio Fonini.

temporal de nossa pesquisa. Portanto, optamos por manter nosso foco nos jornais *Correio do Município*, *Gazeta Colonial* e *O Cosmopolita*.

O periódico *Correio do Município* tinha circulação semanal, sendo entregue ao público leitor em todas as quintas-feiras e domingos. Não foi encontrado na *Hemeroteca Digital*, e em outros sites de busca, o período de circulação do *Correio do Município*, bem como seu proprietário e redator. As informações correspondentes ao período de circulação, proprietário e redator não constam nas páginas do jornal, algo que parecia comum a época, mas, neste caso, o periódico apresentou, apenas, que sua diagramação era realizada por diversos colaboradores.

O jornal *Gazeta Colonial* foi fundado em 09 de dezembro de 1905, era impresso no município de Caxias do Sul, e circulou até 05 de dezembro de 1908. Sua edição era semanal, sendo disponibilizado aos sábados. O proprietário e redator do jornal era o Promotor Público Herculano Montenegro, personagem dos dois capítulos de nossa dissertação. Mesmo com curta duração, o periódico esteve fortemente ligado às questões políticas de Caxias, se opondo, durante todo seu período de circulação, ao Partido Republicano Rio-Grandense (PRR), na região de colonização italiana.

Em 3 de agosto de 1902 surgia o jornal *O Cosmopolita*, diretamente ligado aos interesses das regiões coloniais e que circulou até 24 de outubro de 1908. Diferentemente da *Gazeta Colonial*, *O Cosmopolita* era favorável à política do PRR no município. Seu fundador, editor e proprietário era o republicano Maurício Nunes de Almeida, jornalista, advogado e tenente coronel da Guarda Nacional. O periódico mantinha uma periodicidade semanal e era disponibilizado aos sábados.

Acreditamos que, ao trabalharmos com os três jornais apresentados, conseguimos encontrar aspectos suficientes que nos auxiliam a problematizar questões relacionadas às masculinidades e a racialização do período. Enfatizamos, assim, que nosso foco é realizar uma análise qualitativa do material coletado em detrimento da quantitativa. Assim sendo, iremos introduzir os casos encontrados, continuamente, sempre buscando analisá-los através dos conceitos-chaves que foram apresentados na introdução do presente trabalho.

O interesse pelo município de Caxias do Sul está ligado, entre outras questões, a vasta quantidade de fontes, como os jornais que circulavam na

localidade. A cidade caxiense, anteriormente denominada como Colônia Caxias, e, ainda mais antigamente, conhecida como Fundos de Nova Palmira, Nova Milano ou Barracão²⁵, era uma das primeiras regiões de colonização italiana fundadas no Rio Grande do Sul na década de 70 do século XIX. Além dela, Conde d'Eu, Dona Isabel e Silveira Martins eram as outras colônias estabelecidas no território sul-rio-grandense, que passaram a receber famílias de imigrantes italianos²⁶.

As colônias listadas acima nos revelam expressivas diferenças entre os modelos imigratórios²⁷ adotados pela Província de São Pedro do Rio Grande do Sul e a província paulista, no século XIX. Enquanto a primeira buscou incentivar a formação de colônias para assentamento de imigrantes, visando formar uma classe intermediária entre o cativo e o grande fazendeiro²⁸, proteger as fronteiras da província e fomentar um branqueamento populacional, Monsma (2016) defendeu que a segunda estava mais propensa a utilizar da mão de obra imigrante para ocupar o espaço que anteriormente era destinado aos cativos.

Em comparação com as outras colônias fundadas na região da Serra Gaúcha, Caxias do Sul rapidamente se desenvolveria economicamente,

²⁵ A denominação Barracão se tornou costumeira por existir, no local, uma edificação destinada ao abrigo provisório dos imigrantes que chegavam na Colônia Caxias. O lugar também ficou conhecido como Campo dos Bugres, nome que remetia à antiga presença de indígenas caingangues na região. ORIGEM do nome. *In*: Prefeitura de Caxias do Sul. Caxias do Sul, c2021. Disponível em: <https://caxias.rs.gov.br/cidade/origem-do-nome>. Acesso em: 07 mai. 2020.

²⁶ Essas levas de italianos, que chegavam ao Brasil, representavam uma mudança significativa no cenário de seu país de origem, a Itália. Com a unificação tardia, consolidando a Itália em um dos mais novos Estado Nação, diversas famílias italianas tomaram o caminho da emigração transoceânica. Para João Bertonha (1998), a crescente busca pelo desenvolvimento e modernidade, propostas pelas políticas capitalistas ocidentais, usurpavam terras que eram usadas para o cultivo, principal e, em muitos casos, único meio de subsistência das famílias italianas. Giuseppe Bertazzo (1992) apontou que a terra se tornará um meio de vida impróprio nesse novo mundo, pois, como relatou, os altos impostos consumiam mais do que o camponês poderia pagar. Segundo Thales Azevedo (1975), o alto índice populacional também gerava uma crise interna, pois na tentativa do novo estado de gerar empregos e deslocar a população do campo para as indústrias e cidades em crescimento, a massa campesina acabava por lutar por um número ínfimo de empregos se comparada com o grande número populacional, um dos maiores do período dentro da Europa.

²⁷ Pesquisadoras como Maíra Vendrame (2016) e pesquisadores como Calsani (2010) e Marcos Witt (2015) encontraram em suas análises vários indícios do porquê essa grande massa imigrante se aventurava em terras estrangeiras. Além da vasta quantidade de propagandas que atingiam públicos na Europa e no território nacional, as cartas encaminhadas por aqueles que imigravam e viviam no Brasil também serviam como incentivo a viagem transatlântica.

²⁸ Certamente, devemos nos atentar que a sociedade gaúcha não era composta apenas por cativos, libertos e grandes fazendeiros. Homens livres atuavam em diversas profissões, entre elas o trabalho no campo, exército, entre outros. Assim, uma complexa e diversificada cadeia de trabalhadores fazia parte da realidade nacional e gaúcha. Sobre o trabalho livre durante o século XIX, ver a obra de Maria Franco. Homens livres na ordem escravocrata. Fundação Editora UNESP. São Paulo. 1997.

tornando-se um centro de referência. De acordo com Manfroi (1975), “[...] de simples sede colonial passou a ser o 5º distrito de São Sebastião do Cai, cidade de Caxias e, enfim, a Pérola das Colônias”. (MANFROI, 1975, p. 62).

Figura 1 – Mapa da localização de Caxias do Sul na Serra Gaúcha



Fonte: Caxias do Sul. (2021).

De acordo com a historiografia clássica, da qual destacamos os estudos de Manfroi (1975) e Goulart (1978), ganharam destaque as áreas de colonização italiana localizadas na Serra Gaúcha, sendo exaltada a importância do grupo imigrante para o progresso da região²⁹. Os imigrantes foram apresentados como homens e mulheres muito religiosos, ordeiros, pacíficos e trabalhadores, povo que sabia tratar a terra e dela tirar seu proveito como ninguém. Um grupo homogêneo, que tinha na italianidade, espalhada pela província, as mais benéficas e importantes características para o desenvolvimento do Rio Grande do Sul, através do trabalho e da religião. (GOULART, 1978; MANFROI, 1975). Entretanto, como apontado por Vendrame (2007, p. 29): “[...] a história das comunidades coloniais se mostrava mais complexa e contraditória daquela apresentada pela historiografia tradicional”.

²⁹ O historiador Mário Maestri (2005) denominou como “geração de 1975” as publicações realizadas no Centenário da Imigração Italiana no Rio Grande do Sul. Entre os principais estudiosos da geração de 1975 estão: Olívio Manfroi, Carlos Albino Zagonel, Rovílio Costa e Thales Azevedo. O discurso historiográfico empregado nas pesquisas desses autores acabou por levantar diversas dúvidas pertinentes para o contínuo estudo sobre a temática da imigração.

Ao analisarmos nossas fontes podemos observar uma nova realidade histórica, a de um imigrante não tão pacífico e trabalhador, um grupo não tão homogêneo quanto a historiografia clássica apontava. Uma região serrana que não havia sido desbravada, unicamente, pela mão do imigrante que estava isolado em sua colônia. Assim, é visando representar a história de uma Caxias do Sul pluriétnica que escolhemos tal município como foco principal de nossa dissertação. Uma cidade que estava repleta de vida e diversidade muito antes de sua emancipação.

Outro aspecto importante, em relação a localidade selecionada, diz respeito aos reflexos da realidade que era defendida por autores como Manfroi (1975). Tais visões ainda não se dissiparam em boa parcela da sociedade gaúcha e brasileira. Não é surpresa ver, todos os anos, jornalistas apresentando uma Serra Gaúcha moldada pela mão do imigrante, repleta de costumes e culturas passadas geração após geração, por descendentes brancos de italianos e alemães. Esses aspectos acabam por refletir a imagem de um lugar sem a presença de outras etnias, uma região do sul do Brasil ocupada, essencialmente, por imigrantes e seus descendentes de europeus. (ROSA, 2019; WEIMER, 2007).

Kieling (2010, p. 7) aponta as mudanças ambientais “[...] ocorridas durante o processo de desenvolvimento urbano de Caxias do Sul, destacando os principais impactos ambientais oriundos desse processo”. Também ressalta que a imigração italiana propiciou o desenvolvimento da comunidade caxiense. Em diversas partes de seu texto, a autora afirma que,

Os imigrantes italianos foram os grandes responsáveis pela organização e rápido desenvolvimento das cidades da região nordeste do Rio Grande do Sul, com a abertura de estradas, o fortalecimento do comércio e o aparecimento da rede ferroviária, houve um grande avanço da região, onde antes era uma área inexplorada e inacessível, agora passa a ser um dos principais focos comerciais do estado, tanto pela agricultura como pelas indústrias ali instaladas. (KIELING, 2010, p. 25).

Entendemos, assim, que a presença de outras etnias, além da italiana, não ganha espaço na maior parte dos trabalhos que analisam a história de Caxias do Sul. Juliana Bublitz (2004) aponta a colonização europeia como a,

[...] principal matriz de desenvolvimento regional do País. Não seria exagero afirmar que o empreendimento colonizador, marcado pelo regime de trabalho familiar e livre, pela policultura e pela pequena propriedade, represente um consenso entre historiadores, sociólogos e economistas quanto à sua importância para o desenvolvimento do Brasil meridional, em especial do Rio Grande do Sul. Não raro, atribui-se ao trabalho dos imigrantes europeus a modernização da agricultura, a ampliação do comércio e a expansão da indústria no Estado. O crescimento populacional e a sua relevância para a demografia de determinadas áreas também demonstrariam, por meio de altos índices de longevidade e de escolaridade, a dimensão social daquele empreendimento. (BUBLITZ, 2004, p. 1-2).

Podemos perceber, nas citações transcritas, ideias semelhantes as propagadas por autores como Manfroi (1975), que apontavam como justificava para o desenvolvimento da região serrana a presença de imigrantes italianos, não apresentando grandes justificativas que sustentassem tal afirmação. Como aponta Ilka Leite (1996), esse contínuo modo de se apresentar Caxias do Sul acabou por excluir do pensamento nacional a presença de outras etnias que também habitavam a região.

Para Rosa (2019), estudos como os anteriormente apresentados também acabam transmitindo a ideia de distribuição étnico-racial do espaço, levando a crer que existem barreiras intransponíveis entre cidade e campo. Desse modo, era como se homens e mulheres negras existissem apenas em zonas marginalizadas do estado, mesmo ao conviver em cidades importantes ou em núcleos coloniais. Assim, os italianos coexistiriam em suas colônias, não interagindo com o todo que os cercava, logo não mantendo relações com outras etnias, como a negra.

Não estamos aqui negando a relevância da população italiana para o desenvolvimento de Caxias do Sul, mas sim salientando que outros grupos étnicos também passaram a ocupar aquele espaço e colaboraram para o desenvolvimento de uma cidade que é e era etnicamente plural, algo que diversas pesquisas acabam por não ignorar.³⁰ O fato do município ter surgido a partir da emancipação de um núcleo de colonização italiana não serviria como

³⁰ O historiador Marcos Tramontini (2000), discutindo a imigração alemã, mostrou como a colônia de São Leopoldo foi instalada em território previamente habitado por lusos, negros e indígenas, que os colonos disputaram vários recursos entre si e que aquela povoação não vivia isolada, como uma historiografia mais tradicional defendia. (TRAMONTINI, Marcos Justo. *A organização social dos imigrantes: a colônia de São Leopoldo na fase pioneira (1824-1850)*. São Leopoldo: Unisinos, 2000).

prova para afirmar que no local também não se estabeleceram sujeitos de origens étnicas diferentes.

Diversos estudos³¹ identificaram a presença negra nos espaços colônias do Rio Grande do Sul. Nas regiões de ocupação alemã, parte dos imigrantes utilizavam do trabalho cativo no período anterior ao da abolição da escravatura. Segundo Witt (2014), apesar de a lei não permitir a presença de mão de obra escravizada nas colônias alemãs, os imigrantes possuíam cativos “[...] para tentar agigantar suas produções e seus negócios”. (WITT, 2014, p. 24). Para o mesmo autor, a presença da mão de obra escrava foi percebida como bem importante para os alemães, pois,

Comprar e vender escravos tinha implicações econômicas, políticas e sociais. Do ponto de vista econômico, significava ter recursos suficientes para adquirir esse tipo de mão de obra; em termos políticos, demonstrava percepção da realidade e condições de dialogar com as autoridades locais; do ponto de vista social, significava equiparar-se com os vizinhos nacionais. Em outras palavras ter escravos proporcionava agigantamento econômico e projeção político-social – leia-se status. (WITT, 2014, p. 23).

Desse modo, compreendemos que o imigrante não esteve em um ambiente homogêneo, o que ajudou a propiciar diversos embates e crises internas nas regiões de imigração. Como afirmam Stormowski (2005) e Gomes (2008), a presença do nacional negro também se fez presente nas zonas coloniais italianas onde, muitas vezes, serviam para auxiliar na abertura de estradas e desmatamento das áreas demarcadas para colonização. Tal presença pode ser percebida através dos conflitos deflagrados entre esses dois grupos étnicos³² e as formas de reparação social que os imigrantes acionaram em relação aos negros. (VENDRAME, 2014).

³¹ *Presença e contribuição dos afrodescendentes no município de Caxias do Sul – 1875 a 1950*. Artigo publicado pelo pós-graduando da UPF – Universidade de Passo Fundo, Lucas Caregnato, em 2010, é um dos exemplos de trabalhos desenvolvidos por pós-graduandos que apresentavam a diversidade étnica presente em Caxias do Sul. Diversos outros autores e autoras também apresentaram material que apontam a presença de negros na região serrana, muitos dos quais, apresentamos em nossa Introdução.

³² Para Max Weber (1991) o grupo étnico não se define pelas características raciais ou mesmo culturais. Ele é pensado através da ideia de pertencimento subjetivamente definido. Max Weber (1981) ainda afirma que se deve procurar a etnicidade através das atividades de produção, manutenção e aprofundamento das diferenças, pois são elas políticas identitárias. O pertencimento afirmado por Weber aparece no contato interétnico, no confronto com o diferente, o que gera o desprezo, pelo que foge dos padrões aceitos. Segundo Santos (2008, p. 2) isso acaba “[...] despertando neste embate entre o ‘nós’ e os ‘outros’ o sentido de unidade grupal”. Já

Neste estudo, apresentaremos mais informações que nos auxiliem a compreender melhor a Caxias do Sul dos fins do século XIX, e como ela se apresentava nos primeiros anos do século XX, assim como aqueles que ali viviam. Nosso foco consiste em refletir sobre como negros e italianos interagem e enxergavam uns aos outros ao reafirmar suas identidades e expressar suas masculinidades. Seria possível encontrar indícios de disputas em termos de masculinidades e racialização dentro das relações interétnicas apresentadas nos periódicos selecionados? Da mesma forma que buscamos encontrar fontes que nos possibilitam pensar as masculinidades, racialização e relações interétnicas, também procuramos episódios em que as questões de gênero podem ser relevantes para a nossa análise.

2.1 Honra, masculinidades e gênero nos jornais de Caxias do Sul – O ser homem em uma sociedade pautada na virilidade e violência

Valerio Pellíni, **o monstro**, que em Anna Rech, pretendeu negociar, com um turco, por 400\$000 reis, **a honra de uma filha**, de 18 annos de idade, fugiu para Faria Lemos, município de S. Sebastião do Cahy. O sr. Nicola Salerno, **digno e activo delegado de polícia**, telegraphou, ao seu collega, em S. Sebastião, no sentido de capturar **o bandido**. (REGISTRO..., 1909, grifo nosso).^{33 34}

O trecho acima, retirado do jornal *Correio do Município*, apresentou o caso de Valerio Pellíni e sua pretensa tentativa de vender a honra de sua filha com dezoito anos de idade, para um homem, identificado na reportagem como *turco*. Pellíni seria um dos muitos imigrantes italianos, ou descendentes, que viviam na região de colonização da Serra Gaúcha. O caso teria ocorrido em Ana Rech³⁵, e

para Handler (1984) a identidade étnica é construída em busca da diferenciação, e essa acaba por transparecer como um grupo étnico pensa.

³³ Neste trabalho, optamos por preservar a grafia original de todos os documentos que serão utilizados.

³⁴ REGISTRO Aureo. Correio do Município, Caxias do Sul, ano 8, n. 726, 21 jan. 1909. Disponível em:

<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=882283&pesq=negro,%20mulato,%20crioulo,%20moreno,%20africano,%20cabloco&pagfis=21>. Acesso em: 01 dez. 2019.

³⁵ O município de Ana Rech foi fundado em 1927 e está localizada à doze quilômetros de Caxias do Sul, na parte nordeste do território sul-rio-grandense. Após um ano da sua emancipação acabou voltando ao controle administrativo da cidade de Caxias do Sul, sendo agora seu distrito. O então distrito Ana Rech foi batizado em homenagem a uma imigrante italiana de mesmo nome, sobre a qual existem trabalhos acadêmicos a respeito dessa interessante personagem. Para mais informações sobre o distrito e a imigrante Ana Rech ver: *Un viaggio senza ritorno: a trajetória de uma camponesa italiana no brasil meridional*. (Vendrame, 2017).

Valerio Pellíni, procurando fugir das autoridades, teria se dirigido até Faria Lemos, município de São Sebastião do Caí. Ao selecionarmos essa reportagem temos por intuito demonstrar algumas das possíveis formas de se expressar as masculinidades e virilidade do período, bem como o que se esperava do papel feminino e masculino naquela sociedade.

Entendemos que, de acordo com as palavras do jornal, é possível perceber que a honra estava sendo vinculada a aspectos distintos, para homens e mulheres, e que as masculinidades e virilidade encontravam formas variadas de serem expressas. No que diz respeito à mulher, a honra estava ligada a sua castidade, e essa deveria ser preservada e controlada por seus familiares, principalmente pelos homens que compunham sua família.

Para Silvia Federici (2017), a honra seria a única propriedade que as mulheres possuíam durante a Idade Média. Devido aos longos e complexos processos de transição do feudalismo para o capitalismo, a figura feminina teria perdido espaço e autonomia através de um processo forçado de mudanças que buscou moldar a mulher na dócil e servil dona de casa. Assim, um intenso movimento de degradação social do feminino ocorreu em todos os locais da Europa durante a época Moderna. Na França, as mulheres eram legalmente vistas como imbecis, na Itália, denunciavam cada vez menos os abusos sofridos para os tribunais. Na Alemanha, elas deveriam ter tutores, caso ficassem viúvas, e, ainda, lhes era proibido andar sozinhas em espaços públicos, pois poderiam ser violadas e sofrerem com injúrias.

De acordo com Federici (2017, p. 199-200), como um “[...] processo de infantilização legal”, as mulheres passaram, cada vez mais, a perder seu poder perante a sociedade, no que diz respeito a sua capacidade de autonomia, escolha, liberdade de se encontrar em espaços públicos, entre outros. Elas eram consideradas “[...] inerentemente inferiores aos homens — excessivamente emocionais e luxuriosas, incapazes de se governar — e tinham que ser colocadas sob o controle masculino”. (FEDERICI, 2017, p. 202).

Outra autora que corrobora com esses apontamentos é Andrea Campos (2010). A autora aponta que a violência contra a mulher estava intimamente ligada a sua sexualidade e ao controle desta, por parte dos homens. Logo, aos homens recaia a responsabilidade das escolhas e de tutelar as liberdades femininas. As mulheres que buscavam lutar contra o padrão comportamental

socialmente aceito e visto como correto, bem como contra o controle masculino, acabavam por ser condenadas moralmente, sendo socialmente obrigadas a acatar a subordinação. Como afirmado por Federici (2017), na Idade Moderna, as principais vilãs eram as esposas desobedientes, bem como a desbocada, a bruxa e a puta. As mulheres que recebiam tais classificações não eram apenas o alvo da fúria da comunidade onde habitavam, mas também eram as escolhas favoritas dos dramaturgos moralistas, que as ridicularizavam em suas peças.

Nesse sentido, de acordo com Federici (2017) e Campos (2010), a caça às bruxas foi uma derrota feminina que modificou completamente as bases do que era ser mulher. Foi através da perseguição realizada contra as mulheres nos séculos XVII e XVIII que se forjou o comportamento feminino considerado ideal como o da esposa dedicada aos cuidados do lar e da família. No período auge da caça às bruxas, as mulheres eram vistas como servas do demônio, manipuladoras, libidinosas insaciáveis, fofoqueiras, entre tantos outros adjetivos negativos. Após séculos de violência, a mulher adotou a postura que a sociedade lhe impunha e, assim, passaram a ter sua imagem ligada à castidade, pureza e benevolência, sendo, inclusive, a presença feminina considerada benéfica aos homens, pois, através de sua docilidade, acreditava-se que ajudariam a conter os ímpetos de selvageria masculina.

De acordo com Marina Haack (2019), a liberdade de estar em contato com locais públicos e poder explorar melhor sua sexualidade estava intimamente ligado a honra da mulher.

Ainda assim, na experiência cotidiana o contato com a rua possibilitou tanto firmar parcerias, laços de amizade e solidariedades que ultrapassavam os limites da propriedade, quanto ter parceiros afetivos, sexuais e desenvolver relações mais “simétricas”, para utilizar uma expressão de Chalhoub (2012). (HAACK, 2019, p. 175-176).

Nesse caso, Haack (2019) e Sidney Chalhoub (2012) se referem às mulheres negras cativas que viviam a executar tarefas nas ruas, desde lavar roupas até vender produtos nos centros de vilas e cidades. Essas atividades lhes forneciam mais autonomia e as faziam competir diretamente com a figura masculina nos espaços públicos. No entanto, essa liberdade de circular e assumir trabalhos como vendedoras e lavadeiras afetava diretamente a honra

dessas mulheres, pois quanto maior a autonomia menor a consideração e respeito que poderiam desfrutar perante a sociedade.

Mesmo que a análise de Haack (2019) se centre nas mobilidades sexo-afetivas de mulheres negras escravizadas, a autora buscou explicar que honra, enquanto sinônimo de castidade, era vinculada, em primazia, à mulher branca do período. Isso ocorria porque o corpo da mulher escravizada estava sob a posse legal de seu senhor ou senhora. Portanto, a coerção sexual era uma realidade que poderia marcar, constantemente, a vida das escravizadas e escravizados. Logo, o conceito de honra composto e defendido por uma sociedade branca patriarcal, normalmente, não estaria vinculada às mulheres escravizadas e suas realidades.

O trecho do Jornal *Correio do Município* apresentado no começo do presente subcapítulo permite pensar que a relação entre a virgindade e a honra feminina ainda estava presente na sociedade de Caxias do Sul, no início do século XX. O indivíduo Valerio Pellíní negocia a honra de sua filha, com um homem, apontado no periódico como turco, pela quantia de 400\$000 reis. Desse modo, ao realizar o acerto, o pai da jovem de dezoito anos reforçava uma das normas sociais presentes que atribuía aos homens, pais ou maridos, o papel de controlar ou encaminhar negociações acerca da (des)honra das mulheres do grupo familiar. Ou seja, os homens possuíam ou buscavam possuir o controle sexual sobre mulheres e filhas. Cabia aos homens, pai, irmãos, tios ou primos, domínio sobre a sexualidade feminina. Nesse sentido, a honra das mulheres e de toda a família estava vinculada à castidade e a submissão das figuras masculinas. (BOURDIEU, 1999).

No caso apresentado, Valerio Pellíní poderia acreditar estar exercendo o seu direito de controle sobre a sexualidade de sua filha, algo que parecia natural a figura paterna desta sociedade. Entretanto, podemos interpretar as ações de Pellíní como uma estratégia, considerada por tal imigrante como válida. Logo, Pellíní entendia que poderia exercer o controle sobre a sexualidade de sua filha e barganhar com outros homens, em benefício próprio, caso achasse necessário. Assim, ao negociar a virgindade da jovem, o pai não entendia estar deteriorando sua honra ou a honra de sua família, pelo contrário, ele, como patriarca, estava exercendo seu direito de controle sobre o corpo feminino. Supervisionar a sexualidade feminina era uma ação interpretada como válida,

dentro daquele espaço. Contudo, vemos que, apesar de a sociedade caxiense entender como correto o controle dos homens sobre as mulheres e suas sexualidades, a ação de Pellíní não foi aceita pela comunidade.

Mesmo que estejamos, neste caso, tratando de um pequeno trecho de jornal, devemos considerar que ali estavam sendo usados qualificativos étnico-raciais compreensíveis aos leitores. Dos quatro personagens envolvidos naquela trama, dois têm os seus sobrenomes italianos destacados – tanto o *monstro*, como o *digno e ativo* delegado de polícia. E outros dois estão ali como inomináveis. Uma delas é a filha cuja honra (a perda da virgindade) foi vilipendiada pelo próprio pai,³⁶ o outro é um *turco*, nomeado apenas por essa referência étnica e nacional, a nosso ver de forma pejorativa.

Não podemos, principalmente quando acessamos fontes históricas, naturalizar as noções usadas, pois assim não compreenderemos os diálogos e potenciais entendimentos entre quem escrevia o jornal e o plural público que o lia. O que seria o *turco* para os periodistas? Seria um indício de racialização ou etnocentrismo? Esses *turcos* eram, provavelmente, indivíduos imigrantes oriundos do Oriente Médio, portanto não-europeus – nesse sentido, é uma categoria que pode ser acionada como ferramenta de diferenciação e exclusão e, portanto, de acusação. Segundo as fontes disponíveis, que pensam o Brasil como um todo, “os ‘turco-árabes’ constam com 2,5 % do total de migrantes – dados de 1884 até junho de 1943. São 106.088 em um universo de 4.195.832 migrantes”. (JARDIM, 2000, p. 104 -107).

Todos os imigrantes do Oriente Próximo foram classificados como turcos até 1892, quando os sírios passaram a ser inscritos separadamente. Como o Líbano era considerado parte da Síria até a primeira Guerra Mundial, todos os libaneses foram incluídos entre os sírios. Os libaneses foram alistados à parte pela primeira vez em 1926. Todavia, tanto antes como depois de 1892, a grande maioria dos imigrantes registrados como turcos eram de fato sírios e libaneses com um pequeno grupo de armênios. (KNOWLTON, 1961, apud JARDIM, 2000, p. 108).³⁷

³⁶ A não exposição de seu nome pode ser vista como uma espécie de proteção dada por aqueles homens a uma mulher ofendida, mas cai por terra ao ser anunciado o nome e sobrenome de seu pai, o que joga a vergonha sobre toda a família.

³⁷ JARDIM, Denise Fagundes. *Palestinos no Extremo Sul do Brasil*. Identidade étnica e os mecanismos sociais de produção da etnicidade. Chuí/RS. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2000; KNOWLTON, Clark S. *Sírios e Libaneses: Mobilidade Social e Espacial*. São Paulo, Editora Anhambi, 1961.

Como não-europeus, estes *turcos* não se coadunavam com o projeto imigrantista e o projeto de nação em desenvolvimento. Eram uma espécie de alteridade indesejada, integrada por indivíduos não-brancos ou dotados de uma branquitude subalternizada.³⁸ Talvez esse *outsider* fosse um *mascate* e contava, nessa alteridade negativa, o fato de não trabalhar na terra.

Quando o caso ocorrido foi exposto, Valerio Pellíní teve sua imagem atacada publicamente no jornal *Correio do Município*, vindo, inclusive, a ser adjetivado como *monstro* e *bandido*, pelo impresso. Tais injúrias prejudicavam a honra do ofendido, demandando, portanto, que reparações fossem realizadas pelo mesmo a fim de garantir proteção quanto aos possíveis prejuízos morais. Quando Pellíní foi chamado de *monstro* e *bandido*, percebemos a gravidade social do ato cometido. E, ao mesmo tempo em que injuriava Valerio Pellíní, o periódico fornecia os devidos louros ao delegado de polícia, Nicola Salerno, apontado como digno e ativo. Essas são palavras interessantes, pois remetem, diretamente, a dois conceitos-chave elencados ao delegado de polícia. Ser digno e, portanto, ser honrado, e ser ativo em sua função, logo, enérgico, viril, másculo.

Podemos encontrar, nos adjetivos empregados a Salerno, diversos elementos que remetem ao que seria um homem de respeito para a sociedade caxiense da primeira década do século XX. Ser honrado poderia estar vinculado a função desenvolvida, pois a posição de delegado garantia a Salerno certo controle e status social e era um trabalho exclusivamente desempenhado por homens. Do mesmo modo, não bastaria que Salerno tivesse galgado tal posição dentro da força policial, ele deveria se mostrar ativo, logo, alguém que desempenhava a sua função seriamente e com eficiência, o que estaria vinculado tanto a honra quanto a sua masculinidade. Na sociedade estudada, honra e virilidade pareciam estar no âmago do que concerne ser um homem de respeito para a população branca de origem europeia em Caxias do Sul. E aceitar e fazer uso dos privilégios sociais que constituíam um padrão branco e

³⁸ Sobre branquitude, ver: CARDOSO, Lourenço. *O branco ante a rebeldia do desejo*. Um estudo sobre branquitude no Brasil. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Araraquara, Unesp, 2014; SCHUCMAN, Lia Vainer. *Entre o "encardido", o "branco" e o "branquíssimo"*. Raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana. Tese (Doutorado em Psicologia) - USP, São Paulo, 2012; SCHUCMAN, VAINER, Lia; FACHIM, Felipe Luis. A cor de Amanda: identificações familiares, mestiçagem e classificações raciais brasileiras. *Interfaces Brasil/Canadá*. Florianópolis/Pelotas/São Paulo, v. 16, n. 3, 2016, p. 182-205.

masculino, muito provavelmente, deveria ser parte da estratégia empregada pelos imigrantes.

Por conseguinte, Valerio Pellíní se transfigurou no outro, identificado como aquele que estava desregulando as normativas sociais e sendo apontado como o diferente, devendo, portanto, ser expurgado. (BECKER, 2008). Os casos de injúria e violência eram motivados pela quebra das regras sociais que eram defendidas pelos grupos dominantes na sociedade estudada neste trabalho. Entretanto, acreditamos na hipótese de que as normas não eram fixas e poderiam se locomover em certas circunstâncias e momentos. Do mesmo modo, os grupos mais subalternos estavam em constante negociação e luta por melhores condições de vida e, nesses movimentos, muitas vezes, se expunham ao embate com aqueles que ocupavam melhor posição econômica e possuíam maior prestígio social. A princípio, podemos não compreender o peso de determinadas transgressões e comportamentos na sociedade de Caxias do Sul, no período estudado. Mas devemos ter em mente que mesmo as mínimas infrações poderiam ocasionar falatórios contra alguém que transgredisse as normas sociais estabelecidas, ocasionando embates físicos que poderiam levar à morte.

Devemos levar em consideração que a transgressão que o periódico apresentou era relevante para as diversas etnias que circundavam Caxias do Sul, afinal, todos estes grupos compunham o público-alvo dos meios de comunicação que existiam na cidade, e os impressos não iriam se ocupar com matérias desnecessárias que não chamassem a atenção do público. Logo, ao questionarmos os motivos que teriam levado o jornal *Correio do Município* a escolher apresentar o caso em suas páginas, acabamos por compreender que as ações dos agentes ali apresentados poderiam violar a tranquilidade da população da região, ou, ao menos, atrair o interesse dos leitores. Qual seria a leitura realizada por parte daqueles que se deparavam com tal publicação? Certamente, a forma como um nacional receberia a notícia seria diferente da forma que um italiano ou seus descendentes iriam interpretar a mesma publicação.

Acreditamos que aqueles que escreviam o jornal tinham consciência desse delicado jogo de contrapartes, ou seja, escrever e apresentar notícias que iriam atrair o maior número de público possível, sem correr o risco de ofender a

nacionais ou imigrantes, especialmente, os italianos, grupo majoritário dentro da região de Caxias do Sul. Isto exposto, entende-se que a imprensa poderia e deveria compreender as fronteiras étnicas que estavam presentes em Caxias, pois os grupos que compunham a cidade tinham formas próprias de entender sua cultura e o mundo que a circundava. Logo, existiam situações em que mesmo os imigrantes italianos ou seus descendentes seriam atacados pela sociedade, tendo sua honra ou sua integridade física violadas. Algo que fica muito claro no caso apresentado pelo *Correio do Município* e o modo como se referia à figura de Valerio Pellíní.

Levantamos a hipótese de que, talvez, seja possível que Pellíní fosse adjetivado de forma tão agressiva não apenas por negociar a virgindade de sua filha, mas por fazê-lo com um *turco*, logo, alguém de costumes, crenças religiosas e etnia diferente. Como afirmado em páginas anteriores, o patriarca buscava controlar as relações sexo-afetivas das mulheres de sua família, usando de tal ferramenta como uma estratégia social para manter seu controle sobre sua família, gerando, assim, benefícios para sua pessoa e familiares através da união em casamentos que eram planejados. Entendemos que a união entre famílias de etnias diferentes ocorria dentro do espaço físico que estudamos, mas fica evidente que existiam barreiras étnicas impostas que visavam impedir que tais práticas fossem corriqueiras. Impossibilitar a união de etnias distintas pode ter solidificado costumes como atacar famílias de italianos e nacionais que se relacionassem de tal maneira, bem como seus descendentes, uma mistura do sangue nacional, ou de outras etnias, com os italianos, vide processo-crime que apresentaremos em nosso último capítulo e que nos possibilita apresentar mais sobre esse levantamento.

Outro caso, apresentado no mesmo periódico, também pode auxiliar a entender a sociedade caxiense e os exemplos de masculinidades e virilidade dos princípios do século XX. Esta ocorrência foi apresentada na reportagem publicada no *Correio do Município*, no dia 4 de fevereiro de 1909. Sob o título *Carreteiro Perigoso* (CARRETEIRO..., 1909)³⁹ era noticiado que Pedro Rizzon e sua mulher, ambos residentes em Antônio Prado, se dirigiram, a pé, até Caxias do Sul, para consultar um médico local. Porém, em Nova Trento, encontraram-

³⁹ CARRETEIRO perigoso. *Correio do Município*, Caxias do Sul, ano 8, n.789, 4 de fev. 1909.

se com Benjamim Soares Boeira,⁴⁰ que conduzia uma carreta que tinha como destino também Caxias. Nesse encontro, Rizzon acabou por negociar uma passagem ou carona para sua senhora, o que foi prontamente concedido por Boeira. Prestativo, Pedro Rizzon ajudou sua mulher a embarcar e seguiu caminhando na dianteira do veículo.

Porém, no trajeto, Rizzon acabou ficando para trás, momento em que ouviu os gritos de socorro de sua esposa. Ao se aproximar, Pedro Rizzon encontrou Boeira “[...] forçando sua companheira, que energicamente, luctava, **defendendo sua honra**; Rizzon então atirou-se contra o **nojento** Benjamin, em defesa de sua mulher”. (CARRETEIRO..., 1909, grifo nosso). Nesse embate, Rizzon recebeu vários ferimentos na cabeça e outros lugares do corpo, sendo que todos foram produzidos por “arma contundente”. De acordo com a notícia, aquele conseguiu livrar a companheira das “[...] garras do **famigerado e nojento** Boeira”. (CARRETEIRO..., 1909, grifo nosso).

Ao chegarem em Caxias do Sul, Pedro Rizzon e sua esposa apresentaram queixa ao senhor delegado de polícia Nicola Salerno. Esse, como afirma o periódico, tomou todas as “[...] providencias, no sentido, de castigar Boeira, duas vezes criminoso” (CARRETEIRO..., 1909). Novamente, vemos que Salerno deveria responder aos anseios sociais da população de Caxias do Sul, que esperava providências da autoridade policial em relação ao episódio ocorrido. Também fica evidente que a matéria dá certeza de que Salerno irá tomar tais providências, o que nos leva a cogitar que o delegado dispunha de certo reconhecimento e que o jornal investia no elogio às autoridades públicas, como uma forma de aproximação ao partido hegemônico no estado. Essa questão se destaca nas duas matérias apresentadas no *Correio do Município*.

Outro ponto de interesse, sobre o episódio de violência apresentado acima, está ligado ao momento em que ocorria a tentativa, por parte de Benjamim Boeira, de abusar sexualmente da mulher de Pedro Rizzon, quando a mesma se encontrava sozinha. O fato do marido se encontrar próximo ao veículo não impediu Boeira de atentar contra a sexualidade da mulher que conduzia em seu veículo. Ao ouvir os gritos de socorro, Rizzon parte em socorro da esposa,

⁴⁰ Benjamim Soares Boeira era referenciado nessa matéria apenas como Benjamim Boeira. Somente em sua última aparição no jornal *Correio do Município* seu nome do meio é informado. O nome da mulher de Pedro Rizzon, Emilia Rizzon, só consta na última publicação do caso.

impedindo, assim, a tentativa de abuso. Na reportagem não se menciona se existia algum tipo de rivalidade entre os indivíduos envolvidos, ou se teria surgido outro conflito no decorrer da viagem. Destacamos que um dos pontos que consideramos mais importantes do caso apresentado reforça o que Campos (2010), autora referenciada nas primeiras páginas desse subcapítulo, aponta sobre a tradição machista, “[...] o limite para o assédio masculino sobre uma mulher não é a vontade contrária desta, mas a interdição imposta por um outro “macho””. (CAMPOS, 2010, p. 66). Portanto, não importava para Boeira que a mulher, inominada nesta matéria do jornal *Correio do Município*, não desejasse ter relações com ele. Pela imposição da força e buscando reafirmar sua virilidade, o carreteiro tentou abusá-la e só desistiu quando um homem, Pedro Rizzon, se interpôs entre ele e sua vítima. Essa forma de agir e pensar também foi estudada por Bourdieu (1999), onde, para o autor, os estupros atuam para além das questões de dominação do masculino sobre o feminino, mas também para reafirmação da masculinidade e virilidade do homem. Assim, para o referido autor, práticas como os estupros coletivos seriam um ritual onde a virilidade dos presentes é testada diante de seus pares. (DUTRA, 2020).

Devemos também questionar os motivos deste e demais casos que serão apresentados terem ganho espaço nas páginas de um jornal que circulava em uma das mais importantes cidades de colonização italiana, nos primeiros anos do século XX. Sendo assim, utilizaremos das palavras de Vendrame (2016) para encontrarmos o aporte necessário a fim de pensarmos sobre esse importante aspecto,

Uma das práticas que deviam ser controladas nas sociedades camponesas eram os falatórios. Constrangedor para quem fosse alvo dela, era uma forma de controlar àqueles que não observassem os princípios morais defendidos pelo grupo. Os que residissem num determinado núcleo eram julgados de acordo com a imagem que a vizinhança fazia deles. Enquanto um tipo de humilhação, os rumores tinham, portanto, a função de restaurar o equilíbrio local fazendo com que os indivíduos voltassem a se comportar segundo as normas aceitas. Nesse sentido as fofocas exerciam domínio sobre os comportamentos, pois ninguém desejava ser alvo dos comentários. (VENDRAME, 2016, p. 307-308).

Mesmo não tratando de falatórios entre vizinhos, o jornal *Correio do Município*, assim como os demais meios de comunicação, no espaço estudado, poderia servir de modo a constranger os indivíduos que “[...] não observassem

os princípios morais defendidos pelo grupo”. (VENDRAME, 2016, p. 307). Logo, podemos entender que, do mesmo modo que as fofocas, as páginas dos jornais, deste período, poderiam servir como meio de impor barreiras sociais que buscavam moldar o comportamento da sociedade caxiense.

O conflito entre Pedro Rizzon e Benjamim Boeira não acabou após o primeiro ter salvado a esposa das investidas do dono da carreta. Nas páginas do *Correio do Município*, do dia 25 de março de 1909, sob o título de a *Explicação Necessária*, são apresentados os seguintes esclarecimentos,

Tendo a imprensa local noticiado um facto de somenos importancia, havido entre o abaixo assignado e o casal Pedro Rizzon, na tarde de 3 de fevereiro ultimo no logar denominado São Gothardo, caminho de Nova Trento, de maneira tal, que sem a presente explicação passaria como verdadeiro, venho com esta por em evidencia, sem a menor colorosação, o facto ocorrido⁴¹. (BOEIRA..., 1909).

O denunciado Benjamim Soares Boeira apresenta seus esclarecimentos sobre o ocorrido, que é publicado no *Correio do Município*.

Como passageiros, tomaram passagem em minha carreta, no dia predito, Pedro Rizzon e sua mulher Emilia, com destino a São Sebastião do Cahy e em chegando próximo a igreja de Gothardo, o referido Pedro, por **motivo frívolo, como o de não achar-se bem accommodado conjunctamente com a carga, rompeu numa gritaria infernal, gesticulando contra mim e dirigindo-me palavras grosseiras e insultuosas pelo que, fui forçado a dizer-lhe que decesse da carreta e fizesse a viagem como entendesse, o que bastou para que Pedro me agredisse**. Esse procedimento inesperado, obrigou-me a uma imediata repressão, **servindo-me de um relho, unica arma que trazia e applicando o correctivo que merecia Pedro pelo seu procedimento**, produzi-lhe pequenas contusões sem importancia.

Assim **castigado pela sua insolencia**, predispunha-me a prosseguir minha viagem, deixando o casal Rizzon, quando fui surprehendido com o pedido feito por Pedro, para que consentisse continuar a viagem em minha carreta no que consenti. (BOEIRA..., 1909, grifo nosso).

Frente ao pedido, a viagem continuou até o local de destino, a cidade de Caxias do Sul. Porém, segundo Boeira, que achava que tudo havia sido resolvido entre ele e Rizzon, foi surpreendido com a notícia de que esse último havia apresentado queixa contra ele à autoridade policial. Segue assim seu relato,

⁴¹ BOEIRA, B. S. *Correio do Município*, Caxias do Sul, ano 8, n. 743, 25 de mar. 1909. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=882283&Pesq=Carreteiro%20Perigoso&pagfis=86>. Acesso em: 14 abr. 2020.

[...] foi elle a presença da autoridade policial, narrar o facto, dizendo, porem, não pretender processar-me, e sim, entender-se commigo a respeito. E assim succedeu, pois pediu-me como indennisação a quantia de 25.000 reis, dizendo-me que se não fosse pago iria processar-me ao que accedi, para evitar maior incommodo, ficando Pedro pago e satisfeito.

Quanto ao que se foi escripto com relação a mulher Emilia, foi uma phantasia, porquanto, não houve no percurso feito de N. Trento a esta villa, por minha parte, o menor desrespeito, nem a intenção de abusar de sua honra.

Esta e a verdade sem a menor omissão. (BOEIRA..., 1909, grifo nosso).

Ao vir a público prestar explicações, Boeira buscou fornecer esclarecimentos contra as acusações que afetavam a sua honra perante aqueles que o conheciam localmente. Assim, vemos que o desfecho deste conflito acabou privatizado na instância policial através da indenização feita por uma das partes envolvidas. A passagem para a instância judiciária envolveria outros custos pecuniários, muito superiores aos ganhos que pequenos lavradores poderiam arcar, além de poder prejudicar o nome dos envolvidos, em especial, o de Boeira.

Portanto, entendemos que não apresentar justificativas públicas, em relação ao ocorrido, seria o mesmo que não defender a sua reputação, o que prejudicaria as atividades como carreteiro, bem como as demais relações na sociedade em que vivia. Acusações divulgadas publicamente poderiam ter um impacto social avassalador na vida de Boeira, caso não fossem devidamente explicadas. Como afirma Mariana Thompson Flores (2012), a honra era considerada como um bem inestimável. Assim, perder a quantia de 25.000 reis e, provavelmente, pagar para ter sua carta de explicação publicada, não era nada comparado com o que a desonra poderia lhe proporcionar ao ser alvo da acusação e investigação pela tentativa de desonrar uma mulher casada, além de também agredir o marido da mesma.

Para Barrington Moore (1999, p. 12-19), “[...] o prejuízo à reputação era tão importante quanto o prejuízo material”. Pelas ações apresentadas por parte de Boeira, podemos supor que a sua reputação lhe era muito cara. Como é apontado por Thompson Flores (2012), o crime de calúnia e injúria tinha grande peso social para aqueles que viviam no século XIX. Mesmo o Código Criminal (BRASIL, 1830), da época, já dispunha de leis específicas para tais delitos. Ao

lhermos as palavras de Boeira, fica evidente que esse peso social, relacionado a honra, ainda era uma preocupação primária no início do século XX.

A carta de Boeira também apresenta fortes indícios do que era ser um homem honrado para a sociedade caxiense. É possível perceber também que a violência física era uma forma de ação aceitável para disputas, ao se aplicar punições ou corretivos. Se assim não fosse, Boeira não teria explicado os pormenores do conflito, caso a acusação de violência verbal e física pudesse lhe gerar algum constrangimento. O mesmo se serviu do relho, única arma de que dispunha, para se defender dos ataques de Rizzon, que não portava objeto algum. Sobre os machucados causados no rival, Boeira afirmará que eram sem importância.

Para finalizar nossa análise do caso, vamos ao último parágrafo da publicação e vemos que Boeira acusa um conterrâneo de ter instigado Rizzon a apresentar denúncia a autoridade policial. Afirma que “[...] se não fosse as insistentes instigações de Lucio Companolo, não seria a **digna autoridade policial** incomodada por Pedro Rizzon”. Mais que isso, acrescenta que “[...] não teria o abaixo assignado neste momento de **refutar uma notícia** dada pela imprensa local informada”. Assim, termina aconselhando o sr. Companolo “[...] **que cuide de suas obrigações e não continue a explorar factos que não lhe dizem respeito**”. (BOEIRA..., 1909, grifo nosso).

Expor quem havia se envolvido em assunto que não lhe dizia respeito era também uma forma de humilhar. Desse modo, Boeira, ao mesmo tempo em que buscava apresentar suas justificativas sobre o ocorrido, expunha seus conterrâneos italianos. Não ficar calado frente aos ataques e apresentar esclarecimentos públicos era uma maneira de reparar ofensas a honra pessoal por conta de fatos já conhecidos localmente. Configura-se, assim, uma comunidade composta por indivíduos que se atritavam e se irmanavam, disputando recursos limitados, entre eles a honra e o prestígio social. Os jornais, assim, tornam-se uma espécie de observatório social, mas também palco de enunciação e disputa destas *mercadorias* tão valorizadas, como o respeito comunitário.

Nas duas reportagens analisadas, até então, os embates eram entre imigrantes italianos e outras etnias que não a negra. Nos casos apresentados, os sujeitos usaram dos recursos que dispunham para alcançar seus objetivos,

defendendo a sua honra e impondo sua masculinidade, mesmo que através da violência. Os conflitos entre imigrantes italianos e nacionais, tendo especial foco nos conflitos entre homens negros e imigrantes italianos, é um dos assuntos que focaremos no presente trabalho em nossas próximas páginas.

2.2 O trabalho e a honra – O caso Longaretti e o trabalho como mestre do caráter prático

Segundo autores como Bourdieu (1999) e Robert Muchembled (2012), as masculinidades e suas mais diversas formas de interagir e de pensar estariam intrinsecamente ligadas às questões de honra e virilidade. Os casos problematizados, neste subcapítulo, tratam desses conceitos, tendo como objetivo central entender possíveis gatilhos para atos de violência e como a honra poderia estar, ou não, ligada às ações do dia a dia dos homens que viviam em Caxias do Sul.

A primeira reportagem que analisaremos foi publicada no dia de 7 de novembro de 1908, noticiada pelo jornal *Gazeta Colonial*, referente a condenação “[...] a 21 annos de prisão cellular, no Estado de S. Paulo, do moço Longaretti, por ter, como diz um jornal italiano, num momento de desespero, **sahido em defesa de seu velho pae e da honra de uma jovem irmã**, e morto ao **coronel** Diogo de Campos Salles”.⁴² (O CASO..., 1908, grifo nosso). O periódico ainda afirmava que não se tratava de um caso recente, mas de um ocorrido no tempo da presidência de Campos Salles (1898-1902), irmão de Diogo Salles, que fora assassinado. Segundo a reportagem, teria sido a irmã de Longaretti, “[...] **covardemente deshonrada** e o velho pae, **ferido pela vergonha que sobre sua familia vinha cahir**, foi, prontamente, buscar satisfações do ocorrido com Diogo Salles. Esse, referenciado na notícia como fazendeiro e coronel, agiu como “[...] si ainda estivéssemos **no tempo em que as senzalas forneciam as primicias que os sinhós moços haviam de gozar**, em vez de dar uma satisfação ao pobre velho, **levantou contra elle o chicote**”. (O CASO..., 1908, grifo nosso). Nesse momento, Longaretti acabou por se

⁴² O CASO Longaretti. *Gazeta Colonial*, Caxias do Sul, ano 3, n. 131, 7 nov. 1908. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=237302&pesq=diogo%20salles&pagfis=16>. Acesso em: 04 mai. 2020.

colocar no caminho entre “[...] o **colono** [seu pai] e o sr. Diogo Campos Salles que tombou morto e Longaretti foi preso”. (O CASO..., 1908, grifo nosso).

Certamente, podemos facilmente observar o peso social da honra, na reportagem apresentada no caso Longaretti e Diogo Salles. Fica evidente que a honra estava fundamentalmente vinculada à família e suas diretrizes, desde a forma como se portar em público, as vestimentas, profissões, entre outros. Todos esses tópicos influenciavam na reputação de uma pessoa ou família. No universo masculino, a honra e a masculinidade o moldavam desde a primeira infância, não sendo aceito que aspectos atribuídos a feminilidade fossem apresentados por quaisquer homens. Aqueles que demonstrassem características femininas, tanto físicas quanto comportamentais, provavelmente seriam atacados ou desconsiderados socialmente. Não seria incomum que homens considerados afeminados fossem vítimas de abuso sexual, sendo o estupro uma prática que busca ressaltar a virilidade e a dominação sobre tudo o que é feminino. (BOURDIEU, 1999).

No caso de Longaretti, a honra e a masculinidade estão fortemente vinculadas. Isso fica evidente quando o jornal aponta que, pela tamanha vergonha que sentia pelo ocorrido a sua filha, um colono, ao que tudo indica, de idade avançada, enfrentou um coronel fazendeiro, pois desejava tirar satisfações quanto à desonra a qual sua filha fora sujeita. O caso se mostra ainda mais alarmante, pois, além de coronel e fazendeiro, Diogo Salles, segundo as páginas do jornal, era irmão do então quarto presidente do Brasil República, que havia assumido o cargo em 1898.

É muito interessante percebermos que a honra não estava vinculada a uma classe social. Podemos especular que a honra estava presente em diferentes camadas sociais, e em diferentes grupos étnicos. Para cada um destes grupos, a honra poderia representar e ser defendida através de certas particularidades, do mesmo modo que as masculinidades. De certa forma, podemos perceber isso na notícia sobre Longaretti, pois, enquanto o jornal noticiava que Diogo Salles desonrou, vergonhosamente, a filha de um colono, esse era visto como alguém que lutava para defender a sua honra e a de sua família. Logo, vemos a proteção da honra de um homem apontado como colono, provavelmente, italiano. Observamos, mais uma vez, o peso da honra e a

necessidade da defesa pública dela, que ocorreu através do momento em que é publicado nos jornais o ocorrido.

Como afirma Bourdieu (1999), a honra estava vinculada para além dos valores nobres reforçados pela elite, ela também atuaria como uma chave que desencadearia o medo e o ódio. Como mostra o referido autor, ela “[...] se torna um *habitus*, lei social incorporada”. (BOURDIEU, 1999, p. 64). Nesse sentido, ela molda o privilégio masculino em uma cilada, levando o homem ao absurdo de, constantemente, necessitar afirmar e reafirmar sua virilidade e reputação em qualquer circunstância. Algo que poderia colocar em risco a vida do homem que segue tal *habitus*, bem como a de seus familiares e amigos. Logo, a honra é uma carga e uma via de mão dupla, pois pode levar a ações positivas, como proteger um inocente, ou negativas, como agredir alguém.

Também estão evidenciados, nesse caso, fortes aspectos de virilidade. Para Bourdieu (1999), a virilidade seria uma vulnerabilidade inata de todo homem, e ela precisa, necessariamente, ser validada diante de seus pares. Desse modo, quando o pai de Longaretti buscou defender a honra de sua família, também estava por reafirmar sua virilidade, ao realizar tal ato na frente de seu filho. Portanto, entendemos a virilidade, nesse trabalho, como,

[...] uma noção eminente *relacional*, construída diante dos outros homens, para os outros homens e contra a feminilidade, por uma espécie de *medo* do feminino, e construída, primariamente dentro de si mesmo. (BOURDIEU, 1999, p. 67).

O mesmo aplicou-se às ações de Longaretti, que atacou Diogo Salles de tal modo que o levou à morte. O jornal não noticia como se deu o atentado à vida de Diogo Salles, mas sabemos que a maioria dos crimes do período, que levavam à morte, ocorria através de armas cortantes e perfurantes. (THOMPSON FLORES, 2012).

No que diz respeito à violência, ela seria incitada pelos investimentos em jogos e esportes, principalmente nos esportes de luta. Tendo como objetivo primário, a reafirmação da virilidade através da prática esportiva violenta. Norbert Elias (2000) destaca que o esporte faz parte do processo civilizador, servindo para acalmar emoções fortes e disciplinar práticas necessárias à civilidade. Para o autor, a violência exacerbada se constituiu em um processo de descivilização, que se desenrolou durante o século XX através do embrutecimento dos

costumes e o minguar das práticas gentis e cordiais ocasionadas pela grande violência do período. Assim que, por meio da vitória e de feitos considerados grandiosos, dentro do esporte, buscou-se ressaltar os mais viris entre os homens. (BOURDIEU, 1999). Para Muchembled (2012), a violência representaria uma necessária forma encontrada para defender a honra masculina entre os próprios homens. Nesse sentido, talvez seja possível pensar em hierarquias masculinas, onde os considerados mais honrados, viris e socialmente abastados teriam vantagens sociais sobre os demais, assim como o respeito e inveja dos mesmos.

Um aspecto interessante do caso é que o jornal não apresenta como se deu a discussão entre as partes envolvidas. Assim, podemos supor que não importava para a sociedade, que lia a publicação, as palavras dos representantes da família Longaretti ou de Diogo Salles, o que importava do caso era o que havia ocorrido entre os italianos e o nacional que havia desonrado uma imigrante, logo, se buscava, dentro da reportagem, trazer alento e reparação para os italianos e italianas que viviam no Brasil e se deparavam com a notícia.

O caso Longaretti também permite realizar interpretações e levantar questionamentos para além das problematizações sobre honra, masculinidades e virilidade. Acreditamos que essa reportagem também apresenta importantes levantamentos sobre as questões raciais do período. Isso se deve, em primazia, quando o periódico aponta que o coronel fazendeiro, Diogo Salles, agia como se estivesse “[...] no tempo em que as senzalas forneciam as primícias que os sinhós haviam de gozar [...]”. (O CASO..., 1908). Assim, o jornal acaba por reafirmar que nos tempos do cativo, os escravizados e escravizadas deveriam arcar com os desejos de suas senhoras e senhores, mesmo quando estes fossem sexuais. Esse ponto acaba por remeter a questões anteriormente abordadas em nosso texto ao referenciarmos Haack (2019).

Tamanha foi a reverberação do caso que a *Gazeta Colonial* ainda afirmou que, “[...] esse facto teve repercussão de funesta gravidade: foi um dos motivos que mais pesaram na decisão do governo italiano, proibindo, pelo decreto Prinetti⁴³, ainda não revogado, a emigração para o Brasil”. (O CASO..., 1908).

⁴³ Segundo Lucy Hutter (1982), o ato normativo ministerial foi aprovado pelo Comissariado Geral da Emigração, em 26 de março de 1902, na Itália. Segundo ele, ficaria proibida a emigração subvencionada para o Brasil. (HUTTER, 1982).

No final da reportagem, é informado que o Dr. Fortunato Barreto, tendo visto a injustiça cometida com Longaretti, iria interpor em seu favor no Superior Tribunal Federal. E tanto nas colônias italianas de São Paulo, quanto nas do Rio Grande do Sul, foram vários os que manifestaram apreço pelo apoio fornecido por Barreto. Foi assim que “[...] um álbum que já contém mais de 20.000 assinaturas de italianos aqui residentes”, acabou por ser encaminhado a Barreto como forma de prestar apreço aos seus serviços prestados a Longaretti e sua família. E foi tal movimentação que voltou a chamar a atenção dos noticiários em 1908. (O CASO..., 1908).

Devemos nos atentar que o caso acima exposto foi apresentado nas páginas do impresso *Gazeta Colonial*, um jornal que tinha como proprietário e redator o Promotor Público Herculano Montenegro. Herculano, por sua vez, mantinha uma postura política contrária ao PRR, e, mesmo dentro do curto tempo de circulação da *Gazeta Colonial*, o jornal se manteve firme contra a influência dos Republicanos, em Caxias do Sul e região. Logo, Montenegro era contrário à política do PRR e à política empregada pelo Partido Republicano Paulista (PRP), o qual elegeu, em 1898, Campos Salles, irmão do referido Diogo Salles, que teria cometido o ato de selvageria ao desonrar a filha de um imigrante italiano. Podemos imaginar de que modo os grupos étnicos, em Caxias do Sul, recebiam essas notícias e posicionamentos por parte dos jornais que circulavam na região. Ao adotarmos, novamente, as palavras de Fausto (2006), entendemos que o PRR tinha forte presença na serra, portanto, o partido deveria estar em constante contato com os imigrantes italianos do local, bem como com as demais etnias que por ali circulavam. Ao dar margem e reavivar a notícia do caso Longaretti, Montenegro poderia estar visando uma forma de minar a força do PRR dentro da Serra Gaúcha e, mais especificamente, dentro de Caxias do Sul, mostrando a falta de honra dos membros do partido, e como os Republicanos tratavam os imigrantes italianos.

Seria possível finalizar a análise do caso de Longaretti nesse momento. Entretanto, acreditamos ser mais proveitoso unificá-lo a uma publicação do jornal *O Cosmopolita*, ocorrida em 19 de outubro de 1909, intitulada *O Trabalho*. Segundo as palavras que constam no periódico, o trabalho seria mestre do caráter, pois faria nascer “[...] a disciplina e a obediência, a força de vontade, a atenção, a aplicação e a perseverança”. (SMILES, 1909, p.1). Ele seria

responsável pelo crescimento das nações e do próprio homem. Em contrapartida, para S. Smiles, autor do texto publicado, a ociosidade seria a perdição do homem, corroendo o coração das pessoas e das nações, de tal modo como a ferrugem consome o ferro.

A agricultura e o ato de trabalhar com a terra eram entendidos e reproduzidos, em Caxias do Sul, como uma das atividades de trabalho mais importantes. Talvez seja possível que, para a população caxiense e demais locais da Serra Gaúcha, a realização de atividades laborais, estejam ligadas à terra ou não, estivessem diretamente relacionadas à honra.

Os processos de expropriação de terras ocorridos durante a formação tardia do estado italiano tornaram a terra um dos maiores objetivos daqueles que emigravam para o Brasil. Diversos fatores estão inclusos nesse cálculo, como as intensas propagandas imigrantistas e o grande desejo das famílias italianas em serem proprietárias de seu próprio espaço. Do mesmo modo, o imigrante era tido como alguém que vem para trabalhar, ocupar áreas devolutas, abrindo estradas e plantando para sobreviver. Além disso, fazia também as regiões coloniais se desenvolverem através de uma série de outras atividades artesanais e comerciais. Vemos aí, que já existia uma expectativa quanto a essas famílias, o local e o modo como elas deveriam se portar.

No caso anteriormente analisado, entre Longaretti e Diogo Salles, a reportagem foi enfática em apontar o pai de Longaretti como colono, uma condição comumente assimilada pelos imigrantes italianos. Como afirma Giralda Seyferth (2006), o colono seria uma identidade do agricultor europeu que atuaria no Brasil nas zonas de imigração. Desse modo, se intitular colono poderia ser uma forma de demarcação social que angariava status aqueles que sustentassem tal alcunha. Logo, o colono, branco e agricultor, buscava amparar sua figura e a de seus familiares através de uma construção identitária de seu grupo que lhes renderia privilégios. Talvez, aquela e aquele que lê, esteja se questionando sobre Diogo Salles, afinal, ele foi apresentado como fazendeiro e coronel, sendo um homem que possuía grande status social. Ser fazendeiro e coronel, por si só, já refletiriam diversos e desnecessários privilégios àqueles que angariavam tais identidades⁴⁴. Entretanto, a matéria, publicada no jornal

⁴⁴ Atuamos, nesse momento, através do conceito de identidade em detrimento de profissão, pois acreditamos que os sujeitos estudados mantinham esses aspectos de suas vidas para além das

Gazeta Colonial, não demonstrou dar importância à honra de Diogo Salles. Mesmo que, na época do ocorrido, este fosse irmão do então presidente da República, a *Gazeta Colonial* não se importou em minar sua honra e glorificar as ações de Longaretti e de seu pai. Aqui talvez tenha ocorrido uma inversão retórica, com os epítetos de – fazendeiro e coronel – sendo apontados não como símbolos de prestígio, mas como demarcadores de uma postura social e política retrógrada. Nesse caso, os imigrantes europeus, os *colonos*, representariam o progresso, e os *fazendeiros e coronéis* o atraso.

Acreditamos que existiam dois pontos que poderiam explicar o que seria essa coragem, por parte do jornal *Gazeta Colonial*, em tratar da imagem de Diogo Salles do modo como foi tratada. A primeira, diz respeito ao fato de que o coronel e fazendeiro já não estava mais vivo. Logo, possíveis problemas em atacar sua imagem poderiam ser inexistentes, afinal Diogo Salles não estava mais ali para se defender das acusações sofridas. Talvez fosse possível que um de seus familiares buscasse satisfações em relação ao que era noticiado pela imprensa. Mas essa hipótese nos parece exagerada, pois, muito provavelmente, a família Salles não teria poder para calar toda a imprensa que desejava reavivar o caso. Portanto, é provável que a *Gazeta Colonial* não acreditasse que teria problemas em minar a honra de um homem morto em fins do século XIX.

O segundo ponto que elucida a indiferença em explicitar os crimes cometidos por Diogo Salles, diz respeito à construção identitária do imigrante como honrado e viril. Seriam eles homens que defendem a honra da família mesmo que através da violência. Logo, impunham a sua virilidade sobre quem lhes afrontava. Assim, enquanto a *Gazeta Colonial* reafirma a honradez com que um velho colono se colocava diante de um coronel fazendeiro, Salles era visto como alguém sem honra, que ainda agia como se estivesse vivendo nos tempos de escravidão. Nesse levante podemos, até mesmo, incluir outro. O de que Salles não era um imigrante italiano, mas um nacional, e mesmo que sua posição e família estivessem rodeadas de poderes e privilégios, ele ainda não era um europeu branco.

profissões, absorvendo-os em suas identidades cotidianas, o que poderia moldar as relações sociais com todos aqueles ao seu redor. Portanto, as identidades possuem bases étnicas, mas também sociais e laborais.

Ficam implícitos, então, aspectos do racismo e as formas como parte da comunidade italiana, em Caxias do Sul, poderiam agir. Diogo Salles foi atacado por ter confrontado e agredido a honra de uma família italiana. Portanto, deveria, pelos padrões impostos pela comunidade de italianos, arcar com as consequências de seus atos, algo que deveria ocorrer publicamente.

Tendo observado essas questões, podemos buscar realizar alguns comentários no que diz respeito à honra para a sociedade caxiense do período. Entendemos que a honra estava intrinsicamente ligada ao que podemos chamar de aberturas sociais. Aqueles vistos como desonrados, que não se enquadrassem no escopo social do que era aceito como correto e normal, acabavam por ter sua estranheza punida através da exclusão social, podendo vir a sofrer com violências verbais e físicas. Em contrapartida, aqueles que aceitassem resguardar sua imagem frente a comunidade, buscando fomentar e praticar seus ritos, colheria os privilégios concedidos por tal sociedade. E como aponta Vendrame (2016), a honra de um indivíduo italiano, ou descendente, representava a honra de sua família ou até mesmo de toda a comunidade. Portanto, defender a honra pessoal era defender a honra da família, da parentela e até do grupo mais extenso de relações, como aqueles que eram vizinhos e participavam das mesmas atividades socioreligiosas de um determinado povoado.

Em nosso próximo subcapítulo, aprofundaremos nossa análise sobre as questões raciais que foram encontradas nos três periódicos. Teremos como proposta entender como a cor e até mesmo como o gênero poderiam influenciar nas diretrizes do que era publicado nos três jornais pesquisados.

2.3 Adaptações narrativas – Racialização e resistências

Um dos casos que analisaremos agora trata-se de uma crônica publicada no jornal *Correio do Município*, em 28 de fevereiro de 1909, intitulada *Foi melhor assim*, de Arthur Azevedo⁴⁵. Para Magna Magalhães (2010), as crônicas

⁴⁵ Arthur Nabantino Gonçalves de Azevedo era filho de David Gonçalves de Azevedo, vice-cônsul de Portugal em São Luis, e Emile Amália Pinto de Magalhães. Nasceu em São Luís - MA, no dia 7 de julho de 1855, veio a falecer no Rio de Janeiro – RJ, em 22 de outubro de 1908. Foi um dos mais importantes dramaturgos, poetas, contistas e jornalistas brasileiros que viveram na virada do século XIX para o XX. Seu primeiro trabalho foi no comércio, posteriormente sendo empregado pela administração provincial, sendo então demitido por ter publicado sátiras contra

recriariam o real ao estabelecer relações com os fatos de seu tempo ou do passado, o que oferece a quem lê uma representação desse período. Assim, seguiremos esse foco ao utilizarmos a crônica nomeada para uma breve análise. Manteremos como objetivo primário, deste subcapítulo, encontrar a racialização nas reportagens que apresentaremos, entendendo como ela se fazia presente na sociedade caxiense. Do mesmo modo, abordaremos, inicialmente, uma breve discussão de gênero que a reportagem nos possibilitou pensar.

De forma despretenciosa, o cronista Azevedo nos apresenta a história de Elvira, mulher casada com Ponciano, “[...] inconstante e indigno marido [...]”⁴⁶. (AZEVEDO, 1909). Elvira chamava atenção por ser: “**Morena, desse moreno rosado das brasileiras do Sul**, tinha a bocca bem rasgada, os dentes alvissimos, os cabellos negros e abundantes, e um pescoço ideal”. (AZEVEDO, 1909, grifo nosso). Elvira, segundo as palavras do cronista, também era uma mulher míope que, no conto, acreditou ser tocada pelos encantos de um estranho que invadira sua casa e de seu marido. Esse homem misterioso teria entrado no quarto de Elvira e Ponciano, e, antes de deitar-se na cama ao lado de Elvira, acabou por beijar a mulher comprometida. Em seguida, o estranho a tomou nos braços vindo, então, a adormecer. Na crônica, a personagem de Elvira acabou aturdida, e temendo seu destino fechou os olhos, pensando onde poderia estar seu marido, mas também não deixando de imaginar o quão forte e espeço eram os braços, cabelos e barba daquele homem que agora a tinha em suas mãos. Assim, a figura do homem misterioso teria levado Elvira a pensamentos impróprios com alguém que não era seu marido, esse,

autoridades do governo imperial. Desde muito jovem já mostrava seu talento para a dramaturgia, e logo aos quinze anos, escreveu uma peça que acabou por ser exibida mais de mil vezes no século passado, Amor por anexins. Acabou chegando ao Rio de Janeiro em 1873 ao se classificar para a vaga de amanuense da Fazenda e logo estava atuando no Ministério da Agricultura. Lecionou português no Colégio Pinheiro, mas somente ao ingressar no jornalismo de tornou um dos maiores contistas e teatrólogos brasileiros. “Publicações literárias, como Vida Moderna, O Álbum e A Gazetinha foram instituídas por Artur de Azevedo. Ao lado de Machado de Assis, pôde colaborar em A Estação e no jornal Novidades, onde seus companheiros eram Olavo Bilac, Coelho Neto, Alcindo Guanabara e Moreira Sampaio. Em seus artigos sempre demonstrou ser um grande defensor da abolição da escravatura. A peça O Escravocrata é um exemplo disso, tendo sido censurada e publicada mais tarde em livro”. ARTHUR de Azevedo: dramaturgo, cronista, poeta. In: Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. São Paulo, 21 out. 2002. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/noticia/?id=265436>. Acesso em: 16 nov. 2020.

⁴⁶ AZEVEDO, Arthur. Foi melhor assim. Correio do Município, Caxias do Sul, ano 8, n. 787, 28 fev. 1909. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=882283&pesq=foi%20melhor%20assim&pagfis=61>. Acesso em: 13 fev. 2020.

apresentado como uma figura acometida e de pouca expressão. Entretanto, o *plot twist* já fazia parte do repertório do cronista Azevedo, algo que ficou evidenciado ao fim da crônica,

Profundamente arrependida da sua loucura, enjoada de si, por haver com tanta facilidade cedido á tentação da carne, e muito persuadida de que os homens são todos a mesma coisa, e não vale a pena variar, dona Elvira abriu, afinal, os olhos...
Qual não foi o pasmo ao ver que estava nos braços de Ponciano seu legítimo esposo! (AZEVEDO, 1909).

Acreditamos ser possível abordar aspectos das masculinidades ao problematizarmos o que foi apresentado do texto. O personagem de Ponciano é explorado de duas formas distintas, ou seja, existem dois modos de enxergar, ser e representar o homem para a sociedade do período. Em uma das representações dessas identidades masculinas, Ponciano era apontado como homem e marido indigno e inconstante. Logo, supomos tratar de alguém que não cumpria com o papel esperado de um homem, pela sociedade caxiense daquele período. E, em outro, Ponciano transformava-se em uma figura de poder e controle, esse exercido sobre o feminino, atitude que se enquadrava no escopo da masculinidade hegemônica do local onde essa crônica circulava. Portanto, aqui podemos entender um pouco de como a sociedade entendia as masculinidades. Essas masculinidades eram antíteses uma da outra, apresentando facetas distintas, mas que poderiam ser exercidas pela mesma pessoa. Indigna e inconstante por não se mostrar viril e controladora, ou dominadora e mesmo violenta. A mudança do personagem, dentro da crônica, era tamanha que mesmo sua esposa acabava por não reconhecer o próprio marido.

Contudo, não defendemos a ideia de que existiam homens que se enquadravam em um único escopo de masculinidade, ou seja, aqueles que eram viris e dominadores e aqueles que não o eram. Do mesmo modo que Azevedo apresenta Ponciano como um homem de diversas faces, também acreditamos que os personagens por nós estudados, que viviam na sociedade caxiense, desse íterim, poderiam ter estopins que os colocassem mais próximos do ideal masculino de seu período, do mesmo modo que também acabavam por moderar seus comportamentos e afrontas em certos momentos, resguardando tanto as suas vidas quanto a daqueles próximos de si. Em alguns desses episódios, o

confronto acabaria sendo resolvido em outra esfera que não a particular, mas sim a judicial, ao abrirem processos contra aqueles que os importunassem.

Outra consideração possível de ser feita é cogitar como a população de Caxias do Sul recebia o texto do cronista Azevedo. Da mesma forma, é interessante pensarmos porque o jornal teria aceitado realizar essa publicação. Devido às limitações da fonte, só podemos especular de acordo com o que ela nos apresenta, ou seja, unificando o que é exposto na fonte com o singelo conhecimento que temos do período e do periódico em questão.

Entende-se que grande parcela da população de Caxias era composta por famílias de imigrantes italianos que tinham modelos próprios de família e masculinidade, entre elas, parecem vigorar, na localidade, o ideal de masculinidade do homem dominador, controlador e que não aceitava levar desaforos para casa. Feito este destaque, podemos imaginar que ao escolherem o texto deste cronista, os periodistas poderiam estar procurando passar uma mensagem aos homens de Caxias do Sul, que seria sobre o risco que teriam de não ser socialmente respeitados, mesmo por suas esposas, caso não fossem ativos, viris e controladores. Provavelmente, a *Gazeta Colonial* realizou a publicação para tentar se enquadrar no modelo de masculinidade que exercia hegemonia na região, ou seja, a masculinidade de brancos e italianos. Deste modo, os homens que se deparavam com as palavras de Azevedo poderiam interpretar que suas ações deveriam se embasar na virilidade, na violência, e na constante defesa da honra, todas, ações que visavam atestar sua virilidade e masculinidade para a sociedade em que viviam.

Entretanto, o que mais nos chamou atenção no texto de Azevedo diz respeito a descrição fornecida pelo autor, sobre Elvira. O que seria esse *moreno rosado das brasileiras do sul*? Seria possível que a miscigenação, projeto tão sonhado nas últimas décadas do século XIX, possa responder a essa questão?

A miscigenação estava intimamente ligada aos projetos de imigração e aos imigrantistas que buscavam agigantar, através de vasta propaganda, grande número de europeus brancos em território nacional. Segundo Célia Azevedo (1987), os grupos mais visados para imigrar ao Brasil seriam os alemães, italianos e estadunidenses. As etnias asiáticas não eram bem aceitas e nunca foram o alvo para colonização. A não preferência por asiáticos estava baseada na crença de que seus costumes e moral não seriam tão desenvolvidos quanto

a de caucasianos do velho mundo. (SILVEIRA, 2005).⁴⁷ Como o objetivo da misgenação consistia em clarear e padronizar o brasileiro ao ideário branco e europeu, não se visava etnias orientais para participar do projeto imigrantista.

Para Magalhães (2010), é possível utilizarmos a imprensa como fonte para reconstituir as mudanças, relações sociais, comportamentos, entre outros fatores. A autora ainda acredita que, ao se utilizar periódicos, podemos entender os caminhos de diferentes representações, não apenas daqueles que escrevem, mas também da sociedade em que vivem. Portanto, quando a crônica mostrava que Elvira era mais bonita devido ao seu tom de pele moreno rosado, buscamos ligar as palavras do autor à sociedade em que ele está inserido. Como veremos nas próximas páginas, essa seria uma sociedade que poderia estar calcada, em diversos aspectos, na classificação através da cor da pele. Do mesmo modo, vemos nas palavras do cronista Azevedo que essa sociedade almejava o branqueamento e conseguia hipersexualizar o corpo da mulher que não era socialmente vista como branca.

A partir desta hipersexualização do corpo negro, percebemos traços marcantes que ligam a sociedade caxiense, da primeira década do século XX, à sociedade de escravagistas do Brasil colonial. Durante o período de escravismo, era comum apontar homens e mulheres negras como insaciáveis e luxuriosos. Segundo Haack (2019), isso se dava por conta da racialização, ou seja, se adjetivava e relacionava comportamentos e características para certos grupos, como no caso, os africanos e todos os seus descendentes. Os homens negros eram apontados como violentos, em decorrência acreditava-se que os seus instintos deveriam ser contidos através do sexo. Assim, se “[...] afastavam estes homens dos padrões dos ditos homens ‘civilizados’, que em geral eram brancos e pertencentes à classe abastada”. (HAACK, 2019, p. 176). Acreditamos que essas rotulações racistas tenham perdurado e façam parte da Caxias do Sul que analisamos.

Os textos que apresentaremos agora serão palco para que analisemos as principais noções que estamos seguindo. Manteremos como objetivo apontar e

⁴⁷ REIS, Fabio. **O Projeto do Império do Brasil para Promover a Importação de Mão de Obra Chinesa**. Uma análise das representações forjadas pelas elites acerca do chinês (1870-1883). Dissertação (Mestrado em História) – São Leopoldo, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2020.

problematizar a racialização presente nessas publicações e, por conseguinte, na sociedade caxiense. Assim sendo, seguiremos a ordem cronológica das publicações.

Em 15 de março de 1909, o autor Pinheiro Chagas apresentava o poema intitulado *A Liberdade*, no jornal *Correio do Município*.

Toldava um céu brumoso a lugubre montanha! Pendia moribundo o Justo de uma cruz! E entre as nevoas do horror, não sei que aurora estranha enchia vagamente a frente de Jesus!

Eu, livrando-me então nas azas refulgentes, pairando em torno á cruz, ao martyr pude ouvir.

– Vae, pomba do Calvario, apostolo das gentes soltas o verbo do amor aos cechos do povir! **E´s homem, – diz ao escravo**; e aos reis – sou a Justiça; ao pobre – sou a Esperança! – e ao rico – a Caridade; aos tristes – sou a Fé; e ao povo, que na liça aos despostas se curva, – Eu sou a Liberdade!⁴⁸ (CHAGAS, 1909, grifo nosso).

O trecho do poema de Pinheiro Chagas, afirmava que o cativo seria um ser humano, não um objeto e propriedade. Suas palavras nos remetem a ideia de que mesmo os mais distintos processos de coisificação, como os do período escravista, poderiam herdar formas de resistência. Um desses modos de lutar contra a violência imposta por uma sociedade escravocrata foi abordada por José Ivo Follmann e Adevanir Aparecida Pinheiro (2017), quando nos explicam que antes de embarcar para as colônias americanas, africanas e africanos passavam pelo ritual da árvore do esquecimento. Nele, as mulheres deveriam dar sete voltas em torno de uma árvore, enquanto os homens completariam nove. Cada volta simbolizava o fim das memórias de suas vidas passadas. Seu nome, família, amores, liberdade, terra, tudo deveria ser apagado, esquecido. Ao final deste rito, era considerado que quem estava ali já não era mais um ser humano, mas um objeto, uma coisa, e como tal seria tratado.

Follmann e Pinheiro (2017) afirmaram, ainda, que a árvore do esquecimento não deveria estar ligada, diretamente, a um processo de alienação, mesmo que esse fosse o objetivo dos traficantes. Para Follmann e Pinheiro (2017), devemos observar que, provavelmente, foi sob à copa dessas árvores que muitos dos ritos africanos ocorriam e a cultura africana era transmitida, portanto,

⁴⁸ CHAGAS, Pinheiro. A liberdade. *Correio do Município*, Caxias do Sul, ano 1909, n. 140, 15 mar. 1909. Disponível em: Memoria.bn.br/DocReader/cache/558508216974/10000073-20Alt=003096Lar=001884LargOri=002113AltOri=003472.JPG. Acesso em: 21 jun. 2020.

Era à sombra das árvores que os “Griots” (sábios, contadores de história), especificamente, transmitiam toda robustez dos ensinamentos culturais passando seus valores de geração a geração. Tratava-se de uma referência cultural muito profunda. Pode-se auferir daí que um ritual de esquecimento tenha, em muitos casos, assumido, na dor, o significado de ritual de resistência e reafirmação das raízes culturais, que jamais poderiam ser esquecidas. (FOLLMANN; PINHEIRO, 2017, p. 27).

Corroboramos com Follmann e Pinheiro (2017) quando estes afirmam que formas de resistências nasciam através das inestimáveis dores sofridas pelo processo escravista. Para Claudilene Silva (2016), o esforço em realizar o ritual da árvore do esquecimento estava correlacionado à memória africana. A autora afirmou que, através desse rito, se buscava acabar com as memórias da vida passada de cativas e cativos, bem como com as suas antigas formas de existir e pensar. Essa discussão se faz necessária, pois entendemos, através de nossas leituras e fontes, que as formas de se pensar e agir com a população negra, de Caxias do Sul, deste período, ainda poderiam estar vinculadas a comportamentos adquiridos e mantidos por uma sociedade que a pouco tempo era escravista. Desse modo, o embranquecimento, almejado pelas elites para a população brasileira, seria mais do que realizar políticas de miscigenação. Ele diz respeito a formas como pessoas, socialmente não vistas como brancas, eram tratadas e, como essas pessoas foram marcadas por essas políticas de exclusão e preconceito, bem como elas reagiram e lutaram contra tal movimento.

Para Wade W. Nobles (2009), o embranquecimento era uma forma de ataque psicológico a negras e negros brasileiros, que levaria a delimitar o escopo do que era ser uma pessoa humana, pois, de forma sistemática, buscava-se inculcar a ideia de que o ser humano era ser branco.

Por mais de 400 anos, os africanos no Brasil souberam que eram africanos, e que os portugueses eram os inimigos da liberdade. Lutaram e morreram continuamente para libertar o seu povo da escravidão. O processo de “embranquecimento” durou por cerca de 115 anos. Evidentemente, cem anos de “embranquecimento” causaram mais danos psíquicos aos africanos do que quatrocentos anos de escravidão racista e dominação colonial. (NOBLES, 2009, p. 287).

Essas formas de violências e resistências foram encontradas em nossas buscas no jornal *Gazeta Colonial*. No dia de 27 de março de 1909 era publicada a matéria com o título *Pelos Negros*. A notícia apresentava uma matéria

publicada em outro jornal, *Folha do Dia*, do Rio de Janeiro, ao qual a *Gazeta Colonial*, estava de acordo em publicar,

Graças a obsequiosidade de um nosso amigo, residente no Rio de Janeiro, vamos dar publicidade a um enérgico artigo da 'Folha do Dia' relativamente a eleição do dr. Monteiro Lopes.⁴⁹ (PELOS..., 1909).

Nessa reportagem, era apresentado o caso de preconceito que sofria o “dr. Monteiro Lopes”, deputado negro eleito para ocupar posto na capital federal. Nas palavras do periódico: “[...] segundo a voz publica, não tomará acento por se oppor á isto o presidente da Republica”. (PELOS..., 1909). A notícia ainda afirmava que a Representação Riograndese iria se colocar unanimemente em favor de Monteiro Lopes⁵⁰, pois acreditava que,

Entre as formidaveis torpezas que a vontade despotica do sr. Affonso Penna nos está preparando para o reconhecimento de poderes na Camara dos Deputados. Sabe-se que figura a depuração, isto é, a exclusão do sr. Monteiro Lopes, candidato eleito deputado pelo 1º districto eleitoral desta cidade.

Toda a população do Rio de Janeiro está absolutamente convencida de que o **sr. Monteiro Lopes foi um dos eleitos pela vontade triunfadora dos seus amigos e admiradores**. (PELOS..., 1909, grifo nosso).

Dos cinco candidatos eleitos pelo primeiro distrito, Monteiro Lopes teria obtido o terceiro maior número de votos naquelas eleições. As palavras publicadas na *Gazeta Colonial* nos surpreendem ao mostrarem, abertamente, que Monteiro Lopes, deputado apontado como democraticamente eleito, de forma justa e legal teve expressiva quantidade de votos, pois tinha amigos e admiradores para apoiá-lo, além de representar diversas agências associativas de representatividade negra, no país todo. Ainda, segundo o periódico, afirmavam que,

Não o querem, porém na Camara entre os caixeiros das oligarchias podres e ladras que exploram os Estados desta pobre federação, e não

⁴⁹ PELOS negros. *Gazeta Colonial*, Caxias do Sul, ano 4, n. 170, p. 1, 27 mar. 1909. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/cache/355709575761/1000093-20Alt=003148Lar=001884LargOri=002101altOri=003511.JPG>. Acesso em: 27 mai. 2020.

⁵⁰ O nome completo do deputado era Manoel da Motta Monteiro Lopes, entretanto, em nenhuma reportagem que encontramos do caso, é aferido os nomes Manoel da Motta. Somente ao ter acesso a tese de Melina Kleinert Perussatto encontramos tal informação. (PERUSSATTO, 2018).

o querem pela razão da cor que tísna sua pelle, não o querem porque elle é preto! (PELOS..., 1909).

Essas passagens são muito interessantes para nossa análise. Vemos nelas, segundo o republicado na *Gazeta Colonial*, claro preconceito racial, apontado pelo jornal *Folha do dia* e compartilhado pela *Gazeta Colonial*, em relação ao deputado eleito, Monteiro Lopes. Se faz necessário entendermos que a *Gazeta Colonial* era escrita, muito provavelmente, por homens brancos, talvez imigrantes italianos ou descendentes destes. Mesmo assim, eles tiveram, nesse momento, a sensibilidade de compartilhar a perseguição sofrida por Monteiro Lopes, ao republicar a notícia apresentada no periódico *Folha do Dia*⁵¹. Assim, para os dois jornais, estava claro que o deputado eleito sofria, entre seus pares políticos, por ser negro. Mas, para além do provável racismo existente no caso, a matéria chama atenção por mostrar formas de resistências que existiam em espaços demarcados por relações interétnicas.

A ofensa attinge-nos a todos, mas fére mais directamente os proprios pretos. Devem elles, ir para a Camara fiscalizar os trabalhos das commiissões verificadoras e vêr si aquelles que para ella forem designados pelo sr. Carlos Peixoto têm a ousadia de ser tão miseraveis.

A 'Folha do Dia' sempre ao lado dos que clamam por justiça recebe a offensa que vem atirada aos pretos e leva a ignominia desse proposito do presidente da Republica.

O sr. Monteiro foi eleito e da entrada para a Camara.

Ou isto não passa de uma vasta fazenda cheia de escravos ignobeis que o sr. Affonso Penna amesquinha e chicoteia senhorialmente! (PELOS..., 1909).

⁵¹ Nosso primeiro contato com a figura do deputado Dr. Monteiro Lopes foi através das páginas do jornal *Gazeta Colonial*, entretanto, descobrimos posteriormente que autoras como Melina Kleinert Perussatto (2018) e Carolina Vianna Dantas (2008) também estudaram o caso do primeiro deputado negro eleito no Brasil. Perussatto, em sua tese: *Arautos da Liberdade: educação, trabalho e cidadania no pós-abolição a partir do jornal O Exemplo de porto alegre* (c. 1892 - c. 1911), afirmou que: “Em 1909, o Dr. Monteiro Lopes foi o primeiro deputado federal eleito no Brasil e superada a tentativa de anulação de sua posse, organizou uma caravana que cruzou país em busca de uma mobilização nacional para reverter tal arbitrariedade”. (PERUSSATTO, 2018, p. 140). Segundo Carolina Dantas, Monteiro Lopes mantinha redes com homens de cor desde 1880, em diversos locais do país. “Por infortúnio do destino, poucos meses depois de Aurélio Júnior, Monteiro Lopes também viria a falecer, em 13 de dezembro de 1910”. (PERUSSATTO, 2018, p. 140). Outro autor que atuou analisando a figura do referido deputado foi Petrônio Domingues (2013), em seu artigo *Vai ficar tudo preto: Monteiro Lopes e a cor na política*, onde registrou a trajetória de Monteiro Lopes, focando sua atuação na política e advocacia dentro da cidade do Rio de Janeiro, e em especial, a campanha eleitoral de 1909, que consagrou Monteiro Lopes como primeiro deputado negro eleito no Brasil.

Homens negros, como Monteiro Lopes, pareciam encontrar, através de estratégias diversas, status e poder social ao enfrentar uma sociedade racialmente hierarquizada. Dessa forma, procuravam quebrar com os paradigmas das sociedades em que viviam e acabavam sendo questionados e atacados por tais movimentos. É possível que as ações de preconceitos, enfrentadas por Monteiro Lopes, possam ter ferido a comunidade negra como um todo. E, como vemos na reportagem, formas de resistência e revolta se faziam presentes contra os preconceitos gerados pelas elites.

Como Follmann e Pinheiro (2017) apontaram, o mesmo ritual de violência enfrentado na árvore do esquecimento também geravam novas formas de resistência. No caso de Monteiro Lopes, essa resistência não se fez através da violência física, como muitas pesquisadoras e pesquisadores apontavam como principal ou único caminho encontrado por homens e mulheres negras. Foi através de uma “[...] reunião de homens de cor” (PELOS..., 1909) que a luta e resistência começou.

Não sabemos o dia e o mês em que a matéria foi publicada, pois a fonte se encontra ilegível na parte em que constam essas informações. Mas podemos especular que, provavelmente, a matéria em que atuaremos agora foi publicada nos primórdios do mês de abril de 1909. O nome da reportagem selecionada é *A cor na política – Depuração de um preto*. Ela começa afirmando que ocorrera no Centro Internacional Operário do Rio de Janeiro, “[...] uma grande reunião de homens de cor para tratar da projectada depuração que se prepara na camara federal contra o dr. Monteiro Lopes, eleito deputado no pleito de 30 de janeiro”.⁵² (A COR..., 1909) Também é apontado que quem presidiu a reunião fora o veterano do Paraguai, o sargento reformado Libanio de Souza.

A reunião teria feito um total de dez levantes e solicitações, entre elas a adesão e cooperação dos homens de cor e imprensa de todos os estados. Um memorial dirigido a Ruy Barbosa, solicitando que não seja excluído um representante eleito pelo povo, pelo simples fato de ser negro. Realizar atos de manifestação, juntamente com a imprensa livre e independente, para que se

⁵² A COR na política – depuração de um preto. Gazeta Colonial, Caxias do Sul, ano 4, n. 169, (ilegível) 1909. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=237302&Pesq=depura%c3%a7%c3%a3o&pagfis=89>. Acesso em: 27 mai. 2020.

combata os atentados provenientes de certa parte da população que não aceitam Monteiro Lopes na câmara, por ser negro. Realizar um grande comício, que servira de protesto contra um sistema que cria privilégios de cor ao fazer distinção entre as raças e castas. Na reportagem também foi solicitada a adesão da imprensa baiana para lutar contra o Centro Industrial, composto, em sua maioria, por antigos fazendeiros ex-negociantes de escravizados. Ainda se apontava como patrocinador da luta contra Monteiro Lopes, na câmara e na imprensa, Alcindo Guanabara, antigo jornalista dos escravocratas. (A COR..., 1909).

A reportagem que apresenta todas as demandas da reunião feita pelos homens cor, foi encontrada nas páginas da *Gazeta Colonial*. Mas engana-se quem acredita que esse jornal estava ao lado de Monteiro Lopes e combatendo a injustiça que o deputado eleito sofria. O periódico nem mesmo tentava ser imparcial frente aos ocorridos. Ao final desta mesma publicação eram escritas as seguintes palavras,

Do que ahi se vê, virifica-se que os homens de cor não confiam nas garantias constitucionaes da nossa Republica. Elles elegem um deputado negro e nem este, nem seus eleitores confiam no resultado favoravel dessa eleição. Receiam a *depuração* no Congresso, e, por isso já antecipam seus esforços no sentido de ampararem os direitos do alludido representante. Outro tanto não succedeu na Republica de Cuba, onde, tendo, sido eleito senador um negro, este acaba de ser eleito presidente do senado. Mas Cuba não é Brazil. Lá , a republica é dos republicanos enquanto que aqui é dos *maragatos*, isto é, dos monarchistas. (A COR..., 1909).

Interessante apontarmos que, na mesma página, o jornal noticiava ao lado o título *Presidente Preto*. Essa pequena publicação, com apenas seis linhas, afirmava que em Cuba, o senado havia eleito um presidente preto, Martín Morúa Delgado. E logo, questionavam: “Isto em Cuba. No Brazil, o dr. Monteiro Lopes, eleito deputado pelo Rio de Janeiro, tomara assento?”. (PRESIDENTE..., 1909).

Nessas reportagens podemos ver as adaptações narrativas empregadas pela imprensa caxiense. Um discurso ambíguo do periódico em que, na primeira reportagem analisada sobre a eleição de Monteiro Lopes, se mostrava de acordo em compartilhar o ocorrido, demonstrando através das próprias palavras do jornal sua adesão a esta causa. Na segunda reportagem, acabou

compartilhando o que era debatido na reunião dos homens de cor. Mas finalizaram a publicação questionando a idoneidade da eleição de Monteiro Lopes, apontando o que poderia ser o medo dos homens de cor ao: “não confiar nas garantias constitucionaes da nossa Republica”. (A COR..., 1909). Do mesmo modo, afirmavam, em uma terceira reportagem, que em Cuba eram respeitados os representantes negros eleitos, pois Martín Morúa Delgado conseguiu se eleger como presidente do senado, mesmo sendo *preto*. (A COR..., 1909).

Para melhor entendermos o que estava sendo debatido pelo periódico, devemos ter em mente quem era seu público leitor. Mesmo que circulando em uma região majoritariamente composta de famílias italianas, a *Gazeta Colonial* era publicada em português. Ao escolher preservar a língua nacional em suas páginas, parecia se atentar às notícias que poderiam interessar seu público alvo, aqueles que sabiam o português, logo os nacionais, entre eles, a população negra que vivia na região.

Ao lermos essas reportagens, ponderamos que o preconceito⁵³ do período estava presente e era reforçado de diferentes formas nas relações entre negros e brancos; esses preconceitos se adaptavam e se moldavam de modo que a sociedade não aceitasse e combatesse os movimentos negros do período, que visavam garantir força e representatividade à população negra. Essa afirmação se faz devido às mudanças de posicionamento das narrativas ocorridas em nossa fonte. No momento inicial, a *Gazeta Colonial* parecia narrar criticamente a perseguição a Monteiro Lopes, devido a sua cor. No segundo caso, quando vemos um movimento de união por parte dos homens de cor, essa narrativa acaba se invertendo, colocando mesmo a eleição, favorável a Monteiro Lopes, sobre dúvida. Logo, nos parece que a sociedade caxiense ou os representantes da *Gazeta Colonial* não estavam de acordo com a coalizão e força de homens negros do período. Ao lado, o impresso também publicava: “Mas Cuba não é Brasil. Lá , a republica é dos republicanos enquanto que aqui é dos *maragatos*, isto é, dos monarchistas”. (A COR..., 1909). Esse trecho mostra, ainda, certo apoio, por parte da *Gazeta Colonial*, ao deputado Monteiro Lopes, que acaba sendo reiterado através de uma ironia narrativa que se dá ao

⁵³ O preconceito ao qual nos referimos, nesse trecho, hoje é entendido como racismo. Essa forma de ódio e violência não era problematizada e conceitualizada no período estudado.

apresentarem os maragatos como sinônimo de monarquistas, fazendo, assim, alusão direta a guerra civil federalista (1893-1895).

A *Gazeta Colonial* havia sido fundada em dezembro de 1905, sendo impressa semanalmente aos sábados, até o ano de 1908. Como informado anteriormente, o Promotor Público Herculano Montenegro era proprietário e redator do jornal. Se aproveitando do poder que uma imprensa transmitia a suas mãos, o promotor acabou por transformar o periódico em um exímio oponente ao PRR dentro da Serra Gaúcha. Portanto, não nos parece surpreendente que tenha se oposto às publicações que apoiassem a candidatura de Monteiro Lopes, adaptando a narrativa propagada pelo periódico, afinal, o primeiro deputado negro eleito era filiado do então Partido Republicano Democrata, como nos mostra Carolina Dantas (2008),

Assim, tendo sua entrada sistematicamente barrada em instituições como o Conselho Municipal e a Câmara dos Deputados, Monteiro Lopes mudou de estratégia: em 1909 apresentou-se novamente como candidato a deputado federal pelo 1º distrito da capital federal, agora vinculado ao Partido Republicano Democrata e intensificando a mobilização em prol de sua candidatura. Segundo um dos seus dirigentes, o advogado, ex-deputado o candidato a senador Mello Mattos, o partido seria uma organização aberta a diversas tendências políticas e a livres pensadores, tendo como peças centrais do seu programa a ampliação da instrução pública e o sufrágio popular. Em entrevista ao jornal *A tribuna*, o próprio Monteiro Lopes informou que a razão de ter filiado-se a um partido político para a eleição de 1909 vinha do fato de ter sido eleito intendente e deputado e ter sido “esbulhado” em seu direito, isto é, não foi reconhecido nem diplomado. (DANTAS, 2008, p. 24-25).

Logo, podemos ponderar sobre as questões políticas e raciais que estavam presentes no caso, mas também se faz necessário a consciência de que o cenário político, na região de Caxias do Sul, poderia e de fato afetava o que os jornais que usamos como fonte publicavam. Desse modo, não podemos aferir veracidade ou não ao que as reportagens apresentavam e a forma como eram recepcionadas pelos plurais leitores. cremos que o mais correto, ao analisarmos nossas fontes, diz respeito a entender que as palavras dos jornais eram impressas com um intuito, e nem sempre se faz possível descobrir qual seria essa intencionalidade, o que não significa que ela não está lá, invisível aos nossos olhos, e, portanto, a nossa análise.

Em sua tese, Magalhães (2010) compreendeu que quando os negros lutavam em prol de uma causa, como buscar preços mais acessíveis para o

cinema, estavam usando de estratégias para angariar maior representatividade naquele espaço, mesmo que ele fosse delimitado através da racialização. Portanto, através de episódios diversos, como a luta pelo direito a locais de lazer como o cinema, a referida autora pode constatar que pessoas negras, em São Leopoldo, eram excluídas e (in)visibilizadas socialmente através de práticas que fomentavam uma hierarquia racial, mas também encontrou as estratégias que tal grupo étnico empregava em busca de maior igualdade e dignidade nesses locais de interação e choque interétnico.

Seguindo essa premissa, corroboramos com a autora ao afirmar que o espaço pode ser percebido como uma rede relacional e de representação coletiva. A própria fonte do jornal *O 5 de Abril*, estudada por Magalhães (2010), tem como título *Uma aspiração dos negros*.⁵⁴ Segundo a autora, o título e o caso podem ser vistos como uma forma de chamar atenção por parte da população negra de Novo Hamburgo que se via prejudicada devido aos elevados preços exigidos e ao limitado número de assentos disponíveis para pessoas negras, dentro do cinema. Assim sendo, recorreram ao jornal para reivindicar seu direito ao lazer e, conseqüentemente, acabaram por lutar contra um espaço racialmente demarcado. Ou seja, tanto a reunião de homens de cor quanto a pauta da sociedade negra em busca de acesso a espaços como o cinema são práticas e estratégias de luta frente a uma sociedade racialmente hierarquizada. Essa luta tinha como propósito legitimar a presença negra dentro de locais majoritariamente brancos, o cinema e os cargos políticos são exemplos desses espaços.

O caso de Monteiro Lopes ainda obteve destaque nas páginas da *Gazeta Colonial* em mais dois momentos. O primeiro, em 24 de abril de 1909 e o último em 8 de maio. A reportagem nomeada *A origem do negro*, teve seu parágrafo inicial marcado por uma nova forma de narrar o que se passa com Monteiro Lopes,

Agóra que, pela primeira vez, no Brazil, acaba de ser eleito deputado geral, ou como se diz a *lá mode*, representante ao congresso legislativo, um cidadão negro, producto legitimo da raça etiopica, não

⁵⁴ Jornal *O 5 de Abril*, 06 de maio de 1936.

é fora de propósito que, por nossa vez, também, nos ocupemos do assumpto.⁵⁵ (A ORIGEM..., 1909).

As informações contidas nesse parágrafo são muito relevantes, pois, até o momento, não fora aferido que Monteiro Lopes seria o primeiro deputado negro eleito no Brasil. Quando concorre e ganha as eleições para deputado no Rio de Janeiro, a sociedade branca passa a visar estratégias que tinham a intenção de levantar dúvidas em relação a legitimidade de sua eleição. O impacto social dessas eleições, favorável a um homem negro no Rio de Janeiro, foi tamanho que mesmo um jornal da Serra Gaúcha sentiu a necessidade de abordar o assunto tão polêmico em sua época.

O periódico também afirmava que um estardalhaço era feito em torno de um homem que, até então, era desconhecido. Com exceção da capital federal, a *Gazeta Colonial* declarou que o nome de Monteiro Lopes não era conhecido em nenhum lugar do país. E, mesmo na capital federal, só fora reconhecido por conseguir um posto na representação municipal, segundo o jornal, “[...] pelo fato de ser preto e bem preto”. (A ORIGEM..., 1909). Reiteravam ainda que,

Um resultado já conseguiu o illustre dr. e foi o de se tornar conhecido nos Estados, onde absolutamente ninguém sabia de sua existencia, nem como advogado, nem com escriptor, orador ou politico e nem mesmo como representante diplomado de sua raça; o que prova que s. s. não se salienta por seus talentos, e, simplesmente pela sua côr. (A ORIGEM..., 1909).

Esse trecho da reportagem, escrita por um dos periodistas da *Gazeta Colonial*, ou talvez pelo próprio redator e proprietário Herculano Montenegro, parece escancarar o posicionamento preconceituoso e revela uma grande alternância na narrativa até então apresentada nas páginas do impresso. A solidariedade manifestada nas notícias anteriores se desmancha no ar com a explicitação da diferenciação racial entre nós – brancos – que se destacam por seus *talentos* e eles – os negros – que se afirmam unicamente pela cor.

Baseados em nossa análise, até o momento, também entendemos que, ao contrário do que foi explicitado na notícia do jornal *Gazeta Colonial*, do dia 24

⁵⁵ A ORIGEM do negro. *Gazeta Colonial*, Caxias do Sul, ano 4, n. 173, p. 1, 24 abr. 1909. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=237302&pesq=pelos%20negros&pagfis=105>. Acesso em: 23 mai. 2020.

de abril de 1909, uma sociedade racialmente hierarquizada não forneceria quaisquer vantagens a pessoas negras⁵⁶. Mas, apesar de não darmos credibilidade ao que o jornal afere sobre a representação de Monteiro Lopes na capital federal, não temos acesso às fontes que possibilitem mostrar sua atuação nesse espaço, nem como ele conseguiu chegar ao cargo de representante municipal. Acreditamos que um homem negro que vivia em 1909 e teria encontrado condições para se tornar um advogado diplomado, escritor e político, chamava atenção por seu talento e esforço. É possível que Monteiro Lopes tenha recebido certos incentivos e auxílios para chegar a tal posição e ter se diplomado na faculdade de direito, mas, sem acesso às fontes adequadas só podemos especular, pois o material consultado não apresenta tais informações⁵⁷.

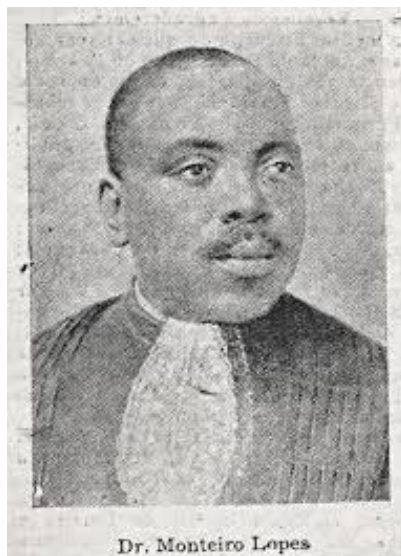
A *Gazeta Colonial*, nessa mesma matéria, voltava a afirmar que Monteiro Lopes e aqueles que o apoiavam estavam por fazer barulho desnecessário, e que, na percepção do jornal, isso “[...] demonstra que o sr. Monteiro Lopes não

⁵⁶ Perussatto (2018) teve o cerne da pesquisa de sua tese voltada ao jornal *O Exemplo*, primeiro jornal negro a ser editado em solo sul-rio-grandense. Ao lermos os capítulos da referida autora compreendemos que a imprensa negra já contrapunha, nas primeiras décadas do século XX, o racismo presente em todas as camadas sociais brasileiras: “Entre fases e renovações, o programa traçado no editorial de fundação ao longo de quase quatro décadas, somando mais de mil edições e uma das mais longevas experiências de imprensa negra no país, quiçá, nas Américas. Em suma, ‘a defesa de nossa classe e o aperfeiçoamento de nossos mediocres conhecimentos’ eram as suas metas”. (PERUSSATTO, 2018, p. 19). Graças ao trabalho de Perussatto (2018) também encontramos a pesquisa de Ana Flávia Magalhães Pinto, onde a autora pesquisa a imprensa negra no século XIX, e aproveitamos esse espaço para referenciar a autora e sua pesquisa: *De pele escura à tinta preta: a imprensa negra no século XIX (1833-1899)*.

⁵⁷ Domingues (2013) atuou com fontes que corroboravam para recriar significativas partes da vida de Monteiro Lopes: “Manoel da Motta Monteiro Lopes nasceu na cidade de Recife, estado de Pernambuco, em 25 de dezembro de 1867. Filho do operário Jerônimo da Motta Monteiro Lopes e de Maria Egípcia de Paula Lopes - ambos afrodescendentes -, tinha quatro irmãos (José Elias Monteiro Lopes, juiz de direito; João Clodoaldo Monteiro Lopes, advogado; Maria Júlia e Taciana Monteiro Lopes, professoras). Precocemente aproveitou as oportunidades de ‘estudo’. Fez sua formação básica no Ginásio Pernambucano; em seguida, matriculou-se na Faculdade de Direito do Recife, período no qual revelou sua ‘têmpera de lutador’ e se tornou um ‘acérrimo abolicionista’ e um simpático à causa republicana, consignou *O Século* (13 dez. 1910). Terminada a fase de estudante universitário em 1889, veio o dilema: como e onde iniciar a carreira profissional? Um de seus irmãos havia se radicado em Belém do Pará, e, a partir da intermediação desse irmão, Monteiro Lopes mudou-se para o norte do país, onde exerceu cargos públicos e enfrentou embates políticos. As informações dessa fase de sua vida são desconhecidas. Para o jornal *Correio da Manhã* (14 dez. 1910), ele esteve no Pará, em 1890, e no Amazonas, ocupando interinamente a chefia de polícia da cidade de Manaus. Já para a *Gazeta de Notícias* (14 dez. 1910), ele não assumiu, em 1892, o cargo de ‘chefe de polícia’ no Amazonas por questões de divergências políticas. Foi ‘nomeado promotor público de Manaus, sendo mais tarde elevado às funções de juiz de direito na mesma cidade’. Em face de informações contraditórias (e pouco confiáveis), importa saber que ele não ficou muito tempo no norte do país. Por volta de 1894, transferiu-se para a capital federal, a fim de se dedicar à advocacia”. (DOMINGUES, 2013).

confia muito na legitimidade de sua eleição”. (A ORIGEM..., 1909). Além disso, apontavam que ele seria “[...] o mais preto dos homens diplomados de sua raça no Rio de Janeiro, encerra-se o maior, senão o único merecimento do sr. dr. Monteiro Lopes”. (A ORIGEM..., 1909).

Figura 2 – Doutor Manoel da Motta Monteiro Lopes



Fonte: Pinto, (c2009).

Na mesma matéria, de 24 de abril, a *Gazeta Colonial* alega que na França já existiam deputados negros. Era o caso do “[...] celebre Legitimus há pouco chegado a Paris e eleito pela Martinica”. (A ORIGEM..., 1909). O periódico faz uso das palavras do deputado francês Hégésippe Jean Légitimus⁵⁸, e acaba questionando a sua posição política, como que se debochasse das competências de um homem negro ao exercer tal cargo,

Agóra todos os jornaes e publico se occuparam dele a proposito de **uma explicação, pro domo, da origem da côr preta e os attributos, distinctivos da raça negra.**

‘No começo das cousas – explica o deputado negro do parlamento francez – duas potencias dominavam o mundo: Tabu, a do bem, e Baruch, a do mal.

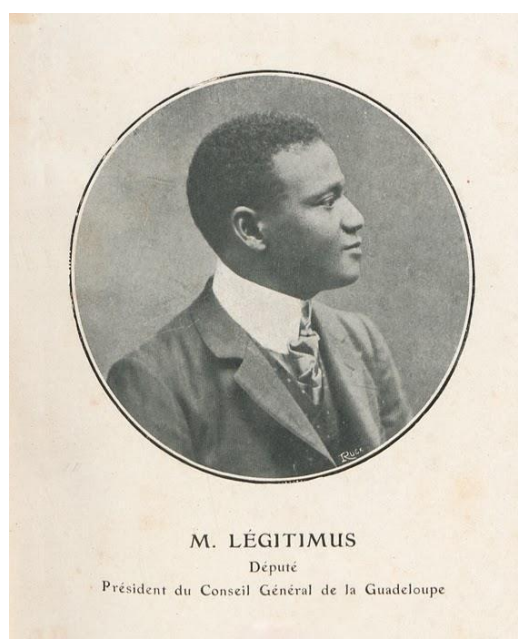
Ora, aconteceu que Baruch, cioso de Tabu, quis, elle tambem, crear um ser humano.

⁵⁸ Hégésippe Jean Légitimus nasceu em 8 de abril de 1868 em Guadalupe e morreu na França em 29 de novembro de 1944. Foi eleito para a Câmara dos Deputados da França por três vezes: na 7ª legislatura (22 de maio de 1898 a 31 de maio de 1902), na IXª (6 de maio de 1906 a 31 de maio de 1910) e na Xª (de 24 abril de 1910 a 31 de maio de 1914). LOUIS, Emile Beugniez. In: *Assemblée nationale*. Paris, c2019. Disponível em: [https://www2.assemblee-nationale.fr/sycomore/fiche/\(num_dept\)/771](https://www2.assemblee-nationale.fr/sycomore/fiche/(num_dept)/771). Acesso em: 02 jan. 2021. Ver também: HEATH, Elizabeth. “The Black Race’s Dreyfus Affair” Hégésippe Jean Légitimus and the Dissimilation of Colonial Guadeloupe. *French Historical Studies*. Vol. 42, No. 2 (April 2019), p. 261/294.

Preparou a argilla e fez um homem, mas **como tudo que lhe sahia das mãos, ele sahiu negro**. Para lavar e tornar branco o seu produto, Baruch o levou para mergulhar nas aguas do Long-Fu, mas, a sua vista, as aguas se retiraram e **somente a planta dos pés e a palma das mãos do primeiro negro tocaram o liquido do rio sagrado**. Furioso, Baruch atirou tão longe com a sua criatura, que a **bateu com o nariz, achatando-o**, contra uma arvore. Donde **nariz esborrachado**. Mas como, apesar de tudo, Baruch não era insensível, condoea-se do mal que fizera e foi consolar o pobre filho que chorava, **passando-lhe a mão pelos cabelos. Donde os cabelos encarapinhados.** O sr. Legitimus não explicou, porém, como Baruch, conseguiu fazer de seu filho um deputado da França. (A ORIGEM..., 1909, grifo nosso).

Neste trecho é apresentada uma leitura da origem da raça negra, em que, da pele negra, passam ao nariz achatado e aos cabelos encarapinhados, tendo como origem um deus que representa o próprio mal. No primeiro capítulo de sua tese, Rosa (2019) atesta como a ciência, do século XIX, tentava provar a inferioridade de negras e negros em relação a mulheres e homens brancos. Apesar do trecho retirado do jornal *Gazeta Colonial* remeter a uma origem mítica, quem o proferira, segundo a fonte, seria um deputado negro francês, que possivelmente, teria algum nível de instrução. Logo, vemos uma forte adesão das ideias eurocêntricas advinda de diversas camadas sociais em diferentes locais do mundo e reproduzidas por muitas etnias. Ficamos na dúvida sobre a interpretação dada pelo deputado negro Légitimus, representante do departamento ultramarino de Guadalupe na Câmara dos Deputados da França.

Figura 3 – Hégésippe Jean Légitimus



Fonte: Focus, (2014).

Portando, seja no misticismo ou na ciência da época, a racialização estava presente e buscava inferiorizar as pessoas negras. E, como visto nas reportagens até então apresentadas, ela também serviria para demarcar os espaços sociais onde mulheres e homens negros eram aceitos. Bem como a sociedade branca poderia reagir a partir do momento em que percebia que seus privilégios correriam quaisquer riscos. Como, por exemplo, quando um homem negro conseguia se eleger a deputado, tomando um espaço que, até então, estava reservado aos brancos. Referimo-nos a pessoas socialmente brancas, pois acreditamos que a posição social que alguém ocupava poderia aferir a ela características que a embranquecessem. Logo, quando um homem conseguia poder financeiro ou fama, poderia ter mais facilidade em ser apontado, pela sociedade, como branco.

Quando trabalhamos o conceito de racialização, entendemos que a adjetivação, ou o estigma que recaía sobre negras e negros, jamais seria abarcado por pessoas brancas. Perceba-se que falamos de pessoas brancas, e não socialmente brancas, pois, mesmo que conseguissem ser socialmente aceitas como tais, ainda poderiam sofrer com o racismo devido ao seu tom de pele. No caso de pessoas brancas, a branquitude resguardaria o privilégio de manter-se no topo da hierarquia racial e, como afirmado por Tânia Müller e Lourenço Cardoso (2017), ela acabaria por conceder,

[...] um poder de classificar os outros como não brancos, que, dessa forma, significa ser menos do que ele. O ser-branco se expressa na corporeidade, a brancura. E vai além do fenótipo. (MÜLLER; CARDOSO, 2017, p. 15).

Cardoso (2014) pesquisa sobre o português branco e não-branco. Para Cardoso (2014), o português poderia adquirir o status de branco frente ao ameríndio e aos africanos, mas ainda era percebido e apontado como menos branco ou um não-branco em comparação aos demais povos europeus, em especial, aos ingleses, que se viam como o mais branco dos povos. No período, a ideia que vinculava os portugueses como menos brancos ou não-brancos, se comparados a outros grupos europeus, estava apegada às questões climáticas de Portugal, onde o clima mais quente lembraria o calor africano, em

contrapartida, as demais regiões da Europa possuíam uma temperatura mais fria, muito distante da realidade portuguesa e africana. Outro fator que servia como justificava para apontar os portugueses como não-brancos estava ligado ao que Cardoso (2014, p. 34) aponta como o “[...] conhecimento histórico de sua herança genética e cultural não-branca”.

Portanto, a mistura étnica e cultural influenciava e tinha peso na hora de apontar aqueles que eram mais ou menos brancos, o que o referido autor apresenta como uma hierarquia de brancura entre os próprios brancos. Assim, acreditavam que portugueses, ao terem sua história marcada pela presença de judeus, mouros, franceses e mesmo africanos, teriam adquirido os traços mais negativos destes grupos étnicos, como a demasiada preocupação financeira dos judeus, ou a malandragem e descaso com ao trabalho, atribuída aos africanos e seus descendentes.

Lia Vainer Schucman (2016) discutiu como ocorrem os processos de identificação e hétero-classificação racial dentro das dinâmicas familiares brasileiras. A partir de seus estudos foi possível compreender que a classificação racial dos filhos e filhas de pessoas negras e brancas acabava se modificando dentro do ambiente familiar. Os filhos e filhas destas famílias poderiam ser percebidos como brancos(as), negros(as), mestiços(as) ou morenos(as), de acordo com a circunstância em que se encontravam.

Deve-se ressaltar que, segundo os ideais de branqueamento presente no Brasil nos finais do século XIX e começo do século XX, o “[...] mestiço nunca foi uma categoria racial com um fim em si mesma, mas um processo para chegar ao branco”. (SCHUCMAN, 2016, p. 186). A referida autora também se apropria, em seu artigo, da ideia de racismo adotada por Oracy Nogueira (1979). Seguindo este conceito existiriam dois tipos distintos de racismo, o de marca, provenientes da fisionomia e, portanto, ligados às questões da epiderme e traços étnicos marcantes, estando assim, vinculados a racialização. Para Schucman (2016), este modelo de racismo seria o mais presente na sociedade brasileira. Já o segundo estaria ligado a origem e diz respeito às suposições sobre a ancestralidade dos indivíduos, sendo esta uma forma de racismo muito comum nos Estados Unidos. Esse último, nos remete ao olhar dos ingleses sobre Portugal e sua população, o que levou a Inglaterra a classificar os portugueses como não-brancos.

Essa discussão se faz necessária por percebermos que praticamente em todas as reportagens que apresentavam mulheres e homens negros, a racialização estava presente, seja em maior ou menor grau. Como no caso da última aparição de Monteiro Lopes na *Gazeta Colonial* no dia de 8 de maio. Logo no título da matéria, vemos, novamente, a demarcação racial *Deputado Negro*. A pequena reportagem, com não mais que seis linhas, trazia a seguinte notícia sobre acontecimentos no congresso,

No congresso nacional o **deputado negro** dr. Monteiro Lopes foi sorteado para uma comissão.
Ao ser lido o seu nome, **as galerias prorromperam em estrepitosas gargalhadas**.⁵⁹ (DEPUTADO..., 1909, grifo nosso).

Novamente, evidenciamos um caso em que o racismo marca a diminuta notícia. Devemos lembrar que o ato de adjetivar alguém como negro(as), mestiço(as), mulato(as), moreno(as), entre outros, consistia em um modo de racializar e demarcar socialmente aquele(a) que carregava essas alcunhas. Afinal, muitas dessas palavras tinham conotações pejorativas e mesmo animais. Por exemplo, a palavra mulato, que teria sido derivada de mula ou mulo, cria infértil entre o cavalo e a jumenta.

Sírio Possenti (1995) elaborou um artigo que analisou a linguagem politicamente correta e seus usos na atualidade. Usando de reportagens e cartas como fontes primárias, ele constatou que diversos negros consideravam o termo mulata ou mulato como ofensivo. Apresenta que o termo mulato não viria de mula ou mulo, mas do vocabulário árabe, e significaria mestiço. Segundo Possenti (1995),

A ideia que subjaz a esta discussão é que, se uma hipótese etimológica for verdadeira, a palavra veicula racismo; mas, se verdadeira for a outra, também etimológica, a palavra "mulato" se tornaria limpa, não veicularia racismo. (POSSENTI, 1995, p. 130).

Faz-se necessário que nos atentemos ao que poderia representar ser adjetivado através da alcunha de mestiço dentro da sociedade que estudamos. Mesmo que, posteriormente, a miscigenação tenha ganhado espaço e a

⁵⁹ DEPUTADO negro. *Gazeta Colonial*, Caxias do Sul, ano 4, n. 173, 08 mai. 1909. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=237302&Pesq=No%20congresso%20nacional%20o%20deputado%20negro&pagfis=115>. Acesso em: 27 mai. 2020.

preferência nacional, não é difícil compreender que o projeto de imigração e as relações provenientes da tentativa de embranquecimento populacional tiveram suas origens em uma política racializada e eugenista⁶⁰. Ao aceitar que a palavra mula ou mulo, e a adjetivação mulata ou mulato tem origem árabe e signifique mestiço, encontramos um peso e uma carga racista e racializada na mesma. Isso ocorre pelo termo ser empregado ao se referir às pessoas que eram consideradas mestiças de negros e brancos, em pleno regime escravista, durante a colonização portuguesa. Assim, adjetivar alguém como mulata ou mulato era uma forma de demarcação social racializada. Logo, independentemente de sua origem etimológica, podemos afirmar que a expressão é racista, pois busca inferiorizar uma camada da população que vivia no Brasil, tendo como base para tal ato a cor e descendência, nesse caso, vista e apontada como mestiça e, portanto, inferior a população branca, seja esta nacional ou imigrante. Vale lembrar que o mulato ou o mestiço nunca foram apontados como o resultado final e esperado entre a convivência sexo-afetiva de estrangeiros e nacionais, mas sim, um trajeto necessário para se alcançar o embranquecimento populacional. Do mesmo modo, a expressão mestiço e mestiça também se configura como racializada, pois uma de suas origens seria a mula ou mulo, logo a racialização ocorre quando se aponta alguém como tendo características animais ou que lembrariam animais, seja nos aspectos físicos ou comportamentais. Também poderíamos aferir a racialização presente na adjetivação mulata e mulato, pois ao racializar se estigmatizam pessoas e delimitam suas áreas de atuação e interação social.

Na última citação feita sobre a reportagem intitulada *Deputado Negro*⁶¹, é afirmado que em alusão ao nome de Monteiro Lopes, diversas gargalhadas

⁶⁰ Segundo Marcos Napolitano (2016), apontar a miscigenação como solução aos problemas nacionais estava ligado a incompetência das elites para encarar os déficits da realidade brasileira e propor as mudanças necessárias. Para Janz Júnior (2012), regenerar a população brasileira através da mestiçagem ou simplesmente marginalizando as raças tidas como inferiores também era um dos dogmas aprovados pela elite brasileira. Sendo essa política de regeneração e marginalização uma das mais marcantes buscas dos eugenistas brasileiros que, durante os séculos XIX e XX tentavam encontrar uma forma de tornar o brasileiro, e o país, o grande exemplo de avanço do novo mundo, seguindo as diretrizes apontadas pelas elites capitalistas da Europa e EUA e se equiparando as mesmas. Para tal, diversas medidas foram tomadas através do higienismo e eugenia, como, por exemplo, a miscigenação racial.

⁶¹ DEPUTADO negro. Gazeta Colonial, Caxias do Sul, ano 4, n. 173, 08 mai. 1909. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=237302&Pesq=No%20congresso%20nacional%20o%20deputado%20negro&pagfis=115>. Acesso em: 27 mai. 2020.

foram proferidas. Entendemos essa ação como um ataque pessoal que visava atingir a honra do deputado eleito. No momento em que a elite, presente no local, rompe em gargalhadas, estão buscando demarcar um espaço como racialmente hierarquizado. Logo, as gargalhadas são uma forma de afirmar, a todos os negros, que aquele é um espaço exclusivamente ocupado por homens brancos. Do mesmo modo, entendemos que não aceitar um homem diferente do padrão socialmente imposto pela sociedade do período é uma forma de tentar resguardar os privilégios abarcados pela masculinidade branca.

Apesar de suas particularidades, acreditamos que existiam semelhanças nas formas de hierarquia racial existentes no Rio de Janeiro e no resto do país. Portanto, esses modos de hierarquizar racialmente a sociedade também se faziam presentes dentro de locais como a sociedade caxiense, algo que podemos observar através do caso envolvendo Monteiro Lopes apresentado no jornal *Gazeta Colonial*. O periódico também apresenta os reflexos sociais e preferências de seu público consumidor, portanto, da sociedade em que circulava e que tenderia a corroborar com essas ações. (MAGALHÃES, 2010). Provavelmente, existiam locais e profissões que apenas homens brancos aspiravam alcançar e se fazer presente. Desse modo, quando um homem negro, como Monteiro Lopes, ocupava espaços e lugares naturalizados como dos brancos, ocorreriam embates.

Enquanto os brancos buscavam resguardar seus privilégios e não perder seu posto de soberania, poderiam enxergar no negro e na sua liberdade uma afronta e nova forma de ameaça. Pois, agora, livre das correntes do escravismo de anos passados, indivíduos negros buscariam alcançar posições que antes dificilmente lhes seria possível, devido a sua condição jurídica. Entretanto, não defendemos que o fim do período escravista trouxe igualdade e muito menos equidade a sociedade brasileira. O privilégio do branco perdurou e ainda perdura. Finda a escravidão, restou o racismo até hoje estruturalmente presente e dificultando a mobilidade social de não-brancos. Ainda é possível aproveitarmos dessa pequena notícia, publicada no dia no dia de 8 de maio, na *Gazeta Colonial*, para unificá-la às publicações já apresentadas.

Como vimos, as reportagens apresentavam aspectos de racialização ao tratar de pessoas que não eram vistas, socialmente, como brancas. Entretanto, reportagens envolvendo imigrantes, que foram introduzidas no começo desse

capítulo, não mostram esse comportamento por parte da sociedade caxiense e de seus periódicos. Assim, os casos que foram apresentados de Longaretti e Diogo Salles, ou de Pedro Rizzon e Benjamim Soares Boeira não nos mostram a racialização. Encontramos aspectos de honra e masculinidades, mas em nenhum momento foi anunciado a cor dos envolvidos. Não vincularam suas características físicas e descendências aos motivos dos desentendimentos e violências, ou as usaram como justificava para adjetivar negativamente os imigrantes e nacionais enredados naquelas circunstâncias. Logo, percebe-se um apagamento da cor branca das reportagens, porque não era necessário, sendo que todos os envolvidos eram considerados brancos. Em contrapartida, negras e negros são evidenciados, principalmente quando estes(as) estão transgredindo as normativas das sociedades em que vivem, conforme iremos ver no capítulo seguinte.

As fontes, até aqui analisadas, sugerem que homens de cor como Monteiro Lopes eram sempre percebidos e referenciados como negros ou pretos. Não são homens, são homens negros e pretos invadindo espaços que não lhes pertenciam e ameaçando a dominação masculina branca e elitizada de seu período. Esses processos em que homens negros, como o referido deputado, adentravam espaços elitizados e respaldados pela branquitude, poderiam abalar as estruturas racialmente hierarquizadas e pautadas na masculinidade branca. Seja no Rio de Janeiro, com a presença de Monteiro Lopes e seu grande contingente de apoiadores e admiradores, ou ainda em Caxias do Sul, como se poderá perceber através dos casos que serão apresentados no presente trabalho.

Figura 4 – Doutor Manoel da Motta Monteiro Lopes



Fonte: Fonte: Pinto, (c2009).

As últimas reportagens que apresentaremos aqui foram publicadas no jornal *Correio do Município*, utilizaremos várias delas para apontar de que forma se fazem presentes as questões ligadas especialmente à racialização, masculinidades e honra.

O dia 13 de maio de 1888, data do fim do período escravista brasileiro, foi imortalizado em diversos jornais do país. No Rio Grande do Sul, não fora diferente. Em sua tese, Magalhães (2010) encontrou crônicas no jornal *O 5 de Abril*, de Novo Hamburgo, que tratavam sobre a importância de rememorar esse dia, ressaltando seus significados benéficos ao Brasil e aos brasileiros.

Para Magalhães (2010), os cronistas hamburguenses corroboravam com a ideologia que estava por negar a exclusão racial no Brasil, ou seja, reafirmavam as ideias propagadas pelos membros das elites. Valorizavam a princesa Isabel e a Lei Áurea, essa vista como marco em direção ao progresso e civilização. Assim, no mês de maio, era comum haver crônicas voltadas apenas

para o processo de abolição. Entretanto, a autora conseguiu mapear, através de inquéritos policiais e registros civis, como a população negra de Novo Hamburgo era tratada, mostrando que, ao contrário do que os cronistas pregavam, o racismo estrutural estava presente nas relações daquela cidade e naquele período.

Em nossas fontes também encontramos uma matéria relacionada a data de 13 de maio, onde este dia era apresentado como uma importante comemoração. Um acontecimento que colocava o Brasil no mesmo patamar das nações mais cultas e civilizadas, se tornando, assim, exemplo de nobreza e abnegação aos povos de todo o mundo, acusando o escravismo passado de ser um medonho cancro que aflingia o coração do povo brasileiro, possuidor de “[...] altos sentimentos altruísticos”.⁶² (13 DE..., 1909). Outras partes da reportagem afirmam que esta deveria ser uma das mais importantes celebrações do ano. Entretanto, as festividades da data pareciam não estar entre as maiores preocupações, em Caxias do Sul, por mais que o *Correio do Município* buscasse afirmar o contrário. Foi encontrado, alguns dias após a data comemorativa, no referido periódico, a publicação com a seguinte reportagem *Como sóe acontecer aqui, a data 13 de Maio, passou despercebida*⁶³. (COMO..., 1909).

Talvez fosse comum a uma sociedade composta, em sua maioria, por imigrantes italianos e seus descendentes, que o 13 de maio não fosse comemorado. Mas de qualquer modo, acabou por receber destaque em algumas publicações do *Correio do Município*. Entretanto, mesmo que o jornal oferecesse esse espaço, poderemos ver, no capítulo seguinte, que a sociedade italiana ainda não vislumbrava o significado da data, fazendo com que nas relações cotidianas o respeito e aceitação dos indivíduos de cor não ocoresse.

A última reportagem que analisaremos foi publicada no dia 6 de novembro de 1910. Nesta data o *Correio do Município* apresentava o seguinte caso,

Os nossos leitores não devem estar olvidados do celebre bandido – negro Celestino – que, em Guaporé e Russland, foi autor do

⁶² 13 DE maio. *Correio do Município*, Caxias do Sul, ano 9, n. 756, 13 mai. 1909. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=882283&pesq=13%20de%20maio&pagfis=137>. Acesso em: 28 mai. 2020.

⁶³ COMO sóe acontecer aqui, a data 13 de Maio, passou despercebida, *Correio do Município*, Caxias do Sul, ano 11, n. 757, 16 mai. 1909. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=882283&pesq=13%20de%20maio&pagfis=141>. Acesso em: 28 mai. 2020.

defloramento de duas mocinhas, filhas de laboriosos colonos, que se empregavam no trabalho da lavoura, sendo a da primeira localidade, após a prática do repugnante e brutal atentado, assassinada pelo terrível monstro [...].⁶⁴ (BANDIDO, 1910).

A matéria prosseguia informando que “[...] a fera não poderá causar outros males” (BANDIDO, 1910), pois fora preso em Guaporé, “o nauseabundo negro”, local onde buscava emprego na estrada de ferro, desse modo, dando paz às famílias dos “pacatos colonos”. (BANDIDO, 1910). Ainda no cárcere, acabou por confessar ter como cúmplices do atentado as duas jovens, seus enteados, Manoel Alexandre Marques, que já estava preso, e Antonio Luiz Marques, filho da mulher Maria Victorina, apontada na matéria como *parda*. Para o *Correio do Município* “Infelizmente a lei que nos rege, feita para o julgamento de **seres mais humanos**, vai também julgar esse monstro”. (BANDIDO, 1910, grifo nosso). O jornal encerra a notícia informando que Celestino teria apenas 22 anos de idade e já tinha “[...] pesando sobre seus ombros a bagatela de 17 crimes”. (BANDIDO, 1910). Ao que estava agora condenado a 30 anos de prisão, pena máxima do período.

Do mesmo modo, é possível perceber, na matéria sobre Celestino, que a cor dos acusados está associada a outras classificações negativas. Os denunciados, Celestino e Maria Victorina, são descritos como “Celestino o negro nauseabundo que ainda terá a regalia de ser julgado pelas leis de pessoas mais humanas, a lei que rege às pessoas brancas”. (BANDIDO, 1910). Assim como Maria Victorina não é uma mulher, ela era uma mulher *parda*, que, provavelmente, pode ter sido estigmatizada pelo crime de seu filho, sendo apontada como a mãe *parda* de um estuprador e assassino.

Desse modo, entendemos, até o momento, que os homens negros, deste período, são atravessados pela raça-gênero e, em último caso, mesmo não estando mais legalmente escravizados, estavam socialmente enfrentando, perpetuamente, os estigmas de uma sociedade racialmente hierarquizada e que via, no homem negro, a figura do estranho, do diferente, de tudo aquilo que causava repulsa e medo.

⁶⁴ BANDIDO. *Correio do Município, Montenegro/ Caxias do Sul*, ano 10, n. 66, 06 nov. 1910. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=225592&PagFis=393&Pesq=negro>. Acesso em: 28 mai. 2020.

O racismo científico, que surge no século XIX e se mantém forte durante parte do século XX, parece também se fazer presente na sociedade caxiense que pesquisamos. Para Magalhães (2010), existem marcas que são atribuídas a população negra que vão além dos aspectos fenotípicos. Ou seja, foi possível, para autora encontrar, dentro de sua documentação, traços das teorias racialistas que nortearam os registros policiais quando estes tratavam de indivíduos negros. Da mesma maneira, acreditamos ter evidenciado, continuamente, esses processos que estigmatizavam e racializavam a sociedade negra de Caxias do Sul, ao apresentarmos a forma como os jornais se referenciavam a essa parcela da população, algo que estava intimamente ligado ao contexto daquele período.

No próximo capítulo, trabalharemos com uma nova seleção de fontes que estão ligadas a essa antiga sociedade caxiense e aos grupos étnicos de negros e italianos que viviam na região. Como norte, buscaremos entender de que modo o universo masculino era pensado em Caxias do Sul através da representação do estereótipo de homem ideal. Quais eram as posturas apontadas como adequadas para se viver em sociedade e ser, ao mesmo tempo, honrado e viril em um mundo que buscava cada vez mais se modernizar e se afastar das práticas passadas, vistas como incivilizadas. Observando também, como as masculinidades estavam interligadas nessas relações, que buscavam firmar as diversas identidades étnicas presentes nos espaços públicos, locais de intensa socialização.

3 ESPELHOS PARA SE INTERPRETAR A SOCIEDADE – CAXIAS DO SUL E OS PROCESSOS-CRIME COMO FONTES PRIMÁRIAS

As diversas expressões de masculinidades e as mais variadas formas de compreendê-las pesavam sobre as relações interétnicas entre indivíduos negros e imigrantes italianos que se encontravam na cidade de Caxias do Sul no pós-abolição?⁶⁵ Como eram as práticas de interação social, entre os referidos grupos, em ambientes de socialização, como bares e praças? Estaria a racialização intimamente ligada a esses espaços e aos homens que os frequentavam? Como seria interpretada e posta em prática a masculinidade do homem negro no pós-abolição, levando em conta o período e a localidade estudados? O presente capítulo tem por intuito sugerir respostas a essas questões. Para tanto, faremos uso de processos criminais como fontes primárias, levando em conta a perspectiva de uma microanálise dos agentes que compõem os casos que iremos apresentar.

As fontes criminais⁶⁶ nos permitiram viajar de volta para os últimos anos do século XIX, desse modo, foi possível perceber práticas masculinas que se solidificaram e percorreram os primeiros anos do século XX. Portanto, o foco desse capítulo se baseia em compreender os exercícios de masculinidades que podemos encontrar nos espaços e momentos de socialização entre nacionais negros e imigrantes italianos e/ou seus descendentes que atravessaram a virada do século XIX. Do mesmo modo, estudaremos a racialização presente nesses contatos, cujos vestígios documentais, gerados por casos de violência verbal e física, cogitamos serem representativos de práticas de interação sócio raciais

⁶⁵ Sobre as discussões a respeito do pós-abolição, ver: Hebe Maria Mattos, *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista. Brasil, século XIX*. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2013; Ana Lugão Rios e Hebe Maria Mattos, *Memórias do cativo: família, trabalho e cidadania no pós-abolição*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005; Frederik Cooper, Thomas Holt, Rebecca Scott, *Além da escravidão: investigação sobre raça, trabalho e cidadania em sociedades pós-emancipação*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

⁶⁶ Para compor este capítulo selecionamos três processos-crime, todos custodiados pelo APERS. O último desses processos já foi usado como base documental de artigo publicado na revista *História Unisinos*, em 2020, por autoria de Maíra Vendrame. VENDRAME, M. I. "Não tinha medo dos gringos": violência e crime nas regiões de colonização italiana do Sul do Brasil. *Revista História Unisinos*. São Leopoldo, p. 503-515, set/dez. 2020. Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/index.php/historia/article/view/hist.2020.243.13>. Acesso em: 12 abr. 2020.

comuns no espaço estudado, ocorrendo seguidamente, nas relações interétnicas em Caxias do Sul.

Contudo, ao propormos essa análise, também compreendemos que nem todas as relações interétnicas entre indivíduos negros e imigrantes italianos acabavam em conflito, um exemplo disso pode ser encontrado na dissertação de Rodrigo Weimer (2007), em que este analisa episódios de união e solidariedade entre as duas etnias, afro-brasileira e italiana. Certamente, o cenário de Caxias do Sul, pluriétnico desde seus primórdios, nos propiciou momentos únicos de interação, sejam eles baseados em confiabilidade e companheirismo, ou violência e conflito. (GOMES, 2008).

Como apontado por Monsma (2016) e Vendrame (2016), os imigrantes italianos detinham uma compreensão própria do que significava a honra. Logo, supomos que para compreendermos as masculinidades que estavam em conflito na Caxias do Sul dos fins do século XIX, também precisaremos pensar de que modo os conceitos como honra e virilidade moldavam as relações interétnicas dos grupos aqui estudados.

A presente pesquisa caminha no sentido de analisar temáticas diversas, usando dos vários conceitos que são úteis para respondermos nossa principal problemática de pesquisa: entender a forma como eram acionadas as masculinidades nas interações étnico-raciais no território da cidade de Caxias do Sul entre os anos de 1899-1910, dando ênfase aos contatos entre nacionais (negros) e imigrantes (italianos).

A escolha pelos processos criminais, como fontes para o último capítulo da presente dissertação, se fez por, entre outros motivos, buscarmos vincular o trabalho aqui apresentado a uma interpretação mais realista do que se passava entre as camadas mais humildes da sociedade. Nesse sentido, buscamos seguir algumas das sugestões de Edward Palmer Thompson (1998). Optamos por aproximar nossa pesquisa ao que o referido autor entende por história vista de baixo, ao atuar com os grupos populares da sociedade caxiense e seus modos diversos de interpretar o mundo.

Logo, ao escolhermos a fonte criminal, temos ciência dos desafios que ela representa, mas também entendemos que ela possibilita entender mais sobre as complexas formas de interações étnico-raciais encontradas na cidade caxiense. Desse modo, entendemos que toda fonte, sejam os processos-crime, os jornais,

entre outros, são espelhos que emitem apenas reflexos (por vezes distorcidos) do passado, não sendo possível, portanto, que possamos findar questões e definir o que, de fato, o passado foi ou o que de fato ocorreu naqueles momentos que geraram a intervenção das instâncias policiais e judiciárias. Assim, as fontes nos possibilitam uma aproximação de realidades diversas, mas não englobamos, em nossa pesquisa, tudo o que ocorreu, ou seja, a verdade na sua totalidade e a diversidade total da história vivida pelas pessoas no passado.

Antes de adentrarmos em nossas fontes, também vemos como necessário explicitar que nem sempre foi uma escolha passível de aceitação, por parte de historiadoras e historiadores, o uso de documentos criminais. Afinal, como seria possível interpretar e compreender a história humana através de documentos que apresentavam resquícios da vida de, geralmente, marginalizados? Normalmente, esses documentos não tratavam das grandes figuras históricas. Do mesmo modo, os processos-crime tinham um aspecto negativo muito ressaltado por parte daqueles que praticavam a arte da historiografia: são documentos que condicionam testemunhas, vítimas e réus a deporem, muitas vezes, podendo se perder, nas anotações realizadas por parte do escrivão de justiça, aspectos muito importantes para uma análise completa do período, ou mesmo, do caso apresentado pelo processo. Também sendo possível que parte dos depoimentos encontrados tenham sido moldados as realidades necessárias, por partes dos homens que os tomavam, como se tornou visível em um dos processos que analisamos.⁶⁷

Contudo, com o tempo, avançamos o suficiente para entendermos que estudar História nunca foi procurar descobrir verdades incontestáveis de nosso passado. Da mesma forma que nunca foi seguro ter por pretensão entender o todo que compunha uma sociedade e os seus agentes. Entendemos que devemos ressaltar o modo como utilizamos os documentos criminais, assim como apresentar quais as principais partes que compõem os processos que são

⁶⁷ Sobre o uso dos documentos criminais, apesar dos filtros coercitivos que eles contêm, ver: GINZBURG, Carlo. *Os Andarilhos do Bem*. Feitiçaria e cultos agrários nos séculos XVI e XVII. São Paulo, Cia. das Letras, 1988; _____. O inquisidor como antropólogo. In: *O fio e os rastros: verdadeiro, falso e fictício*. São Paulo: Cia das Letras, 2007; CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade*. Uma história das últimas décadas da escravidão na corte. São Paulo, Cia. das Letras, 1990. Uma das primeiras pesquisas no Brasil a usar processos criminais foi: FRANCO Maria Sylvia de Carvalho. *Homens Livres na Ordem Escravocrata*. 2ª edição, São Paulo, Ática, 1976.

utilizados para realização deste trabalho. Para isso é necessário compreender que o processo criminal é um documento formal, que envolve procedimento judicial e policial de investigação para julgamento de condutas criminosas. (THOMPSON FLORES, 2014). Em nosso estado é possível localizá-los através do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS), além disso também é provável que alguns desses documentos se encontrem na guarda de arquivos municipais.⁶⁸

Um processo inicia com a queixa ou denuncia de um crime, esta pode ser realizada por um promotor de justiça, a vítima ou um representante legal. (THOMPSON FLORES, 2014). Entre as diversas etapas que se seguem estão a inquirição das testemunhas e o juramento do intérprete, algo corriqueiro em zonas de colonização europeia. As testemunhas também precisavam realizar o juramento e era necessário qualificá-las, ato de informar seus dados às autoridades responsáveis. Posteriormente, era realizado o interrogatório, não sendo incomum que os testemunhos visassem dar credibilidade aos réus ou às vítimas, ao atestarem a boa reputação dos envolvidos, o que visava conferir credibilidade aos depoimentos colhidos.⁶⁹

Sobre a utilização das fontes criminais na historiografia, vemos que elas ocorreram mais recentemente. Os processos-crime começaram a ser utilizados pelas Ciências Sociais. (BRETAS, 2017). Interpretar a sociedade através de delitos e dos marginalizados também atingiu a história e trouxe estudos que criticaram visões do crime como uma patologia. (FERLA, 2009).

Apenas com a história social os documentos gerados pelos atos criminosos passaram a ser vistos como meios para vislumbrar o cotidiano, possibilitando entender o comportamento de grupos sociais e de suas práticas, consideradas errôneas e criminosas. O processo-crime acabou por se tornar uma forma de compreender a interação do imigrante com a lei e sua resistência à tentativa de imposição de autoridade por parte da nova pátria. (VENDRAME, 2016). Por fim, esse tipo de documento serve como guia ao que buscamos tratar.

⁶⁸ Em função da fragmentação dos acervos das comarcas do interior do Rio Grande do Sul, existem documentos judiciais custodiados por universidades, como a Universidade de Passo Fundo e a Universidade de Caxias do Sul. Também existem processos em grandes volumes sob a guarda do Arquivo Judicial Centralizado, localizado em Porto Alegre.

⁶⁹ Durante o marco cronológico da presente pesquisa, os trâmites criminais tinham como pontos legislativos principais o Código Penal promulgado pelo decreto 847 de 11 de outubro de 1890 e o Código de Processo Penal, aprovado pela Lei nº 24 de 15 de agosto de 1898.

Usando processos-crime, poderemos analisar as formas de punição contra nacionais praticadas por imigrantes na Serra Gaúcha, o que confronta o mito do imigrante ordeiro.

Compreendemos as limitações de nossas fontes e os desafios que tal pesquisa proporciona. E, por termos essa ciência, buscaremos respeitar os limites estipulados em nossa pesquisa, principalmente aqueles apresentados nos processos utilizados neste trabalho. Assim, manteremos como foco único entender o que propomos desde o princípio desta dissertação, interpretar as mais diversas formas de relações interétnicas entre indivíduos negros e imigrantes italianos, atuando de modo a compreender as masculinidades expostas nesses contatos e as mais variadas formas de se racializar o homem negro.

3.1 “Como é isto que os brasileiros podem andar armados e os italianos não!”. Ferrugem, espada e pedra

O promotor publico da comarca, no cumprimento dos deveres de seu cargo, vem perante a V. S. denunciar a Pedro Mochelim⁷⁰ pelo facto criminoso que passa a expor: Na noite do dia 12 do corrente, pelas 11 e meia horas, mais ou menos, apresentando-se Hilario Lopes Ferrugem no Kiosque do cidadão Luinquim, no proposito de comprar uma vella, foi ahi procurado pelo denunciado que, o vendo armado de um facão, entendeu de fazer-lhe cençuras por tal motivo.

Hilario, porem, que viera a esta villa em companhia de uma autoridade policial de Cima da Serra, conservava suas armas, não com o intuito de provocar a quem quer que fosse, mas para defender-se e a seu superior, a quem acompanhava por tal parte e a todas as horas. Desse facto se depreheende que Hilario, usando armas prohibidas, não commettia nenhuma infração das ordens emanadas das autoridades locais e menos ainda uma provocação a quem quer que fosse, tanto mais quanto, em sua qualidade de passageiro, não tinha o dever de conhecer ordens publicadas resentemente por editais da Delegacia de policia deste municipio.

⁷⁰ O nome do réu aparece no documento grafado de diversas formas, sendo a mais frequente a de - Pedro Mocelin -, a qual usaremos para nos referirmos ao réu nesta dissertação. Em alguns momentos Pedro Mocelin foi apresentado pela alcunha, *Sachista* ou *Sachiuta*. O processo-crime não nos informa os motivos de ser reconhecido por essa denominação, mas é evidente que não se trata de um nome de batismo, visto que Pedro Mocelin é sempre apresentado nos autos do processo dessa forma, com 24 anos de idade, ourives, casado, natural deste município e residente nesta vila. Em outro momento, o réu, Pedro Mocelin, oferece depoimento em que afirma ter 25 anos de idade completos. Acreditamos que isso ocorra, pois, no decorrer do processo, Mocelin tenha completado mais um ano de vida, não sendo assim, um erro por parte do escrivão que anotava o depoimento do réu. Devemos atentar que os processos criminaes poderiam levar vários meses ou mesmo anos para se desenrolarem por completo, sendo assim, era necessário que as partes envolvidas tivessem que dispor de tempo e recursos para conseguir resolver suas questões particulares na esfera judicial.

Nestas condições, é evidente que Hilario Ferrugem, usando ou carregando suas armas, não provocou a quem quer que fosse, e, ao invés disso, foi provocado, sem aliás ter feito uso de suas armas, provocação covarde e traiçoeira, por que o seu agressor, acobertado com o manto negro da noite, e, aproveitando-se do momento em que a sua vítima discutia com outros indivíduos, atirou-lhe o projétil com o qual prostrou-o por terra, sem sentidos, fazendo o ferimento descrito no auto de corpo de delito, que esta acompanha.⁷¹ (APERS, 1905).

O principal personagem de nossa narrativa deixou registrado nos autos judiciais que tinha, na época, 30 anos de idade, era solteiro, e que ignorava seus pais, que era brasileiro e atuava como *camarada* do delegado de polícia de São Francisco de Cima da Serra. Em torno das 23 horas e 30 minutos do ano de 1905, Hilario Lopes Ferrugem, em companhia de Abel de Tal, chegava ao quiosque do cidadão Guinquim⁷², com o único objetivo de comprar uma vela. O referido estabelecimento era espaço de sociabilidade dos que viviam próximos dali. Ao entrar no quiosque⁷³, Hilario portava seu facão, motivo suficiente para que sofresse censuras por parte de Pedro Mocelin e outros italianos ali presentes. Esse grupo composto por Pedro Mocelin, Segala Angelo, Gervazio Rocaro, Augusto Borsarini e Domingo Stefane se viu afrontado pelo homem com alcunha de Ferrugem, apontado nas fontes como *negro* e *crioulo*, estar portando arma branca. Entretanto, como visto na citação acima, Hilario estava armado, pois,

[...] viera a esta vila em companhia de uma autoridade policial de Cima da Serra, conservava suas armas, não com o intuito de provocar a quem quer que fosse, mas para defender-se e a seu superior, a quem acompanhava por toda parte e a todas as horas. (APERS, 1905).

Para entendermos esse complexo caso e atuarmos sobre os desafios que ele apresenta, optamos por introduzir a nossa fonte por completo para, então, analisá-la. Assim sendo, a narrativa e citações que seguem dizem respeito a tudo que aparece no processo-crime da comarca de Caxias do Sul.

⁷¹ APERS. Poder Judiciário. Cível e Crime. Processo-crime da comarca de Caxias do Sul – Cível e crime, nº 1130, maço 40, 1905.

⁷² Em outros momentos do processo, o cidadão Guinquim é referido pelo nome de Francisco Del Prá. Acreditamos ser esse seu nome de batismo, visto que se apresentou assim na Assentada de testemunhas. Desse modo, Guinquim poderia ser um apelido que remete ao nome de seu bar, o Kiosque Quin-Quim.

⁷³ Quiosque: “pequeno pavilhão isolado, que, entre nós, serve para a venda de jornais, tabacos”. BRUNSWICK, Henrique. *Novo Dicionário Ilustrado da Língua Portuguesa*. 3ª edição, s/dt., Lisboa, Empresa Literária Fluminense, p. 690.

Era por volta das 23h da noite do dia doze de junho de 1905 quando Hilario, em companhia de Abel de Tal, entrou numa venda na rua Júlio de Castilhos procurando comprar uma vela. Como não encontrou, perambulou pela noite fria até a praça mais próxima, onde avistou aberto o quiosque Quin-quim, se dirigindo, assim, ao local para procurar a vela de que necessitava. No quiosque, acabou por ser insultado por um grupo de homens que estava ali jogando a mora.⁷⁴ Devido a tal provocação, decidiu falar com o cidadão alferes, da guarda municipal João Lourenço Vigo, para lhe informar do acontecido.

Depois de relatar o ocorrido, Hilario voltou, em companhia de Vigo, para o citado quiosque, a fim de apontar os seus provocadores. Talvez Hilario Ferrugem mantivesse a esperança de que, na companhia do Alferes da Guarda Municipal, os italianos se intimidariam e entenderiam que não poderiam o injuriar, pois agora estava ao lado de um representante da lei. Ou seja, alguém que legalmente detinha o direito de usar a força como meio de controle e apaziguação dos ânimos da vizinhança.

Chegando ao quiosque, anteriormente citado, Hilario entrou e comprou um pouco de vinho, provavelmente buscando se aquecer em uma noite fria de inverno. Saiu, em seguida, para oferecer a João Vigo um pouco do vinho que comprara. Um gesto simples, mas significativo de camaradagem e gentileza, para com aquele que estava ali para o ajudar. Nesse momento, Ferrugem acabou sendo cercado por um grupo de pessoas que não conhecia, os quais, depois de o terem novamente provocado, o acertaram com uma pedra que o

⁷⁴ Segundo Judite Moser Pisetta (2005): Importância da atividade para a Coletividade – O jogo da Mora é um jogo que representa a cultura da colonização italiana. É muito interessante ver os jovens brincando e se divertindo com uma brincadeira dos nossos antepassados. A mora tem um significado especial para os italianos e seus descendentes diretos. Trazida da Itália pelos imigrantes, o jogo é sempre disputado com muita alegria e vibração em festas de igreja ou nas bodegas (pequenos bares do interior). Para jogar, são necessárias apenas duas pessoas, uma mesa. Os jogadores gritam um número simultaneamente (de 0 a 9) e apontam os dedos. Acerta aquele que acertar a soma do número de dedos apresentados pelos dois jogadores. É necessária muita habilidade, rapidez de raciocínio e coordenação motora para realizar o jogo. Como este é muito comum, principalmente nas localidades de colonização italiana, realiza-se a cada dois anos (concomitante à festa da Polenta) o Torneio de Mora. Um dos jogadores de Mora que deixou saudade na localidade de Ribeirão Café, localidade onde teve início o Torneio de Mora, e que deixou saudades foi o Sr. Hermínio Depiné. Fonte: Projeto Resgate do Patrimônio Histórico – Alto Vale do Itajaí. 2005, s/p. Disponível em: https://www.amavi.org.br/arquivos/amavi/areas-tecnicas/cultura-turismo/ph/municipal/rio_do_oeste/Cadastro%20Incompleto%20-%20Folclore%20e%20Tradicao%20-%20Usos%20e%20Costumes%20-%20Jogo%20de%20Mora.pdf. Acesso em: 5 mar. 2021.

prostou imediatamente ao chão, inconsciente, ao produzir-lhe um ferimento na cabeça.

Abaixo segue depoimento prestado pelo ferido Hilario Lopes Ferrugem:

Perguntado seu nome, idade, estado, filiação, naturalidade e profissão; respondeu chamar-se Hilario Lopes Ferrugem, ter trinta anos de idade, ser solteiro, ignorar seus pais, ser brasileiro e camarada do delegado de policia de São Francisco de Cima da Serra.

Perguntado mais, como se deu o facto; respondeu que pelas onze horas mais ou menos da noite do corrente, em companhia de Abel de Tal, entrou em uma venda na rua Julio de Castilhos, procurando comprar uma vela, e como não encontrou, dirigiu-se e seu companheiro para a praça, e vendo aberto o Kiosque Quin-quim aberto, ahi foi tambem procurar vela, sendo então insultado por um grupo, que se achava junto ao Kiosque. A vista dessa provocação procurou então o cidadão João Vigo e lhe fes parte do que lhe acontecia, seguindo então em companhia deste para o citado Kiosque, afim de mostrar os seus provocadores. Ahi chegando, entrou e comprou um pouco de vinho e sahiu para oferecer a João Vigo, sendo então cercado por um grupo de pessoas que não conhece e depois de o terem novamente provocado, jogaram uma pedra que o prostou imediatamente, produzindo-lhe o ferimento.

Perguntado se não viu quem jogara a pedra, respondeu que não.

Perguntado se quando cahido não ouvira, accusações sobre alguém, respondeu que não, porque quando cahia foi sem sentido e que só deu por si quando o cidadão Francisco Salenno, fizera-lhe o curativo. Nada mais disse nem lhe foi perguntado, dando-se por terminado o presente auto de perguntas que assigna o delegado e o cidadão João Lucena Filho pelo declarante que não sabe ler e escrever. (APERS, 1905).

Isto posto, entende-se que diversas testemunhas poderiam ter visto o fato ocorrido com Hilario Lopes Ferrugem. Seja pelo ocorrido ter se dado em frente a um bar que permanecia aberto até tarde, seja pela localização deste, uma praça, provavelmente com certo número de transeuntes. Tais espectadores e testemunhas, como veremos, também estavam entre os próprios provocadores italianos, bem como o Alferes João Vigo. Abel de Tal não fez parte da assentada de testemunhas, o que nos leva a supor que ele não estaria mais na companhia de Hilario depois que este procurou Vigo para queixar-se do ocorrido no quiosque Quin-quim.

As transcrições que serão apresentadas, a partir de agora, dizem respeito à assentada de testemunhas do caso descrito. É através delas que buscaremos entender as múltiplas interpretações relatadas sobre um mesmo fato - a prática de violência sofrida pelo ofendido e ferido Hilario Lopes Ferrugem na noite do dia 12 de junho de 1905.

Solicitado a depor, o carpinteiro Fernando Clamer (vinte e cinco anos, solteiro, residente desta vila e natural deste estado) se apresentou frente ao escrivão e oficial de justiça de Caxias do Sul. Em seu testemunho afirmou que,

[...] ele e outros foram fazer um passeio a quinta légua, onde tomaram vinho, e fizeram uma pandega de onde vieram um tanto embriagados. Chegados na vila, foram eles tomar café no hotel do Sardo e no café Veneza e foram expiar o baile na casa de José Bragatti, e dali foram pra o Kiosque Francisco Dal Prá, onde se jogava a mora, entraram ele respondente, Pedro Mocelin, Segala Angelo, Gervazio Rocaro, Augusto Borsarini, Domingo Stefane e outros, depois entrou um **negro**, e viu este sair pra fora com um copo de vinho, em seguida saíu ele respondente e seus companheiros para fora, e saindo encontraram João Lourenço Vigo, alferes da guarda municipal e o **negro** que então ele respondente viu que o **negro** estava armado de uma espada nessa ocasião, perguntando ele respondente a João Vigo, **como é isto que os brasileiros podem andar armados e os italianos não!** Ali houve entre os presentes forte discussão. Neste momento, viu Pedro Mocelin agarrar uma pedra e esconder, depois jogou sobre o dito **negro**, caindo este por terra imediatamente, e depois do fato ele respondente e outros seguiram em companhia de Mocelin para a venda de Giuseppe Romano, e dali para suas casas. (APERS, 1905, grifo nosso).

O testemunho de Fernando Clamer apresentou diversos indícios importantes sobre o ocorrido. Também levantou uma questão interessante, um italiano testemunhando fatos que poderiam prejudicar judicialmente um conterrâneo. Talvez isso tenha se sucedido pelo fato de Clamer ter sido um dos principais instigadores do que ocorrera com Hilario. Segundo o que a fonte apresenta, Fernando Clamer seria aquele que estava falando pelos demais italianos ao questionar o porte de arma, não apenas de Hilario, mas dos brasileiros. Portanto, ao testemunhar contra Pedro Mocelin, poderia estar visando uma estratégia que tinha por objetivo resguardar a si próprio. Como afirmou no testemunho, ele pode ter feito questionamentos ao Alferes Vigo e a Hilario, mas, segundo suas palavras, não os agrediu ou injuriou.

Ao prestar depoimento, João Lourenço Vigo, Alferes da Guarda Municipal, afirmou que,

Andando ele respondente na rua patrulhando, ouviu dizer por indivíduos que passavam, ter barulho no Kiosque, para lá se dirigiu, e ao chegar ao Kiosque encontrou por terra o **negro** por **apelido Alferes Caroço** e de **nome Hilario Padilha**, e sendo que este estava ferido, e viu ao mesmo tempo de um lado um Grupo de indivíduos estando na frente destes armados de facão Maximo Sartori, se dirigindo ao mencionado grupo, perguntando quem tinha feito aquele serviço, alguns do grupo lhe responderam que não sabiam e **sendo Maximo**

Sartori, armado de facção o prendeu e o levou para o xadrez, afim de no dia seguinte dar explicações. (APERS, 1905, grifo nosso).

O depoimento do Alferes Vigo nos apresenta um desafio advindo da inconsistência dos relatos apresentados pelas testemunhas. Como visto anteriormente, Hilario Lopes Ferrugem e Fernando Clamer apontam que Vigo estaria presente no momento do conflito, algo que acaba sendo negado pelo Alferes. Vemos também a introdução de uma nova figura, Maximo Sartori, que estava armado de facção, provavelmente, a arma que Hilario carregava consigo. Essa disparidade de narrativas pode ser vista como uma das limitações de nossa fonte, pois, usando dos relatos das testemunhas, ou mesmo da decisão tomada pela justiça, não é possível constatar quem estava ao lado da verdade ou não em suas declarações.

Assim sendo, cabe afirmar que não temos por intuito relatarmos verdades absolutas, seja na narrativa do caso ou na posterior análise que faremos do mesmo. O que nos interessa é entendermos as justificativas apresentadas e os motivos que levam às narrativas divergentes encontradas na fonte.

Diversas pessoas que presenciaram o ocorrido foram chamadas para depor. Algumas delas havia mantido contato com Pedro Mocelin na noite em que ocorrera o crime. Entre os depoentes, estava o pedreiro Domingo Stefane, italiano, casado e residente naquela vila, que afirmou ter estado com Mocelin, mas que ficou sabendo “[...] apenas no dia seguinte ter havido barulho na praça” (APERS, 1905), uma vez que havia se retirado com o negociante Alberto Sartori (com trinta e oito anos de idade e casado) para casa, antes de Hilario ter sido insultado ou agredido.

Também pedreiro, com vinte e três anos, solteiro e morador naquela localidade, Angelo Segala afirmou ter notado que Hilario Ferrugem foi cercado por um grupo de pessoas e “[...] elle respondente visto de que vio se retirou com alguns companheiros e foram para casa de Guimffra Rossani” (APERS, 1905)., não sabendo, assim, quem teria agredido Hilario. O jornalista Frederico Vacca, jovem de dezessete anos, solteiro e morador naquela vila, contou em seu depoimento que,

Passando pela praça viu junto ao Kiosque de Delprá grande ajuntamento de gente, e viu um individuo por apelido **Caroço**⁷⁵ de espada em punho, e vendo que podia aver algum barulho se retirou para um lado, logo depois viu um individuo agarrar uma pedra, mas não soube diferenciar quem era e atirou uma pedra em Hilario. (grifo nosso). (APERS, 1905).

Esses últimos testemunhos são menores e repetitivos nos fatos. O que poderia levar a crer que não possuem relevância para entendermos melhor como se sucedeu o crime de injúria e violência sofridas por Hilario, assim como a sociedade e os agentes que a compõem. Entretanto, são tais palavras que nos revelam a possibilidade de que o grupo de italianos poderia estar tentando proteger Pedro Mocelin, ao omitir parte dos acontecimentos ocorridos na noite do dia 12 de junho. Isso se torna mais evidente quando vemos que os depoentes seguintes acabaram por admitir estarem reunidos no interior do quiosque Quinquim. Todas essas testemunhas afirmaram ter visto, de longe, um *negro* caído no chão, mas não sabiam como isso havia se sucedido. Algo que ficou claro nas palavras de Maximo Sartori, italiano que, segundo João Vigo, estaria com um facão na mão,

[...] havia um barulho para la de fora e dirigindo se para ali vio cahido no chão o **criolo** Hilario Ferrugem e ao mesmo tempo alguem que corria em direção a praça e que verificou com Hilario ferido não sabendo quem o ferio. Perguntado onde se achava Pedro Mocelin na ocasião em que encontrarão o ferido. Respondeu que estava junto com elle respondente no Kiosque. Perguntado se não ouvio dizer no mesmo dia e nos dias imediatos quem atirou a pedra em Hilario. Respondeu que só dias depois ouvio atribuir o facto a Pedro Mocelin. (APERS, 1905, grifo nosso).

Maximo Sartori admitiu que pegou a arma de Hilario depois de vê-lo caído no chão, sendo, em seguida, levado pelo Alferes João Vigo para prestar esclarecimentos sobre o facão que portava. O mesmo atestou Alberto Sartori, que em testemunho afirmou a inocência de Pedro Mocelin, pois esteve com o réu enquanto se encontravam no Kiosque Quinquim, durante todo o momento.

Essas testemunhas visavam proteger o réu, visto que faziam parte do grupo do acusado e serviram ao processo como testemunhas de defesa. Entre eles estava o ferreiro, solteiro, de vinte e dois anos Augusto Borsarini, o carreteiro, solteiro, de vinte e três anos, Gervazio Rocaro, o sapateiro, de trinta

⁷⁵ É apontando pelas testemunhas Angelo Segala e Carlos Cortes que Hilario Lopes Ferrugem era conhecido pelo apelido de Caroço.

e dois anos, casado, Maximo Sartori, o negociante, de trinta e oito anos, casado, Alberto Sartori, o também negociante, de trinta e quatro anos e casado, Francesco Del Prá e o agrimensor, de trinta e oito anos e casado, Biagio Rossi.

[...] no dia do facto criminozo de que trata a denuncia, achando-se em o Kiosque de Francisco Del Prá jogando a mora com alguns amigos alguém chamou-lhe atenção para um barulho que se dava fora do Kiosque, que sahindo com os referidos amigos entre os quais se achava o acusado presente encontrou la no chão o **crioulo** Hilario. (APERS, 1905, grifo nosso).

O depoimento acima, fornecido pelo ferreiro Augusto Borsarini, também buscava resguardar Pedro Mocelin. Os últimos testemunhos que apresentamos corroboraram com os demais relatos das testemunhas de defesa onde todos afirmavam estar com Pedro Mocelin, servindo, assim, de álibi para o réu. As demais testemunhas não apresentaram, em seus depoimentos, novas informações.

Omitir ou alterar detalhes nos depoimentos fornecidos às autoridades era uma prática comum, não só aos italianos, mas também prática usual dos que eram levados até uma delegacia de polícia. Visava dificultar as investigações locais, tendo por objetivo fornecer proteção aos imigrantes e seus descendentes. Desse modo, ao não falar, impediam que os meios de punição praticados pelo estado recaíssem sobre membros da comunidade. Nas palavras de testemunhas como Fernando Clamer e o ferido Hilario Lopes Ferrugem, a presença do Alferes Vigo, que fazia ronda noturna, não apresentou entraves que impedissem os italianos de apedrejar Hilario. Ou seja, os italianos não temiam praticar seus delitos mesmo em frente aos representantes da lei.

A testemunha e guarda, João Vigo, não foi mais encontrada para prestar depoimento, o que tornaria ainda mais desafiador esclarecer os fatos sobre o caso ou mesmo criar uma narrativa sobre seus acontecimentos. Entretanto, como informado anteriormente, o local em que se deu a violência contra Hilario Lopes Ferrugem foi próximo a uma praça. Em um boteco onde, pode-se supor, se vendia de tudo um pouco, além de servir para reuniões tardias dos homens que viviam em Caxias do Sul, em especial, aos italianos da região. Foi no quiosque, onde se encontravam reunidos diversos indivíduos, que Hilario buscou a vela de que necessitava e comprou um copo de vinho para se aquecer naquela

fria noite. Ao mesmo tempo, o bar abrigava um grupo de italianos que jogavam a mora e, provavelmente, deveriam também estar todos tomando vinho.

Logo, podemos supor que mesmo pelas horas mais tardias da noite, essa praça e bar poderiam ter certo movimento, servindo na cidade caxiense como um dos locais de encontros e reuniões dos homens que ali viviam. E, mesmo que o réu buscasse ser “[...] acobertado com o manto negro da noite”⁷⁶ (APERS, 1905), para cometer sua violência, seria plausível que fosse visto por alguém. Esse alguém, que estava passando por aquele local, naquela noite e horário, não era um italiano, ou sequer um indivíduo que chamasse facilmente a atenção, como um homem negro portando armas brancas. Essa pessoa era um jovem de dezessete anos de idade, solteiro, que se chamava Carlos Cortes. Em seu depoimento, Cortes,

Respondeu que estava ele respondente na casa de negocio de Bepon, quando viu chegar o ferido alli e se dirigiu a João Vigo e dizer lhe, que ao entrar no Kiosque para comprar uma vela fora provocado por um grupo de italianos. O guarda acompanhou o ofendido ate o Kiosque para que lhe fosse indicado quem eram os individuos autores das provocações, alhi houve troca de palavras, contestando os italianos o fato de os brasileiros poderem andar armados e eles não. (APERS, 1905).

Segundo Carlos Cortes, Hilario foi cercado por um grupo de italianos, e durante a discussão entre estes, o Alferes Vigo e o Carço Hilario, Mocelin teria acertado uma pedrada na cabeça do dito Carço, o prostrando no chão, inconsciente. Para o promotor público, o cidadão Herculano Montenegro, a testemunha Carlos Cortes relatou a verdade dos fatos ocorridos naquela noite, pois sua declaração possuía maior credibilidade, visto que não fazia parte do grupo de italianos que andava com Pedro Mocelin. Destacamos o nome do promotor, pois acreditamos que suas ações podem indicar para uma estratégia que visava culpabilizar Pedro Mocelin, buscando, deste modo, garantir que os imigrantes da região entendessem que não estavam acima da lei do Estado. Segue as palavras do promotor público,

Orgam do Ministerio Publico denuncia Pedro Mocelin como autor das lesões comprovadas descriptas no auto do corpo de delicto feitas á pessoa de Hilario Ferrugem, conhecido pelo apelido de Carço. A

⁷⁶ APERS. Poder Judiciário. Cível e Crime. Processo-crime da comarca de Caxias do Sul – Cível e crime, nº 1130, maço 40, 1905.

responsabilidade do acusado resulta do depoimento das testemunhas Carlos Cortes, Fernando Clamer. Os dois foram vistos afirmarem ter visto o acusado munir-se de pedras e arremessar uma delas sobre caroço, o qual produziu o ferimento e o ultimo que ouviu Carlos Cortes dizer ter sido o (ilegível) jogou a pedra.

O facto passou-se á hora (ilegível) da noite de 12 de Junho do corrente, e sendo protegido pelo escuro foi o criminoso executar o crime em que poucos dos presentes lograram velo.

[...] foi seguido de diversos indivíduos e entre elles o acusado, a testemunha Clamer e outras tambem testemunhas. Fora do estabelecimento citado, discutia-se, todos tendo por alvo a pessoa Caroço, enquanto que Clamer e o acusado Mocelin arremçaram-se as pedras atirando este sobre Caroço a pedra fatal.

O depoimento de Calos Cortes é o que teve mais vigor de verdade e sobre a autoria do crime elle tem o merecimento de fala e o acusado logo depois do facto. É ainda digno de fé porque não consta que elle fizesse parte do grupo onde se achavam Clamer e o acusado e os outros os (ilegível) do interior do Kiosque sahiram atraz do Caroço e com este discutiram.

Não pode logar merecimento para destruir a prova existente contra Mocelin a afirmação de testemunhas da defesa quando dizem que este estava dentro do Kiosque no momento em que deo-se o barulho pois, é o proprio Mocelin que diz o contrario em seu interrogatorio de fé.

Isto posto: Considerando que o crime esta sufficientemente provado pelo auto de corpo de delicto e considerando ainda que ha (ilegível) caber ao acusado a autoria do crime, não tendo o réu apresentado defesa que as destruísse. – Julgo procedente a denuncia. Feita a pronuncia do réu Pedro Mocelin, incurso no art. 303 do Codigo Penal⁷⁷ da Republica e o sujeito a prisão. (APERS, 1905).

Desse modo, para a promotoria, Fernando Clamer também era um dos responsáveis por atirar pedras em Hilario Ferrugem, entretanto ele não se tornou réu. Levantamos a hipótese de que isso ocorra, pois, segundo a assentada, foi Mocelin que acertou Ferrugem na cabeça, o deixando inconsciente por alguns momentos. Do mesmo modo, as testemunhas afirmavam que Clamer teria pegado algumas pedras, mas não fez uso das mesmas para ferir a quem quer que fosse. Portanto, o juiz distrital da sede do município de Caxias, João Baptista Lucena, acaba por não aceitar a denúncia realizada por parte da promotoria contra Clamer, mas segue adiante com a acusação que tornava Mocelin réu no caso.

Também cogitamos que Clamer não se tornou réu devido ao fato de a sociedade caxiense, do período, possuir instâncias de violência socialmente aceitáveis. Essas instâncias de violências e sua aceitação não seriam fixas, mas sim se moldariam de acordo com os agentes que as utilizavam. Assim, um

⁷⁷ Capitulo V - Lesões Corporaes. Artigo 303. Offender physicamente alguém, produzindo-lhe dôr ou alguma lesão no corpo, embora sem derramamento de sangue: Pena - de prisão cellular por tres mezes a um anno. Decreto nº 847, de 11 de outubro de 1890.

homem branco e imigrante poderia sentir-se mais seguro em afrontar autoridades policiais e agredir a terceiros, do mesmo modo que Fernando Clamer fez ao questionar o Alferes Vigo e, possivelmente, ao agredir Hilario Ferrugem.

O episódio acabou por ir a júri em 3 de novembro. Este, era composto por um total de cinco moradores de Caxias: Luis Fachim, Giovanni Schio, Aristides Germane, Prospero Luiz Dalcanali e Amancio Gonçalves da Roza. A despeito das intenções da promotoria, após inquirirem novamente as testemunhas e o depoimento do réu, foi concluído que Pedro Mocelin era inocente da acusação de agressão contra Hilario Lopes Ferrugem. Os testemunhos não haviam mudado em nenhum aspecto significativo, então, o que acabou por pesar na decisão do júri de considerar Mocelin inocente?

Acreditamos que essa resposta se encontre na própria seleção do júri. Uma composição de nacionais e italianos mais equilibrada poderia apresentar um destino diferente a Mocelin. Vemos que os sobrenomes, e mesmo o nome, de alguns dos inquiridos pela justiça, a servir como júri, são de italianos ou descendentes destes. Logo, podemos supor que o auxílio de proteção comunitário funcionou de modo a resguardar Mocelin da justiça.

Assim, constatações levantadas pela promotoria não foram o suficiente para responsabilizar Mocelin. O relatório, que o promotor público apresentou, diz respeito a disparidade entre as palavras de Pedro Mocelin e a Assentada de testemunhas de defesa. Como visto anteriormente, todas as testemunhas afirmaram a inocência de Mocelin, ao garantir que esse estivera o tempo todo dentro do quiosque, perto dos demais italianos, no momento em que Hilario fora injuriado e agredido. Entretanto, como aponta o promotor público, é o próprio depoimento de Pedro Mocelin que contesta aspectos das versões apresentadas. Segundo Mocelin, ele teria saído do quiosque buscando ver o que se sucedia do lado de fora, o que, para o promotor, revelava a irregularidade e inconsistência dos relatos. Desse modo, entendeu-se que Mocelin não buscou ficar dentro do quiosque, mas sim, ver e participar da afronta e violência ao negro Hilario Lopes Ferrugem.

Assim sendo, para a Promotoria Pública, Pedro Mocelin prestou um depoimento que não condizia com o relatado pelas testemunhas de defesa. Portanto, as palavras de Fernando Clamer e Carlos Cortes acabaram por ser

validadas e, nesse caso, foram apontadas como verdades jurídicas pelo promotor público e a Justiça, em Caxias do Sul. Abaixo, segue o interrogatório do réu, Pedro Mocelin,

Perguntado qual seu nome, idade, estado, naturalidade, residencia e tempo d'ella no lugar designado?

Respondeu chamar-se Pedro Mochelim com vinte e quatro anos de idade, casado, natural d'este municipio, residente n'esta Villa logo depois de nascer.

Perguntado qual os seus meios de vida e afazeres.

Respondeu ser ourives.

Perguntado onde estava ao tempo em que se aconteceu o crime.

Respondeu que estava no Kiosque de Francisco Dal Prá.

Perguntado se conhece as pessoas que estão arroladas para depor contra elle e desde que tempo.

Respondeu que conhece todos a muito tempo.

Perguntado si tem algum motivo (ilegível) a que atribua a denuncia.

Respondeu que não.

Perguntado se tem factos a alegar ou frases que justifiquem a sua inocencia.

Respondeu que entrou no Kiosque de Dal Prá e viu um **negro** entrar de espada na mão, e que sahindo para fora, conjuntamente com o peão João Lorenço Vigo, e ficando atraz deste, havia um barulho entre (ilegível) pessoas que estavam do lado de fora não sendo e nem conhecendo quem o fazia, se retirou, levando seu companheiro que estava embriagado, e nada viu assim. Não viu provocação. (APERS, 1905, grifo nosso).

Ao lermos as palavras do promotor podemos supor que Mocelin seria preso, portanto, pagaria por seus delitos atrás das grades. O auto de prisão nos informaria mais sobre o possível destino do réu,

Anno de mil e noventa e cinco, dos vinteum dias do mes de Agosto do dito anno nesta vila de Caxias foi onde rezide Pedro Mocelin, e ahi em cumprimento do mandato (ilegível) e sua assignatura, prendi e recolhi a Cadeia Civil desta Villa o supra mencionado Pedro Mocelin, a qual obedeceu sem resistencia alguma a referida e verdade e dou fé. Miguel de Jesus Bastas official de justiça. (APERS, 1905).

Ao que podemos ver, Mocelin teria sido preso sem fornecer resistência e permaneceria detido se não fosse o auxílio do negociante Alberto Sartori. Foi através do apoio e capitais fornecidos pelo negociante Alberto Sartori que o ourives Mocelin angariou os recursos necessários para custear a fiança, aceita pela justiça, para que o réu não permanecesse preso.

Termo de fiança

Aos vinte e um dias do mes de Agosto de mil novecentos e cinco, nesta Villa de Caxias Estado do Rio Grande do Sul no edificio da Intendencia Municipal, ahi presente o autor José Goncalves Pereira juiz da

comarca, comigo escrivão abaixo nomeado, compareceu o cidadão Alberto Sartori, negociante estabelecido n'esta villa, o qual reconheço pelo proprio e dou fé, por elle me foi dito que se obriga como fiador e principal pagador na forma da lei pelo réu Pedro Mocelin da quantia de quatrocentos mil reis. (APERS, 1905).

Desse modo, mesmo a promotoria o considerando culpado por agredir o negro Hilario Lopes Ferrugem, Pedro Mocelin conseguiu preservar sua liberdade durante a apuração dos fatos pela justiça, graças a um conterrâneo de sua comunidade. Vemos aí, o peso da união dos imigrantes italianos em Caxias do Sul, onde, em um momento, se unem para servir de álibi para o réu Pedro Mocelin e atuam de forma a livrá-lo dos braços da justiça ao considerá-lo inocente. E em outro, usam de seus recursos financeiros para garantir a liberdade de um compatriota. Entretanto, ao fazermos essa constatação, não estamos aqui reafirmando a homogeneidade e coalizão entre os italianos, ideia muito difundida por autores do centenário da imigração como Manfroi (1875) e Goulart (1878). O único objetivo seria apresentar algumas das estratégias utilizadas pelos italianos encontradas em nossa fonte. Essas táticas visavam burlar o controle estatal e a lei. Contudo, driblar a justiça nem sempre se fazia possível, pois, como visto nas páginas anteriores, os imigrantes italianos poderiam atacar os próprios pares, os entregando ao cárcere, quando conveniente⁷⁸.

O processo-crime não esclarece quais os motivos que levaram o negociante Alberto Sartori a pagar a quantia de 400 mil reis para livrar Pedro Mocelin das grades. O que motivou o auxílio por parte de Sartori a Mocelin? A fonte aqui analisada não permite responder esse questionamento. Obviamente, sendo Sartori um negociante, talvez ele fosse suficientemente capitalizado para adiantar recursos para Mocelin que, posteriormente, pagaria com o seu ofício de ourives. Essas trocas de favores eram realizadas entre homens, mas também entre famílias, que ficavam eticamente comprometidas entre si por essas dívidas financeiras, mas também morais.

De acordo com as transcrições feitas do caso, Hilario Lopes Ferrugem, conhecido pelo apelido de Carçoço, após entrar em um bar na cidade de Caxias do Sul, foi ofendido por um grupo de imigrantes italianos e descendentes que

⁷⁸ Vide depoimento em que Fernando Clamer atesta que Mocelin seria o autor das agressões contra Hilario Lopes Ferrugem.

estavam ali jogando e bebendo. Provavelmente, todos já um tanto embriagados, conforme indicam alguns depoimentos. Seja por sentir-se ofendido ou temer por sua segurança, Hilario tratou de buscar o auxílio do Alferes João Vigo. Este o acompanhou até o quiosque Quin-quim, local onde Hilario Ferrugem teria sido injuriado.

Vigo esperou na frente do estabelecimento enquanto Hilario entrou, dessa vez, buscando um copo de vinho. Ao sair do bar, ofereceu a bebida para João Vigo, e logo, ambos foram surpreendidos pelo grupo de homens que havia insultado Hilario, e que agora os cercavam. Um deles, Fernando Clamer, acabou por se dirigir a Vigo, desejoso de saber o porquê de os brasileiros poderem andar armados e os italianos não. Em meio a discussão que se sucedeu, Pedro Mocelin e Fernando Clamer se afastaram do grupo, cataram pedras do chão e usaram das mesmas para agredir Hilario. Uma destas pedras teria sido jogada por Mocelin na cabeça do homem Hilario, apontado na fonte como *negro e crioulo*. Essa agressão o teria deixado inconsciente no chão, momento em que Maximo Sartori pegou o facão que Hilario portava. Talvez temendo por sua segurança e a de Hilario, que estava desmaiado no chão, o Alferes Vigo tratou de levar Maximo Sartori preso para prestar depoimentos. Se os italianos já haviam questionado a autoridade do Alferes da Guarda Municipal, o faltando com respeito através de palavras e atos, ao apedrejar Hilario na sua frente, até onde iriam naquela noite, embriagados e agora portando uma arma branca?

No processo, Hilario Ferrugem não informou do que ou o motivo pelo qual fora insultado na primeira vez que entrou no quiosque Quin-quim. De todo modo, acreditamos que as provocações tenham ocorrido por diversos motivos. Um deles diz respeito ao porte de armas, afinal, como informado nas transcrições, era proibido carregar armas em Caxias do Sul, algo que Hilario, por não ser morador da cidade, talvez desconhecesse. O segundo motivo seria sua cor. Como visto, diversos testemunhos não referenciavam Hilario apenas por seu nome ou apelido, Carçoço, mas o identificavam como um homem negro ou crioulo. Logo, percebemos aí a intersecção raça-gênero, apontando que, para algumas pessoas que viviam naquele local e período, o negro nunca seria apenas um homem, pois estaria sempre racialmente estigmatizado e interseccionado por sua cor. Do mesmo modo, negras e negros também estavam

marcados pela descendência que está ligada a um período passado, o escravismo, não tão distante temporalmente da sociedade estudada.

A complexidade desse caso, como em tantos outros processos-crime, diz respeito à diversidade de conteúdo apresentado na fonte. Por trazer vários testemunhos e visões de um mesmo acontecimento, seria impossível aferir tudo que ocorrera com Hilario Lopes Ferrugem. Assim sendo, buscamos relatar acima, uma das diversas visões do que se passou na noite do crime, não tendo por intuito apresentar verdades absolutas ou apontar culpados. Pretendemos, sim, utilizar-nos das diversas narrativas encontradas em nossa fonte para conceituar e exprimir onde as questões de identidades masculinas e raciais estão presentes, e quando elas são expostas. Do mesmo modo, através deste e demais processos criminais que apresentaremos no decorrer do capítulo, buscaremos relatar quando as masculinidades e a racialização são acionadas como mecanismos de demarcação e estigmatização social.

Entendemos que a atitude de Ferrugem, ao entrar no quiosque portando uma arma branca na cintura e neste local, ainda, comprar vinho, pode ter sido interpretada como uma forma de provocação por parte dos italianos que se encontravam reunidos no estabelecimento. De qualquer modo, talvez Hilario e João Vigo buscassem na aquisição do copo de vinho um pouco do calor necessário para aguentar as intempéries de uma noite fria. Foi nesse momento que o homem apontado como negro e crioulo acabou por ser “[...] cercado por um grupo de pessoas que não conhece e depois de o terem novamente provocado jogaram uma pedra que o prostrou imediatamente” (APERS, 1905) ao chão, sem consciência.

Em contrapartida, o réu Pedro Mocelin nos apresenta, em seu testemunho, outra narrativa ao afirmar que, ao entrar no quiosque, viu um *negro* de espada na mão. Quando Mocelin saía da venda ficou posicionado atrás de João Vigo. Segundo o réu, foi nesse momento que “[...] houve um barulho entre diversas pessoas que estavam do lado de fora” (APERS, 1905), e ele não pode ver quem eram essas pessoas ou qual delas poderia ter ferido Hilario. Entendemos que, na narrativa de Pedro Mocelin, este não poderia ter provocado o ferimento em Hilario, e tampouco teria falado com ele, mas ainda assim, afirmava que havia visto um negro, portando uma espada, entrar no quiosque.

Ao unirmos os depoimentos dá vítima e réu percebemos a quebra de regras que permeavam aquele espaço.

Tais transgressões ocorrem em diversos momentos, uma delas é ocasionada quando Hilario compra vinho e a outra quando ele se defende das provocações sofridas, buscando auxílio do guarda. E, por fim, o fato de andar armado, algo que estava proibido aos italianos e demais moradores de Caxias. Entretanto, acreditamos que a violência sofrida por Hilario Ferrugem não foi acionada por esse indivíduo desrespeitar a lei local que proibia o porte de armas, mas sim por afrontar os italianos aos cometer as transgressões listadas acima.

É na afirmação: “[...] viu um negro entrar de espada na mão [...]” (APERS, 1905), feita por Mocelin, que observamos uma das demarcações raciais nesse processo e nessa sociedade. Do mesmo modo, essa frase indica as possíveis identidades masculinas que ali viviam e seus embates. Levantamos essa hipótese ao entender que a figura de Hilario causa um choque na comunidade italiana e naquilo que os imigrantes entendiam por aceitável.

Ao atravessar as fronteiras étnicas que estavam implícitas e explicitamente expostas, Hilario acabou por confrontar os papéis dos agentes dominantes naquele espaço, no caso os italianos que estavam dentro do quiosque Quin-Quim. Como afirmado por Barth (2000), mesmo que seja possível percorrer essas fronteiras, elas permanecem existindo, portanto, Hilario ainda se configurava no que Becker (2008) aponta como *outsider*, um forasteiro em meio a uma terra que não é sua, com costumes estranhos e que se desafiados, mesmo que inconscientemente, poderiam o levar à morte. A afronta advinda das ações de Hilario, para o grupo de italianos, foi tamanha que exigiu resposta imediata destes, chegando ao ápice de o apedrejarem, provavelmente, na frente de um guarda municipal.

Assim sendo, não aceitar as provocações de Mocelin e dos demais italianos, pedir uma bebida considerada própria a cultura desses imigrantes e andar armado, levou Hilario a transgredir as normativas de uma comunidade que não o enxergava como igual, mas sim inferior. Isso se torna ainda mais nítido no momento em que interseccionamos o homem Hilario com a sua ascendência étnica, a africana, algo que é apresentado nos testemunhos encontrados na fonte ao se referirem a Hilario como negro e crioulo. Ou seja, ligavam a imagem de Hilario a sua cor, portanto, a seus ascendentes, provavelmente cativos. Logo,

há uma demarcação racialmente imposta no espaço dominado pelos italianos, tornando, assim, aquele espaço e as ações daqueles imigrantes, racializadas. Essa forma de demarcação, segundo Becker (2008), é intencional, pois não se estigmatiza a todos, apenas aqueles que são transgressores, os que por algum motivo chamam a atenção de uma comunidade.

Entendemos que usar as expressões *negro* ou *crioulo* fosse corriqueiro aos membros da comunidade estudada, podendo não ser o suficiente para apontarmos essas adjetivações como racializadas. A racialização é entendida, em primazia, como meio de inferiorizar membros de um grupo étnico culturalmente diferente. Assim, através do ato de racializar se criam estereótipos que visam tornar um grupo étnico menos relevante e inferior aos grupos dominantes. Para Fernanda Oliveira da Silva (2017), a racialização deve ser compreendida como processo pelo qual a ideia de raça é vivida pelos mais diversos grupos sociais. Ela traz em seu bojo o entendimento de que essa vivência se dá a partir de um pressuposto de hierarquizações, no qual “[...] a raça negra ocupa o patamar inferior da hierarquia, estando a branca no superior”. (SILVA, 2017, p. 27).

Portanto, defendemos que o espaço, tanto quanto as ações dos imigrantes podem ser compreendidas como racializadas, pois elas refletem crenças que estão ligadas a superioridade inata, ou seja, de nascença, do homem branco e europeu sobre os demais povos. Logo, demarcar racialmente espaços e/ou delimitar as ações de indivíduos negros é reafirmar credos baseados em uma superioridade que, para ser atestada, necessita inferiorizar os grupos de homens e mulheres negras através da racialização e contínua estigmatização e intersecção.

Para Monsma (2016), os italianos do oeste paulista entendiam que confrontar os nacionais, em especial os negros e seus descendentes, era uma forma de estratégia válida que tinha por intuito resguardar os seus privilégios. Tais privilégios, estavam, inicialmente, alicerçados pelas alcunhas do colono, europeu, branco, portanto, agricultor e portador das qualidades vistas como necessárias para transformar, positivamente, as estruturas sociais brasileiras. Entretanto, em São Paulo a forma de imigração foi diferente da encontrado no Rio Grande do Sul. Enquanto os italianos eram percebidos pelos agricultores paulistas como substitutos da mão de obra cativa, parte dos membros da

comunidade gaúcha os enxergava como legítimos donos das terras devolutas para imigração. (MONSMA, 2016). Entretanto, como apontado por autoras como Seyferth (2006), era esperado que tais colonos trabalhassem de modo a abrir estradas que facilitassem os caminhos para a serra, atuassem de modo a proteger as regiões mais afastadas da capital e servissem para o branqueamento populacional no estado gaúcho.

Entendemos que, mesmo que os processos de imigração do oeste paulista e da Serra Gaúcha sejam diferentes, é possível encontrar semelhanças no que se refere aos conflitos entre brasileiros e italianos. Entre tais simetrias, poderíamos apontar as formas de se tratar a população nacional e negra, em ambos os estados, por parte dos italianos. Seja pelos mesmos motivos ou não, a violência a que estavam sujeitos os indivíduos negros, em determinados espaços, se dava através da injúria e humilhação pública ou da violência física, chegando, em alguns casos, ao assassinato. (VENDRAME, 2014). Talvez seja possível que os embates entre indivíduos negros e italianos, na Serra Gaúcha, estivessem ligados a questões de honra, masculinidades e virilidade. Mas para Monsma (2016), os conflitos entre essas etnias também tendiam a estar ligados a questões de classe. Logo, do mesmo modo que os italianos no oeste paulista, a comunidade italiana que vivia em Caxias do Sul poderia compreender que afrontar e enquadrar os nacionais negros era uma forma de resguardar os privilégios advindos das crenças raciais, protegendo, assim, seu grupo.

Portanto, entendemos que ser um indivíduo negro em um ambiente majoritariamente de brancos, imigrantes, falantes de uma língua estrangeira e mantenedores de outros costumes, tornava o negro um potencial transgressor, um *outsider*, apenas pelo fato de ser negro. Tais indivíduos acabavam por se tornar alvos e sofriam as punições necessárias para que mantivessem um comportamento aceitável. Para os italianos, as formas de sanções sociais, aplicadas aos indivíduos negros, eram percebidas como legítimos meios de reparação do espaço social em que tais grupos viviam.

Como apontado por Monsma (2016), essas formas de comportamento, que tinham por intuito agredir verbal e fisicamente pessoas negras, eram corriqueiras por parte dos imigrantes italianos, pois estes não desejavam ser enquadrados na mesma categoria que os antigos cativos e seus descendentes. Em contrapartida, Vendrame (2016) nos mostra que, mesmo entre os membros

de sua comunidade, os italianos poderiam propagar tais modos de reparação social, quando necessário. Os próprios imigrantes eram alvo de ações de controle e violência, quando tais membros se tornavam transgressores dentro do próprio grupo.

Segundo Muchembled (2012), a forma de violência ligada a apaziguação da comunidade seria, “[...] ilegítima, se ela se exerce individualmente de encontro às leis e à moral. Essa ambiguidade fundamental traduz o fato de que a violência humana depende, ao mesmo tempo, do biológico e do cultural”. (MUCHEMBLED, 2012, p. 11). Não atuamos dentro dos parâmetros biológicos⁷⁹, mas entendemos que, culturalmente, a comunidade italiana entendia como legítimo julgar e penalizar as ações dos indivíduos através do que Vendrame (2016) aponta como práticas de justiça locais. Assim, injuriar e agredir fisicamente aqueles que ofendessem os membros da comunidade italiana era percebido como legítimo.

Todavia, as violências que beiravam o sadismo estavam reservadas àqueles que eram percebidos como racialmente inferiores. Assim sendo, muitos dos casos encontrados nos processos-crime⁸⁰ apresentam a estigmatização racial, e vão além, pois também apresentam resquícios de ritualização nas violências praticadas por parte de imigrantes italianos contra indivíduos negros. Como exemplo, podemos citar o caso de linchamento⁸¹ do nacional Juvêncio dos Santos⁸², pelos moradores da Colônia Dona Francisca.⁸³ Os depoimentos informaram que um grupo, de cerca de quatrocentos indivíduos, havia atacado Juvêncio e o espancado até a morte. Não satisfeitos, queimaram o corpo e o expuseram, além disso penduraram os restos carbonizados no centro da vila, para que os demais membros da comunidade olhassem o que havia sido feito.

⁷⁹ Entretanto concordamos com Muchembled (2012) quando este afirma a importância das pesquisas biológicas e, principalmente, psicológicas que têm por intuito compreender as diversas violências humanas e seus gatilhos.

⁸⁰ Nos referimos aos processos e também inquéritos policiais trabalhados por Monsma (2016); Vendrame (2016; 2014). Entretanto, ainda atuaremos com outros processos criminais dentro desse capítulo, todos tendo por intuito nos situar dentro das complexidades e desafios que lidem com as masculinidades, honra, virilidade e racialização dos indivíduos.

⁸¹ APERS - Processo-crime: Cartório Cível e Crime, Cachoeira do Sul, nº 2507, maço 81, 1899.

⁸² Homem negro, solteiro, que trabalhava para família Vedovato na zona de colonização italiana, brasileiro.

⁸³ NEVES, Norton. **QUIMERA RACIAL: Relações de Conflitos entre Imigrantes Italianos, Seus Descendentes e Nacionais no Sul do Brasil (1870-1901)**. Trabalho de conclusão de curso, monografia. São Leopoldo, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2018.

Tal ato, provavelmente, buscava passar uma mensagem aos nacionais que ali viviam. Alguns dias se passaram antes do corpo ser recolhido do local, já em estado de putrefação, e, até então, nenhuma autoridade do distrito havia tomado providências sobre o ocorrido, até aquele momento. O promotor público acabou por convocar testemunhas que, ou foram muito vagas em seus depoimentos, protegendo assim, os réus, ou nunca apareceram para depor, o que fez com que o caso acabasse sendo arquivado sem responsabilizar os culpados por tal crime⁸⁴.

Muchembled (2012) se apropria da ideia de que o homem é responsável por uma forma de violência única, diferente da encontrada no mundo animal. Por criar mundos imaginários em sua mente, pode ser levado a realizar genocídios no momento que se depara com raças consideradas inferiores para destruir. Essa afirmação acaba por entender o que vemos nos casos que apresentamos e nos que ainda apresentaremos. As masculinidades ali encontradas eram respaldadas pela honra e virilidade, moldadas na imaginação de desrespeitos e na necessidade contínua de defesa da honra e validação da virilidade.

O atentado que tomou a vida de Juvêncio é extremista e apresenta fortes indícios que tratam de questões raciais e racializadas, tanto no que tange ao espaço, quanto aos agentes que os ocupam e seus modos de se portar. Contudo, o que mais nos interessa não é o choque provocado por tal violência, e sim o que ela representa. Ou seja, um crime motivado pelo ódio e crença na superioridade racial e moral, por parte daqueles que o praticaram. Isso se faz possível constatar ao vermos que não bastou, aos assassinos, matarem Juvêncio, eles também queimaram seu corpo e o expuseram diante de toda a comunidade. Está implícito aí, um ritual premeditado que visava demarcar e salientar tal diferenciação. Naquele local, negros que confrontassem imigrantes e seus descendentes, que buscassem se portar como iguais frente aos brancos, poderiam sofrer fortes represálias, pagando com suas vidas, se necessário, para apaziguar os ânimos da população local e garantir um controle na região colonial.

Da mesma forma que no caso de Juvêncio, as formas de violências que tendem a afirmar a superioridade dos italianos frente aos demais grupos étnicos

⁸⁴ O processo-crime de linchamento ocorrido na Colônia Dona Francisca, bem como outros casos de violência contra brasileiros ocorridos da referida região colonial foram analisados por Vendrame (2016) no livro *O poder na aldeia*.

também está presente no caso de Hilario Lopes Ferrugem. As demarcações e estigmatizações raciais também se encontram ali. Afirmamos que a racialização do espaço e de Hilario se dá em três momentos distintos: inicialmente, quando Hilario sofre a violência verbal praticada pelos italianos; em seguida, ao ser vítima de violência física, provavelmente, praticada por Pedro Mocelin e Fernando Clamer e, por último, ao ter sua cor referenciada, continuamente, no processo, momento em que também se constata a intersecção entre raça-gênero de um homem que não era apenas um homem naquele ambiente, mas um homem negro que portava uma espada e bebia vinho⁸⁵. Essas formas de demarcação racial, impostas aos homens negros, do período estudado, geralmente ocorriam com a intenção de atestar a inferioridade desses indivíduos, portanto, os racializavam. (SILVA, 2017).

Essas demarcações raciais também estão ligadas às formas de representar e reafirmar as identidades masculinas daqueles que estão apontando a epiderme de Hilario como um diferenciador social. Ou seja, ao mesmo tempo em que os italianos identificavam aqueles que são vistos como diferentes e apontavam o porquê, também se auto identificavam e se reafirmavam como superiores e mais homens que os negros e nacionais em geral, seja devido aos seus costumes ou a sua descendência e cor, europeia e

⁸⁵ Afirmamos que existe uma racialização quando as testemunhas se referem a Hilario como negro ou crioulo, pois a um estigma social que ligava essas adjetivações às questões físicas da epiderme, essas, ligando a cor negra dos antigos cativos e seus descendentes ao sistema escravista e às crenças de que pessoas negras são inferiores a brancas, principalmente, quando comparadas a europeus, vistos pelas teorias científicas como ápice da evolução humana. Trabalhos diversos analisam o que foi o cientificismo, a hierarquização racial e, por fim, os eugenismos dos finais do século XIX e da primeira metade do XX. Entre eles, podemos referenciar: AZEVEDO, M. M. C. Onda negra medo branco: o negro no imaginário das elites do século XIX. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. FERLA, L. A. C. Feios, sujos e malvados sob medida – Do crime ao trabalho, a utopia médica do biodeterminismo em São Paulo (1920-1945). 379 f. Tese (doutorado em História) – Universidade de São Paulo USP, São Paulo, 2005. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8137/tde-26052005-184255/publico/luis_ferla.pdf. Acesso em: 16/12/2020. JANZ, J. D. C. A eugenia nas páginas da revista médica do paraná, 1931-1940. 161 f. Disserta o (Mestrado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2012. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/28116/R%20-%20D%20-%20DONES%20CLAUDIO%20JANZ%20JUNIOR.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 07 mar. 2020. MAGALHÃES, M. Entre a preteza e a brancura brilha o Cruzeiro do Sul: associativismo e identidade negra em uma localidade teuto-brasileira (Novo Hamburgo/RS). 2010. 219 f. (Doutorado em História) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos, São Leopoldo. 2010. SILVEIRA,  der. A cura da raça: Eugenia e higienismo no discurso médico Sul-rio-grandense nas primeiras décadas dos séculos XX. Passo Fundo. Editora: UPF, vol. 1, 2005. SEYFERTH, Giralda. Construindo a na o: hierarquias raciais e o papel do racismo na política de imigra o e coloniza o. In: MARCO, C. (Org.). Raça, ciência e sociedade. Rio de Janeiro: Fiocruz, p. 41-58. 2006.

branca. (BARTH, 2000). É importante lembrar que, como afirma Gomes (2008), a cidade caxiense apresentava uma pluralidade étnica, mas os negros e demais nacionais e etnias ainda eram minoria na região. Portanto, tenderiam a estar em desvantagem numérica sempre que entrassem em confronto com os italianos e os seus descendentes que viviam no local. Assim, eram os negros que se encontravam em risco ao buscarem mostrar publicamente que estavam em pé de igualdade aos imigrantes, em Caxias do Sul, não aceitando mais serem sujeitados aos caprichos e humilhações públicas a que poderiam ser enquadrados. (MONSMA, 2016; VENDRAME, 2014).

No que diz respeito às masculinidades, enfrentamentos como os apresentados anteriormente nascem em defesa da honra e como forma de atestar a virilidade dos presentes. Assim sendo, quando os italianos se veem afrontados, por aqueles que não consideram seus iguais, acabam por acionar uma resposta que se dá em forma de violência verbal ou física, pois entendem que sua honra está sendo afrontada. Do mesmo modo, as masculinidades hegemônicas ali presentes estavam sendo confrontadas. Como constatou Monsma (2016), a violência tende a ser extremista quando em um dos lados se encontra um nacional, em especial, um homem negro. Dentro desse choque, entre etnias, busca-se reafirmar que os negros eram considerados pelos italianos como menos homens. Por esse motivo, não poderiam se apresentar de forma provocativa num espaço de sociabilidade italiana portando uma espada na cintura e demandando vinho para beber. O comportamento dos negros nas comunidades de italianos devia seguir determinadas regras.

Tanto os depoimentos de Pedro Mocelin quanto o de Fernando Clamer apresentam indícios de que os italianos sentiram o ocorrido como um ataque a sua honra. Portanto, um ataque direto a masculinidade e a virilidade destes, bem como uma violência contra os italianos em Caxias do Sul. Assim, o fato de Hilario portar uma arma branca pode ser visto como motivo para o desentendimento. Mas, como já afirmado, um brasileiro negro tomar vinho e ainda discutir com um imigrante são provocações sociais. Logo, se faz necessário, na lógica camponesa, o acionamento das formas de reparações em defesa daquele espaço e sociedade. (VENDRAME, 2014; 2016). Esse baluarte não consistia apenas em defender os que estavam ali e praticaram a violência contra Hilario, mas também toda a comunidade italiana de Caxias do Sul. Isso ocorre ao

atacarem Hilario através de injúrias e o prostrarem com uma pedrada, o que significa a reafirmação de que aquele espaço é controlado por um grupo distinto, que deve ser respeitado e não desafiado, o de imigrantes italianos e homens brancos. Da mesma forma, essas ações protegem os modelos de masculinidades que eram entendidos como legítimos, ou seja, aqueles que eram exercidos pelos imigrantes italianos.

A noção de território, empregada por Muchembled (2012), serve para entendermos como os italianos poderiam enxergar os indivíduos negros que habitavam a antiga Caxias do Sul. Para o referido autor, o homem não é um animal, mas também não é puro espírito, consciência. Portanto, tende a estar a par ou buscando encontrar e se proteger de ameaças, o que se torna angustiante. Ter um *outsider* armado que entra no espaço de imigrantes italianos e toma a bebida preparada e vendida por esses imigrantes, acaba por gerar um alerta. Esse sinal de alerta se intensifica ainda mais quando Hilario responde ao grupo de homens que o afronta, não se intimida e retorna ao local, ou seja, ao território desses italianos, agora com outro homem, como se respondesse ao confronto, tornando-se, assim, uma ameaça a ser combatida.

Assim, as formas de ameaças que os italianos entendem sofrer dizem respeito àquelas que vão para além das físicas, que levariam um indivíduo a óbito, ou a sofrer lesões corporais de quaisquer tipos. Lembramos que para a sociedade estudada a honra e a virilidade eram alicerces do que representa ser homem, e ambas estavam vinculadas as diversas representações de masculinidades que poderíamos encontrar no local. Portanto, tais ameaças também poderiam e se configuravam no ataque à honra, à virilidade e, portanto, ao que aqueles agentes entendiam por ser homem, afrontando suas masculinidades e crenças.

As abordagens psicológicas comportam uma parte de explicação que é útil levar em conta. A violência é ativada por frustrações ou ferimentos narcisistas, que dependem da esfera do amor-próprio e da estima de si. A intensidade da resposta brutal parece maior em caso de insultos ou de expressão de depreciação que emanam de uma pessoa admirada ou de um representante da autoridade, como um professor, um policial. Ela é ainda mais forte em grupo – Gustave Le Bon o mostrou a respeito dos fenômenos de multidão. Com efeito, os indivíduos, sentindo-se, então, desinibidos, experimentam um sentimento de impunidade ligado ao anonimato, como se constata no seio dos bandos de provocadores de quebra-quebra encapuzados, de subúrbio, no início do século XXI. Alguns trabalhos empíricos

demonstraram, além disso, que uma forte densidade de população, por exemplo, numa escola maternal, aumenta os comportamentos agressivos, cada um parecendo defender seu território. (MUCHEMBLED, 2012, p. 12).

Finalmente, outro fator de importância dos depoimentos que foram apresentados, no começo desse subcapítulo, diz respeito às afirmações de Mocelin em relação a João Vigo, ao apontá-lo como peão. Todavia, sabe-se que o referido João Vigo era empregado público ocupando o cargo de Alferes da Guarda Municipal. As palavras de Mocelin, em relação a figura de João Vigo, revelam certo desdém para com as autoridades municipais. Assim, Mocelin elenca um tipo de ofício menor, o de peão, ao imigrante de Montevideú. Anteriormente, os italianos já teriam afrontado sua autoridade ao questioná-lo e ao apedrejar Hilario Ferrugem, muito provavelmente, diante de seus olhos. É possível que, por ser de Montevideú e não ter sua cor apresentada no processo, João Vigo fosse visto pelas autoridades como um homem branco. Entretanto, não era um italiano o que, por si só, seria motivo suficiente para que não fosse devidamente respeitado, mesmo estando de farda ou sendo europeu. Essa é uma importante afirmação, pois devemos buscar não naturalizar as ações e expressões empregadas dentro das interações dos agentes que nossas fontes apresentam.

Portanto, ao apontarem Hilario Ferrugem como negro e crioulo, ou ao afrontarem a autoridade de João Vigo e o referenciar como peão, os italianos entendiam o que estavam por fazer. Todos os atos de violência verbal e física usavam qualificativos étnicos raciais compreensíveis para aquela comunidade. Assim, tais ações tinham por intuito solidificar os paradigmas de privilégios que estavam impostos e eram defendidos pelos imigrantes italianos e seus descendentes.

Tudo o que foi descrito e problematizado, até então, foi acionado da mesma forma que uma fagulha poderia acionar o pavio de uma bomba. Assim, quando Hilario Lopes Ferrugem se apresentava como um homem que conservava suas armas para defender a si e a seu superior, uma autoridade policial de Cima da Serra, se tornou a fagulha. Pois, desse modo, Hilario reafirmava sua importância e identidade, bem como sua masculinidade e virilidade. Afinal, não se deixava intimidar pelos italianos, mesmo estando sozinho. A forma de Hilario entender a masculinidade, assim como o modo que

um homem deveria se portar, fez com que não aceitasse se intimidar frente às provocações dos italianos. E sua virilidade precisava ser atestada frente os presentes, visto que estava por ser provocado, fator que acabava o direcionando a defender sua honra masculina. Portanto, esse não era qualquer homem negro, pois ele entendia que tinha o direito de portar armas em prol de sua defesa e da de seu superior, o que não fora aceito pelos imigrantes italianos. No momento em que Hilario se firma, frente às provocações, acaba por se destacar, ganhando uma visibilidade indesejada, levando aos acontecimentos aqui descritos e problematizados.

Os vestígios trazidos pelo documento judicial, que estamos manejando, permitem várias interpretações. Por isso, terminaremos este subcapítulo afirmando que o indivíduo apedrejado não deve ser apreciado como uma vítima indefesa daquelas agressões sofridas. Não nos cabe oferecer para os leitores uma análise maniqueísta, mostrando o confronto de um inerme indivíduo negro versus malfazejos imigrantes italianos.

Hilário Lopes Ferrugem não vivia em anomia social naquela sociedade demarcada pelo recente fim da escravidão. Estamos já longe da “[...] ilusão historiográfica da marginalização” dos indivíduos negros no pós-abolição (MATTOS, 2013, p. 349) e, portanto, não podemos reduzi-los a uma história única de vitimização. (ADICHIE, 2019). Aqueles que o agrediram não o desconheciam por completo, pois até mesmo o reconheciam pelo apelido de Alferes Carçoço, alcunha comunitária que não sabemos o significado ou a origem, mas que denota certa proximidade. Hilário andava armado – seja de facão ou espada – num estado que, recentemente, havia saído de uma guerra civil sangrenta, a chamada Revolução Federalista (1893/1895), onde a participação negra foi contundente. (WEIMER; PERUSSATTO, 2007).

Utilizando o método nominativo, muito útil também na análise dos setores populares (SLENES, 1999), podemos cogitar que Hilário Lopes Ferrugem fosse um egresso do cativo, cuja família tenha sido escravizada em Porto Alegre ou arredores, por uma família de quem ele *herdara* o sobrenome composto. No ano de 1875 foram inventariados, na capital da então província de São Pedro do Rio Grande do Sul, os bens de Hilário Gonçalves Lopes Ferrugem e sua mulher Ana Fausta dos Santos Ferrugem, os quais possuíam uma pequena escravaria formada de dois cativos: Elviro, cabra, vinte e quatro anos, cozinheiro e copeiro

(avaliado por um conto de réis) e Gertrudes, cabra, treze anos (avaliada por quatrocentos mil réis). O nome desse senhor aparece em vários documentos do universo escravista, como óbitos e batismos de escravizados e escravizadas, além de algumas cartas de alforria. Dentre os documentos da liberdade temos a carta de alforria passada à parda Firmina, com vinte e seis anos de idade, por Hilário Gonçalves Lopes Ferrugem (e sua mulher), em 20 de setembro de 1861, *concedida* mediante o pagamento, pela escrava, de 1:900\$ réis.⁸⁶ Se o *nosso* Hilário tinha trinta anos em 1905, deve ter nascido por volta de 1875, ainda durante a vigência do escravismo. Poderia ter nascido livre do ventre alforriado da parda Firmina, ou de outro ventre diaspórico, mas não temos absoluta certeza de sua genealogia.

Aliás, outro fator que nos chamou a atenção, no processo-crime que julga o caso de Hilario Ferrugem e Pedro Mocelin, foram as palavras de Hilario quanto a sua paternidade, dizendo ignorar quem eram os seus pais. Levantamos a hipótese de que isso ocorreu por Hilario ser, provavelmente, descendente direto de cativos, mas não gostaria que isso viesse a público, evitando, assim, um maior constrangimento e discriminação por parte dos moradores daquela região.

Voltando àquela noite fria de 1905, Hilário Lopes Ferrugem talvez ostentasse a sua autonomia, a sua masculinidade e a sua cor andando armado, mas sabendo que para isso tinha certa legitimidade, pois atuava como *camarada* do delegado de polícia de São Francisco de Paula. O termo *camarada* era usado no vocabulário militar para descrever pessoa de confiança de algum oficial ou autoridade civil. Assim, ele não andava sozinho e inerte, mas pensando gozar da proteção e prestígio de uma autoridade policial legítima.

Ao entrar armado no quiosque da praça de Caxias do Sul e, aparentemente, sem vestir qualquer farda, Hilário Lopes Ferrugem talvez procurasse esgrimir mais sua cidadania do que a espada ou facão que carregava. O ir e vir, para indivíduos egressos do cativeiro, era importante como exercício de cidadania e a historiografia já mostrou como participar de instâncias públicas de controle social (Exército, polícia) foi usado por esses cidadãos

⁸⁶ APERS – 1º Tabelionato de Porto Alegre, Transmissões e Notas livro 17, folha 7, 21.09.1861; APERS - Comarca de Porto Alegre, II Vara Cível e Crime, ano: 1875, processo nº 405.

subalternizados como estratégias de mobilidade social e contraposição aos estigmas étnico-raciais.⁸⁷

A ofensa verbal, a ameaça e a efetiva violência física são parte deste jogo que mistura interseccionalmente cor, classe e gênero. Os homens ali presentes, alguns ou talvez todos embriagados pela ingestão de bebidas *espirituais*, eram, na sua maioria, jovens que trabalhavam em ocupações manuais (pedreiros, ourives) e responderam à presença daquele homem negro de maneira a demonstrar que seu lugar não era ali, ainda mais ostentando a autoridade (algo falocêntrico) do porte de uma espada. A virilidade ostensiva foi acionada, com o confronto entre masculinidades hegemônicas e subalternizadas, afinal “A heteronormatividade, além de produzir uma hierarquia entre hetero/homossexuais, também produz formas hegemônicas e subalternas entre os heterossexuais”. (BANDEIRA, SEFFNER, 2013).

Padecendo a primeira agressão, Hilário foi atrás de auxílio e percebemos, no empenho desse indivíduo ofendido em buscar ajuda, um vestígio agudo de seu capital relacional. João Lourenço Vigo tinha quarenta anos de idade, era casado, morador daquela mesma vila, nascido em Montevideu, capital do Estado Oriental do Uruguai. Ele vivia de sua remuneração como empregado público e era um suboficial do policiamento local, um Alferes da Guarda Municipal. Podia ser negro, mas sua cor não foi visibilizada, afinal ele tinha uma insígnia de prestígio social, era Alferes. Cogitamos até mesmo que o apelido de Hilário – Alferes Caroco – podia ser uma forma de, ironicamente, diminuir o seu prestígio social de camarada do Delegado de Polícia.

E aí vem um segundo momento de confronto, ou seja, quando Hilário retorna ao local onde havia sido agredido pelos jovens italianos, sentindo-se protegido pela presença de seu companheiro de polícia, o suboficial Vigo. Ele pode até ter se deslocado a fim de identificar e apontar os agressores, mas antes de prosseguir serviu-se de vinho e ofereceu a bebida unicamente ao seu colega fardado. As masculinidades hegemônicas certamente se sentiram ameaçadas pelo retorno da vítima, a quem tinham direcionado suas agressividades e

⁸⁷ Ver a respeito desta “cidadania fardada”: NASCIMENTO, Álvaro Pereira do. Cidadania, Cor e Disciplina da Revolta dos Marinheiros de 1910. Rio de Janeiro: Mauad, 2008; BEATTIE, Peter M. Tributo de sangue: Exército, Honra, Raça e Nação no Brasil 1864-1945. São Paulo: Editora da USP, 2009.

gracejos. Acintosamente, Hilário provocou os frequentadores daquele espaço público, não só comprando vinho, mas oferecendo-o unicamente ao alferes Vigo. Oferecer bebidas é um ritual de masculinidade comum em espaços públicos e contrariá-lo evidencia fraturas e dissensões. A pedrada, nesse sentido, foi acionada como uma forma de restabelecer a desigualdade social e racial. Segundo a antropóloga Denise Jardim (1991),

Encontram-se em interação, nestes espaços, homens que se entendem como iguais [...] o que [...] não elimina a possibilidade de diferenças e hierarquias nas relações: pelo contrário, possibilita que estas hierarquias estejam em jogo durante as interações. É ali, mesmo através do reconhecimento das distâncias e distinções, que se estabelecem cumplicidade entre os homens. (JARDIM, 1991, p. 92).

Como visto anteriormente, o caso de Hilario Lopes Ferrugem e Pedro Mocelin seria um dos muitos em que, devido à proteção exercida pelas comunidades locais, o réu pode encontrar alternativas à prisão. Nessa circunstância, isso se fez possível ao realizarem o pagamento da fiança para que o culpado permanecesse livre. Outros processos-crime, que apresentem desfechos diferentes ou não, servem para que interpretemos as relações masculinas, as masculinidades e racialização presentes nos contatos entre indivíduos negros e imigrantes italianos. Do mesmo modo, outras fontes criminais também podem servir para refletirmos sobre as questões de honra e a violência verbal e física. Um desses processos, que nos auxilia a problematizar o que foi listado acima, está sediado no APERS e é datado de fevereiro de 1899.

3.2 “Brasileiro misturado com sangue italiano devia se matar”: fronteiras étnicas, degeneração e heteronormatividade

Eram cerca de quatro horas da tarde de domingo, do dia cinco do mês de fevereiro do ano de 1889, quando o ourives Esperidião de Araújo e Silva⁸⁸ chegou à casa de negócios de Pilate Felice, no Travessão Trentino, então 2ª Léguas do município de Caxias do Sul. Lá, junto com outros companheiros ele se divertiu e dançou. Passado algum tempo, Esperidião ouviu dos italianos, que também estavam na casa de negócios, a seguinte afirmação: “[...] brasileiro

⁸⁸ Vinte e cinco anos, solteiro, natural do Estado, morador da 2ª Léguas (a mais ou menos uns três meses).

misturado com sangue italiano devia se matar”.⁸⁹ (APERS, 1899). Nesse momento, Esperidião respondeu ao grupo que o insultava, afirmando que ele era tanto italiano quanto brasileiro e, antes de poder proferir mais alguma palavra, foi atacado por Luiz Peterlini⁹⁰, que arremessou e acertou uma garrafa em sua cabeça. Seguindo o exemplo, Rodolpho Peterlini⁹¹, irmão de Peterlini Luiz, também agrediu Esperidião, dessa vez, açoitando-o com um cabo de relho de ferro, que também o atingiu e feriu na cabeça. Foi então que Antonio Slampo⁹² acertou o já cambaleante Esperidião, em suas costas, lhe dando contínuas bordoadas, com uma cadeira. Segundo o relato de Esperidião, o promotor deste atentado foi Agostinho Degasper⁹³, “[...] pois era quem mandava esbordoar o respondente”. (APERS, 1899). Ainda segundo as palavras da vítima, Luiz Peterlini tentou o agredir novamente, o que não conseguiu, por Esperidião defender-se e fugir do local, temendo por sua vida.

As testemunhas do caso de violência, acima exposto, corroboraram que o episódio se deu por outros motivos, ou seja, razões que vão além daquelas apresentadas pelo depoimento de Esperidião Araujo e Silva. Segundo o depoimento do agricultor Pietro Bacca⁹⁴, que estava na casa de negócios ajudando a servir os clientes, houve barulho dentro do local e nesse momento ele viu Luiz Peterlini atirar uma garrafa contra o ferido, e procurando não se envolver, fugiu do local. Também atestou, após ser questionando sobre o caráter dos réus, que os irmãos Peterlini não eram desordeiros.

O agricultor e peão Giovanni Braglio⁹⁵, ao depor, atestou que, estando na casa de negócios de Felice, viu Esperidião convidar Luiz Peterlini para dançar, convite que foi recusado pelo italiano. Posteriormente, os réus e o ferido começaram a discutir por causa de um lenço que Luiz tinha em seu pescoço.

⁸⁹ APERS. Poder Judiciário. Cível e Crime. Processo-crime da comarca de Caxias do Sul – Cível e crime, nº 1035, maço 34, 1899.

⁹⁰ Vinte e sete anos de idade, solteiro, natural da Bohemia, residente na segunda légua travessão Trentino neste município há vinte e um anos.

⁹¹ Vinte anos de idade, italiano, natural deste Estado, residente na segunda légua Travessão Trentino, deste município, desde que nasceu.

⁹² Trinta anos de idade, casado, italiano, natural deste Estado, residente na segunda légua Travessão Trentino.

⁹³ Os dados de Degasper Agostinho estavam ilegíveis na fonte.

⁹⁴ Vinte e dois anos de idade, solteiro, residente na primeira légua Travessão São José.

⁹⁵ Dezenove anos de idade, solteiro, residente na segunda légua Travessão Trentino. Uma curiosidade interessante do depoimento de Giovanni surgiu quando foi questionado sobre seu trabalho e ele afirmou ser tanto agricultor quanto peão, e que essa profissão lhe rendia, diariamente, de dois a três mil reis.

Durante a troca de palavras, Luiz Peterlini atacou Esperidião com uma garrafada na cabeça. O depoente não viu o que aconteceu após Esperidião ser atacado, pois não quis se envolver na confusão e barulho que ocorria no local, saindo deste. Ao ser questionado, respondeu que os agressores são bons moços, e o que se passou naquele dia foi devido à embriaguez de ambos.

O agricultor Giacomo Rizzi⁹⁶ fez a mesma afirmação sobre os “bons comportamentos” dos réus, respondendo que os mesmos não são desordeiros e que essa seria a primeira vez que os irmãos Peterlini se envolvem em uma situação desse tipo. Ainda, segundo as palavras de Giacomo, ele estava na casa de negócios, mas se retirou para sua residência, e quando chegou “[...] na volta do travessão, ouviu que partiam da dita casa gritos” (APERS 1899), foi então que viu Esperidião Araújo e Silva ferido e sangrando na cabeça. Escutou da vítima que aqueles que teriam o machucado eram Luiz Peterlini e Rodolpho Peterlini.

Ainda, segundo o peão, Geremias Reghilin⁹⁷, no dia cinco de fevereiro, na casa de negócio de Felice, muitos estavam por se divertir enquanto dançavam e jogavam cartas. Entretanto, um grande barulho chamou a atenção dos presentes. Foi então que testemunhou jogarem garrafas em Esperidião, sendo que uma destas acertou a cabeça da vítima. Não desejoso de se envolver na confusão e barulho, o depoente tratou de fugir do local e, posteriormente, viu Esperidião ferido na rua. Foi então que soube, pelo ferido Esperidião, que os autores de seus machucados foram os irmãos Peterlini.

Outras testemunhas do caso não apresentaram nenhuma novidade em seus depoimentos. A grande maioria dos indivíduos que estava no local se retirou quando percebeu a confusão e violência que se instalara dentro da casa de negócios. O relatório sobre o caso nos revela qual foi a visão da polícia sobre o ocorrido, também sendo o mais completo relatório encontrado em nossas fontes, por trazer um resumo das palavras das principais testemunhas.

Em vista do disposto no artº 88 paragrafo 9 do novo Código de Processo Penal, remetto os autos de indagações policiais sobre o facto que se deu no dia 5 do corrente mes no travessão Trentin, 1º légua d’este Municipio na pessoa de Esperidião Araujo e Silva. Pelo depoimento das testemunhas, cujo resumo (ilegível) esta evidenciado

⁹⁶ Cinquenta e nove anos, casado, residente na segunda légua Travessão Trentino.

⁹⁷ Vinte e três anos de idade, solteiro, residente na segunda légua Travessão Trentino.

que os autores do crime não forão outros senão Luis Peterlini, Rodolpho Peterlini que queriam matar Esperidião Araujo e Silva por ser brasileiro; eis o que narraram as testemunhas cujos depoimentos passo a transcrever.

A testemunha Rizzi Giovanni narra que no dia cinco do corrente mes as 4 horas da tarde em casa de negocio de Pilate Felice no Travessão Trentin, 1º légua d'este Municipio, estando no dito negocio onde se dançava, o ofendido e outros, tendo elle respondente hido para sua residencia, ao chegar na volta do travessão ouviu que partiam da dita casa gritos, e dando a volta vio Esperidião Araujo e Silva ferido, e vertendo sangue da cabeça; disse mais segundo ouviu dizer que os autores desses ferimentos forão Peterlini Luis e Peterlini Rodolpho.

A testemunha Cagal Leonardo diz que nada sabe a respeito, pois que naquelle dia cinco do corrente mês estava na casa de Rodalli Juissepe, porem no dia seguinte Ritto Cappelletti lhe disse que Esperidião Araujo e Silva tinha sido ferido por Peterlini Luis e Peterlini Rodolpho.

A testemunha Reghilin Geremias conta que no dia cinco do correte mes estando na casa de negocio de Pilate Felice, onde se dançava e jogava-se cartas, quando repentinamente ouviu grande barulho, no qual vio jogarem garraphas e vio uma d'estas acertar na cabeça de Esperidião Araujo e Silva, tratando elle respondente de fugir por não se envolver no barulho sahindo pela porta fora. Logo depois de acabado o barulho vio Esperidião Araujo e Silva ferido, elle dizendo este que os autores desses ferimentos forão Peterlini Luis e Peterlini Rodolpho. A testemunha Bacca Pietro diz que no dia cinco do corrente mes pelas 4 horas da tarde estando na casa de negocio de Pilate Felice ajudando a servir aos freguezes; quando vio repentinamente um barulho, e logo (ilegível) a tirar garraphas, elle respondente fugio, e que no dia seguinte ouviu dizer que n'esse barulho sahio ferido Esperidião Araujo e Silva e que os autores dos ferimentos forão Peterlini Luis e Peterlini Rodolpho.

A testemunha Brailo Giovanni diz que no dia cinco do corrente mes estando na casa de negocio de Pilate Felice, chegou Esperidião Araujo e Silva, esse dirigiu a Luis Peterlini, convidando a este para dançar, a que Luis Peterlini não quis aceitar o convite, e depois Esperidião Araujo e Silva amarrando um panno no pescoço disse que era um lenço de sede, e houve trocas de palavras, resultando Peterlini Luis jogar uma garrapha na cabeça de Esperidião Araujo e Silva ficando este ferido, e ahi (ilegível) barulho, e elle respondente fugio, não vendo mais nada do que se passou. Logo depois vio Esperidião Araujo e Silva ferido e soube que os autores forão Luis Peterlini e Rodolpho Peterlini. Portanto, em meu humilde parecer os autores do crime não forão outros senão Luis Peterlini e Peterlini Ropolpho, se porem não vos (ilegível), desde já vos declaro que estarei prompto a satisfazer qualquer exigencia vossa no sentido de melhor esclarecer a verdade [...]. (APERS, 1899).

O caso acima relatado acabou não apresentando novidades no que diz respeito ao seu desfecho. Os réus, os irmãos Peterlini, acabaram sendo enquadrados no artigo 303 do Código Penal. Além disso, tiveram direito a pagar fiança, no valor estipulado de 200\$000 reis, para permanecerem livres enquanto o processo seguia seu curso. Armando de Azambuja foi o juiz da Comarca de Caxias do Sul que presidiu a tribuna do caso, o promotor de justiça era o cidadão Raul Augusto Velleroy.

Os acontecimentos descritos servirão para que ampliemos os debates acerca das masculinidades e as virilidades que ali se opuseram. Entretanto, também buscaremos analisar as relações interétnicas e as possíveis formas de racialização que se faziam presentes nesses contatos. Para tanto, podemos utilizar das circunstâncias descritas acima para que interpretemos as questões de violência verbal e física que se encontravam dentro das relações entre imigrantes italianos e demais grupos étnicos. Desse modo, é possível utilizarmos das injúrias proferidas, bem como das violências físicas encontradas nos embates entre negros e italianos, para estudarmos os conceitos que são mais caros a nossa pesquisa, ou seja, a racialização e as masculinidades.

Entendemos a racialização e as masculinidades como conceitos nodais, que são circundados por outros que auxiliam na sua compreensão. Portanto, acreditamos que o processo-crime acima exposto seja pertinente para que atuemos sobre um conceito-chave para as masculinidades e virilidades, a honra. Optamos, nesse sentido, por trabalhar num primeiro momento através do entendimento da injúria, o peso da mesma sobre a honra dos indivíduos e o impacto social que tais ações e perdas poderiam acarretar.

Assim, no que diz respeito às injúrias, Carneiro (2018, p. 23) aponta que elas representam “[...] o rompimento de uma norma social”. Para o referido autor, o insulto estaria ligado a uma intenção, a qual poderia variar, mas sempre estaria ligada a uma relação de poder. Entre as variações que levavam a se insultar alguém estariam,

(a) legitimação e reprodução de uma ordem moral; (b) legitimação de uma hierarquia entre grupos sociais; (c) legitimação de uma hierarquia no interior de um grupo; (d) socialização de indivíduos em um grupo. (CHARLES FLYNN, 1977, apud CARNEIRO, 2018).

Portanto, podemos interpretar que os insultos, nos processos apresentados até então, buscavam reafirmar e resguardar o poder nas mãos dos italianos e seus descendentes. Isso ficou evidenciado quando Mocelin e os demais italianos atacaram verbalmente Hilario, dentro do quiosque. Ou quando Esperidião Araújo e Silva escuta que deveria se matar, por ser descendente de brasileiro e italiano. Portanto, mesmo aqueles que tinham pais ou mães italianas poderiam sofrer ofensas, devido a sua mestiçagem étnica, sendo alvo de ataques na comunidade caxiense. Em decorrência, podemos interpretar

questões diversas como a degeneração derivada da mestiçagem e a revolta, por parte dos irmãos Peterlini e os demais italianos, ao fato de Espiridião sentir-se capacitado a atravessar fronteiras étnicas por ser produto de uma relação interétnica. Espiridião deveria ser dotado de um hibridismo cultural luso-italiano, falava português e italiano, ou dialeto, compreendia os gestos, as danças, mas, como observado na fonte, sofria impedimentos pela falta de pureza étnica. Contudo, o hibridismo devia lhe acarretar certas vantagens sociais. No caso das danças, podemos supor que elas eram exclusivamente masculinas por se darem em um espaço eminentemente masculino, logo, caracterizados pela exclusão feminina. Assim, recusar a dança seria um ritual com o mesmo teor do dividir ou recusar o oferecimento de bebidas. Em último caso, podemos supor que haveria ali algum exercício ou insinuação contrária a heteronormatividade, naquele espaço.

No caso de Esperidião e os irmãos Peterlini, acreditamos que os insultos tinham por intuito legitimar uma hierarquia social, garantindo, assim, que o grupo dos italianos e os descendentes de famílias italianas resguardassem seus privilégios na comunidade. Entre tais privilégios, o de permanecer em certos espaços de sociabilização e ter certas liberdades, como dançar com seus pares, ou mesmo conversar no mesmo nível, sem a necessidade de submeter-se a determinadas interações sociais. Desse modo, a hierarquia social defendida naquele espaço, colocava os italianos no topo, assim como aqueles que eram apontados como seus legítimos descendentes e herdeiros, relegando as margens sociais, em Caxias do Sul, para os nacionais em geral, negros e *mestiços*. Também é possível que a forma de agir dos irmãos Peterlini esteja vinculada à hierarquia que estava sendo resguardada por tais imigrantes, esta, ligada àquele espaço, a casa de comércio de Pilate Felice, e o grupo específico que estava ali, naquele momento.

Ainda segundo Carneiro (2018), os insultos também serviriam para fomentar estigmas sociais e pessoais. Assim, usando da pesquisa de Erving Goffman (1988), Carneiro nos mostra três tipos de classificações ligadas ao estigma social possíveis de serem realizadas através dos insultos,

[...] (1) anomalias corporais (deformidades físicas); (2) defeitos de caráter individual (fraqueza de vontade, paixões não naturais, crenças rígidas, desonestidade etc.) inferidos a partir de doença mental,

encarceramento, alcoolismo, vício, homossexualidade, desemprego, tentativas de suicídio ou comportamento político; e (3) estigmas tribais (raça, nação, religião, e mesmo classe). (GOFFMAN, 1988 apud CARNEIRO, 2018, p. 24).

A citação acima, nos remete às palavras de Manfroi (1875), em que, segundo o autor, a religião representava o recurso diferencial mais importante que os imigrantes italianos possuíam em sua cultura. Assim, a crença no cristianismo e sua prática seria mais palpável e forte dentro de sua comunidade. Dessa forma, para o referido autor, as famílias italianas eram tementes a Deus e a Cristo, respeitavam as tradições cristãs, sendo um exemplo de fé e força. Para Manfroi (1875), a religiosidade era uma das características que marcava os italianos, diferente dos nacionais e suas estranhas práticas católicas, adaptadas ao Novo Mundo e à sociedade brasileira.

Ao se tratar da honra, é possível supor que ela era compreendida de uma forma singular no universo dos imigrantes italianos, e, mais especificamente, em Caxias do Sul. Afinal, como apontado por autores como Monsma (2016), os italianos interpretavam a honra de forma individual, mas também comunitária. Portanto, não viam como desonrado atacar verbal e fisicamente um indivíduo que estivesse sozinho e/ou desarmado, se tal ação buscasse legitimar o poder de tais imigrantes, bem como defender a honra, seja esta a do indivíduo ou da comunidade. Talvez, possamos interpretar que, para sociedade caxiense, honra e poder estavam intimamente associados, afinal, aqueles com maior honra, frente a seus pares, detinham maior prestígio social e, portanto, angariavam privilégios. Para Carneiro (2018), a honra poderia ser entendida tanto como uma forma de revelar aspectos de um grupo social, ao expor os valores admitidos ou não por esse grupo, quanto como reflexos que revelam o funcionamento dessa sociedade. Assim, as injúrias servem como forma de transmitir e solidificar os valores e a importância de certos comportamentos que são aceitos e interpretados como necessários à manutenção daquele grupo social.

O modo como e quando o insulto é proferido a alguém, é mais importante do que as palavras proferidas. Desse modo, para o referido autor, atacar a honra de um indivíduo consistia em assegurar que a violência verbal praticada fosse presenciada por terceiros.

[...] a ofensa verbal explicita os tabus da sociedade; os insultos são o inverso das características essenciais de homens e mulheres respeitáveis; para causar dano ao ofendido, a injúria tem que identificar a vítima com algo que geralmente é visto como errado ou mal; os insultos revelam principalmente o clima mental de uma sociedade, principalmente da parcela que nada deixou escrito: os populares. Outra questão interessante é o papel social do insulto verbal e sua relação com a honra.

Em suma, a maneira como a ofensa é dita é mais importante, no seio da querela, do que a substância da palavra dita. Desta maneira, a honra e a reputação só são manchadas gravemente na presença de testemunhas. A extensão do prejuízo causado está ligada à opinião que o público tem do assunto. A opinião pública é assim uma espécie de tribunal da reputação. (CARNEIRO, 2018, p. 26).

Esse tribunal da reputação era parte integral e vital para a sociedade, os agentes e os casos aqui estudados. Assim, entende-se que os confrontos eram desencadeados quando homens, de dentro ou fora do grupo dominante, se viam atacados frente a terceiros e buscavam reparar a honra ferida, imediatamente. A honra está vinculada ao que concerne ser homem para a sociedade que estudamos, seja este um homem negro ou branco, nacional ou italiano/descendente. Ela precisava ser constantemente protegida, do mesmo modo que a virilidade precisava ser continuamente reafirmada, ambas poderiam andar lado a lado, de mãos dadas, pois necessitavam da presença de terceiros para ser validadas. Ou seja, a plateia era essencial para que esse jogo de masculinidades frágeis continuasse. Da mesma forma, era necessário que o público validasse as atitudes do grupo dominante naquele espaço, pois isso reafirmava sua cultura e visão de mundo, servindo, assim, para que a calma reinasse no ambiente.

Outro ponto que nos remete à importância da honra, para a sociedade caxiense e seus membros, foi apresentado no último processo-crime. Esse fator, muito relevante, diz respeito ao questionamento que as autoridades faziam em relação ao comportamento dos irmãos Peterlini. A testemunha Pietro Bacca afirmou que Luiz e Rodolpho Peterlini não eram desordeiros. Giovanni Braglio atestou que os Peterlini eram bons moços, afirmando que esse episódio de violência só teria ocorrido por estarem embriagados. Segundo o testemunho de Giacomo Rizzi, os irmãos Peterlini não eram desordeiros, prova disso é que jamais haviam se metido em problemas antes da tarde do dia cinco de fevereiro. Percebe-se que as autoridades entendiam como valoroso e necessário, para o julgamento do crime cometido, ter ciência do caráter comunitário dos irmãos

Peterlini. Ou seja, buscava-se, em meio às investigações policiais, verificar quanto de honradez Luiz e Rodolpho Perterlini tinham angariando, até aquele momento, perante seus pares. Algo que foi prontamente atestado por parte dos depoentes. Assim sendo, mesmo que fosse necessário julgar alguém na esfera pública, a honra que o réu possuía, dentro de sua comunidade, poderia pesar nas decisões das instâncias jurídicas.

Na sociedade de Caxias do Sul, a honra tinha uma utilidade prática. Conforme afirma Carneiro,

Em situações em que a organização social e as formas de cooperação e interação se baseiam em associações mais ou menos livres, o bom nome é um bem de extremo valor, já que possibilita melhores condições de negócios e de casamentos. A honestidade financeira estaria assim associada à honra no sentido em que seria desonroso trapacear com o próximo, principalmente em locais com fortes laços sociais, onde a honestidade é vista como um dos mais altos valores. (CARNEIRO, 2018, p. 27).

Entretanto, outros autores, como Monsma (2016) e Vendrame (2016) já atestavam a importância da honra para as comunidades de imigrantes italianos e os seus descendentes que passaram a viver no Brasil. Para Bourdieu (1999), a honra estaria ligada ao mundo masculino de modo que se tornava uma faca de dois gumes, pois necessitava que fosse defendida continuamente, podendo ser responsável por boas e más ações.

Semelhante à nobreza, a honra – que se inscreveu no corpo sob forma de um conjunto de disposições aparentemente naturais, muitas vezes visíveis na maneira peculiar de se manter de pé, de aprumar o corpo, de erguer a cabeça, de uma atitude, uma postura, às quais corresponde a uma maneira de pensar e agir, um *éthos*, uma crença etc. – *governa* o homem de honra, independentemente de qualquer pressão externa. [...] ela guia sua ação tal qual uma necessidade lógica (“ele não pode agir de outro modo”, sob pena de renegar-se), mas sem se impor a ele como uma regra ou como o implacável veredicto lógico de uma espécie de cálculo racional. Essa força superior, que pode fazê-lo aceitar como inevitáveis, ou óbvios, isto é, sem deliberação nem exame, atos que seriam vistos pelos outros como impossíveis ou impensáveis, é a transcendência social que nele tomou corpo e que funciona como *amor fati*, amor do destino, inclinação social e assim transformada em destino. (BOURDIEU, 1999, p. 63).

A honra também estaria vinculada ao que mais se aproxima às aptidões nobres, como coragem, generosidade, moralidade, entre outros. Sendo tal característica intrinsecamente ligada a um produto de trabalho social sobre o

homem, configurando-se assim, em “[...] um *habitus*, lei social incorporada”. (BOURDIEU, 1999, p. 64). O privilégio masculino se configura em uma cilada, pois obriga o homem a afirmar e reafirmar, em qualquer circunstância, sua virilidade. A virilidade se configura como uma aptidão masculina que renega a tudo o que é feminino e necessita ser atestada e posta em prática, continuamente. Assim: “A *virilidade*, entendida como capacidade reprodutiva, sexual e social, mas também como aptidão ao combate e ao exercício da violência (sobretudo em caso de vingança), é, acima de tudo, uma carga”. (BOURDIEU, 1999, p. 64). Desse modo, o homem, que é ou busca se configurar no que se entende por *homem de verdade*, se vê obrigado a responder a quaisquer desafios que atinjam a sua honra, respondendo a tais estímulos de forma viril.

Buscava-se, desse modo, angariar maior prestígio social onde se vivia, tendo assim, distinção dentro da esfera pública, ao fazê-lo. E, desse modo, entende-se qualquer aspecto de feminilidade como um sinal de fraqueza no homem, sendo ele proibido de demonstrar traços físicos ou comportamentais que remetam ao feminino. Em alguns casos, inclusive, sendo passível que homens com tais características fossem alvo de violência, mesmo a sexual, por parte de outros homens. Ainda para Bourdieu (1999) entender a masculinidade e baseá-la na honra e virilidade acaba por tornar o [...] “ideal de virilidade o princípio de uma enorme vulnerabilidade”. (BOURDIEU, 1999, p. 65). Sendo que este é um dos fatores que acaba por levar aos episódios de violência que aqui foram descritos e problematizados.

Nos dois processos-crime, aqui apresentados, o ataque verbal se deu de forma específica, através do insulto étnico-racial. Acreditamos que essa forma de agressão buscava minar a honra de outra pessoa, como se delegasse a tal figura uma importância menor a diferenciando e qualificando negativamente em meio a um grupo. O insulto racial poderia consistir em estigmatizar, algo que vemos claramente nos processos de Hilario Ferrugem e Esperidião Araújo e Silva. Ao citar Antônio Guimarães (2000), Carneiro (2018) apresenta um aspecto importante, relacionado ao que buscamos afirmar nas páginas anteriores. Para tais autores o insulto racial também buscava gerar uma identidade social estigmatizada sobre o grupo étnico que o sofria. Desse modo, ao insultar racialmente outrem se visa não apenas relegar a pessoa ofendida a um lugar

historicamente inferior, mas também recriar aquele lugar e sociedade que inferiorizava e coisificava certos indivíduos.

Entendemos que ocorre um ataque racial quando Mocelin e os demais italianos relacionam o homem Hilario Ferrugem com sua cor, a negra, pois poderiam estar buscando reavivar os períodos do cativo naquele momento e naquela sociedade. Dessa maneira, se apresentando como racialmente superiores devido a sua descendência europeia e a sua cor branca. Portanto, ocorre racialização dentro do ato de vincular a figura de Hilario com sua cor e, conseqüentemente, origem étnica. O mesmo pode ser observado no caso de Esperidião Araújo e Silva, quando os italianos, na casa de negócios, afirmam que ele deveria se matar por ser descendente de brasileiros e italianos. Assim, fica claro que tal mistura étnica não era aceita por parte de certos italianos e seus descendentes, sendo percebida como vergonhosa e inapropriada, como se a mistura étnica atacasse a honra da comunidade de Caxias do Sul, ocasionando assim uma degeneração do sangue italiano.

Outro ponto que nos remete à racialização, apresentado pelo referido caso, diz respeito a forma de violência que Esperidião sofre no momento que é atacado com um relho de ferro. O autor das relhadas, Rodolpho Peterlini, estava fazendo uso de uma ferramenta desenhada com intuito de controlar e adestrar animais através da coerção física. Então, ponderamos qual o peso que o gesto de agredir alguém com um relho poderia ter, ou seja, o papel da coisificação e racialização que estava explícito no ato.

Os episódios aqui relatados geraram violências extremas, onde um indivíduo é atacado fisicamente e injuriado na frente de outros. Processos criminais como esses nos apresentaram uma violência assimétrica, direcionada unicamente a indivíduos *desviantes*, que, de algum modo, se destacavam. (BECKER, 2008). Segundo Muchembled (2012), a agressividade destrutiva é fruto do homem, sendo invocada em vias de garantir a sobrevivência da espécie através da destruição do homem pelo próprio homem. Ou seja, confrontar e exterminar seus pares masculinos e concorrentes e buscar fecundar o máximo de parceiras. Portanto, podemos relacionar a análise de Muchembled (2012) para entendermos melhor o que seria a hierarquia ou hierarquias masculinas. Estas, tenderiam a gerar o controle sexual sobre o feminino e a reprodução. Também visavam o extermínio dos homens concorrentes, ao mesmo tempo em

que buscavam a validação destes para a sua virilidade. Essas hierarquias, em Caxias do Sul, tinham como exemplo de masculinidade hegemônica (CONNELL, 1995)⁹⁸ o homem branco, em especial os italianos e seus descendentes, aqueles que eram apontados como seus legítimos herdeiros. E, ao elencar um lugar de dominância ao homem branco, solidificava o espaço das demais etnias, inferiorizando e desqualificando as masculinidades de tais indivíduos, colocando na base desta hierarquia o homem negro.

Entretanto, não acreditamos que esse exemplo do que seria um perfeito modelo piramidal das masculinidades, em Caxias, fosse sólido o suficiente para que o apontemos como representativo da estrutura da sociedade masculina caxiense dos fins dos XIX e começo do século XX. Talvez o modelo mais correto seria aquele que representasse as disputas ocorridas entre as diversas masculinidades, enquanto os indivíduos, independentemente de suas etnias, circulassem entre os diversos espaços, angariando e perdendo honra, provando sua virilidade ou a vendo ser desqualificada frente a outros homens. Desse modo, a violência aparece como parte integral dessas hierarquias masculinas, afinal, servia para que se entendesse e se expressasse as masculinidades. Conforme Bourdieu (1999), a defesa da masculinidade era uma eterna batalha, o que levaria a casos de violências extremas, como os que foram apresentados.

Uma explicação mais frequente vê a origem do gesto sanguinário em frustrações nascidas de contradições entre os desejos individuais dos culpados e as oportunidades de futuro que lhe oferece a sociedade. (MUCHEMBLED, 2012, p. 16).

Muchembled (2012) também apresenta uma ideia semelhante ao tratar da cultura de bandos de jovens solteiros. Esses estão centrados em uma competição que visa aumentar seu valor perante as moças da sociedade. Por não se enquadrarem mais na infância, os solteiros buscavam meios de

⁹⁸ Segundo Raewyn Connell (1995) o conceito de masculinidade hegemônica nos permite compreender as questões relacionadas ao poder e a violência nas esferas privadas ou públicas. Para o referido autor, tal conceito determina quais eram as atitudes masculinas apropriadas ou não, nos permitindo enxergar, em diferentes sociedades e épocas, o modelo adequado de masculinidade. Para Pedro Oliveira (1998), “Apesar de ser própria a apenas um pequeno grupo concreto, a masculinidade hegemônica é sustentada e mantida por um amplo segmento da população masculina em função da gratificação fantasiosa de fazer parte do poder que ela proporciona, além, é claro, dos motivos concretos, tal como poder retirar daí benefícios (melhores salários e postos, por exemplo) através da dominação institucionalizada masculina em relação às mulheres”. (OLIVEIRA, 1998, p. 105).

extravasar a angústia por não serem considerados homens maduros. Vivendo em um limbo entre a infância e a vida adulta, encontravam na rivalidade o escape para as suas emoções. Através dos embates e da violência buscavam conquistar e defender sua virilidade, procurando, desse modo, se destacar frente aos demais. A forma com que defendem sua honra e virilidade, em muitos dos casos, acaba por ser letal, sendo diretamente responsável por tal defesa, o código masculino de virilidade.

Essa realidade é muito próxima do que vemos em Caxias do Sul, dentro do que concerne à visão dos imigrantes italianos de uma sociedade, e o que se esperava de um homem. Ou seja, nunca levar desaforos para casa, ou estar sempre pronto para provar sua virilidade, mesmo que para isso atos de violência extrema fossem necessários. Seja o provedor de seu lar, e honre sua família e comunidade, seja um homem religioso e temente a Deus, mas não se esqueça de matar o negro desaforado, afinal, esses nacionais deviam ser lembrados de seu lugar. Para Muchembled:

Não se tratava absolutamente de uma lei da selva, porque códigos e rituais preciosos enquadravam a brutalidade das relações humanas. Nesse universo de proximidade, um estrito senso de honra obrigava os machos a vingar não somente o que era deles, que repousava na expressão demonstrada de sua virilidade, mas também o que era do seu grupo familiar completo, vigiando de perto as mulheres para proteger sua pureza sexual ou sua virtude. (MUCHEMBLED, p. 22, 2012).

Como aponta Muchembled (2012), os nobres de eras passadas faziam usufruto das práticas de duelo buscando ressaltar sua virilidade e honra⁹⁹. Do mesmo modo, os imigrantes italianos faziam uso da violência para defender a honra familiar e individual (VENDRAME, 2016) como um meio para exaltar a sua virilidade frente aos demais membros de sua comunidade, pois era a partir de tais práticas que buscavam impressionar e ganhar o respeito de seus pares. Afinal,

[...] para um homem de verdade, deve-se possuir a potência sexual que permite reproduzir-se, portanto, garantir a posteridade de seu sangue

⁹⁹ Sobre honra, ver: REMEDI, José Martinho Rodrigues. *Palavras de Honra*. Um estudo acerca da honorabilidade na sociedade sul-rio-grandensedo século XIX, a partir dos romances de Caldre Fião. Tese (Doutorado em História) – São Leopoldo, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2011.

e de seu nome e deve-se saber manejar a faca, que serve para a conservação do grupo. (MUCHEMBLED, p. 22, 2012).

No que diz respeito às diversas expressões de masculinidades do negro, podemos ponderar, através das fontes até aqui apresentadas, que estes indivíduos possuíam um entendimento próprio sobre o que concernia ser homem. Para tanto, podemos exemplificar com as atitudes de Hilario Ferrugem, ao ser insultado e agredido. O homem, de apelido Caroço, não usou de sua arma para defender-se. Pelo que vemos nos relatos encontrados na fonte, Hilario também não se aproveitou da embriaguez dos italianos que o atacavam, o que, somado ao fato de ser o único homem armado presente no local, poderia lhe fornecer grande vantagem sobre os imigrantes. Entretanto, mesmo não tendo atacado ou se defendido fisicamente, Hilario respondeu aos questionamentos feitos a sua pessoa, não aceitando inferiorizar-se. Podemos interpretar tal ação como uma forma de resguardar e defender sua honra e virilidade. Portanto, é possível que alguns homens negros, desse período, tivessem suas próprias formas de entender e expressar sua masculinidade, e ela não seria idêntica a de homens brancos, sejam estes imigrantes ou não.

Contudo, acreditamos que as masculinidades dos homens negros ainda eram perpassadas pelos exemplos hegemônicos de dominância masculina do período, o que, em certo grau, poderia refletir no modo destes homens compreenderem a si e portarem-se em sociedade. Logo, diversas formas de entender-se como homem, e o que concerne o comportamento masculino, poderia fazer com que tais agentes apresentassem ações que estariam vinculadas às masculinidades hegemônicas daquele espaço. Para Robert Connell e James Messerschmidt (2013), entender a masculinidade hegemônica também é entender a criminologia, pois o conceito foi amplamente influente dentro das pesquisas dos estudos criminais.

Todos os dados refletiam que os homens e os meninos perpetravam mais os crimes convencionais - e os mais sérios desses crimes - que as mulheres e as meninas. Para além, os homens mantinham um monopólio virtual sobre determinadas formas de crime, como crimes em sindicatos e crimes de colarinho-branco. O conceito de masculinidade hegemônica contribuiu na teorização da relação entre masculinidades e uma série de crimes, e foi também usado em estudos sobre crimes específicos de homens e meninos, tais como estupro na Suíça, assassinato na Austrália, hooliganismo no futebol americano e

crimes do colarinho-branco na Inglaterra, além da agressão violenta nos Estados Unidos. (CONNELL; MASSERSCHMIDT, 2013, p. 246).

Atuar com outra fonte criminal talvez nos auxilie a compreender melhor o que buscamos problematizar até então, mas antes de darmos seguimento ao último processo que abordaremos nesse trabalho, propomos avaliar as questões envolvendo a degeneração étnica e o papel da dança dentro do caso apresentado entre os irmãos Peterlini e Esperidião Araujo e Silva.

O ato de violência contra Esperidião ocorre devido à interpretação dos irmãos Peterlini que externalizam e reafirmam diversos credos e preconceitos que estavam enraizados na população brasileira e imigrante. Essa forma de pensar vinculava, logo nos primeiros anos do século XX, a realidade nacional, às políticas imigrantistas e eugenistas, muito solidificadas em nosso estado. Portanto, entende-se que existam aspectos qualitativos que indicavam para um preconceito étnico-racial por parte dos italianos que aparecem no caso e não aceitavam a miscigenação de sua etnia e grupo, interpretando essa como responsável por degenerar os imigrantes italianos e suas comunidades.

Para tratarmos da degeneração racial usaremos como base os estudos de Eder Silveira (2005), entre outros trabalhos. Mesmo que seu foco consista em estudar a eugenia,¹⁰⁰ dentro da primeira década do século XX, Silveira nos apresenta a evolução do cientificismo no Brasil e estado sul-rio-grandense, assim como a eugenia buscou se solidificar dentro de nosso estado já em fins do século XIX.

Com base na referida pesquisa, entende-se que o cientificismo buscava reivindicar superioridade à ciência sobre as demais formas de interpretar o mundo. O cientificismo também se vinculava a ideias que nem sempre estariam embasadas na pesquisa, auxiliando a espalhar crenças que se solidificaram através do que se acreditava ser ciência no período. Segundo Silveira (2005), existiria uma adaptação do cientificismo e da eugenia que se moldavam a realidade social gaúcha e brasileira. Estas ideias eram apresentadas e respaldadas por médicos, artistas e políticos do período.

¹⁰⁰ A obra de Darwin passa a ser um novo paradigma, base de toda a reflexão sobre a evolução do homem, da vida e de toda a problemática da degeneração e constitui, é possível sugerir, ao contrário do que alguns autores buscam escamotear, a base da eugenia. A eugenia não é o lado maldito do darwinismo, mas seu resultado natural. (SILVEIRA, 2005, p. 38).

A adaptabilidade da eugenia marcou a história de nosso país nos séculos XIX e XX. Para as elites brasileiras, moldar a eugenia à realidade nacional servia como uma resposta convincente e conveniente para o tardio desenvolvimento da nação. Do mesmo modo, serviria para reinterpretar a mestiçagem, dando a ela um olhar mais tenro, a apresentando como solução para todos os problemas que o país, recém-nascido, acumulava. Segundo Napolitano (2016), usar da eugenia e a interpretar de modo a responder os fracassos da sociedade brasileira era mais fácil e prático às elites, do que buscar mudar o quadro nacional que segregava boa parcela da população a miséria e falta de amparo por parte do Estado.

Assim, houve dois momentos distintos para o quadro inicial da eugenia brasileira. Cláudio Janz Júnior (2012) aponta que o primeiro deles enquadrava no país as ideias advindas de figuras como Joseph Arthur de Gobineau¹⁰¹, mais conhecido por Conde de Gobineau. Segundo Gobineau, o Brasil estaria fadado ao fracasso e o brasileiro à extinção¹⁰². Para o diplomata francês, a mestiçagem era a característica indivisível dos brasileiros e, também, seu maior fardo, pois levaria ao fracasso do Império. Logo, por sermos uma população mestiça, que era fruto de índios, africanos e de um diminuto número de portugueses, estaríamos extintos em menos de duzentos anos. Silveira (2005) também apresentou esses levantes feitos sobre o diplomata francês, e revelou o segundo momento que marcou as questões eugenistas no Brasil e seus adeptos. Esse, se deu através da adaptabilidade da narrativa que Gobineau entregou ao exterior sobre o Brasil, elogiando seu território, chegando a indicar a nação como local bem-vindo a imigração de alemães e italianos.

Para Silveira, esse fato ocorria, principalmente, devido a amizade que o conde teria desenvolvido com o imperador Dom Pedro II. Segundo as palavras de Gobineau,

[...] começava-se a estudar mais de perto e a examinar com mais curiosidade e simpatia as condições que o Brasil pode oferecer aos que pretendem pedir-lhe um futuro. O Brasil parece na verdade ser

¹⁰¹ Um dos mais importantes teóricos do racismo científico do século XIX. Era diplomata francês e amigo próximo de Dom Pedro II. Esteve no Brasil em sua segunda missão diplomática no ano de 1869, onde permaneceu até 1870. Mesmo após deixar o país manteve forte contato com Dom Pedro II através de cartas.

¹⁰² Artigo publicado no periódico francês *Le Correspondant*, no ano de 1874, intitulado *L'émigration au Brésil*.

recomendável muito especialmente à parte mais saudável da emigração, esta que quer obter a prosperidade à qual aspira somente pelo trabalho constante e pelo bom caminho do exercício consciencioso e calmo da liberdade. As colonizações já instaladas no império americano abrem muitas esperanças e legitimam as mais lisonjeiras aspirações. Grandes estabelecimentos alemães nas províncias de Santa Catarina e de Minas Gerais, representando de 40 a 50 mil almas no primeiro caso, de 10 a 15 mil no outro, demonstram, pelo próspero estado em que estão, que os agricultores têm muito a ganhar escolhendo-as para se fixar. (GOBINEAU, 1873, p. 220-221).

Assim, vemos, em um primeiro momento, que as ideias eugenistas que estiveram em contato e se difundiram no país imaginavam um império e um povo debilitado que rumavam para o fracasso e para a extinção. Essas fraquezas se qualificavam nos âmbitos intelectual, moral e físico, e, portanto, impunham a degeneração das raças. Em alguns casos, mesmo o clima advindo dos trópicos era apontado como um qualitativo negativo para o desenvolvimento humano na região. Em contrapartida, as raças tidas como puras eram indicadas, por uma das vertentes eugenistas¹⁰³, como as mais fortes, inteligentes e belas, logo, as mais desenvolvidas entre as raças humanas, sendo o principal exemplo evolutivo entre todas as raças, o homem branco europeu. Portanto, não era recomendado, por parte destes eugenistas, que a mestiçagem, ou miscigenação ocorresse, pois tal ato iria degenerar as boas qualidades das raças puras, as maculando com os defeitos morais, físicos e intelectuais das raças inferiores e mestiças.

Logo, quando Gobineau adapta seu discurso para a realidade brasileira, e busca se ligar à vertente eugenista que defendia a miscigenação, vê como estratégico propagandear o Brasil aos europeus, em especial, aos alemães e italianos visando “[...] uma tentativa, pode-se afirmar, de injetar sangue nórdico nessas terras, uma vez que o juízo de Gobineau sobre o povo brasileiro era dos piores”. (SILVEIRA, 2005, p. 59).

Para o conde, ninguém além do imperador teria os traços arianos e cultura desenvolvida, pois nenhum brasileiro era de *sangue-puro*, isso, por serem advindos da miscigenação entre indígenas, negros e brancos, portanto, seria

¹⁰³ Para Edward Telles (2003), diferente do Brasil, onde a eugenia neo-lamarckiana passou a defender a miscigenação para formar um povo com as características físicas, morais e intelectuais dos europeus, através das políticas eugenistas de imigração. Nos Estados Unidos e outros locais do mundo o exemplo de eugenia que se tornou popular era a mendeliana, essa visava a pureza das raças, sendo contrária a miscigenação.

necessário mexer na balança em favor das raças mais qualificadas e evoluídas, visando, assim, salvar o Império brasileiro. O que, segundo Silveira, acabou por solidificar as bases da política eugenista de imigração.

À luz de tal ordem de apreciações por parte do Conde de Gobineau, torna-se possível entender seu interesse em estimular a vinda de imigrantes europeus, arianos. Essa tentativa de eleger um grupo étnico como prioritário para a imigração expressa por Gobineau anuncia uma tendência que se tornaria muito forte na passagem do século XIX às primeiras décadas do século XX: a política eugenista de imigração. (SILVEIRA, 2005, p. 59).

Segundo Giralda Seyferth (1998), a seleção do grupo étnico que entraria no país ocorria através de uma seleção de “[...] critérios de natureza moral e pela suposta incapacidade de produzir num sistema de livre iniciativa”. (SEYFERTH, 1998, p. 43). A autora se refere a interpretação das elites nacionais no que diz respeito ao afro-brasileiro e seu prematuro desaparecer com o fim do período escravista, crença que era embasada na fábula do negro incapaz de se adaptar a um mercado onde a mão de obra livre era predominante. Logo, o africano e seus descendentes eram qualificados por estarem mais próximos da barbárie do que da civilidade em todas as características, portanto, não poderiam fazer parte do projeto de desenvolvimento de uma nação moderna. Para resolver o problema da epiderme escura, as ideias eugenistas foram transformadas de acordo com as necessidades e preferências das elites brasileiras. Fomentou-se, assim, o eugenismo através da imigração europeia e forte incentivo à miscigenação.

As explicações que apresentamos servem para interpretarmos parte do episódio de conflito entre Esperidião Araujo e Silva e os irmãos Peterlini, no que diz respeito aos possíveis motivos que levaram o grupo de italianos a atacar verbalmente Esperidião, indicando que este deveria se matar por ser descendente de brasileiros e italianos. No que tange às questões envolvendo o convite à dança, que teria partido por parte de Esperidião a Luis Peterlini, entendemos ser necessário abordar aspectos que expliquem a heteronormatividade que permeava esses espaços de sociabilidade.

Segundo Alison Souza e Severino Pereira (2013), a heteronormatividade serve para que expliquemos o modelo de sociedade onde os padrões de comportamento heterossexuais são apresentados como normais e acabam por

dominar o espaço social, e, ao fazê-lo, acaba por excluir outras formas de sexualidades e comportamentos que desviem do padrão heteronormativo. Essa exclusão se dá através da violência e preconceito propagados contra grupos que não se enquadrem dentro do padrão heteronormativo ou que apresentem características físicas ou comportamentos que socialmente são tidos como não condizentes ao seu sexo de nascimento.

Para Nádia Pino (2007), existe uma diferença entre a heterossexualidade e a heteronormatividade. Enquanto a primeira acaba por reforçar a relação entre pessoas de sexo oposto nos âmbitos sexuais e amorosos, a segunda busca enquadrar todas as relações dentro de um padrão pré-determinado, onde mesmo as relações entre pessoas do mesmo sexo devem se enquadrar. Assim, a heteronormatividade visa controlar as práticas sociais que são desenvolvidas nas relações entre pessoas de quaisquer sexos, sejam elas sexo-afetivas ou não.

Entende-se que o ambiente, a casa de negócios de Pilate Felice, era um espaço onde as masculinidades dos presentes estavam em contraste e entravam em conflito. Os *ritus* masculinos que permeavam espaços como uma casa de negócios eram complexos e poderiam ser extremamente diversificados. Muitos deles acabavam por expressar a virilidade e a dominância por parte de certos homens e grupos sobre outros. Contudo, muitos desses rituais eram expressões de camaradagem e companheirismo.

Exemplos desses rituais foram vistos nos casos que analisamos até aqui. Oferecer um copo de vinho, ou seja, bebida alcoólica a outro homem pode ser interpretado como um ritual que indicava para a camaradagem e que visava o pressuposto de igualdade e respeito entre as partes. Em contrapartida, não oferecer bebida aos presentes, também pode ser lido como não aceitação ou falta de consideração para com os que estão no local. Esse contexto também se aplica à dança, onde, em um ambiente majoritariamente masculino, homens poderiam dançar, beber e jogar, dominando o espaço através de sociabilidades interpretadas como *ritus* praticados entre homens étnica e socialmente iguais.

Assim, ao não aceitar o convite de Esperidião Araujo e Silva, Luiz Peterlini acaba por reafirmar uma fronteira étnica que estava sendo imposta entre os que eram descendentes legítimos dos italianos e aqueles que não, os que acabaram degenerando a etnia italiana ao também serem descendentes de outras etnias.

A heteronormatividade esta imposta no espaço onde homens se relacionariam entre seus pares de forma a não atacar a sexualidade vista como normal e correta, a hetero, expurgando qualquer comportamento desviante. Logo, a dança faria parte dos vários exemplos de companheirismo, mas que só seria aceita e posta em prática entre indivíduos que se viam como iguais.

Atuar dentro do caso pode nos remeter a situações que talvez tivessem sido corriqueiras dentro do cenário de Caxias do Sul. Muitos dos casos de violência e fortificação das fronteiras étnicas acabaram por não deixar um registro histórico para que possamos analisar, mas exemplos como os que estamos analisando servem para defendermos que o universo colonial de Caxias era diversificado e apresentava cenários de sociabilidades intensos e complexos.

Em nosso próximo caso finalizaremos nossa análise e tentaremos chegar a uma resposta mais concisa sobre as masculinidades e o papel de homens negros e italianos em Caxias do Sul. Nossa fonte será diversificada, no sentido de que atuaremos tanto com partes do processo-crime selecionado como do artigo em que ele foi previamente publicado.

3.3 “O receio de Maria Antônia Alves em declarar todas as minudências do crime”: o enforcamento de um preto na beira da estrada

Por meio do caso que apresentaremos, buscaremos elucidar mais profundamente como as masculinidades negras poderiam agir dentro da sociedade caxiense do final do século XIX e princípio do século XX. O referido processo¹⁰⁴ serviu de base para o artigo publicado na Revista História Unisinos¹⁰⁵, intitulado: “*Não tinha medo dos gringos*”: *violência e crime nas regiões de colonização italiana do Sul do Brasil*; escrito por Vendrame (2020). É através dessa fonte que iremos analisar mais uma história de violência a que tivemos acesso por meio de processo-crime. Também utilizaremos o referido

¹⁰⁴ APERS. Poder Judiciário. Civil e Crime. Processo-crime da comarca de Caxias do Sul – Civil e crime, nº 1081, maço 37, 1902.

¹⁰⁵ VENDRAME, Maíra Ines. “*Não tinha medo dos gringos*”: *violência e crime nas regiões de colonização italiana do Sul do Brasil*. História Unisinos, São Leopoldo, v. 24, n. 3, p. 502-515, set./out. 2020. Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/index.php/historia/article/view/hist.2020.243.13/60747966>. Acesso em: 18 abr. 2021.

para avançar na análise sobre o tema das masculinidades em Caxias do Sul, seus possíveis embates e a questão da racialização.

Narrando os acontecimentos envolvendo Adão Luiz dos Santos e um grupo de italianos que trabalhavam e viviam em Caxias do Sul, em 1902, Vendrame (2020) procurou entender os comportamentos relacionais entre nacionais negros e imigrantes italianos que moravam em áreas de colonização italiana no Rio Grande do Sul. Desse modo, seu objetivo consistiu em compreender os modos de pensar de tais pessoas, assim como a racionalidade que guiava os comportamentos desses indivíduos num espaço entendido pelos imigrantes como um território onde eles próprios deviam desfrutar de prerrogativas.

O ocorrido se passou em 1902, mais precisamente no dia quatorze de janeiro. De acordo com o delegado Ernesto Marsiaj, a cena do crime era horripilante, pois apresentava um homem de cor preta, seminu, caído sem vida no chão. Esse homem era Adão Luiz dos Santos e se encontrava com as mãos amarradas para trás, o que revela a incapacidade de defesa da vítima. Seu pescoço estava amarrado à chinha de um animal de tração.¹⁰⁶ Foi constatado que a causa morte seria o enforcamento, mas o indivíduo possuía diversas escoriações pelo corpo, o que indicava as violências que Adão teria sofrido antes de falecer.

Enquanto o corpo era encaminhado para o cemitério da Vila, quatro italianos eram apontados como principais suspeitos do crime. Os depoimentos dos réus, bem como o da viúva de Adão dos Santos, que presenciou o ocorrido, seriam decisivos para desvendar os motivos que levaram à morte daquele homem, apontado, nos autos do processo, como um negro que *arrotava bravura*. Contudo, para entendermos melhor as ocorrências encontradas no processo-crime, devemos também esclarecer algumas mudanças sutis, mas significativas no contexto político-social-administrativo de Caxias.

Como observado na fonte, Caxias do Sul havia se emancipado em 1890, devido ao seu rápido desenvolvimento. Juntamente com a emancipação da

¹⁰⁶ Chinha ou cincha: “Peça geralmente de couro, componente dos arreios, usada para apertar como uma cinta o lombilho ou o serigote, passando pela barriga do animal de montaria”. (BOSSLE, João Batista Alves. *Dicionário Gaúcho Brasileiro*. Porto Alegre, Artes e Ofícios, 2003, p. 155).

antiga sede colonial, ocorre uma mudança significativa nas estruturas e bases de comando da cidade. Isso se sucede devido às mudanças que forneceram aos italianos, que possuíam maior instrução e status, a chance para tomar posições de poder ao assumirem cargos públicos na cidade caxiense. Um desses imigrantes italianos, que estava à frente de um importante cargo público, era o então delegado Ernesto Marsiaj que, em 1902, abriu a investigação policial para apurar os fatos envolvendo a morte de Adão dos Santos. Como apontado por Vendrame (2020), todos os réus eram de nacionalidade e descendência italiana e atuavam aprimorando as estradas em torno de Caxias do Sul. Para realizar tal trabalho, o grupo de italianos pernoitava e se alimentava na residência de Valentino Bedin¹⁰⁷, italiano que morava próximo ao local de ofício de seus conterrâneos. Esses trabalhadores eram chefiados pelo italiano Hilário Jaconi, um dos réus do referido processo. Ferdinando Mori, Giuseppe Poggieri e Giovanni Ponte, também réus, eram os que atuavam aprimorando as estradas e estavam sob a chefia de Jaconi. Esses três réus – Ferdinando, Giuseppe e Giovanni – depuseram que se ocupavam como lavradores e que eram naturais da Itália, sendo, portanto, o serviço no conserto das estradas uma forma extra de adquirir alguma renda. Os dois primeiros eram casados e adultos, já Giovanni tinha apenas quinze anos e era solteiro.

A este grupo de italianos se juntou o trabalhador negro Adão Luiz dos Santos e sua companheira, Maria Antônia Alves. Segundo o relatório, realizado a partir dos testemunhos prestados, Adão seria um homem de gênio forte, e que injuriava as pessoas que estavam na casa de Valentino Bedin. Para a maioria dos depoentes, tais insultos ocorreram por terem oferecido a Adão uma casa para que pernoitasse com sua companheira, mas no mesmo espaço estariam seus demais companheiros de trabalho. Por sentir-se humilhado e envergonhado, com o fato de ter de passar a noite ao lado de sua companheira no mesmo espaço que os demais operários, os insultos teriam começado.

Por não suportar mais as condições em que se encontrava, Adão dos Santos decidiu abandonar o local de trabalho, tendo protestado sobre o que se passava. Não sabemos (e nunca saberemos) o teor exato das palavras trocadas entre aqueles trabalhadores, mas a fala de Adão foi considerada *desrespeitosa*

¹⁰⁷ O artigo não apresenta os dados de idade, profissão, estado civil, naturalidade e local de residência de todos os indivíduos do processo.

por seus companheiros brancos. Por tais motivos, Adão teve os seus braços amarrados por seus antigos companheiros de trabalho. Segundo o que consta na fonte, a intenção dos italianos seria levar Adão ao intendente de Caxias do Sul.

De acordo com os trabalhadores italianos, o negro teria gritado e feito muito barulho, ameaçando, continuamente, agredir a todos os presentes com uma bengala. Posteriormente, teria espancado sua companheira. Assim, com a justificativa de contê-lo, os trabalhadores italianos o imobilizaram para o entregar às autoridades caxienses. Depois de amarrar suas mãos e o prender à chincha de um cavalo, teria se iniciado o trajeto até as autoridades. Segundo os depoimentos, junto aos quatro italianos e ao irritado Adão, estaria sua esposa, Maria Antônia Alves. Percorrido certo trajeto do percurso, um laço foi amarrado ao pescoço do prisioneiro, e este aos cavalos que o conduziam.

Maria Alves buscou resistir ao que era feito, não aceitando que o laço fosse posto em seu companheiro. Contudo, os italianos não deram ouvidos à mulher, e o que se temia, por parte da vítima e de Maria Alves, ocorreu. Adão foi arrastado por um cavalo, sendo enforcado no processo. Para o delegado, Ernesto Marsiaj, a morte de Adão dos Santos foi motivada pela insensatez de Maria Alves. Segundo o delegado, a viúva tinha por intenção não deixar que seu companheiro passasse a vergonha de ser visto entrar na vila amarrado. Por agir de forma agressiva e em prantos contra um dos condutores, Maria teria assustado os animais, que acabaram partindo em disparada. Assim, para Marsiaj, a morte seria um fatídico acaso, sendo Maria a principal responsável pelo que se sucedeu. Segundo o que consta no processo, os condutores haviam amarrado Adão, pois temiam que ele pudesse escapar, de alguma forma. Mas se as mãos de Adão já estavam amarradas e conectadas ao cavalo, por que acrescentar um laço ou lenço ao seu pescoço? Provavelmente esse acréscimo fosse uma estratégia de linchamento, que só ocorreu pois o trabalhador negro, Adão, com as mãos e o pescoço amarrados ao cavalo, não teve a menor condição de se proteger do galope do animal. Só podemos imaginar o desespero de sua companheira, frustrada pela inutilidade de suas reclamações e incrédula pela crueldade racista ali manifestada, assistindo seu companheiro ser arrastado pela estrada, atado pelo pescoço à cela do animal.

Foi requerida, por parte do delegado Ernesto Marsiaj, a prisão preventiva do italiano Giuseppe P., imigrante que teria amarrado o laço no pescoço de Adão, pois Giuseppe teria afirmado que havia sido soldado, e sabia como amarrar preso. O artigo do Código Penal em que foram enquadradas suas ações foi o 297¹⁰⁸. Os demais italianos que estavam presentes, na ocasião, não foram considerados culpados pela investigação do delegado.

Alguns testemunhos afirmavam que Adão dos Santos era um homem mau, que sempre arrotava bravura, questionava a tudo e desafiava os outros, andando sempre armado. Tais palavras buscavam servir de justificativa para que os italianos tivessem tentado transferir Adão para as autoridades. É provável que tais depoimentos tenham tido por intuito encobrir a violência que era propagada contra aqueles que não agiam de acordo com o que era desejado pelos imigrantes e descendentes de italianos naquele espaço colonial.

Pelo fato de as testemunhas não terem informado as palavras proferidas por Adão, a referida autora entende que foram as atitudes do negro o que mais teriam revoltado e contraposto as normais sociais estipuladas pelos italianos. Portanto, ao não aceitar as condições de emprego e afirmar saber degolar por ter sido maragato¹⁰⁹, Adão dos Santos quebrou barreiras impostas dentro daquela sociedade.

As ações de Adão dos Santos remetem a que, como apontado por Sueann Caulfield (2000), a honra também estava vinculada às questões sexuais, principalmente quando a figura da mulher estava envolvida. Assim, quando Adão recusa aceitar pernoitar, ao lado da esposa, perto de outros homens, poderia estar entendendo que deveria proteger e exercer controle sobre sua parceira. Desse modo, evitando que sua companheira estivesse, constantemente, na

¹⁰⁸ Artigo 297 do Código Penal: Aquelle que, por imprudencia, negligencia ou impericia na sua arte ou profissão, ou por inobservancia de alguma disposição regularmentar commetter, ou for causa involuntaria, directa ou indirectamente de um homicidio, será punido com prisão cellular por dous mezes a dous annos. Código Penal da República dos Estados Unidos do Brazil de 1890, escrito com a ortografia corrigida. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-847-11-outubro-1890-503086-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 15 abr. 2021.

¹⁰⁹ Segundo Marcio Antônio Both da Silva (2006), eram denominados maragatos os membros das forças revolucionárias “portanto opositoras ao governo que, por sua vez, era identificado com a palavra chimango. Ambas as palavras à princípio carregavam um conteúdo pejorativo, mas, como é comum nas relações entre grupos sociais, com o tempo passaram a ser símbolos de identidade e orgulho.” Logo, Maragatos, ou federalistas, foi o nome de grupo de revoltosos que participaram da Revolução Federalista ocorrida no Rio Grande do Sul na última década do século XIX.

presença de outros homens. Como Bourdieu (1999) afirma, ser homem também consistia em dominar a sexualidade de suas parceiras e controlar a reprodução, as conservando longe dos encantos de outros machos. As atitudes de Adão dos Santos parecem ir ao encontro com as ideias apresentadas pelo referido autor.

A questão étnica-racial também marcava o grupo de operários, o que se tornaria muito evidente ao interseccionarem o homem Adão, com sua epiderme negra. Características físicas são utilizadas como uma maneira de classificar (VENDRAME, 2020, p. 505). Também vemos aspectos de etnicidade no comportamento dos agentes desse caso, assim como entendemos esses aspectos comportamentais como forma de racializar.

Concordamos com Vendrame (2020) quando afirma que a violência encontrada no caso remete a um ritual de humilhação, e entendemos que o episódio acima relatado é ocasionado, entre outros fatores, pelos embates das masculinidades presentes. Pois, ao agir da forma como foi apresentado nos testemunhos, Adão buscou confrontar o papel dominante e as masculinidades dos italianos. Logo, combatia a masculinidade do grupo hegemônico local, bem como seus paradigmas sociais. Essas ações acionavam um alerta que era interpretado, por parte dos italianos, como um risco a sua hegemonia masculina, em Caxias do Sul. Portanto, aceitar as ações que, supostamente, Adão teria realizado, seria aceitar a perda da honra, prestígio social, e correr o risco de ser apontado como menos viril que um homem negro. Assim sendo, tais indivíduos iriam perder poder em seu meio o que, para a sociedade estudada, também significativa a perda de hombridade e honra, pois perderiam uma oportunidade de se mostrar mais homem que os seus pares. E a honra, como já mencionado, era interpretada de modo próprio dentro da comunidade italiana e tinha um valor palpável para os agentes aqui apresentados.

São fortes os indícios que levam a crer que os réus poderiam ter combinado seus depoimentos. Talvez, sendo possível que os culpados pela morte de Adão tenham sido orientados pelo próprio delegado que investigava o caso. O mesmo, também não recolheu o depoimento de Maria Alves, companheira do falecido Adão.

Somente ao buscar a intervenção do promotor público, Herculano Montenegro, a viúva foi devidamente ouvida. Foi então que a mulher explicou sua versão da morte de seu companheiro, ocasionando críticas por parte da

promotoria aos procedimentos feitos pelo delegado Marsiay, o qual acabou por realizar novas investigações sobre o caso. Segundo a análise feita pela autora do artigo,

[...] porém, nada de novo foi acrescentado, a não ser a afirmação de que havia “receio de Maria Antônia Alves em declarar todas as minudências do crime”. Tudo indica que a viúva tenha se mostrado receosa em fazer as mesmas declarações ou acusações quando da conversa com o promotor público. (VENDRAME, 2020, p. 506).

Assim, para Vendrame (2020), Maria não confiava no delegado de Caxias, Ernesto Marsiay, e foi a falta de confiança que a levou a se queixar ao promotor público Herculano Montenegro. As palavras da viúva contradiziam os dados levantados, até então, pela investigação feita pelo delegado de Caxias do Sul, que, praticamente, inocentava todos os responsáveis pelo assassinato de Adão dos Santos. Segundo o testemunho de Maria, relatado ao juiz da comarca, na noite em que ocorreu o crime, ela teria sido procurada por José Jaconi, irmão de um dos réus (Hilário), e esse teria solicitado que Maria comparecesse no local de trabalho no dia seguinte, para que recebesse o salário do falecido marido. Segundo Jose Jaconi, ela receberia, além do que era devido a seu finado esposo, todo o dinheiro destinado ao trabalho realizado por Hilário Jaconi, então chefe dos operários que trabalhavam na melhoria das estradas em torno da região de Caxias do Sul, desde que não o envolvesse no assassinato de seu marido. Segundo a viúva, esse seu relato já havia sido feito ao delegado Marsiay, mas o mesmo nada tinha feito.

Orlando Wanderley Caldas, brasileiro, professor particular e morador de Caxias, afirmou que as declarações dos italianos eram falsas, visto que os cavalos teriam sido incitados a saírem em disparada após um dos imigrantes acertar os animais com três laços. Segundo ele, o delegado também não teria dado atenção às palavras de Maria Alves, afirmando que o pagamento prometido à viúva não mudava o caso e a investigação por ele levantada.

Segundo Antônio Azambuja, brasileiro também residente de Caxias, existiam conflitos entre Adão dos Santos e os imigrantes italianos. Quando Azambuja se dirigiu, dias após a morte de Adão, até a promotoria, encontrou no local uma mulher de cor parda, chamada Maria Alves. Naquela circunstância, a viúva Maria relatava que os imigrantes acabaram gerando os desentendimentos

iniciais, pois reclamavam do *cheiro de catinga* que o negro Adão exalava. Assim, teria sido essa injúria e as discussões do dia seguinte, entre Adão dos Santos e os quatro italianos, que levaram ao episódio aqui relatado.

O caso apresenta “[...] a existência de uma divisão baseada numa rivalidade étnica, sendo a questão racial também um dos aspectos motivadores do conflito entre os italianos e o ‘negro’ Adão”. A reação deste pode ser vista como uma resposta ao “[...] não reconhecimento de certa dignidade e respeito que desejava dispor entre os ‘operários italianos’”. (VENDRAME, 2020, p. 507). Segundo Monsma (2016), as animosidades presentes nas relações interétnicas entre indivíduos negros e imigrantes italianos, se dava, principalmente, quando a população negra do oeste paulista não aceitava as condutas sociais que acabavam os humilhando e inferiorizando. Para Vendrame (2020),

[...] busca-se analisar através de situações conflituosas, o fortalecimento de determinadas hierarquias sociais e controles étnicos em zonas de colonização italiana. É preciso avaliar como em tais espaços os sujeitos de cor – pardos e negros – no período da Primeira República, reagiram às questões relacionadas aos preconceitos raciais, aos controles e as restrições nos espaços de sociabilidade e trabalho, bem como buscaram garantir, através do recurso da justiça, alguns direitos e assistência. (VENDRAME, 2020, p. 507).

Acreditamos que as formas de agir e reagir dos indivíduos negros, que apresentamos nesse capítulo, fossem gatilhos responsáveis por tais conflitos. Entretanto, a cultura italiana e suas mais diversas e complexas formas de interpretar o mundo também ocasionavam a violência, pois ela era entendida como legítimo meio de reparação do espaço social. Tal afirmação se sustenta ao elencarmos a análise desse, e dos casos anteriores, às pesquisas que interseccionam as ações dos homens levando em consideração as diversas formas de se entender as masculinidades. Do mesmo modo, podemos também sustentar essa afirmação com base nas pesquisas dos campos do pós-abolição e imigração¹¹⁰. Portanto, acreditamos que as questões raciais têm um importante peso dentro desses conflitos, mas elas não eram as únicas motivadoras dos

¹¹⁰ Tomamos a liberdade de não realizarmos referências nesse espaço. Em toda nossa pesquisa foi apontada uma vasta gama de autoras e autores que contribuíram para essas temáticas, todas, tão caras a nossa análise. Portanto, não entendemos como justo, nesse momento, darmos créditos apenas a um grupo pequeno de pesquisadoras e pesquisadores, pois a um universo vasto que compõem e contribuiu para o presente trabalho.

desentendimentos entre homens negros e homens italianos, ainda que fossem, provavelmente, um de seus principais alicerces.

Como anteriormente apontado, o juiz da comarca recebera a visita de Maria Alves, e após ter conhecimento dos fatos relatados pela então viúva, entendeu que foram postas em prática formas de se atrapalhar o trabalho da justiça. Tudo apontava que os culpados seriam responsabilizados, agora que os acontecimentos passaram a outra instância de poder. Entretanto, devido a “[...] mudanças no comportamento da viúva em relação aos acusados” (VENDRAME, 2020), uma nova situação se apresentou. Maria Alves não aceitou a tentativa de suborno. Contudo, quando foi solicitado, deixou de fornecer um depoimento que contribuiria para a condenação dos prováveis responsáveis pela morte de seu marido. Mesmo que a fonte não revele, é provável que um acordo privado, entre as partes envolvidas, tenha ocorrido.

Ponderamos que Maria Alves poderia estar aceitando o suborno por temer um atentado contra sua vida, ou simplesmente por ter consciência de ser uma mulher negra/parda vivendo em um meio de colonização italiana. Quais as opções de trabalho que uma mulher parda ou negra teria dentro de Caxias do Sul e região, por volta de 1902? Como ela poderia ganhar e gerenciar os seus recursos para o dia a dia? Quais as chances de conseguir emprego na sociedade local após o ocorrido? É possível que parte desses questionamentos, todos eles ou muitos outros, tenham se passado pela cabeça da mulher apontada no processo como a parda Maria. Acreditamos que foram tais possibilidades e entendimentos, de como funcionava a sociedade em que vivia, que levaram a viúva de Adão dos Santos a agir de tal maneira. Além de todos os questionamentos aqui levantados, também podemos supor que, por não estar condicionada, no que Bourdieu (1999) aponta como a cilada da virilidade, Maria não se sentia impelida a se vingar fisicamente, da mesma forma que, talvez, João dos Santos sentiria, caso sua mulher houvesse morrido.

Contudo, diferentemente dos casos anteriormente apresentados, mesmo sem Maria Alves auxiliar para incriminar os italianos, os quatro réus estiveram diante do tribunal. Hilário Jaconi foi apontado, inicialmente, como mandante do crime, mas acabou inocentado. Giuseppe Poggieri foi considerado inocente por não encontrarem provas contra sua pessoa, enquanto Giovanni Ponto e Ferdinando Mori acabaram sendo condenados a um ano e um mês de prisão. A

princípio, os três foram considerados cúmplices do assassinato de Adão dos Santos, mas apenas dois deles acabaram por ser condenados.

Nas regiões coloniais, as práticas de violência contra indivíduos negros poderiam ser mais frequentes, mais até do que a própria documentação pode nos apresentar. (VENDRAME, 2020). Afinal, muitos dos desentendimentos envolvendo nacionais e italianos podem ter sido resolvidos prontamente, não deixando registros documentais dos embates e práticas de violência cotidianas para defender a honra e as masculinidades dos indivíduos envolvidos em disputas.

Para entender mais as perseguições a brasileiros, nos locais de imigração, Vendrame (2020) baseia-se nas palavras de Norbert Elias (2000), quando o autor busca compreender a visão de superioridade que indivíduos de uma região podem propagar ao passarem a dividir o espaço que ocupam, com um novo grupo de pessoas. Mesmo que os imigrantes italianos tenham feito assentamentos nas regiões de colonização, como Caxias, se tornado o grupo étnico mais presente naquele espaço, seria correto afirmar que eles foram os primeiros a circular por aquela região e se fixar no local? Trabalhos como o de Gomes (2008) nos mostram que, apesar de os italianos serem os primeiros a, definitivamente, se fixarem no local e procurarem se desenvolver na região, foram seguidos de perto por diversos outros grupos étnicos, entre eles, os de nacionais negros. Em seu artigo, Vendrame (2020) afirma que nacionais também ganharam lotes de terra ao aproveitarem as brechas fornecidas na distribuição de lotes colônias.

Contudo, pela atual limitação do acesso as fontes devido à pandemia, não podemos afirmar que famílias negras viviam em Caxias do Sul, desde seu mais tenro princípio, tendo assim, recebido parte dos lotes de terras destinados aos imigrantes. O que não acreditamos que iria contrapor a ideia de que o grupo etnicamente majoritário daquele espaço ainda seriam os italianos.

Certamente, outros homens e mulheres já circulavam na região quando as primeiras levas de imigrantes chegavam da Itália, pois, como ficou claro, dentro das pesquisas envolvendo Caxias do Sul, como a de Gomes (2008), essa foi uma região escolhida para os imigrantes pela província gaúcha. Logo, podemos supor que pessoas já circulavam nos arredores do local que seria, futuramente, Caxias do Sul. Contudo, foram os italianos que fizeram do local sua

nova morada, aproveitando dos recursos da terra e ali desenvolvendo-se. Como apontado anteriormente, o rápido desenvolvimento caxiense fez com que a vila passasse ao status de cidade em pouco tempo, sendo, em 1890, emancipada. O que nos faz perceber a provável contenção de recursos financeiros revestidos em diversos privilégios sociais que estavam resguardados nas mãos italianas.

Todavia, baseado no que aqui foi exposto, supomos que a crença de superioridade étnica-racial seja apresentada não apenas pelo tempo de permanência em uma determinada região e nas diferenças culturais e físicas existentes entre os diversos grupos que habitam um espaço, mas, também, na diferença dos recursos dos grupos étnicos que vivem nessa localidade. Logo, concordamos com Elias (2000), quando o autor afirma que um grupo étnico, que se mantenha por longos períodos em um local, terá diversas vantagens sobre os que recém chegaram naquele espaço, mas não entendemos isso como regra.

Rosa (2019) e Lilia Schwarcz (1993) informam que para a sociedade brasileira das primeiras décadas da República, o indivíduo negro era uma figura ligada à barbárie.

Enquanto as autoridades públicas defendiam a criação de condições para o desenvolvimento das colônias agrícolas povoadas por trabalhadores europeus, os ex-cativos eram tratados como “vagabundos”, “inaptos”, “algozes de si mesmos”, problemas que deveriam ser resolvidos ou pela manutenção da antiga tutela senhorial ou pela polícia e leis antivadiagem. (ROSA, 2019, p. 75).

Diferentes eram os modelos, diversas eram as decorrências teóricas. Em meio a um contexto caracterizado pelo enfraquecimento e final da escravidão, e pela realização de um novo projeto político para o país, as teorias raciais se apresentavam enquanto modelo teórico viável na justificação do complicado jogo de interesses que se montava. Para além dos problemas mais prementes relativos à substituição da mão de obra ou mesmo à conservação de uma hierarquia social bastante rígida, parecia ser preciso estabelecer critérios diferenciados de cidadania. (SCHWARCZ, 1993, p. 18).

Enquanto o imigrante representava o progresso, os nacionais negros lembravam as elites de um longo passado ligado ao escravismo, portanto, estavam associados ao atraso e a desordem. Ao tratar sobre esse aspecto, Vendrame (2020) argumentou que atribuir ao nacional negro características negativas, acabou auxiliando para se fomentar práticas de controle social sobre esse grupo de indivíduos nos espaços de colonização europeia. Entre tais práticas estavam as mais diversas formas de violências realizadas por italianos.

Assim, “[...] os imigrantes italianos passaram a partilhar da percepção de inferioridade dos brasileiros de cor”. (VENDRAME, 2020, p. 509).

Entender a percepção de superioridade que os italianos e descendentes partilhavam em relação aos nacionais negros é de extrema importância para que possamos compreender os conflitos ocorridos entre tais grupos na sociedade em Caxias do Sul. Tal percepção encontrava fundamentação nas ideias científicas e eugenistas que já se espalhavam, no período, pelos Estados Unidos, Europa e em terras brasileiras graças a figuras como Conde de Gobineau. (SILVEIRA, 2005).

Devemos atentar que a noção de superioridade racial, que os imigrantes italianos de Caxias partilhavam, dizia respeito também aquela que era fomentada por uma sociedade que vivenciou quase quatro séculos de escravidão em seu território. De acordo com Barth (2000), os grupos étnicos acabam por incorporar partes das culturas com que entram em contato, modelando sua própria cultura ao se apropriar do que lhes convém. Logo, se adaptando às novas realidades, criando sua própria noção do nós e dos outros através do contato direto com os estrangeiros que circulam pelas fronteiras étnicas. Essa mesma ideia nos permite entender que seria possível incorporar costumes que antes eram estranhos a um grupo, mas que, aos poucos, ganharam espaço em uma nova sociedade. O mesmo, seria possível apontar, para as mais diferentes formas de se interpretar as diversas realidades e etnias, e incluímos aí, os preconceitos que uma cultura poderia passar a outra.

Portanto, não seria de se espantar que, ao delegar privilégios ao novo grupo que ocupava as áreas devolutas no território gaúcho, e ao apontar os nacionais negros como representantes do atraso, a violência contra os últimos estivesse sendo respaldada pelo próprio estado e nação. Logo, as ações e formas de se pensar e agir, extremamente racializadas, e racialmente hierarquizadas, dos diversos grupos que interagem na Serra Gaúcha e proximidades, garantiam que a desigualdade e a violência se perpetuassem, continuamente, contra a população negra.

Entretanto, não estamos defendendo que os imigrantes italianos não possuíam preconceito contra outros grupos étnicos. Os casos que apresentamos são apenas alguns dos possíveis de serem usados de exemplo para analisarmos as relações interétnicas violentas, as masculinidades e a racialização desse

período. Como informado anteriormente, a maioria dos embates entre indivíduos negros e imigrantes italianos não deve ter sido registrada, pois não se tornaram denúncias públicas.

A violência sofrida por Adão dos Santos ainda pode apresentar indícios muito significativos sobre a racialização presente em Caxias do Sul. Além da cor dos indivíduos, o cheiro também apresentava um aspecto que poderia servir como estigma e, portanto, meio de inferiorizar os homens e as mulheres negras que viviam na região. No processo-crime envolvendo Adão e os quatro italianos, isso ficou evidenciado quando uma das testemunhas, Antônio Azambuja, afirmou que os conflitos se deram por desentendimentos e injúrias que Adão teria sofrido, entre elas, ser apontado como possuidor de uma forte *catinga*. De acordo com Vendrame (2020), a menção ao cheiro é utilizada como um demarcador simbólico da diferença e uma maneira de inferiorizar Adão. A *catinga* representa a própria presença de um *outsider* naquele espaço. Logo, Adão é um homem negro que partilhava dos privilégios que deveriam ser abarcados apenas pelos italianos. Portanto, ao estar entre trabalhadores imigrantes e ao ocupar o espaço de trabalho que poderia e, no entendimento dos italianos, deveria ser ocupado por seus pares, Adão dos Santos se torna visível, portanto, uma ameaça que deve ser combatida. O que levou ao episódio de violência aqui exposto. O cheiro também poderia representar a impureza que contaminaria os aspectos morais de uma sociedade, portanto, identificar suas origens e combatê-las seria necessário para purgar os ambientes infestados. (DOUGLAS, 1976 apud VENDRAME, p. 510, 2020).

Em contrapartida às injúrias que sofria, as ações de Adão dos Santos reafirmam a postura de alguém que busca igualdade e respeito dos colegas de trabalho. Ao afirmar ser maragato e saber degolar, Adão estava assumindo a identidade dos homens que participaram da Revolução Federalista (1893-1895), e, portanto, buscando exigir respeito diante de seus companheiros de trabalho.

Do mesmo modo, quando apontou saber degolar, Adão estava impondo sua masculinidade, ao tentar se mostrar tão homem quanto os italianos presentes. Adão dos Santos não aceitou o tratamento que o colocou numa posição inferior, atacando sua honra e masculinidade. Devemos nos atentar que, do mesmo modo que os italianos apresentados nos casos anteriores, Adão

também parece compreender que sua virilidade deveria ser vista e atestada pelos companheiros de trabalho.

As palavras violentas que Adão teria proferido, ao afirmar saber degolar e ter participado de uma guerra, são aspectos que reforçariam sua masculinidade. Por manifestar valentia e demandar por tratamento respeitoso, Adão acabou se tornando alvo de punição violenta por parte de um grupo de italianos.

No que tange aos custos e às consequências, pesquisas em criminologia mostraram como padrões particulares de agressão eram ligados com a masculinidade hegemônica, não como um efeito mecânico do qual ela fosse a causa, mas através da busca pela hegemonia. Além disso, a pesquisa pioneira de Messner mostrou que a colocação em ato da masculinidade hegemônica nos esportes profissionais, ao mesmo tempo que reproduz hierarquias exageradas, também vem com custos consideráveis para os vitoriosos, em termos de danos emocionais e físicos. (CONNELL; MESSERSCHMIDT, 2013, p. 247).

Nesse sentido, a masculinidade hegemônica é provedora da violência. Muchembled (2012) também ressaltou, em sua pesquisa, que são os homens os principais causadores dos conflitos e assassinatos. Eles ocorrem geralmente em prol da hegemonia masculina em um determinado espaço, conforme ressaltaram Connell e Messerschmidt (2013). Os mesmos autores ainda afirmam que a masculinidade hegemônica acabaria por subalternizar as demais formas de masculinidade, delegando essas às margens sociais.

Entretanto, nossa pesquisa acabou por indicar que as masculinidades, mesmo que estivessem em algum grau subalternizadas, não estavam incapacitadas de lutar por espaço e hegemonia. As masculinidades em Caxias do Sul estariam em constante conflito, e, mesmo no que diz respeito à masculinidade hegemônica, a necessidade do conflito se fazia vital, pois as demais formas de masculinidades buscavam tomar o lugar de hegemonia. Mesmo a masculinidade hegemônica estava em constante alerta e com medo de perder sua dominância no espaço em que habitava, tendo consciência da fragilidade de seus alicerces, que são mutáveis.

Nacionais negros, como Adão dos Santos e Maria Alves, buscaram utilizar estratégias e tomar ações que renegavam a imagem de não cidadãos que recaía sobre a população negra do Rio Grande do Sul, durante a Primeira República e o pós-abolição. Dessa forma, ao se aproximar das instituições de poder como a

Justiça, e buscar seu amparo legal, demandaram por igualdade de direitos e legitimidade social. (VENDRAME, 2020). Para Carneiro (2018), utilizar-se da justiça era um risco para a honra que nem todos estavam dispostos a correr. Pois, buscar reparar a honra através da intervenção judicial poderia ser interpretado como incapacidade por parte do ofendido “[...] de restaurar pessoalmente sua honra através da vingança, visto trazer para a disputa algo externo a ela”. (CARNEIRO, 2018, p. 26-27). Sendo também possível que, “Pedir indenizações e desculpas são procedimentos que podem colocar a honra em risco se o ofendido sair perdedor num processo”. (CARNEIRO, 2018, p. 26-27).

Assim, ficam mais evidentes as razões que poderiam levar os nacionais, em zonas de colonização italiana, como Caxias do Sul, a buscar pela justiça legal para reparar danos a sua pessoa. Estando em um ambiente composto, em sua maioria, por imigrantes italianos, nem sempre seria sábio confrontar esses indivíduos em seu próprio jogo. Desse modo, os nacionais buscavam resguardar sua honra através da intervenção judicial, pois correriam menores riscos de represália, por parte dos italianos.

Acreditamos que os imigrantes italianos e descendentes sentiam-se impelidos a confrontar os brasileiros nos casos apresentados anteriormente. Com a abolição da escravidão, os homens negros estavam legalmente no mesmo patamar que os demais brancos, o que, por si só, conferia àqueles o direito de competir por espaço social. Diferentemente do que é observado por Connell e Messerschmidt (2013), onde os referidos autores apresentam a noção de masculinidades subalternizadas à masculinidade hegemônica, acreditamos que a masculinidade do homem negro, do período e localidade que estamos estudando, estava em processo contínuo de conflito e adaptação, buscando ou não, a hegemonia masculina local e encontrando formas próprias de compreender e expressar suas masculinidades.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho se concretizou ao cumprir diversos desafios, sendo cada capítulo e subcapítulo, aqui desenvolvido, representantes de um todo que priorizou responder questões pertinentes as masculinidades, honra e racialização de homens negros e brancos que transitavam em Caxias do Sul entre os anos de 1899-1910. Buscou-se, com amparo metodológico e fontes apropriadas, analisar experiências sociais através da convergência entre os campos da imigração, pós-abolição e gênero. Para tanto, usou-se de resquícios históricos distintos, tendo em mente os benefícios que a matização das fontes apresenta a arte de se pesquisar e escrever História. Desse modo, foram selecionados três impressos que circulavam na Caxias do Sul entre os finais do século XIX e primeira década do século XX, assim como três processos-crime, da Comarca de Caxias do Sul, que abrange esse mesmo período.

O intuito primário desta dissertação se deu em responder a problemática de pesquisa: quais formas de masculinidades eram expostas nas relações interétnicas na Caxias do Sul dos fins do XIX e princípios do XX? Do mesmo modo, buscou-se compreender: O que era a masculinidade para os homens negros e italianos que viviam em regiões serranas como Caxias do Sul e como ela era expressada e defendida? Como a racialização se fazia presente nas relações interétnica entre negros e imigrantes italianos? Essas questões nortearam o trabalho aqui apresentado e, portanto, a seleção de nossas fontes e aporte teórico-metodológico, que buscou sugestões de análise e suporte na micro-história italiana, foram escolhidas e utilizadas tendo com objetivo final responder a tais perguntas.

Portanto, os objetivos desta pesquisa se configuraram em realizar um estudo sobre as relações interétnicas entre indivíduos negros e imigrantes italianos, tendo como foco episódios que revelem as diversas formas de se entender e se expressar as masculinidades negra e branca. Usando das relações interétnicas para compreender como a racialização poderia se fazer presente dentro das relações entre os indivíduos e grupos étnicos que aqui atuam como objeto de pesquisa. À medida que buscou-se atuar sobre tais objetivos se fez necessário analisar e compreender como o ataque a honra poderia servir de gatilho para o conflito entre homens negros e italianos, bem

como se atuou de modo a investigar as relações diversas entre mulheres e homens de Caxias do Sul e quais as formas de violências que solidificaram uma dominação masculina sobre a figura feminina, assim como elas poderiam ser geradas a partir desses contatos. Desse modo, atua-se, nesta dissertação, na compreensão das masculinidades negra e branca que habitavam a região analisada, no período a fim de combater a (in)visibilidade propagada sobre indivíduos negros de nosso estado; enriquecer os debates acerca da imigração, pós-abolição e gênero, tendo consciência que não estamos esgotando ou dando por encerrado os levantes que aqui foram expostos.

Entendeu-se que em meio a conflitos, o negro buscou, em algum sentido, se enquadrar no modelo de masculinidade hegemônica, mas por não ser o que a sociedade entendia por homem, acabou por criar formas próprias de entender a sua masculinidade, e de a expressar, seja através de atos de honra e virilidade, ou não. Temos, como exemplo, as ações de Hilario, quando esse não se deixou afrontar pelos italianos, mas também não fez uso da arma que portava. Podemos ver, nesse exemplo, resquícios de ações que indicam aspectos ligados a honra e a virilidade. Do mesmo modo, sua forma de interpretar e entender o que era honrado e o que compunha ser homem, não o permitiu fazer uso da espada que portava para se defender.

Entretanto, também é possível que Hilario não tenha atacado Mocelin e os demais italianos por saber o enorme risco que tal ação acarretaria para sua vida. Afinal, ao que o processo-crime indica, ele viveria nos Campos de Cima da Serra, mas se ausentava de sua vila sempre que necessário, para acompanhar o Delegado de Polícia de que era *camarada* e fazer a sua proteção. Logo, supunha-se que ele poderia, em suas andanças, ter contato com os conhecidos e familiares de qualquer italiano que ele ferisse. Algo que por si só, poderia findar ou colocar em risco a sua vida.

Assim, entendemos que as ações, dos agentes aqui apresentados, eram pensadas e não ocorriam por acaso. Mesmo os rompantes de fúria masculina poderiam ser premeditados em algum sentido, servindo para intimidar e tentar deslegitimar a virilidade alheia enquanto se buscava reafirmar a virilidade do agressor, lhe angariando mais prestígio através da honra e atos de violência. Como no caso de Esperidião e os irmãos Peterlini, onde a violência, por parte dos imigrantes, estava sendo legitimada e servindo de comunicação aos

presentes. Dessa forma, uma mensagem era passada à sociedade em Caxias, legitimando a hegemonia masculina nas mãos italianas e fomentando barreiras étnicas que determinavam quem poderia fazer uso de certos rituais de camaradagem e ocupar os espaços sociais como as casas de negócios.

No caso de Adão dos Santos e dos quatro italianos, vemos uma forma muito impactante de busca por legitimidade e igualdade social. As ações de Adão o levaram à morte, pois eram entendidas como violências diretas às famílias e homens italianos de Caxias do Sul. Sendo assim, não era aceitável, para a comunidade imigrante, que indivíduos negros procurassem afrontar as masculinidades dos italianos através de ações que legitimassem a igualdade étnica, naquele espaço. O caso de Adão dos Santos também nos mostra que a união de diversas etnias, dentro do campo de trabalho, poderia ser um desafio para a sociedade do período, pois desavenças e diversas formas de violência poderiam acabar por surgir, solidificando as barreiras étnicas existentes.

Outro ponto de destaque foi a atuação de Herculano Montenegro, dentro do contexto de Caxias. O promotor público e proprietário do jornal *Gazeta Colonial* atuava tanto combatendo o PRR dentro do território, quanto buscando confrontar os privilégios que a proteção fornecida pela coalizão italiana visava garantir aos imigrantes. Portanto, Montenegro agia de modo a incriminar os italianos, confrontando e questionando as demais autoridades que amparavam a comunidade de imigrantes e respaldava os crimes cometidos por tal etnia, em Caxias do Sul.

Por fim, ao analisar os processos criminais apresentados neste trabalho, entende-se que as masculinidades não variavam apenas entre grupos étnicos, mas também de indivíduo para indivíduo. Enquanto homens como Hilario Ferrugem poderiam não fazer uso de violências verbais ou físicas para defender sua honra ao enfrentar imigrantes italianos, outros sujeitos, como Adão dos Santos, utilizaram-se de uma postura mais enérgica e conflituosa, confrontando, assim, diretamente o grupo étnico que dominava aquele espaço, bem como a masculinidade que ali exercia uma hegemonia. Nossa análise aponta que as masculinidades não eram apenas pluralmente étnicas, mas acionadas individualmente em seus respectivos contextos, com cada homem a interpretando e expressando de forma particular. Elas também eram mutáveis, se adaptando de acordo com as circunstâncias apresentadas. Logo, nem

sempre um indivíduo iria procurar reafirmar sua masculinidade e virilidade, ou, ao menos, não faria isso de forma considerada violenta e ofensiva, pois ponderava o peso de tais ações, como visto no caso de Hilario Ferrugem.

Ainda é possível, e se faz necessário, que ampliemos as discussões a respeito das temáticas aqui abordadas em pesquisas futuras. Os temas e conceitos aqui trabalhados poderão ser elucidados em outros estudos desenvolvidos por novas autoras e autores. Nesse sentido, não acreditamos que os debates aqui levantados tenham sido encerrados em qualquer sentido. Nosso foco principal sempre consistiu em ampliar a discussão acerca dos temas debatidos na presente dissertação, procurando, assim, contribuir, mesmo que minimamente, para futuras discussões e pesquisas.

LISTA DE FONTES

13 DE maio. **Correio do Município**, Caxias do Sul, ano 9, n. 756, 13 mai. 1909. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=882283&pesq=13%20de%20maio&pagfis=137>. Acesso em: 28 mai. 2020.

A COR na política – depuração de um preto. **Gazeta Colonial**, Caxias do Sul, ano 4, n. 169, (ilegível) 1909. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=237302&Pesq=depuracao%20de%20um%20preto&pagfis=89>. Acesso em: 27 mai. 2020.

A ORIGEM do negro. **Gazeta Colonial**, Caxias do Sul, ano 4, n. 173, p. 1, 24 abr. 1909. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=237302&pesq=pelos%20negros&pagfis=105>. Acesso em: 23 mai. 2020.

APERS, ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. APERS. Poder Judiciário. Cível e Crime. Processo-crime da comarca de Caxias do Sul – Cível e crime, nº 1035, maço 34, 1899.

APERS, ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Poder Judiciário. Cível e Crime. Processo-crime da comarca de Caxias do Sul – Cível e crime, nº 1081, maço 37, 1902.

APERS, ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Poder Judiciário. Cível e Crime. Processo-crime da comarca de Caxias do Sul – Cível e crime, nº 1130, maço 40, 1905.

AZEVEDO, Arthur. Foi melhor assim. **Correio do Município**, Caxias do Sul, ano 8, n. 787, 28 fev. 1909. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=882283&pesq=foi%20melhor%20assim&pagfis=61>. Acesso em: 13 fev. 2020.

BANDIDO. **Correio do Município**, Montenegro/ Caxias do Sul, ano 10, n. 66, 06 nov. 1910. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=225592&PagFis=393&Pesq=bandido>. Acesso em: 28 mai. 2020.

BOEIRA, B. S. **Correio do Município**, Caxias do Sul, ano 8, n. 743, 25 de mar. 1909. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=882283&Pesq=Carreteiro%20perigoso&pagfis=86>. Acesso em: 14 abr. 2020.

CARRETEIRO perigoso. **Correio do Município**, Caxias do Sul, ano 8, n.789, 4 de fev. 1909. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=882283&Pesq=Carreteiro%20perigoso&pagfis=33>. Acesso em: 23 jan. 2020.

CHAGAS, Pinheiro. A liberdade. **Correio do Município**, Caxias do Sul, ano 8, n. 140, 15 mar. 1909. Disponível em:

memoria.bn.br/DocReader/cache/558508216974/10000073-20Alt=003096Lar=001884LargOri=002113AltOri=003472.JPG. Acesso em: 21 jun. 2020.

COMO sóe acontecer aqui, a data 13 de Maio, passou despercebida, **Correio do Município**, Caxias do Sul, ano 11, n. 757, 16 mai. 1909. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=882283&pesq=13%20de%20maio&pagfis=141>. Acesso em: 28 mai. 2020.

DEPUTADO negro. **Gazeta Colonial**, Caxias do Sul, ano 4, n. 173, 08 mai. 1909. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=237302&Pesq=No%20congresso%20nacional%20o%20deputado%20negro&pagfis=115>. Acesso em: 27 mai. 2020.

O CASO Longaretti. **Gazeta Colonial**, Caxias do Sul, ano 3, n. 131, 7 nov. 1908. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=237302&pesq=diogo%20salles&pagfis=16>. Acesso em: 04 mai. 2020.

PELOS negros. **Gazeta Colonial**, Caxias do Sul, ano 4, n. 170, p. 1, 27 mar. 1909. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/cache/355709575761/1000093-20Alt=003148Lar=001884LargOri=002101altOri=003511.JPG>. Acesso em: 27 mai. 2020.

PRESIDENTE preto. **Gazeta Colonial**, Caxias do Sul, (ilegível), 1909. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=237302&Pesq=depura%c3%a7%c3%a3o&pagfis=89>. Acesso em: 27 mai. 2020.

REGISTRO Aureo. **Correio do Município**, Caxias do Sul, ano 8, n. 726, 21 jan. 1909. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=882283&pesq=negro,%20mulato,%20crioulo,%20moreno,%20africano,%20cabloco&pagfis=21>. Acesso em: 01 dez. 2019.

SMILES, S. O trabalho. **O Cosmopolita**, Caxias do Sul, ano 1, n. 12, p. 1, 19 out. 1909. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=882550&pesq=o%20trabalho&pagfis=47>. Acesso em: 13 mar. 2020.

REFERÊNCIAS

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma história única**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

AVELAR, Alexandre de Sá. Traçando destinos: desafios narrativos e éticos da biografia histórica. In: ECONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA POLÍTICA, 1., 2015, Fortaleza. **Anais eletrônicos** [...]. Fortaleza: Universidade Estadual do Ceará, 2015. Disponível em: https://www.academia.edu/18239809/Tra%C3%A7ando_destinos_desafios_narrativos_e_%C3%A9ticos_da_biografia_hist%C3%B3rica. Acesso em: 16 jun. 2020.

AZEVEDO, Celia Maria Marinho de. **Onda negra medo branco**: o negro no imaginário das elites do século XIX. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

AZEVEDO, Thales de. **Italianos e gaúchos**: os anos pioneiros da colonização italiana no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: A Nação, 1975.

BANDEIRA, Gustavo Andrada; SEFFNER, Fernando. Futebol, Gênero, Masculinidade e Homofobia: um jogo dentro do jogo. **Espaço Plural**, Cascável, ano 14, n. 29, p. 246-270, 2º Semestre, 2013. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/4459/445944242012.pdf>. Acesso em: 14 mar. 2020.

BARTH, Fredrick. **O guru, o iniciador e outras variações antropológicas**. 2. ed. Rio de Janeiro. Editora: Contra Capa, 2000.

BEATTIE, Peter M. **Tributo de sangue**: Exército, Honra, Raça e Nação no Brasil 1864-1945. São Paulo: Editora da USP, 2009.

BECKER, Howard S. **Outsiders**: estudos de sociologia do desvio. Rio de Janeiro. Editora: Zahar, 2008.

BERTAZZO, Giuseppe. **De Veneza a Nova Veneza**: imigração italiana em Goiás, 1912. 1992. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal de Goiânia, Goiás, 1992.

BERTONHA, João Fábio. Entre a bombacha e a camisa negra: notas sobre a cação do fascismo italiano e do integralismo no Rio Grande do Sul. **Estudo Ibero-Americanos**, Porto Alegre, v. 24, n. 2, p. 247-268, 1998. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/iberoamericana/article/view/27264/15560>. Acesso em: 14 mar. 2020.

BETHENCOURT, Francisco. **Racismos**: Das Cruzadas ao Século XIX. Lisboa: Temas e Debates – Círculo de Leitores, 2015.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

BRETAS, Marcos Luiz. O crime na historiografia brasileira: uma revisão na pesquisa recente. **BIB**, Rio de Janeiro, n. 32, p. 49-61, 2. sem. 1991. Disponível em: <http://www.anpocs.com/index.php/edicoes-anteriores/bib-32/426-o-crime-na-historiografia-brasileira-uma-revisao-da-pesquisa-recente/file>. Acesso em: 23 dez. 2020.

BUBLITZ, Juliana. A eco-história da colonização italiana no Rio Grande do Sul. Presença e contribuição dos afrodescendentes no município de Caxias do Sul – 1875 a 1950. **Métis: história & cultura**, Caxias do Sul, v. 3, n. 6, p. 179-200, jul./dez. 2004. Disponível em: <http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/metis/article/view/1165/803>. Acesso em: 22 ago. 2020.

CALSANI, Rodrigo de Andrade. **O imigrante italiano nos corredores dos cafezais**: cotidiano econômico na alta mogiana (1887-1914). 2010. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual Paulista, São Paulo, 2010. Disponível em: <http://www.franca.unesp.br/Home/Pos-graduacao/rodrigo-a-calsani.pdf>. Acesso em: 10 mai. 2019.

CAMPOS, Andrea Almeida. As Bruxas retornam. Cacem as Bruxas! Um argumento para o controle histórico da sexualidade feminina. **Revista Espaço Acadêmico**, Maringá, ano 9, n. 104, p. 64-72. 2010. Disponível em: <http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/9151>. Acesso em: 15 jun. 2020.

CARDOSO, Lourenço. **O branco ante a rebeldia do desejo**: um estudo sobre branquitude no Brasil. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2014.

CARNEIRO, Deivy Ferreira. **Uma justiça que seduz?** Ofensas verbais e conflitos comunitários em Minas Gerais (1854-1941). São Paulo: Paco, 2018.

CAULFIELD, Sueann. **Em defesa da honra**: moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro, 1918-1940. Campinas: UNICAMP, 2000.

CHALHOUB, Sidney. **Visões da liberdade**. Uma história das últimas décadas da escravidão na corte. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CHALOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim**: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque. 3. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2012.

CHINCHA OU CINCHA. *In*: BOSSLE, João Batista Alves. **Dicionário Gaúcho Brasileiro**. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 2003.p. 155.

CONNELL, Robert W. Políticas da Masculinidade. **Educação e Sociedade**, Porto Alegre, n. 20, p. 185-206. jul./dez.1995. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/71725/40671>. Acesso em: 14 mar. 2020.

CONNELL, Robert W.; MASSERSCHMIDT, James W. Masculinidade hegemônica repensando o conceito. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 6, n.1, p. 241-282. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/cPBKdXV63LVw75GrVvH39NC/?lang=pt>. Acesso em: 07 fev. 2021.

COOPER, Frederik; HOLT, Thomas; SCOTT, Rebecca. **Além da escravidão: investigação sobre raça, trabalho e cidadania em sociedades pós-emancipação**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

COSTA, Rovilio; BATTISTEL, Amara Lúcia. **Assim vivem os italianos: religião, música, trabalho e lazer**, Porto Alegre: EST; Caxias do Sul: EDUCS, 1983. 2 v.

CUNHA, Maria Clementina Pereira. Prefácio. *In*: Marcus Vinicius de Freitas Rosa, **Além da invisibilidade: história social do racismo em Porto Alegre durante o pós-abolição**. 2019, Porto Alegre, EST Edições.

DOMINGUES, Petrônio José. “Vai ficar tudo preto”: Monteiro Lopes e a cor na política. **Novos estudos**, São Paulo, n. 95, mar. 2013. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002013000100004&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 22 jun. 2020.

DOMINGUES, Petrônio José. **Uma história não contada: negro, racismo e branqueamento em São Paulo no pós-abolição**. São Paulo: Senac, 2004.

DOUGLAS, Mary. **Pureza e perigo**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1976.

DUTRA, Thaís Ferreira; THIBAU, Tereza Cristina Sorice Baracho. Criminalização e permissividade: a dupla face do estupro nas sociedades patriarcais. **Revista Ártemis**, João Pessoa, v. 30, n. 1, p. 282-302. jul-dez, 2020.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador: uma história dos costumes**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

FASSIN, Didier. Nem raça, nem racismo: O que racializar significa. *In*: SCHWARCZ, Lilia M.; MACHADO, Maria Helena P. T. **Emancipação, Inclusão e Exclusão. Desafios do Passado e do Presente**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2018. p. 51-72.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a Bruxa: Mulheres, Corpos e Acumulação Primitiva**. São Paulo: Elefante, 2017.

FERLA, Luis. **Feios, sujos e malvados sob medida: A utopia do biodeterminismo**. São Paulo: Alameda, 2009.

FOLLMANN José Ivo; PINHEIRO, Adevanir Aparecida. **Processo de identidade, relações étnico-raciais e ralações religiosas**. São Leopoldo: Casa Leiria, 2017.

FRANCO, Maria Silva Carvalho. **Homens Livres na Ordem Escravocrata**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1976.

FRANCO, Sérgio da Costa. O Partido Federalista. In: GOLIN, Tau; BOEIRA, Nelson. **República velha (1889-1930)**. Passo Fundo: Méritos, 2007. p. 129-170.

GINZBURG, Carlo. **O fio e os rastros. Verdadeiro, falso, fictício**. Tradução de Rosa Freire d'Aguiar e Eduardo Brandão. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GINZBURG, Carlo. **Os Andarilhos do Bem. Feitiçaria e cultos agrários nos séculos XVI e XVII**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

GIRON, Loraine Slomp. **Caxias do Sul: evolução histórica**. Caxias do Sul/Porto Alegre: Prefeitura Municipal; UCS/EST, 1977.

GIRON, Loraine Slomp; BERGAMASCHI, Heloisa Eberle. **Casas de negócio: 125 anos de imigração italiana e o comércio regional**. Caxias do Sul, RS: EDUCS, 2001.

GOBINEAU, Conde Joseph-Arthur de. **L'Emigration au Brésil**. Artigo publicado originalmente em Le Correspondant. In: RAEDERS, op. cit., p. 228, jul. 1873.

GOFFMAN, Erving. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. LTC: Rio de Janeiro, 1988.

GOMES, Fabrício Romani. **Sob a proteção da princesa e de São Benedito: Identidade étnica, associativismo e projetos num clube negro de Caxias do Sul (1943-1988)**. 2008. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2008. Disponível em: <http://www.repositorio.jesuita.org.br/bitstream/handle/UNISINOS/1859/sob%20a%20protecao%20da%20princesa.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 26 abr. 2018.

GOULART, Jorge Salis. **A formação do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1978. 2 v.

GUIMARÃES, Antonio Sergio Alfredo. **O insulto racial: as ofensas verbais registradas em queixas de discriminação**. Estudos Afro-Asiáticos, Rio de Janeiro, 2000.

HAACK, Marina Camilo. Sobre silhuetas negras: experiências e agências de mulheres escravizadas (Cachoeira, c. 1850 - 1888). 2019. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2019.

HANDLER, Richard. On sociocultural discontinuity: nationalism and cultural objectification in Quebec, **Current anthropology**. v. 25, n. 1, 1984.

hooks, bell. **Olhares negros**: raça e representação. São Paulo: Elefante, 2019.

HUTTER, Lucy Maffei. Imigração italiana: aspectos gerais do processo imigratório. **Revista IEB**, n. 27, São Paulo, 1982. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rieb/article/view/69906>. Acesso em: 22 mai. 2020.

JANZ JÚNIOR, Dones Cláudio Janz. **A eugenia nas páginas da revista médica do paraná, 1931-1940**. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2012. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/28116/R%20-%20D%20-%20DONES%20CLAUDIO%20JANZ%20JUNIOR.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 07 mar. 2020.

JARDIM, Denise Fagundes. **De Bar em Bar**: Identidade masculina e auto-segregação entre homens de classes populares. 1992. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1991.

JARDIM, Denise Fagundes. **Palestinos no Extremo Sul do Brasil**: identidade étnica e os mecanismos sociais de produção da etnicidade. Chuí/RS. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2000.

KIELING, Sabrina Santos da Silveira. **A urbanização de Caxias do Sul como processo transformador dos patrimônios naturais da região**. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Educação Ambiental) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2010.

KIMMEL, Michael S. A produção simultânea de masculinidades hegemônicas e subalternas. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, n. 9, ano 4, p. 103-117, out. 1998.

KLEIN, Cleci Eulalia Favaro. **De “Bairro Lusitano” a “Zona Tronca”**: a presença dos portugueses em Caxias do Sul (1911-1931). 128 f. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1984.

KNOWLTON, Clark S. **Sírios e Libaneses**: Mobilidade Social e Espacial. São Paulo, Editora Anhambí, 1961.

LARA, Sílvia Hunold. **Campos da Violência**: Escravos e Senhores na Capitania do Rio de Janeiro, 1750-1808. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

LARA, Sílvia Hunold. **Fragmentos setecentistas**: escravidão, cultura e poder na América Portuguesa. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

LARA, Sílvia. **Fragmentos setecentistas**: escravidão, cultura e poder na América Portuguesa. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

LEITE, Ilka. Boaventura. **Negros no sul do Brasil – invisibilidade e territorialidade**. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1996.

LEVI, Giovanni. 30 anos depois: repensando a Micro-História. In: VENDRAME, I. M.; KARSBURG, A.; MOREIRA, Paulo Roberto Staudt (org.). **Micro-História, Trajetórias e Imigração**. São Leopoldo: Oikos; Editora Unisinos, 2015. p. 18-31.

LEVI, Giovanni. Micro-história e história da imigração. In: VENDRAME, I. M.; KARSBURG, A.; WEBER, B; Luis Augusto Farinatti (org.). **Micro-história, trajetórias e imigração**. São Leopoldo: Oikos; Editora Unisinos, 2015. p. 246-262.

LORENZONI, Julio. Arbitrariedades praticada na colônia. In: BISSOLI, Orestes. **Memórias de um imigrante italiano**. Porto Alegre: Sulina, 1975. p. 163-166.

MACHADO, Maria Helena P. T. **Emancipação, Inclusão e Exclusão. Desafios do Passado e do Presente**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2018.

MAESTRI, Mário. **Os senhores da Serra: a colonização italiana no Rio Grande do Sul (1875-1914)**. 2. ed. Passo Fundo: UFP, 2001.

MAGALHÃES, Magna Lima. **Entre a preteza e a brancura brilha o Cruzeiro do Sul: associativismo e identidade negra em uma localidade teuto-brasileira (Novo Hamburgo/RS)**. 2010. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2010.

MANFROI, Olívio. **A colonização italiana no Rio Grande do Sul: Implicações econômicas, políticas e culturais**. Porto Alegre: Suliani Editografia Ltda, 1975. 2 v.

MATTOS, Hebe Maria. **Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista: Brasil, século XIX**. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2013.

MAUCH, Cláudia. **Dizendo-se autoridade: Polícia e policiais em Porto Alegre, 1896-1929**. 2011. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011. Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/34692/000791411.pdf?sequence=1>. Acesso em: 05 jun. 2018.

MONSMA, Karl. **A reprodução do racismo: fazendeiros, negros e imigrantes no oeste paulista, 1880-1914**. São Paulo: EdUFSCar, 2016.

MOORE, Barrington. **Aspectos morais do crescimento econômico e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Record, 1999.

MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. **Entre o Deboche e a Rapina: os cenários sociais da criminalidade popular em Porto Alegre (1868/1888)**. 1993. Dissertação

(Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1993.

MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. **Os Cativos e os Homens de Bem** - Experiências Negras no Espaço urbano. Porto Alegre: Edições EST, 2003.

MUCHEMBLED, Robert. **História da violência**: do fim da idade média aos nossos dias. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.

MÜLLER, Tani M. P.; CARDOSO, Lourenço (org.). **Branquitude**: estudos Sobre a Identidade Branca no Brasil. São Paulo: Appris, 2017.

NAPOLITANO, Marcos. **História do Brasil república**: da queda da Monarquia ao fim do Estado Novo. São Paulo: Contexto, 2016.

NASCIMENTO, Álvaro Pereira do Nascimento. **Cidadania, Cor e Disciplina da Revolta dos Marinheiros de 1910**. Rio de Janeiro: Mauad, 2008.

NASCIMENTO, Álvaro Pereira. Recrutamento para a Marinha Brasileira. República, cor e cidadania. In: Miquéias H Mugge e Adriano Comissoli. (Org.). **Homens e armas**. Recrutamento militar no Brasil -- Século XIX. São Leopoldo: Oikos, 2011, v., p. 235-256.

NASCIMENTO, Álvaro Pereira. Trabalhadores negros e o "paradigma da ausência": contribuições à História Social do Trabalho no Brasil. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro 2016, n. 59, v.29, p.607-626. 2016. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0103-21862016000300607&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 22 abr. 2020.

NEVES, Norton. **QUIMERA RACIAL**: Relações de Conflitos entre Imigrantes Italianos, Seus Descendentes e Nacionais no Sul do Brasil (1870-1901). 2018. Trabalho de conclusão de curso (Licenciatura em História) - Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2018.

NOBLES, Wade. W. Sakhu Sheti: retomando e reapropriando em foco psicológico afrocentrado. In: NASCIMENTO, Elisa Larkin (org.). **Afrocentricidade**: uma abordagem epistemológica inovadora. São Paulo: Selo Negro, 2009.

NOGUEIRA, Oracy. **Tanto preto quanto branco**: estudos de relações raciais. São Paulo, T. A. Queiroz, 1979.

OLIVEIRA, Pedro Paulo de. Discurso sobre a masculinidade. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, n. 1, v. 1, p. 91-112, 1998. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/12036/11313>. Acesso em: 14 mar. 2020.

OLIVEN, Ruben George. **A parte e o todo**. A diversidade cultural no Brasil-nação. Petrópolis: Vozes, 2006.

PERUSSATTO, Melina K. **Como se de ventre livre nascesse**: experiências de cativo, parentesco, emancipação e liberdade nos derradeiros anos da

escravidão. Rio Pardo/RS. 1860- 1888. 2010. Dissertação (Mestrado em História), Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2010.

PINO, Nádía Perez. A teoria queer e os intersex: experiências invisíveis de corpos des-feitos. **Cadernos Pagu**, v. 28, p. 149-174, jan./jun. 2007. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/cpa/a/knKyktZNBTwJrkF9dL3zvbB/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 14 mar. 2020.

PINTO, Ana Flávia Magalhães. **De pele escura à tinta preta: a imprensa negra no século XIX (1833-1899)**. 2006. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

PISETTA, Judite Moser. Resgate do patrimônio histórico alto vale do Itajaí. *In: Resgate do patrimônio histórico, Itajaí, 2005*. Disponível em: https://www.amavi.org.br/arquivos/amavi/areas-tecnicas/cultura-turismo/ph/municipal/rio_do_oeste/Cadastro%20Incompleto%20-%20Folclore%20e%20Tradicao%20-%20Usos%20e%20Costumes%20-%20Jogo%20de%20Mora.pdf. Acesso em: 5 mar. 2021.

POSSENTI, Sírio. A linguagem politicamente correta e a análise do discurso. **Revista de Estudo Linguístico**, Belo Horizonte, ano 4, v. 2, p. 125-142, jul./dez. 1995. Disponível em:

<http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/relin/article/viewFile/1016/1127>. Acesso em: 14 mar. 2020.

QUIOSQUE. *In: BRUNSWICK, H. Novo Dicionário Ilustrado da Língua Portuguesa*. 3. ed. Lisboa: Empresa Literária Fluminense, [2021?]. p. 690.

RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti. 1893: A Revolução além fronteira. *In: República velha (1889-1930)*. Passo Fundo: Méritos, 2007. 3 v.

REMEDI, José Martinho Rodrigues. **Palavras de Honra: um estudo acerca da honorabilidade na sociedade sul-rio-grandensedo século XIX, a partir dos romances de Caldre Fião**. 2011. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2011.

RIOS, Ana Maria; MATTOS, Hebe Maria. **Memórias do cativo**: família, trabalho e cidadania no pós-abolição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

RIOS, Ana Maria; MATTOS, Hebe Maria. O pós-abolição como problema histórico: balanços e perspectivas. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 8, p.170-198, jan./jun. 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/topoi/a/FRCsRSBMxZHwc7mD63wSQcM/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 14 mar. 2020.

ROSA, Marcus Vinicius de Freitas. **Além da invisibilidade: história social do racismo em Porto Alegre durante o pós-abolição**. Porto Alegre: EST Edições, 2019.

SALAINI, Cristian Jobi. **“Nossos heróis não morreram”**: um estudo antropológico sobre formas de “ser negro” e de “ser gaúcho” no estado do Rio Grande do Sul. 2006. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

SANTOS, Bruna Letícia de Oliveira dos. **“Os brancos não falam a verdade contra mim. Porque ele é homem e não havia de passar o trabalho que as fêmeas passam”**. **Maria Rita e a interseccionalidade na experiência de mulheres escravizadas (Comarca de Rio Pardo, século XIX)**. 2020. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2020.

SANTOS, Miriam de Oliveira. Alteridades em conflito: imigrantes italianos, alemães, portugueses e a população brasileira na Serra Gaúcha. In: Reunião Brasileira de Antropologia, 26., 2008, Porto Seguro. **Anais eletrônicos [...]**. Porto Seguro: RBA, 2008. Disponível em: <http://www.abant.org.br/conteudo/ANAIS/CD_Virtual_26_RBA/grupos_de_trabalho/trabalhos/GT%2001/miriam%20de%20oliveira%20santos.pdf>. Acesso em: 16 maio. 2020.

SÃO Francisco de Paula. In: IBGE. São Francisco de Paula, 2010. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/sao-francisco-de-paula/historico>. Acesso em: 23 ago. 2020.

SCHUCMAN, Lia Vainer. **Entre o “encardido”, o “branco” e o “branquíssimo”. Raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana**. 2012. Tese (Doutorado em Psicologia) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

SCHUCMAN, Lia Vainer; FACHIM, Felipe Luis. A cor de Amanda: identificações familiares, mestiçagem e classificações raciais brasileiras. **Interfaces Brasil/Canadá**. Florianópolis/Pelotas/São Paulo, v. 16, n. 3, p. 182-205, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/interfaces/article/view/10001/6763>. Acesso em: 14 mar. 2020.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: Cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SCHWARCZ, Lilia; MACHADO, Maria Helena. Abolições: A construção dos conceitos de liberdade, raça e tutela nas Américas. In: SCHWARCZ, Lilia M.; MACHADO, Maria Helena P. T. **Emancipação, Inclusão e Exclusão. Desafios do Passado e do Presente**. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 2018.

SEYFERTH, Giralda. Construindo a nação: hierarquias raciais e o papel do racismo na política de imigração e colonização. In: MARCO, C. (org.). **Raça, ciência e sociedade**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2006. p. 41-58.

SEYFERTH, Giralda. Construindo a nação: hierarquias raciais e o papel do racismo na política de imigração e colonização. *In*: MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Roberto Ventura dos. **Raça, ciência e sociedade**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1998. p. 46.

SILVA, Claudilene Maria da. **Práticas pedagógicas de valorização da identidade, da memória e da cultura negros**: a volta inversa na árvore do esquecimento e nas práticas de branqueamento. 2026. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016.

SILVA, Fernanda Oliveira da. **As lutas políticas nos clubes negros**: culturas negras, racialização e cidadania na fronteira Brasil-Uruguaí no pós-abolição (1870-1960). 2017. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/172963>. Acesso em: 20 mar. 2021.

SILVA, Antônio Both da. Notas sobre a Revolução Federalista: O Norte do Rio Grande do Sul entre 1893 e 1895. **Arquivo público do estado do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro p. (1-12), 2006. Disponível em: <http://www.snh2011.anpuh.org/resources/rj/Anais/2006/conferencias/Marcio%20Antonio%20Both%20da%20Silva.pdf>. Acesso em: 07 mar. 2021.

SILVEIRA, Éder. **A cura da raça**: Eugenia e higienismo no discurso médico Sul-rio-grandense nas primeiras décadas dos séculos XX. Passo Fundo: Editora: UPF, 2005. 1 v.

SLENES, Robert Waine. Na Senzala, uma flor. **Esperanças e recordações na formação da família escrava**: Brasil Sudeste, século XIX. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

SOUZA, Eloisio Moulin de; PEREIRA, Severino Joaquim Nunes. (Re)produção do heterossexismo e da heteronormatividade nas relações de trabalho: a discriminação de homossexuais por homossexuais. **Revista de Administração Mackenzie**, São Paulo, v. 14, n.4, p. 76-105, jul./ago. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ram/a/7JPZNfcRbYkQVcnxQZ88KHs/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 14 mar. 2020.

STORMOWSKI, Marcia Sanocki. **Crescimento econômico e desigualdade social**: o caso da ex-colônia Caxias (1975-1910). 2005. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/4410/000501169.pdf?sequence=1>. Acesso em: 23 abr. 2020.

TEIXEIRA, Luana. **Muito mais que senhores e escravos**. Relações de trabalho, conflitos e mobilidade social em um distrito agropecuário do sul do Império do Brasil (São Francisco de Paula de Cima da Serra, RS, 1850-1871). 2008. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

TELLES, Edward. **Racismo à brasileira**: Uma nova perspectiva sociológica. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.

THOMPSON FLORES, Mariana da Cunha. **Crimes de fronteira**: a criminalidade na fronteira meridional do Brasil (1845-1850). Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014.

THOMPSON. Edward Palmer. **Costumes em comum**: estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Editora Geral, 1998.

TRAMONTINI, Marcos Justo. **A organização social dos imigrantes**: a colônia de São Leopoldo na fase pioneira (1824-1850). São Leopoldo: UNISINOS, 2000.

VALDUGA, Gustavo. **Paz, Itália, Jesus**: uma identidade para imigrantes italianos e seus descendentes – o papel do jornal Correio-Riograndense (1930-1945). 2007. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

VENDRAME, Maíra Ines. “Não tinha medo dos gringos”: violência e crime nas regiões de colonização italiana do Sul do Brasil. **História Unisinos**, São Leopoldo, v. 24, n. 3, p. 502-515, set./out. 2020. Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/index.php/historia/article/view/hist.2020.243.13/60747966>. Acesso em: 18 abr. 2021.

VENDRAME, Maíra Ines. **Lá éramos servos, aqui somos senhores**: A organização dos imigrantes italianos na ex-colônia Silveira Martins. Santa Maria: Editora editora ufsm, 2007.

VENDRAME, Maíra Ines. **O poder na aldeia**: Redes sociais, honra familiar e práticas de justiça entre os camponeses italianos (Brasil-Itália). São Leopoldo: OIKOS, 2016. 1 v.

VENDRAME, Maíra Ines. Poder local e violência, imigrantes e nacionais nos núcleos coloniais do Sul do Brasil. **História: Debates e Tendências**, Passo Fundo, v. 14, n. 1, p. 63-76, jan./jun. 2014. Disponível em: <file:///C:/Users/Sistema/Downloads/4165-14177-2-PB.pdf>. Acesso em: 16 mar. 2016.

VENDRAME, Maíra Ines. *Un viaggio senza ritorno*: a trajetória de uma camponesa italiana no brasil meridional. Antonio de Ruggiero ... [et al.]. História e narrativas transculturais entre a Europa Mediterrânea e a América Latina. Porto Alegre: EDIPUCRS; Caxias do Sul: EDUCS, 2017, p. 111/136.

VITTAR, Pablo; PITY. Vittar: depoimento. [Entrevista cedida a] Pedro Bial. **Programa Conversa com Bial**, São Paulo, nov. 2018.

WEBER, Max. **Economia e sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva. Brasília: EdUnb, 1991. 1 v.

WEIMER, Rodrigo de Azavedo; PERUSSATTO, Melina K. Problematizando raça a partir da guerra civil de 1893-1895. In: VARGAS, J. (Org.). **Belicosas fronteiras. Contribuições recentes sobre política, economia e escravidão**

em sociedades americanas (século XIX). Porto Alegre: Editora Fi, 2017. p. 305-321.

WEIMER, Rodrigo de Azevedo. **Os nomes da liberdade**: Ex-escravos na Serra Gaúcha no pós-abolição. 2007. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2007. Disponível em: <http://repositorio.jesuita.org.br/bitstream/handle/UNISINOS/1851/nomes%20da%20liberdade.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 20 set. 2018.

WITT, Marcos Antônio. **Em busca de um lugar ao sol**: estratégias políticas, imigração alemã, Rio Grande do Sul, século XIX. São Leopoldo: OIKOS, 2015.

WITT, Marcos Antônio. Sobre a escravidão e imigração: relações interétnicas. **História debates e tendências**, Passo Fundo, v. 14, n. 1, p. 21-35, jan./jun. 2014. Disponível em: <http://www.seer.upf.br/index.php/rhdt/article/view/3352/2688>. Acesso em: 14 mar. 2020.

ZAGONEL, Carlos Albino. **Igreja e imigração italiana**: capuchinhos de Sabóia, um contributo para a igreja no Rio Grande do Sul (1895-1915). Porto Alegre: PUCRS, 1975.

ANEXO A – JORNAL GAZETA COLONIAL DE 27 DE MARÇO

ANNO IV ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL — CAXIAS — SABBADO, 27 DE MARÇO DE 1909. N. 170

GAZETA COLONIAL

Redactor, proprietario — HERCULANO MONTENEGRO

Assinaturas
ANNO 10\$000 — SEMESTRE 6\$000
PAGAMENTO ANTIAPARTADO

Redacção e officinas — Rua Julio de Castilhos n. 39

Publica-se
— AOS SABBADOS
NUMERO ATUAL 300 REIS

DR. HENRIQUE FRACASSO,
MEDICO, OPERADOR E PARTEIRO, diplomado pela Universidade de Padova e com pratica adquirida nos grandes hospitaes de Padova e Milão, dá consultas na pharmacia Italo-Brazileira do sr. Frederico Deicke, das 8 da manhã ás 5 da tarde, attendendo a qualquer chamado para dentro e fóra deste municipio.

PELOS NEGROS
Graças a obsequiosidade de um nosso amigo, residente no Rio de Janeiro, vamos dar publicidade a um energico artigo da "Folha do Dia" relativamente a eleição do dr. Monteiro Lopes.
Trata-se de um negro eleito deputado pela capita federal, e que, segundo é voz publica, não tomará assento por se oppor á isto o presidente da Republica.

gora, no numero dos eleitos, ha typo genuino do brazileiro, sob cuja pelle amorenada está o bendito e generoso sangue cruzado.
Pois bem: é para essa Camara mesma qua, offendendo a dignidade de todos os republicanos, offendendo directamente grande parte de seus concidadãos, o sr. Affonso Penna não quer que entre o sr. Monteiro Lopes que é preto!
É, pois, o presidente da Republica que, elevado do grosseiro preconceito que faz de cor uma qualidade ou defeito, desce de sua elevada

Novos terremotos
No *O Dever*, de Bagé, encontramos estes telegrammas:
ROMA 1.º.—Deram-se novos e fortissimos terremotos em Messina, Palmi, Mileto, Reggio e Brancaccio.
Em Messina, muitas casas ameaçam desabar.
Já ruíram varios e importantes edificios.
É enorme o pavor n'essas populações.
Novos terremotos fizeram-se sen-

Clinica medica, ginecologica e obstetrica

ANNO IV ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - PORTAS - SABBADO 24 DE ABRIL DE 1900 N. 173

GAZETA COLONIAL

Redactor, proprietario - HERCULANO MONTENEGÃO

Assignaturas ANNO 1900 - SEMESTRE 6\$000 PAGAMENTO ANTECIPADO

Redação e officina - Rua Julia de Castilhos n. 119

Publicação - AOS SABBADOS - NÚMERO ANUAL 200

DR. HENRIQUE FRACASSO, Médico, Otorrinolaryngologista, graduado pela Universidade de Padova...

UM VERMIFUGO comprou um vidro de OLEO DE SANTA MARIA e terá um resultado garantido. Este preparado não contém nenhum ingrediente vegetal innocuo que não possa causar dano...

Atenção Ao commercio em geral. Tendo-se expellido a bordo de que os proprietarios do vapor Victoria, sr. Henrique Kaiser & Cia. entraram em accordo com os agentes e representantes de outras companhias de navegação do Rio Gahy...

BLOCOS DE OURO Um cavalleiro que está escrevendo cartas para «O Diario» do Rio Grande, parece ter dado em uma mina da qual está extrahindo verdadeiros blocos de ouro.

ORIGEM DO NEGRO Agora que, pela primeira vez, no Brazil, acaba de ser eleito deputado geral, ou como se diz a lá soco, representante no congresso legislativo, um cidadão negro, produz lo seguinte da raça etíópica, não é fóca de proposito que, por nossa vez, tambem nos occupamos do assumpto.

Preparou a argilla e fez um boço, mas, como talha que lhe sabia das mãos, éle sabia negro. Para lavar o barro, branco o seu producto, Baruch o levou para fregarhar nas águas do Long-Fu, etc. a sua vista, logo se retiraram o soldado e a igreja dos pés e a palma das mãos do primeiro negro tomou o lúpulo do rio sagrado.

ATTENTADO Do nosso correspondente de Nova Mião, 3.º districto deste município, recebemos uma extensa carta em que nos refere minimosamente um attentado praticado por duas peças da guarda municipal nas pessoas de Angelo Arrosi e que seu sobrinho de nome Pedro Arrosi.

PARTIDA Para a Europa, onde vai submeter-se a rigoroso tratamento, sahirá, na segunda-feira desta semana, o nosso amigo Ludovico Sartori, digno commerciante de nossa praça. Vindo trazer-nos as suas despedidas, este nosso amigo deixou-nos encarregado de o desculpar por não ir pessoalmente abraçar a todos os seus amigos e camaradas, pela deficiência de tempo, offerecendo, no entanto, os seus prestimos e boa vontade a todos os que se quizerem delles utilisar.

Atenas sparsa la notizia che i proprietari del vapore Victoria sig. Henrique Kaiser & Cia. avevano fatto un accordo coi gerenti e rappresentanti delle altre Compagnie di Navigazione del Rio Gahy onde aumentare il prezzo del trasporto, un fatto non dovuto di ricorrere allo stesso per apporre la verità di ciò successo riguardo al fatto: I proprietari del vapore Victoria sig. H. Kaiser & Cia. sono stati interpellati dai gerenti e rappresentanti delle altre Compagnie allo scopo di venire ad un accordo per accrescere il prezzo del frete, ma i signori sig. H. Kaiser & Cia. non concordarono. Allo stesso scopo fu pure interpellato il sottoscritto che rispose negativamente. Così è che questa impresa manterrà la tabella dei prezzi di trasporto attuale ed in pari tempo i compromessi de me assunti verso diversi esportatori nonchè i contratti stipulati verso gli stessi sempre per bene della colonia e del commercio. Il sottoscritto sempre sollecita dal commercio delle colonie lo favorevole della sua carica ripromettendosi di sottoporre a città talvolta ultime, le continuando a servir il pubblico col più serupoloso zelo tanto per la carica come per i visitatori garantendo la massima correttezza in tutto ciò che concerne il suo servizio che sarà inappuntabile. S. Sebastião de Cahi 6 aprile 1900. Samuel M. cis.

Anno I CAXIAS, (Cia. Geral de S. P.) 19 de Outubro de 1902 N. 12

O Cosmopolita

Redactores diversos
Escritorio—Rua Pinheiro Machado n. 5

ASSIGNATURA
Anno 6\$000
Semestre 4\$000

Organ dos interesses colonias

Mauricio d' Almeida
Editor—Proprietario
Aparece aos Domingos
Secção Italiana
a cargo do sr. Emanuele Lombardi.

O COSMOPOLITA
Tiragem 300 exemplares.
A folha de maior circulação nas colonias Italianas do Estado

O TRABALHO

O trabalho é um dos melhores mestros do caracter pratico. Elle faz nascer a disciplina e a obediencia, a força de vontade, a attenção, a applicação e a perseverança, e dá ao homem habilidade na sua vocação e aptidão para manejar os negocios da vida ordinaria.

O trabalho é a lei que regula a nossa existencia—o principio vivo que faz os homens e as nações progredirem. A maior parte dos homens têm necessidade de trabalhar para viver, porém, todos devem trabalhar, mais ou menos, se quizerem gozar a vida devidamente.

Se ás vezes o trabalho serve de peso ou castigo; outras honra glorifica; nada se pôde realizar sem elle; só por meio delle é que o homem consegue tudo quanto tem de bom, e a civilisação é producto seu.

Se elle fosse abolido, a raça de Adão morreria moralmente.

A ociosidade é que é a perdição do homem, e não o trabalho, porque corrêe o coração dos homens, e por consequente das nações, consumindo-os como a ferrugem consome o ferro. Quando Alexandre venceu os Persas, e teve occasião observar suas maneiras, notou que elles estavam persuadidos de que nada podia haver de mais abjecto do que uma vida de prazeres, nem do mais sublime do que uma vida de trabalho.

Quando o imperador Severo estava em seu leito de morte, em York, para onde tinha sido trazido em uma liteira, a ultima senha que deu a seus soldados foi *Laboremus*; e só o trabalho assiduo foi que manteve o poder e estendeu a autoridade dos generaes romanos.

Descrevendo a condição social primitiva da Italia quando as occupações ordinarias da vida rural eram consideradas compatíveis com os maiores cargos publicos, Plinio diz que os generaes e soldados, depois de alcançarem triumphos, voltavam satisfeitos a manejar o arado. « Naquelles tempos terras eram lavradas pelas mãos dos proprios generaes, e a terra exultava sendo sulcada pelo arado guiado por um lavrador coroado de louros». (*Ipsorum tunc manibus imperatoria colebantur agri: ut fas est credere, gaudente terra comere laureato et triumphali aratro*) (1).

Foi só depois que os escravidos foram empregados em todos os ramos da industria que o trabalho começou a ser considerado deshonroso e vil; e, logo que a indolencia e a luxuria tornaram-se os caractericos das classes superiores de Roma, cedo ou tarde o imperio devia cair inevitavelmente.

S. Smiles.

(1) No capitulo III de sua Historia natural Plinio diz que a agricultura era muito honrada nos tempos primitivos de Roma; falla do modo por que se dividiam as terras, em porções que podessem ser lavradas por uma junta de bois (jugerum) em um dia; actus, de uma vez; diz que a maior recompensa que se podia dar a um general ou cidadão valente era um jugerum; que os appellidos primitivos derivavam-se da agricultiva (Pilumnus, de pilum, o pilão com que se moia o trigo; Pison, de piso, moer trigo; Fabius, de faba; fava; Lentulus, de lens, lentilha; Cicero, de cicer, grão de bico; Balbulus, de bos, etc); que o maior comprimento que se podia fazer a um homem era chamalo bom agricultor ou bom lavrador, (Locuples, rico, loci plenus, pecunia de pecus, etc.); que o apsentar o gado occultamente, á noite, em campos de trigo ainda verde, era crime capital, punido com a forca; que as classes ruraes occupavam o primeiro lugar, enquanto as urbanas não gozavam de nenhum credito por serem consideradas como raça indolente, e que « Gloriam denique ipsam, a farris honore, adorem appellabant. » Adorea, ou Gloria,

que era a recompensa do valor, de riva-se de ador ou espelta, especie de trigo.

NOTICIAS

O vice-intendente, em exercicio, mandou convidar os commerciantes exportadores, para amanhã, ás 10 horas pm., reunirem-se na tendencia ahi de combinar-se o melhor modo de effectuar a cobrança do imposto de exportação.

Ha grande conveniencia no comparecimento de todos os convidados e na clareza do que ficar resolvido, para evitar as más interpretações.

Do que ficar resolvido, daremos detalhada noticia.

Quarta-feira, teve lugar a festa de Santa Thereza, constando de missa cantada, procissão, tombola e muitas outras diversões, correndo tudo na melhor ordem possivel.

Dos visinhos municípios e de Cima da Serra, vieram muitas familias e cavalheiros, notando-se entre aquellas a do nosso amigo Belchior V. de Andrade e o sr. vice-consul da Italia, residente em Bento Gonçalves.

Segunda feira, cantu em Cima da Serra, grande fiocos de neve e na noite de terça, aqui e lá, grossa camada de gelo.

Escreve-nos:
«Ill. Redacção d' O Cosmopolita.
Correndo com insistencia, que sou candidato ao cargo de intendente deste municipio, e, não querendo que tome vulto tal boato, venho pedir a inserção destas linhas em seu concetuado jornal.

Declaro, que jamais pensei em me apresentar ou consentir, em ser votado, para cargo algum electivo.

Declaro mais, que fui consultado se accitava votação para aquelle referido cargo e que declarei positivamente estar de accordo com a administração municipal actual e não me affistar do que communiquei ao meu chefe dr. Julio de Castilhos.

E basta.
Caxias, 17—10—1902.
Antonio Moro.»

quarta-feira, devia effectuar-se um espectáculo de gala no theatro local para o qual, foram convidadas as autoridades e o vice-consul da Italia,

ANEXO D - JORNAL CORREIO DO MUNICIPIO DE 4 DE FEVEREIRO

ANNO VIII Caxias - Quinta-feira 4 de Fevereiro de 1909 Nº 730

CORREIO DO MUNICIPIO

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL Publica-se ás quintas-feiras e domingos

<p>Escritorio e officinas Rua Pinheiro Machado nº. 18. Colaboradores diversos</p>	<p>PROPRIETARIO E DIRECTOR OCTACIO DIAS FERRAZ</p>	<p>ASSIGNATURAS Anno 15\$ 00 Pagamento adiantado</p>
---	---	--

IMPOSTOS

Enquanto na curul presidencial do Estado, um verdadeiro patriota, um ardoroso rio-grandense, quem devemos respeitar, como se fosse o prometido Missias, procura economisar ás diversas rendas, afim de salvar e levantar o credito de seu Estado natal, abalado, os srs. intendentes, le quasi, que todos os municipios, gastam, em prodigalidades, os dinheiros arrecadados, nos pezaos impostos-cabidos ao pobre povo, que obediencia ás leis, vão entregando o producto de seu labor diario.

São prodigos, em distribuir entre os seus afilhados, boas e recondizas collocações, dispondo, sem a menor cerimonia, de que lhes não pertence — os por dos contribuintes, quando estas patentes claras e vesíveis, os melhoramentos materiaes, a fazer-se, sem a menor perda de tempo.

Porém, ha uma outra fonte inesgotavel, onde o srs. administradores municipaes, pouco escrupulosos, vão buscar o que precisam, para melhoramentos materiaes, fartamente contractados, com pessoas suas — é a do emprestimo; em vez de diminuir as dividas dos municipios, a si confiados, augmentam n'as.

Porém já temos dito, por varias vezes, e repetimos, novamente, que não está longe a época promissora, em que, o povo rio-grandense, terá, o progresso e honraçosa calma, emanados do governo sensato, criterioso e honesto do illustre patriota exmo. sr. dr. Carlos Barboza Gonçalves.

Confieemos, portanto, no dignissimo presidente do Estado, porque, quebradas as fortes cadeias, que o predeem, e livre o seu governo, o povo fruirá uma nova atmospheria de progresso paz e felicidade.

ESTRADA DE FERRO DE MONTENEGRO A CAXIAS

Certamente interessará a eprihezada das colonias italianas alguma informação, ainda que ligeira, sobre a estrada de ferro que, partindo de Montenegro, passa perto de Garibaldi e vai terminar em Caxias.

Concluiada esta estrada e a da Margem a São Leopoldo, poderão os caxienses mandar seus

productos no trem até á capital Estadual.

A primeira estaca da linha ferrea de Montenegro á Caxias foi inaugurada no dia 7 de setembro do anno de 1901.

No anno seguinte, 1905, em Julho, passou esta viação para o syndicato belga.

Muito já se tem gasto até a presente data.

Attinge a 5416 contos a despesa feita com o serviço de cortes, aterros, vallos, obras de arte, estações de Cafundo, Victoria e Maratá; alieceres de outros edificios, tres casas de turmas, etc.

A partir d'aqui as estações obedecerão á seguinte ordem: Montenegro km. 0 Cafundo km. 12 Victoria km. 18 Maratá km. 21 Linha Bonita km. 40 Linha S. Pedro km. 50 Barão km. 60 Sta. Luiza km. 73 Nova Vienna km. 90 Caxias km. 118

Ao todo serão dez estações. Destas são estações de primeira classe: Montenegro (única); de segunda: Caxias (única); de terceira: Maratá, Sta. Luiza e Nova Vienna; e de quarta: Cafundo, Victoria, Linha Bonita S. Pedro, e Barão.

Nesta altura faço ponto, deixando meio aguçada a curiosidade do leitor

No proximo numero do «Correio do Municipio» diremos o tempo provavel em que o silvo da locomotiva acordará os echos da poetica Caxias.

Montenegro, 26 de Janeiro de 1909

Pery Dias

Barbaro assassinado NA ESTRADA DE FERRO

2 TIROS E 9 PACADAS

Pessoa que nos merece todo o credito, vinda de Garibaldi, orientou-nos de um revoltante assassinato, occorrido, na semana finda, no kilometro 86, da ferro-via, em contracção, conforme vamos expor aos nossos leitores:

Na noite de 28 do mez proximo findo, esteve no armazem do sr. Gervasio Bortoluzzi, sub-empreiteiro e trabalhador de nacionalidade portugueza, Joaquim Carvalho, que conquanto, se deasse ao vicio de embriaguez, não era tido por desordeiro e nem constava que tivesse inimigos. Era um verdadeiro especimem d'esses typos que, quando be-

hadós, caíem na galhofa leve e inoffensiva que á elles praticam é o despertar de risos francos nos semblantes d'aquelles que os contemplam.

Não fora, talvez, esta particularidade, que fazia com que todos relevassem ás carraSPANAS que tomava, certo o monstruoso facto que todos narrao não impressionara tanto, como impressiona, a alma simples, e aparentemente gelida, d'aquelles rudes homens do trabalho — os seus companheiros do corte.

A's 10 horas, mais ou menos, depois de ter bebido alguns tragos sahio Carvalho do armazem, em direcção ao rancho em que pernhoitava, cortando com assobio nostalgico, o silencio da noite, alva noite de lua, testemunha impiedica, do barbaio homicidio em que, parece, houve o requinte da maxima ferocidade humana!

Não chegou, porém, o inditoso onerario ao rancho em que esperava, provavelmente, dormir reconstituindo as forcas para o manejo da picareta no dia immediato...

Outro somno, — o somno eterno — feixou-lhe as palpebras para sempre: pois, na madrugada de 29, encontraram-no cada-ver, horivelmente mutilado, caído ao chão, numa foga de sangue que se confundia com lama do terreno.

Nada menos de 11 ferimentos retalhavam o corpo do infeliz, que nunca carregava arma alguma, assim afirmam, os que o conheceram.

Dois dos ferimentos, foram produzidos por arma de fogo, e os mais por instrumento cortante. Em vista do caracter dos 9 talhos que quasi não derramaram sangue, cre-se, que o assassino, ou assassinos, houvessem, primeiramente alvejado á victima, que depois de morte, foi seu rosto, retalhado, barbaramente, a facção e ainda cravaram-lhe uma profunda facada no coração.

Satisfeito de sangue, e de cortar a torto e a direito, com uma ferocidade quasi incrível, o barbaro auctor d'esse hediondo crime enfiou no cadaver, pisando-o, trucidando o, impletoamente.

O crime deu-se no municipio de Montenegro, cujas autoridades, tiveram immediatamente conhecimento. Só no dia 30, porém, ás 11 horas, foi lavrado o respectivo auto de corpo de delicto; estando, até esse tempo o corpo desenterrado exposto á chuva, ao sol, empestando o ambiente, á espera da acção da justiça!!!

É ignorado o auctor do revoltante assassinato.

Sabe, e nosso informante, que o sr. Renato Sá Brito, encarregado da direcção dos trabalhos ali, e o sr. Faustino Gomes, posto da empresa Oppitz & Gomes, levados por natural indignação ante a hidioidez d'esse crime, empenham-se, esforçadamente, por descobrir o assassino, auxiliando assim os representantes da justiça, que, allis bastante esforçam-se no mesmo sentido.

Carreteiro perigoso

Em dias da semana passada, Pedro Rizzon, residente em Antonio Prado, dirigia-se, a pé, para esta villa, acompanhado de sua mulher, afim de consultar um medico.

Em Nova Trento, encontrou-se com Benjamin Bueno, que conduzia uma carreta, com destino a Caxias; Rizzon, solicitou uma passagem, para sua senhora, sendo-l'ha concedida por Bueno.

Rizzon ajudou, então sua companheira a embarcar e tomou a dianteira do vehiculo, distanciando-se; porém, não levou muito tempo, que teve de voltar apressado, aos gritos de socorro, de sua esposa.

Chegado ao local, onde estava parada a carreta, encontrou, Bueno forçando sua companheira, que energicamente, luctava, defendendo sua honra; Rizzon então atirou-se contra o nogeto Benjamin, em defesa de sua mulher.

Da lucta, resultou, sabir, Rizzon com ferimentos na cabeça e corpo, produzido por arma contundente, porém, livrou sua companheira das garras do famigerado e nogeto Bueno.

Chegando em nossa villa, Rizzon e sua mulher, apresentaram queixa ao sr. Nicola Salerno delegado de policia, que, estando certos, tomará providencias, no sentido, de castigar Bueno, duas vezes criminoso.

Guarda o leito enferma, uma filhinha do sr. João V. Brixen, digno thesoureiro municipal.

Está pregado, em varias casas commerciaes, de villa, um edital da collectoria do Estado, avisando, que se vai proceder á revisáo do lançamento territorial e marcando prazo até 15 de Março, para sua terminação.

Assassinato

Conforme noticias telegraphicas, para os collegas da capital, foi assassinado, em Uruguayana, na estrada do Imbabu, o dr. Antonio Augusto de Carvalho, com uma puntalada, no coração de ferida pelo Col. Hildebrando Ayres de Azevedo, da facção Macielista.

O dr. Augusto de Carvalho tomou no momento, em companhia do sr. Lizimaco Nunes Doria, cabalarum para as eleições de deputados federaes, do dia 30 do mez p. passado.

Ao enterro do dr. Carvalho, compareceu, grande numero de pessoas sendo o feretro coberto por inumeras coroas.

A familia do extinto, o Correo do Municipio, apresenta sentimentos de profundo pesar, pelo fatal successo.

Para usar-se o Elixir de Nogueira do pharmaceutico chimico Silveira, não é preciso dieta nem resguardo.

De Santa Cruz, chegou a nossa villa o sr. Homero Azevedo, que segundo nos consta, receberá um emprego, na intendencia municipal.

Para servirem na 1ª sessão, ordinaria, deste municipio, no Jury, no dia 18 do corrente mez, foram sorteados os seguintes cidadãos:

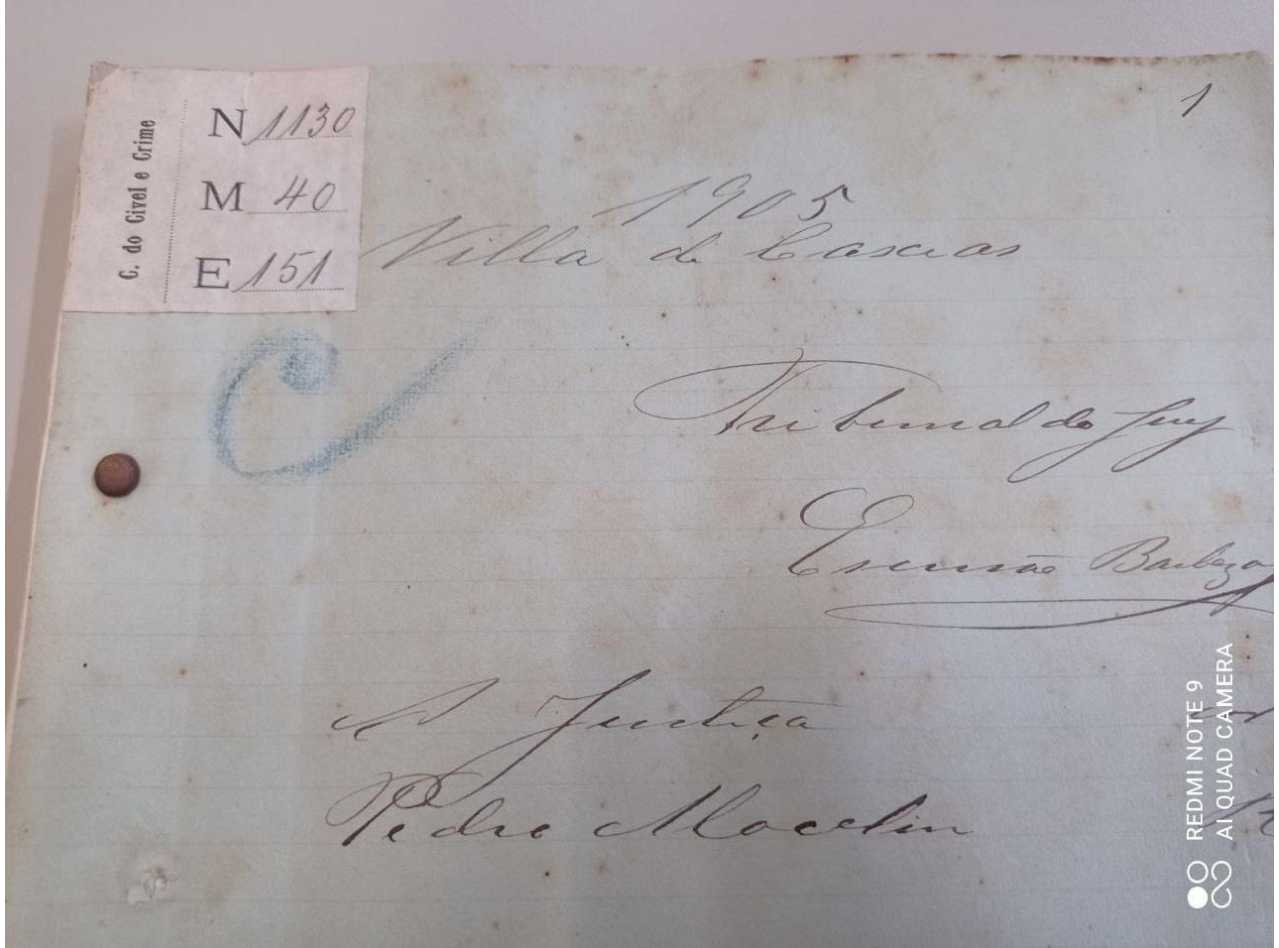
Antonio de Azambuja Kroeff, Jacob Brand, Alberto Leite de Castro Benevenuto Ronca, Adellno Sassi, José Bragatini, Cesar Falabrini, Conrado Gusmão Alvea, Frederico Costamilla, Alberto Reeh, Vitaliano Ferrete, Benjamin Macadelli, João Paternoster, Anselmo Graipigiani e Angelo Chittolina.

Segundo resa um edital do integro juiz de comarca, dr. Antonio Casagrande, em 1º do mez p. vindouro, será feita a correcção, nos cartorios, etc. sendo imposta as penas disciplinares, áquelles, que faltarem.

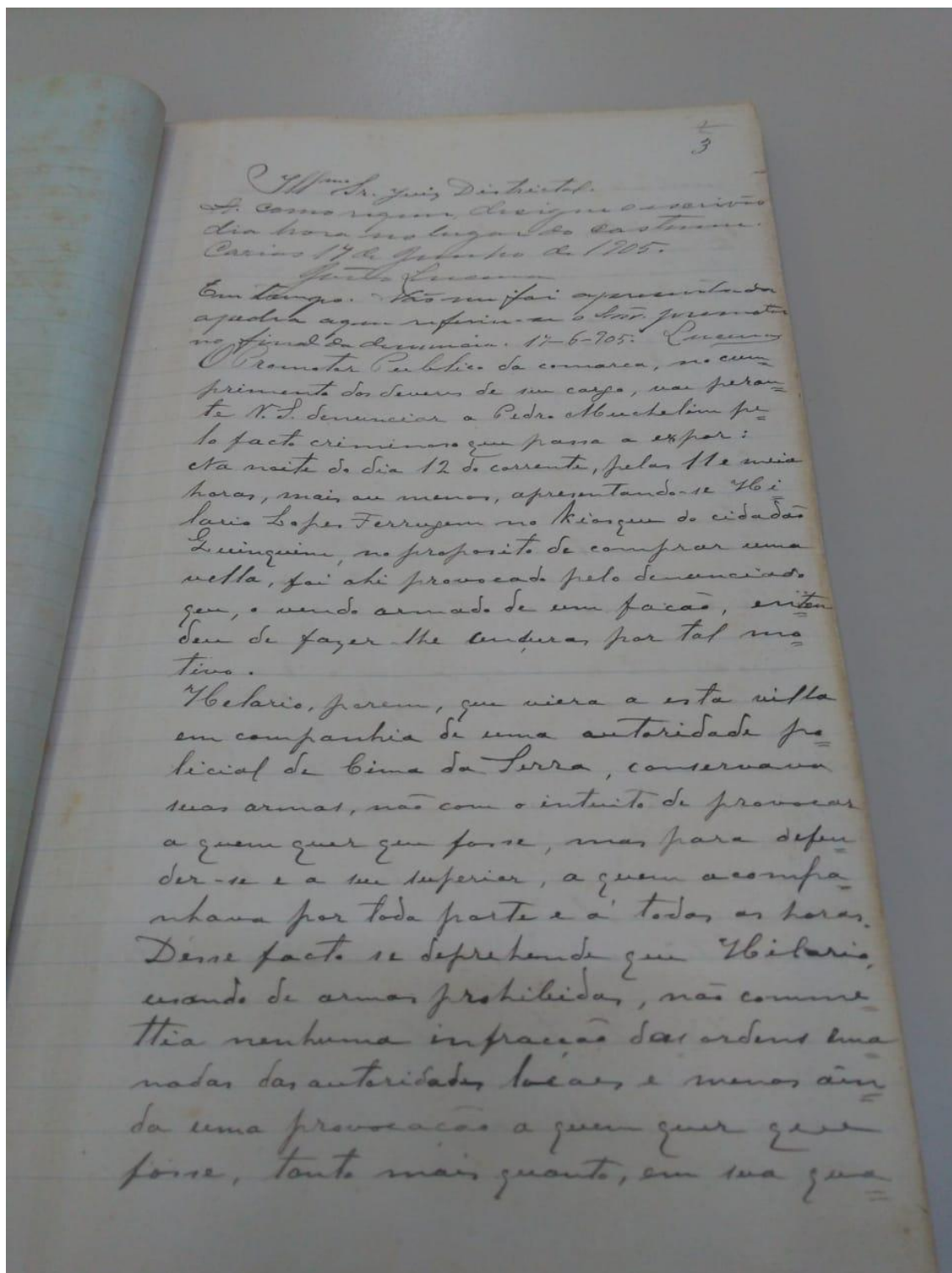
O espectaculo, que realisa-se, antehontem, cujo producto será enviado ás victimas, que osbrevieram, a terrivel catastrophe que enlutou a Italia, esteve muitissimo concorrido.

O desempenho das peças, que estavam perfeitamente ensaiadas, pelo competente amador sr. Nicola Salerno, agradaram, ao numeroso auditorio, que entusiasticamente applaudiu, aos distinctos amadores, encarregados dos diversos papeis.

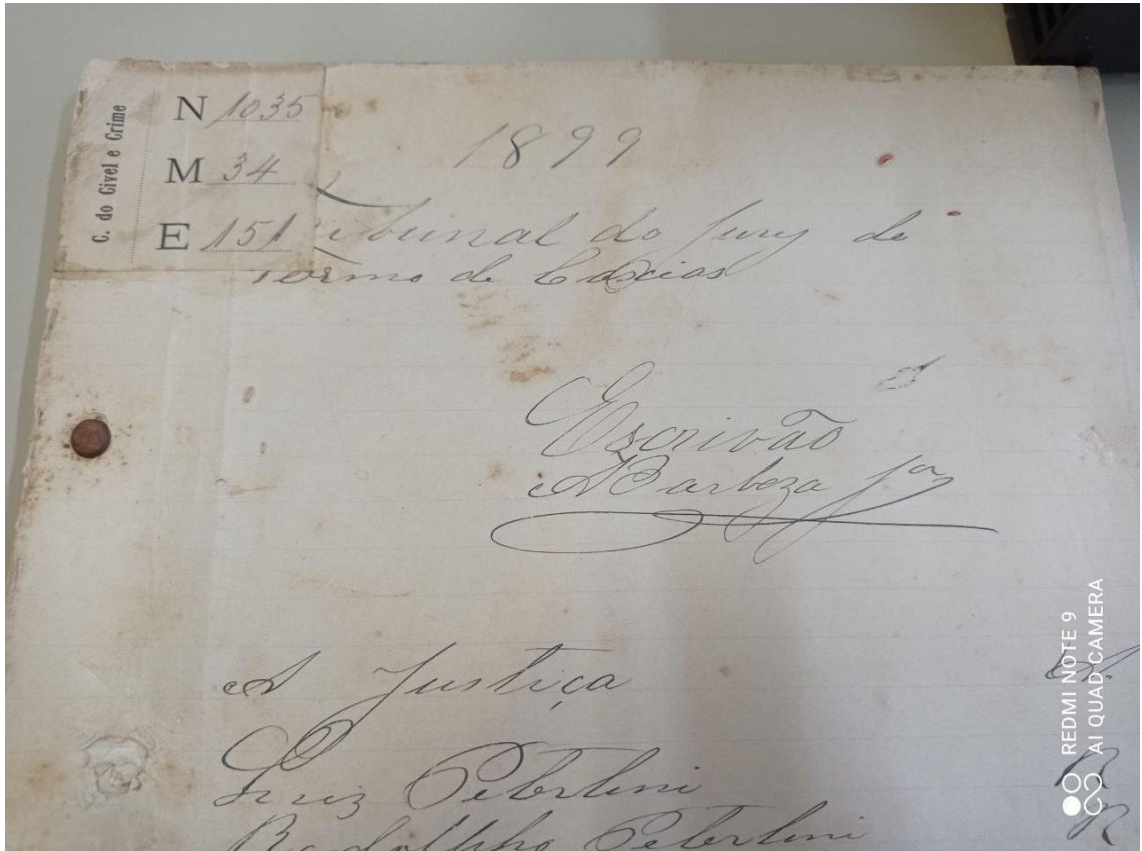
ANEXO E – PROCESSO MOCELIN



ANEXO F - PROCESSO MOCELIN



ANEXO G – PROCESSO IRMÃOS PETERLINI



ANEXO H - PROCESSO IRMÃOS PETERLINI

Luis Peterlini, convidando a elle para dan-
 çar, a que Luis Peterlini não quis accitar
 o convite, e depois Espuridiao Araujo e Silva
 amarrando um pau no pescoco d'ell' que
 era um leuco de seda, e houve trocas de
 palavras, resultando Peterlini Luis jogar
 uma garrapha na cabeça de Espuridiao
 Araujo e Silva ficando este ferido, e ahi
 ouve barulho, e elle respondendo fugiu, não
 vendo mais nada do que se passou. Logo
 depois viu Espuridiao Araujo e Silva ferido
 e soube que os autores foram Luis Peter-
 lini, e Rodolpho Peterlini. Portanto, em
 meu humilde parecer os autores do crime
 não foram outros senão Luis Peterlini, e Pe-
 terlini Rodolpho, e porei nas vos confor-
 mar des, desde já vos declaro que estarei
 prompto a satisfazer qualquer exigencia
 vossa no sentido de melhor esclarecer a ver-
 dade. Das testemunhas neste processo além
 das assignadas no termo de inquiricao,
 as seguintes: Francisco Pirri, Pilati Fe-
 liz, e sua mulher Pilati Luigia todos
 moradores no mesmo Travesão Trintim
 1.º logar deste Municipio.
 Casias 13 de fevereiro de 1899

ANEXO I – PROCESSO MOCELIN E IRMÃOS PETERLINI

